



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Planejamento  
SECRETARIA DA SAÚDE

<b>Processo de aquisição de material de consumo</b>
<b>SES-PRC-2020/17663</b>

<b>Data de Produção</b>	17/04/2020
-------------------------	------------

<b>Interessado</b>	COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
<b>Assunto</b>	Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19
<b>Número de Referência</b>	Ofício CGA/Planejamento n.º 153/2020

**ALICE NAOMI SAMBUICHI**  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Planejamento



SES-PRC-2020/17663V01

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------





| Secretaria da Saúde

São Paulo, 17 de abril de 2020.

Ofício CRP nº 153/2020

Ilma Diretora:

Solicitamos que sejam adotadas as providências necessárias, no sentido de ser realizada aquisição dos materiais relacionados abaixo:

item	Material	U. F.	Quantidade
1	Avental descartável, em não tecido (100% polipropileno), gramatura 40g/m <sup>2</sup> , medindo 1,40 x 1,50cm.	Unidade	1.100.000

Tal pleito visa atender as medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020 e amplamente noticiada (anexo).

Desde já estimo os votos de elevada estima e distinta consideração.

**ALICE NAOMI SAMBUICHI**  
Diretor Técnico II

À Senhora  
**RITA DE CÁSSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
DD Diretora do Núcleo de Compras



SESDCI202041562A





## TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	SIAFISICO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UF	QUANTIDADE
1	3478122	AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA MINIMA 40G/M², NAO ESTERIL, PARA HOSPITALAR, ACABAMENTO EM OVERLOCK, COM PAR DE FITILHOS PARA AMARRAR NAS COSTAS E NO PESCOÇO, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO 1,40 X 1,50CM, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	UF=01 UNIDADE	1.100.000

## CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) Conforme cronograma abaixo:
- 1ª entrega: 30/04/20 - 60.000 unidades.
  - 2ª entrega: 31/05/20 - 520.000 unidades.
  - 3ª entrega: 30/06/20 - 520.000 unidades.
- b) Local de Entrega: Rua dos Italianos, 406 - Bom Retiro
- Horário de Entrega: 08:00 as 17:00 horas
- Agendamento: 3367-7931/32 com Jessica.



15/04/2020

Detalhe do Catálogo de Materiais - BEC/SP

Fazenda e Planejamento

www.bec.sp.gov.br

15:30:00



Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes

Fale Conosco

Mural	Legislação	Minutas Edital	Fornecedores	Catálogo	Comunicação	Manuais
-------	------------	----------------	--------------	----------	-------------	---------

15:30:00



Item



Negociação



PREÇOS SP



Regiões



Fornecedores



## 3478122 - Avental Descartavel Em Nao Tecido (100% Polipropileno), Manga Longa, BEC

### Informações Gerais Sobre o Item

<b>Grupo</b> 65 - Equipamentos e Artigos de Uso Medico, Odontologico e Hospitalar	<b>Classe</b> 6526 - Materiais de Uso Tecnico Hospitalar Com Notificacao/registro Na Anvisa do Produto	<b>Material</b> 21695 - Avental Descartavel	<b>Elemento de Despesa</b> 339030 - Material de Consumo	<b>Natureza de Despesa</b> 33903031 33903036
--------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------	------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------

### Especificação Técnica:

Avental Descartavel; Em Nao Tecido (100% Polipropileno), gramatura 30 a 40g/m², nao Esteril, para Uso Clinico e Laboratorial; Acabamento Em Overlock, Com Par de Filtros para Amarrar Nas Costas e No Pescoco; Manga Longa, Com Lastex No Punho; Decote Com Digo Sem Decote, Medindo Aproximadamente 1,20 x 1,40cm; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Obedecer a Legislaçao Atual Vigente;

### Unidades de Fornecimento:

Código	Descrição	Situação
31	Pacote 10 Unidade	Ativo

### Indicadores:

Selecione a Unidade de Fornecimento: Pacote 10 Unidade ▼

<b>2.325</b> Potenciais Fornecedores	<b>R\$ 265,50</b> Valor Negociado	<b>1</b> Ofertas de Compras negociadas
<b>1</b> Fornecedor Vencedor		

\* Fonte de Dados: Negociação BEC. (Período: De 15/10/2019 até 15/04/2020)

\* Todos os valores contidos neste relatório são nominais.

[https://www.bec.sp.gov.br/BEC\\_Catalogo\\_ui/CatalogDetalheNovo.aspx?chave=&cod\\_id=3478122&selo=0](https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_ui/CatalogDetalheNovo.aspx?chave=&cod_id=3478122&selo=0)

SÃO PAULO

1/1



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 17/04/2020 às 17:44:01.  
Documento Nº: 4382860-7908 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4382860-7908>



SESCAP2020214924A

SIGA

Ficha informativa

**DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020**

*Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas*

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, Considerando a Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus; Considerando que a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispõe sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional; Considerando que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, na data de hoje, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000; Considerando a notória escala nacional do fenômeno objeto dos sobreditos atos legislativos e administrativos, Decreta:

**Artigo 1º** - Este decreto reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo.

**Artigo 2º** - As Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado e as autarquias do Estado, excetuados os órgãos e entidades relacionados no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, suspenderão, até 30 de abril de 2020, as atividades de natureza não essencial nos respectivos âmbitos, nos termos de atos próprios editados nessas mesmas esferas.

**Parágrafo único** - A suspensão de atividades a que alude o “caput” abrangerá, dentre outros:

1. parques estaduais;
2. cursos de qualificação - Programas de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda Via Rápida e NOVOTEC;
3. atendimento presencial no POUPEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão, Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP.

**Artigo 3º** - Como consequência do disposto no artigo 2º deste decreto, os servidores:

- I - responsáveis por atividades não essenciais e que não mais disponham de períodos de férias para gozo no exercício de 2020 ficarão à disposição da Administração, sob solicitação desta última pelos meios de comunicação disponíveis, observado o horário ordinário de sua jornada de trabalho;
- II - responsáveis por atividades essenciais as executarão de forma presencial ou mediante teletrabalho, nos termos de atos próprios editados nessas mesmas esferas.



**Artigo 4º** - Os atos próprios de que tratam os artigos 2º e 3º, inciso II, deste decreto deverão ser encaminhados, após sua edição, ao Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, de que trata o artigo 3º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, para conhecimento e eventuais providências.

**Artigo 5º** - A fim de mitigar as consequências econômicas da pandemia a que alude o artigo 1º:

I - a Procuradoria Geral do Estado suspenderá, por 90 (noventa) dias, os atos destinados a levar a protesto débitos inscritos na dívida ativa;

II - os representantes da Fazenda do Estado adotarão as providências necessárias, observados os dispositivos legais e regulamentares, para que seja isento o pagamento de contas/faturas de água e esgoto vincendas de abril, maio e junho de 2020 relativas a usuários enquadrados na categoria residencial social, ficando suspensa, pelo mesmo período e para os mesmos beneficiários, a incidência dos artigos 18 e 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 41.446, de 16 de dezembro de 1996.

**Artigo 6º** - O artigo 4º do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de inciso III, com a seguinte redação: "III - funcionamento de locais de culto e suas liturgias."

**Artigo 7º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de março de 2020

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Patrícia Ellen da Silva

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Roseli Soares da Silva

Secretário da Educação

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Flavio Augusto Ayres Amary

Secretário da Habitação

João Octaviano Machado Neto

Secretário de Logística e Transportes

Paulo Dimas Debellis Mascaretti

Secretário da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Parnes

Secretária de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

José Henrique Germann Ferreira

Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Nivaldo Cesar Restivo

Secretário da Administração Penitenciária

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga



Secretário dos Transportes Metropolitanos  
Aildo Rodrigues Ferreira  
Secretário de Esportes  
Vinicius Rene Lummertz Silva  
Secretário de Turismo  
Celia Camargo Leão Edelmuth  
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
Julio Serson  
Secretário de Relações Internacionais  
Antonio Carlos Rizeque Malufe  
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil  
Rodrigo Garcia  
Secretário de Governo  
Publicado na Secretaria de Governo, aos 20 de março de 2020.

#### **DECRETO N° 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020**

##### **Retificação do D.O. de 21.3.2020**

No artigo 6º, leia-se como segue e não como constou:

**Artigo 6º** - O artigo 4º do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de inciso IV, com a seguinte redação:

“IV - funcionamento de locais de culto e suas liturgias.”



# Diário Oficial

Estado de São Paulo João Doria - Governador

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 130 • Número 70 • São Paulo, quinta-feira, 9 de abril de 2020

Poder  
Executivo  
seção I

**Imprensa Oficial**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.imprensaoficial.com.br

## Decretos

DECRETO Nº 64.928,  
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispensa da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999, as aquisições de bens necessários ao enfrentamento da COVID-19 (Novo Coronavírus).

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto:

Artigo 1º - Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto estadual nº 64.879, de 20 de março de 2020, ficam as aquisições de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da pandemia decorrente da COVID-19 (Novo Coronavírus) dispensadas da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999.

§ 1º - A dispensa prevista no "caput" deste artigo restringe-se às licitações e contratações diretas realizadas durante a vigência do estado de calamidade pública.

§ 2º - O pagamento das aquisições referidas no "caput" poderá ser efetuado à vista mediante assinatura do termo de contrato, com manifestação técnica específica e parecer do Gabinete do Procurador Geral do Estado para o caso concreto.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às contratações diretas fundadas na dispensa de licitação prevista no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Patricia Ellen da Silva

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Silvestro Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Roseli Soares da Silva

Secretaria da Educação

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Flávio Augusto Ayres Amary

Secretaria da Habitação

João Octaviano Machado Neto

Secretaria de Logística e Transportes

Paulo Dimas Dabelli Mascarenhas

Secretaria da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Perito

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Farnes

Secretaria de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarzatti Vinhal

Secretaria de Desenvolvimento Regional

João Henrique Germann Ferreira

Secretaria da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretaria da Segurança Pública

Nivaldo Cesar Restivo

Secretaria da Administração Penitenciária

Alexandre Balby de Sant'Anna Braga

Secretário dos Transportes Metropolitanos

Alípio Rodrigues Ferreira

Secretaria de Esportes

Vinicius Rene Lummertz Silva

Secretaria de Turismo

Celia Camargo Leão Edelmuhr

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Julio Serson

Secretaria de Relações Internacionais

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.929,  
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria da Saúde, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital.

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020, considerando o reconhecimento, pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, e considerando as providências com vistas ao cumprimento da Medida Cautelar na Ação Civil Originária 3.363, de 22 de março de 2020;

Decreto:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 399.631.159,00 (trezentos e noventa e nove milhões, seiscentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e nove reais), suplementar ao orçamento da Secretaria da Saúde, observando-se as classificações Instrucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 6º, do Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06 de abril de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

TABELA 1	SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM REAIS	
ORGÃO/ELEMENTO/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA	FR	CD	VALOR	
09000	SECRETARIA DA SAÚDE			
09012	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNDES			
3 3 50 43		SUBVENÇÕES SOCIAIS	01	85.000.000,00
4 4 90 52		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01	314.631.159,00
		TOTAL	01	399.631.159,00
FUNÇÃO - PROGRAMÁTICA				

FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA	VALORES EM REAIS
10.302.0930.5213 APOIO À ATENÇÃO BÁS. MUNIC. ENT. FIL	85.000.000,00
10.302.0941.2448 APERFEIÇOAMENTO DE EQUIPAMENTOS	01 314.631.159,00
UNID. ADM. DI	314.631.159,00
	01 314.631.159,00
	399.631.159,00

TOTAL		01	4374.631.159,00	399.631.159,00
REDUÇÃO		VALORES EM REAIS		
ORGÃO/UNIDADE/FUNÇÃO/PROGRAMA/PROGR	FR	CD	VALOR	
99000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
99009	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	01	399.631.159,00	
TOTAL		01	399.631.159,00	
FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA				
99.999.9999.6671	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		399.631.159,00	
		01	9399.631.159,00	
TOTAL			399.631.159,00	

TOTAL		399.631.159,00	
TABELA 2	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ORGÃO/QUOTAS	MENSUA/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GD VALOR
09000	SECRETARIA DA SAÚDE		
	TOTAL	01	3 85.000.000,00
	ABRIL		85.000.000,00
	TOTAL	01	4314.631.159,00
	ABRIL		314.631.159,00
	TOTAL GERAL		399.631.159,00

REDUÇÃO		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTAS	MESES/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GD VALOR
99000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
	TOTAL	01	9.399.631.159,00
	ABRIL		399.631.159,00

TABELA 3		MARGEM ORÇAMENTÁRIA		VALORES EM REAIS	
RECURSOS DORECURSOS					
TESOURO EPRIÓPRIOS					
ESPECIFICAÇÃO				VALOR TOTAL	VINCULADOS
LEI	ART	PAR	INC	ITEM	
17244	9º		III		399.631.159,00
					399.631.159,00
TOTAL GERAL					399.631.159,00

DECRETO Nº 64.930,  
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Viaquailista S.A., as áreas necessárias à implantação de uma praça de pedágio no Km 254+374m da Rodovia Engenheiro Tales de Lorenz Pinheiro Junior, SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e da províncias correlatas.

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto nos artigos 2º e 6º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no Decreto nº 62.333, de 21 de dezembro de 2016.

Decreto:

Artigo 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Viaquailista S.A., as áreas necessárias à implantação de uma praça de pedágio no Km 254+374m da Rodovia Engenheiro Tales de Lorenz Pinheiro Junior, SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, as quais totalizam 10.730,36m² (dez mil, setecentos e trinta metros quadrados e trinta e seis decímetros quadrados) e se encontram inseridas dentro dos perímetros a seguir descritos, pertencentes aos proprietários, a saber:

área 1 - conforme planta DE-SP0254318-254.255-029-002/0001, a área, que consta pertencer à Adm de Fátima Fargoni Bergamasco, Benedito Reinaldo Bergamasco e/ou outros, situa-se entre o Km 254+165,77m e o Km 254+207,43m da Rodovia SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=758390,1332 e E=199355,8908,

é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 359º03'46" e distância de 046,54m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 122º06'08" e distância de 008,11m; segmento 3-1 - em linha reta com azimute 188º14'14" e distância de 042,66m, perfazendo uma área de 158,26m² (cento e cinquenta e oito metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados);

II - área 2 - conforme planta DE-SP0254318-254.255-029-002/0002, a área, que consta pertencer à Valnei Donizete de Oliveira Martins, Alessandra Aparecida Pereira de Oliveira Martins, situa-se entre o Km 254+207,43m e o Km 254+580,41m da Rodovia SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583942,3519 e E=199362,0026, é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 302º06'08" e distância de 008,11m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 359º03'46" e distância de 043,90m; segmento 3-4 - em linha reta com azimute 356º58'29" e distância de 042,73m; segmento 4-5 - em linha reta com azimute 351º24'54" e distância de 026,75m; segmento 5-6 - em linha reta com azimute 357º45'59" e distância de 012,59m; segmento 6-7 - em linha reta com azimute 309º45'52" e distância de 025,65m; segmento 7-8 - em linha reta com azimute 008º40'16" e distância de 112,00m; segmento 8-9 - em linha reta com azimute 072º56'36" e distância de 033,34m; segmento 9-10 - em linha reta com azimute 018º16'12" e distância de 105,55m; segmento 10-1 - em linha reta com azimute 188º14'14" e distância de 372,08m, perfazendo uma área de 10.572,10 m² (dez mil, quinhentos e setenta e dois metros quadrados e dez decímetros quadrados).

Parágrafo único - A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, limitar-se-á às coordenadas geográficas descritas neste artigo e não abrange imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público.

Artigo 2º - Fica a Concessionária Viaquailista S.A. autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e pela Lei federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, devendo a carta de adjudicação ser expedida em nome do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Concessionária Viaquailista S.A.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.931,

DE 8 DE ABRIL DE 2020

Transfere, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreto:

Artigo 1º - Fica transferida, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel localizado na Rua Sergipe, nº 1.608, no Município de São Joaquim da Barra, cadastrado no SGI sob o nº 55.122, conforme identificado nos autos do Processo Digital SGI-PRC-2019/01034.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo destinara-se à instalação da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Roseli Soares da Silva

Secretaria da Educação

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.932,

DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoria a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreto:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Roseli Soares da Silva

Secretaria da Educação

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.933,

DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoria a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreto:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Roseli Soares da Silva

Secretaria da Educação

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.934,

DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoria a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreto:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Roseli Soares da Silva

Secretaria da Educação

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.935,

DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoria a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreto:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, o imóvel que especifica, e dá providências correlatas

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 20

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/03/2020 | Edição: 49 | Seção: 1 | Página: 185  
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

### PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do coronavírus (COVID-19), poderão ser adotadas as medidas de saúde para resposta à emergência de saúde pública previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 3º A medida de isolamento objetiva a separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.

§ 1º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica ou por recomendação do agente de vigilância epidemiológica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, podendo se estender por até igual período, conforme resultado laboratorial que comprove o risco de transmissão.

§ 2º A medida de isolamento prescrita por ato médico deverá ser efetuada, preferencialmente, em domicílio, podendo ser feito em hospitais públicos ou privados, conforme recomendação médica, a depender do estado clínico do paciente.

§ 3º Não será indicada medida de isolamento quando o diagnóstico laboratorial for negativo para o SARS-CoV-2.

§ 4º A determinação da medida de isolamento por prescrição médica deverá ser acompanhada do termo de consentimento livre e esclarecido do paciente, conforme modelo estabelecido no Anexo I.

§ 5º A medida de isolamento por recomendação do agente de vigilância epidemiológica ocorrerá no curso da investigação epidemiológica e abrangerá somente os casos de contactantes próximos a pessoas sintomáticas ou portadoras assintomáticas, e deverá ocorrer em domicílio.

§ 6º Nas unidades da federação em que não houver agente de vigilância epidemiológica, a medida de que trata o § 5º será adotada pelo Secretário de Saúde da respectiva unidade.

§ 7º A medida de isolamento por recomendação será feita por meio de notificação expressa à pessoa contactante, devidamente fundamentada, observado o modelo previsto no Anexo II.

Art. 4º A medida de quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado.



§ 1º A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no Diário Oficial e amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

§ 2º A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até 40 (quarenta) dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território.

§ 3º A extensão do prazo da quarentena de que trata o § 2º dependerá de prévia avaliação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) previsto na Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

§ 4º A medida de quarentena não poderá ser determinada ou mantida após o encerramento da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Art. 5º O descumprimento das medidas de isolamento e quarentena previstas nesta Portaria acarretará a responsabilização, nos termos previstos em lei.

Parágrafo único. Caberá médico ou agente de vigilância epidemiológica informar à autoridade policial e Ministério Público sobre o descumprimento de que trata o caput.

Art. 6º As medidas de realização compulsória no inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, serão indicadas mediante ato médico ou por profissional de saúde.

Parágrafo único. Não depende de indicação médica ou de profissional de saúde as medidas previstas nas alíneas "c" e "d" do inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 7º A medida de requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus Covid-19 será determinada pela autoridade competente da esfera administrativa correspondente, assegurado o direito à justa indenização.

Art. 8º O laboratório público ou privado que, pela primeira vez, confirmar a doença, adotando o exame específico para SARS-CoV2 (RT-PCR, pelo protocolo Charité), deverá passar por validação por um dos três laboratórios de referência nacional:

I - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ);

II - Instituto Evandro Chagas da Secretaria de Vigilância em Saúde (IEC/SVS) no Estado do Pará;  
ou

III - Instituto Adolfo Lutz da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o laboratório deverá encaminhar alíquota da amostra para o Banco Nacional de Amostras de Coronavírus, para investigação do perfil viral do coronavírus (COVID-19) no território nacional, por meio de um dos três laboratórios previstos no caput.

§ 2º Após a validação da qualidade, o laboratório de que trata o caput passará a integrar a Rede Nacional de Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública (REDE CIEVS).

§ 3º O fluxo de amostras laboratoriais deverá observar os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 4º A realização de exame laboratorial, coleta de amostras e demais testes necessários para identificação do coronavírus (COVID-19), bem como as medidas de biossegurança devem observar as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º A autoridade de saúde local deverá, no âmbito de suas competências, acompanhar as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 10. Para a aplicação das medidas de isolamento e quarentena deverão ser observados os protocolos clínicos do coronavírus (COVID-19) e as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Contingência Nacional para Infecção Humana novo Coronavírus (Convid-19), disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, com a finalidade de garantir a execução das medidas profiláticas e o tratamento necessário.

Art. 11. As condições para a realização das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública estão previstas no Boletim Epidemiológico e Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).





Parágrafo único. O Boletim Epidemiológico será atualizado semanalmente ou sempre que necessário e disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Saúde: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude>.

Art. 12. O encerramento da aplicação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-

19) fica condicionada à situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. O encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está condicionada a avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 13. O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, relativos à situação de emergência pública sanitária, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) \_\_\_\_\_ sobre a necessidade de \_\_\_\_\_ (isolamento ou quarentena) a que devo ser submetido, com data de início \_\_\_\_\_, previsão de término \_\_\_\_\_, local de cumprimento da medida \_\_\_\_\_, bem como as possíveis consequências da sua não realização.

☐ Paciente ☐ Responsável

Nome: \_\_\_\_\_ Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Identidade Nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Deve ser preenchido pelo médico

Expliquei o funcionamento da medida de saúde pública a que o paciente acima referido está sujeito, ao próprio paciente e/ou seu responsável, sobre riscos do não atendimento da medida, tendo respondido às perguntas formuladas pelos mesmos. De acordo com o meu entendimento, o paciente e/ou seu responsável, está em condições de compreender o que lhes foi informado. Deverão ser seguidas as seguintes orientações:

Nome do médico: \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

CRM \_\_\_\_\_

ANEXO II

#### NOTIFICAÇÃO DE ISOLAMENTO

O(A) Senhor(a) está sendo notificado sobre a necessidade de adoção de medida sanitária de isolamento. Essa medida é necessária, pois visa a prevenir a dispersão do vírus Covid-19.

Data de início:

Previsão de término:

Fundamentação:

Local de cumprimento da medida (domicílio):

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Nome do profissional da vigilância epidemiológica: \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_



Eu, \_\_\_\_\_, documento de identidade ou passaporte  
\_\_\_\_\_ declaro que fui devidamente informado(a) pelo agente da vigilância epidemiológica  
acima identificado sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido, bem como as possíveis  
consequências da sua não realização.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Assinatura da pessoa notificada: \_\_\_\_\_

Ou

Nome e assinatura do responsável legal: \_\_\_\_\_

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.




## JORNAL NACIONAL

# OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 118 mil casos foram confirmados em 114 países. A última vez que a OMS declarou uma pandemia foi em 2009, com a gripe suína H1N1.

**Por Jornal Nacional**

11/03/2020 20h13 · Atualizado há 13 horas

 OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

A Organização Mundial da Saúde classificou a disseminação da doença causada pelo novo coronavírus como uma pandemia. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, esclareceu que, na prática, nada muda.



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 17/04/2020 às 17:46:05.  
Documento Nº: 4382908-7908 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4382908-7908>



“A descrição da situação como uma pandemia não altera a avaliação da ameaça representada pelo novo coronavírus. Não muda o que a OMS está fazendo, nem o que os países devem fazer”, explicou.

O problema, segundo Tedros Adhanom, é que muitos países não têm seguido as orientações para tomar ações urgentes e agressivas. É isso que precisa mudar.

### **Tire suas dúvidas sobre a Covid-19**

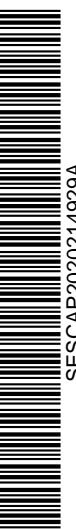
Pandemia, segundo a definição da própria OMS, é quando há uma disseminação mundial de uma nova doença. A organização vinha evitando a classificar a Covid-19 dessa forma e continuava considerando a situação como uma epidemia, que é quando a doença se espalha por uma comunidade ou uma região específica.

Para justificar a classificação de pandemia, o diretor-geral ressaltou que, nas últimas duas semanas, o número de casos da Covid-19 fora da China aumentou 13 vezes e o número de países afetados triplicou. A previsão é de mais crescimento.

Mas Tedros Adhanom fez questão de frisar que isso não significa que a situação esteja fora de controle. Ele disse que pandemia “é uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou”.

De acordo com os dados da OMS, 118 mil casos foram confirmados em 114 países. O chefe da organização, no entanto, destacou que mais de 90% desses casos estão em apenas quatro países: China, Coreia do Sul, Irã e Itália. E segundo ele, vários países já demonstraram que é possível controlar a doença.

A última vez que a OMS declarou uma pandemia foi em 2009, durante o surto da gripe suína H1N1.





JAMIL CHADE

## OMS classifica coronavírus como pandemia e cobra ação de governos



Jamil Chade  
Colunista do UOL  
11/03/2020 13h27



A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou hoje (11) o coronavírus como uma pandemia, num reconhecimento de que a mera estratégia de conter a proliferação da doença já não seria suficiente. A classificação significa que uma transmissão recorrente está ocorrendo em diferentes partes do mundo e de forma simultânea.

Na prática, ao anunciar a pandemia, a agência de saúde indica que governos devem trabalhar não mais para apenas conter um caso. Mas atuar também para atender uma parcela da população mais ampla e vulnerável. Estratégias direcionadas apenas para identificar casos e isolar pessoas precisam ser trocadas por um plano sanitário que evite mortes e que atue para toda a população.

### RELACIONADAS

Topo

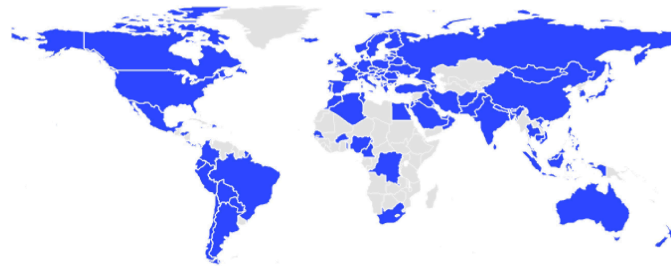


SESCAP2020214929A

A mudança no status não significa que a taxa de letalidade tenha sido incrementada e nem que as orientações da agência serão modificadas. Mas é um chamado da OMS apela para que governos adotem medidas mais duras e agressivas.

Segundo a entidade, nas últimas duas semanas, o número de casos fora da China cresceu 13 vezes e o número de países afetados triplicou. Em apenas uma semana, o número de países afetados passou de 45 para 114. O Brasil **tem ao menos 35 casos confirmados**.

## Onde há casos confirmados de coronavírus



África do Sul  
Alemanha  
Andorra  
Arábia Saudita  
Argélia  
Argentina  
Armênia  
Austrália  
Áustria  
Azerbaijão  
Bahrein  
Belarus  
Bélgica  
Bolívia  
Bósnia e Herzegovina

Atualizado às 8h de 11 de março

Até o mês de fevereiro, a entidade insistia que a proliferação em grande escala apenas estava sendo registrada em cidades chinesas, com o casos fora do país asiático ainda podendo ser contidos. Isso, em termos técnicos, não representaria uma pandemia e, portanto, a entidade resistia em passar para um nível superior de alerta.

Mas, nos últimos dias, a agência com sede em Genebra já vinha alertando que a capacidade de sistemas de saúde em frear o surto estava se esgotando. O risco global foi elevado na semana passada para "muito elevado" e preparações para uma nova fase começaram a

>  
Topo



ser feitas. Ainda assim, a entidade passou a ser questionada por seu comportamento.

Enquanto Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, fazia o anúncio na sala de operações da entidade, telões pelas paredes mostravam a dimensão do surto pelo mundo. 118 mil casos confirmados e mais de 4,2 mil mortes.

Desse total, mais de 80 mil casos estão na China. Mas a alta no número de casos na Itália, Irã e Coreia do Sul e a expansão para novas regiões transformaram a maneira pela qual a OMS reage à situação.

A agência prevê que o mundo verá um aumento no número de casos nos próximos dias. Mas Tedros insistiu que essa é a primeira pandemia que pode ser contida.

## Falta de Ação

De fato, um dos objetivos da OMS com a declaração é a de conscientizar governos a agir, enquanto a entidade insiste que muitos continuam sem entender a dimensão do problema.

Tedros, pedindo calma e solidariedade internacional, deixou claro que o uso da palavra "pandemia" deve ser usada com "cuidado" e ciente do que isso pode representar. Mas alertou que estava preocupado com a negligência de parte da comunidade internacional.

Para o diretor, existe ainda um "nível alarmante de falta de ação" por parte de alguns governos. A OMS se diz preocupada com a falta de medidas para detectar casos e critérios para aceitar pacientes.

A entidade também alerta que existem governos que "não estão comunicando bem com suas populações". No Brasil, o presidente **Jair Bolsonaro** chamou a situação de "pequena crise" e elementos de "mais fantasia".

"Uma epidemia é um teste de confiança entre populações e governos e teste de resistência", declarou Michael Ryan, diretor de operação da OMS.

Topo



A decisão, segundo fontes na OMS, exigiu um amplo debate interno e com consultores, justamente diante do risco que a declaração poderia gerar.

"Não podemos cometer um erro agora", disse Tedros. "Falar que é pandemia não significa que devemos sair da estratégia de contenção para mitigação. Não estamos falando disso. Mas sim uma estratégia completa e que contenção deve ser o pilar central", insistiu.

A preocupação principal da OMS é de que, ao declarar a pandemia, governos abandonem o esforço de contenção. "90% dos 118 mil casos estão em apenas quatro países", disse. "Seria um erro abandonar a contenção. Neste momento, 81 países ainda não têm casos e devem fazer de tudo para impedir que o vírus chegue. 57 países têm menos de dez casos. Eles podem cortar. Esse é o primeiro coronavírus a ser uma pandemia. Mas é o primeiro que poderá ser controlado", indicou.

Michael Ryan deixou claro que o momento é de ação. "Esse é um alerta para todos os governos do planeta", disse. "Acordem. O vírus pode estar a caminho", insistiu.

Segundo ele, cada governo agora deve decidir de fechar escolas ou não e que tipo de decisões tomar. Mas o especialista apela: "não usem essa declaração para justificar um abandono da estratégia de contenção. Não é uma desculpa para desistir. Ainda podemos parar isso", insistiu.

Ryan acredita que governos precisam rever suas estratégias a partir de agora e estabelecer suas prioridades. "Nada disso vai mudar o que fazemos. Apenas pedimos medidas mais agressivas e duras", insistiu.

Uma das questões centrais é o impacto de um número elevado de casos sobre sistemas de saúde já frágeis. "Governos precisam avaliar se vão aceitar que a doença vai se proliferar e apenas focar em reduzir fatalidades", disse.

Um exemplo usado por Ryan é o da Itália, onde 900 pessoas em UTI, colocando serviços em ponto de ruptura. "Esse não é mais uma questão apenas para o ministério da Saúde. Mas para sociedades inteiras", completou.

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

[COMUNICAR ERRO](#)

NEWSLETTERS | **UOL** RESUMO DO DIA

Para começar e terminar o dia bem informado.

Preencha seu email

CADASTRAR

VEJA TAMBÉM

Topo







## OMS declara pandemia de novo coronavírus



11/03/2020 18h42

Genebra, 11 (EFE).- A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta quarta-feira que o coronavírus causador da doença Covid-19 já pode ser definido como uma "pandemia", após o número de casos fora da China ter se multiplicado por 13 em duas semanas e o de países afetados ter triplicado no mesmo período.

"A OMS estima que a Covid-19 pode ser caracterizada como uma pandemia", declarou o diretor-general da entidade, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em entrevista coletiva.

"Podemos esperar que os números de casos, de mortes e de países afetados aumente (nos próximos dias)", acrescentou o médico etíope.

O principal diretor da OMS explicou que a nova definição da Covid-19 como pandemia "não mudará" o que a entidade está fazendo "e o que os países devem fazer", em relação aos esforços para concentrar as estratégias mais na contenção para evitar novos casos do que na mitigação dos casos existentes.

"Essa pandemia não é apenas uma crise de saúde pública, ela afeta todos os setores, e todos os governos e sociedades devem estar envolvidos na luta", disse Adhanom.

Segundo o diretor da OMS para Emergências Sanitárias, Mike Ryan, considerar o coronavírus uma pandemia foi uma decisão tomada após longas horas de estudo com especialistas dentro e fora da organização e "deve estimular que sejam tomadas ações mais agressivas e intensas".

↑  
TOPO





**Adriana Paschoalin**  
 Director III da GGA-SI  
 Coordenadoria Geral de Administração – CGA  
 Secretaria de Estado da Saúde – SES



Proposta

ITAPEVI, 17 de abril de 2020.

**Ref.: Fornecimento Aventais Descartáveis**

Prezado (a) Senhor (a);

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA CNPJ 28.476.997/0001-70 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, DESCARTÁVEIS E LIMPEZA**, especializada no setor de higiene, limpeza e descartáveis. Com foco contínuo na qualidade do atendimento, para nos tornarmos referência no segmento.

DADOS CADASTRAIS	
RAZÃO SOCIAL	MARCELO NERES DE OLIVEIRA – EI
CNPJ	28.476.997/0001-70
INSCRIÇÃO ESTADUAL	373.184.629.110
CONTATO	MARCELO NERES
TELEFONE CELULAR	(11) 95104.4899
DADOS BANCÁRIOS	
BANCO	ITAÚ (341)
AGENCIA	7373
CONTA CORRENTE	34679-5

MATERIAL	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
AVENTAL DESCARTÁVEL - MATÉRIA PRIMA - TNT - TECIDO NÃO TECIDO - GRAMATURA 40GRAMAS OU SUPERIOR COSTURADO E COM VIÉS - FECHAMENTO - NO PESCOÇO C/VIÉS EM TNT - LATEX NO PUNHO - CORES: VARIADAS - AZUL / VERDE E BRANCO COM CINTO EM TNT FIXO NO AVENTAL - TAMANHO ÚNICO LARGURA 1,40CM - MANGAS 0,65 CM - ALTURA 1,50 CM	1.100.000	R\$ 12,90	R\$ 14.190.000,00
<b>OBS : cada PACTE contém 10 un</b>		<b>Total</b>	<b>R\$ 14.190.000,00</b>

**Prazo de pagamento**

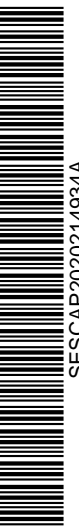
TED a Vista. / Contra Apresentação NF DAS ENTREGAS PARCIAIS  
 CONFORME dados do Empenho,  
 Frete CIF.

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA**

Rua Pedro Bolgione n. 207 – Cidade da Saúde - Itapevi/SP – CEP: 06693-015 – Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - MARCELO@NERES.COM.BR



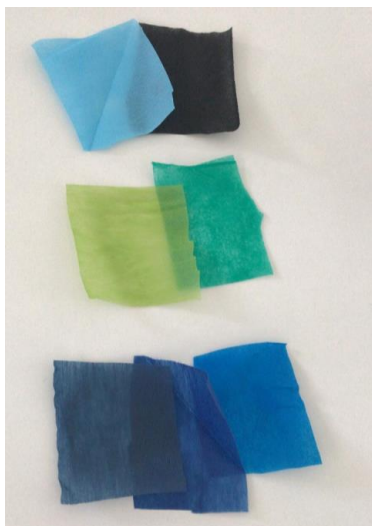
Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 17/04/2020 às 17:47:40.  
 Documento Nº: 4382944-7908 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4382944-7908>



SESCAP2020214934A



**Prazo de Entrega**  
**ENTREGA PROGRAMADA ATÉ 30/JUNHO/2020**



**CORES**

**AZUL BIC**

**VERDE**

**BRANCO**

Ministério da Saúde - MS Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA Este texto não substitui-lo(s) publicado(s) em Diário Oficial da União. RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 (Publicada no DOU Extra nº 56 – C, de 23 de março de 2020) (Republicada no

**Programação de Entrega**

Até 30/Abril 60.000 un

Até 31/maio 520.000 un

Até 30/junho 520.000 un



**ESPECIFICAÇÕES**

MATÉRIA PRIMA – TNT -TECIDO NÃO TECIDO  
GRAMATURA 40GRAMAS OU SUPERIOR  
COSTURADO E COM VIÉS  
FECHAMENTO –NO PESCOÇO C/VIÉS EM TNT  
LATEX NO PUNHO  
CORES: VARIADAS -AZUL / VERDE E BRANCO  
COM CINTO EM TNT FIXO NO AVENTAL

**TAMANHO ÚNICO**

LARGURA 1,40CM

MANGAS 0,65 CM

ALTURA 1,50 CM

Rua Pedro Bolgione n. 207 – Cidade da Saúde - Itapevi/SP – CEP: 06693-015 – Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - MARCELO@NERES.COM.BR



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 17/04/2020 às 17:47:40.  
Documento Nº: 4382944-7908 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4382944-7908>



SESCAP2020214934A

## SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais  
CADIN Estadual

---

**Informações Cadastrais**

**CNPJ/CPF: 28.476.997/0001-70**

**Não foram encontradas pendências no Cadastro de Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.**

**Pesquisa realizada em: 17/04/2020 às 17:22:13**

---

Se você recebeu o comunicado CADIN regularize sua situação em 90 (noventa) dias contados a partir da data de expedição do mesmo.

---

Este documento não tem validade de Certidão Negativa.

Em conformidade com a Lei Estadual nº 12.799/2008 a inexistência de registro no CADIN Estadual:

- Não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos. (artigo 7º)
- Não impede a consulta prévia pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta ao sistema CADIN Estadual. (artigo 6º)
- Aos registros incluídos após a emissão da declaração cabe a aplicação do parágrafo 1º do artigo 6º.

---

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, endereço: [https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin\\_estadual/pages/publ/cadin.aspx](https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx)

**Código da Declaração: DAF9BFC1.0974A4B3.22E93BC8.A8E18C1C**

EMIÇÃO GRATUITA

**Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**



17/04/2020

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

**FILTROS APLICADOS:**

**CPF / CNPJ:** 28476997000170

**Tipo de sanção:** Inidoneidade - Lei de Licitações

LIMPAR

**Data da consulta:** 17/04/2020 17:25:25

**Data da última atualização:** 16/04/2020 14:00:05

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MARCELO NERES DE OLIVEIRA 03393515780

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.476.997/0001-70

Certidão nº: 9181537/2020

Expedição: 17/04/2020, às 17:08:13

Validade: 13/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARCELO NERES DE OLIVEIRA 03393515780** (**MATRIZ E FILIAIS**), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.476.997/0001-70**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)



17/04/2020

E-Sanções

Fazenda e Planejamento



Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Mural	Legislação	Minutas Edital	Fornecedores	Catálogo	Comunicação	Manuais
-------	------------	----------------	--------------	----------	-------------	---------

17:24:55

Pesquisa Sanções por Fornecedor

Razão Social

CNPJ/CPF

28476997000170

Ordenar Por

Buscar

Exibir Todos

Imprimir Guia Seleccionada

Data e Hora da Consulta:

sexta-feira, 17 de abril de 2020 às 17:24

Não foram encontradas sanções para CNPJ/CPF: 28.476.997/0001-70 E RAZÃO SOCIAL/NOME: Marcelo Neres de Oliveira

[Clique aqui](#) para consultar a declaração de inidoneidade para licitar e contratar no portal da transparência do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas(CEIS)(www.portaltransparencia.gov.br).

Voltar

Para contato transmitir mensagem pelo Fale Conosco selecionando a opção mais adequada: e-Sanções-Dúvidas ou Solicitações ou Sugestões ou Reclamações

Ouvidoria

Transparência

SIC



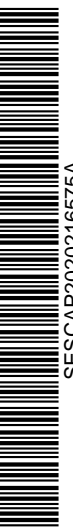
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo / SP - 01017-911 - CNPJ: 46.377.222/0001-29

[https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx)

1/1



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 22/04/2020 às 10:58:09.  
Documento Nº: 4404537-736 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4404537-736>



SESCAP2020216575A

17/04/2020

Consulta Regularidade do Empregador

Voltar

Imprimir



### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 28.476.997/0001-70

**Razão Social:** MARCELO NERES DE OLIVEIRA 03393515780

**Endereço:** R PEDRO BOLGIONE 207 / CIDADE DA SAUDE / ITAPEVI / SP / 06693-015

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 01/04/2020 a 30/04/2020

**Certificação Número:** 2020040115270651213841

Informação obtida em 17/04/2020 17:04:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**







**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação**

Documento gerado em 17/04/2020 às 17:29:28

Em 17/04/2020 às 17:29:01 não foram encontrados registros de pessoas físicas ou jurídicas para o critério de pesquisa informado:

CNPJ: 28476997000170

Para acessar este documento com os dados atualizados, acesse  
<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/impedimento> ou utilize o QR Code:





## Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

### Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (17/04/2020 às 17:44) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 28.476.997/0001-70.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E9A.1522.7948.5258 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

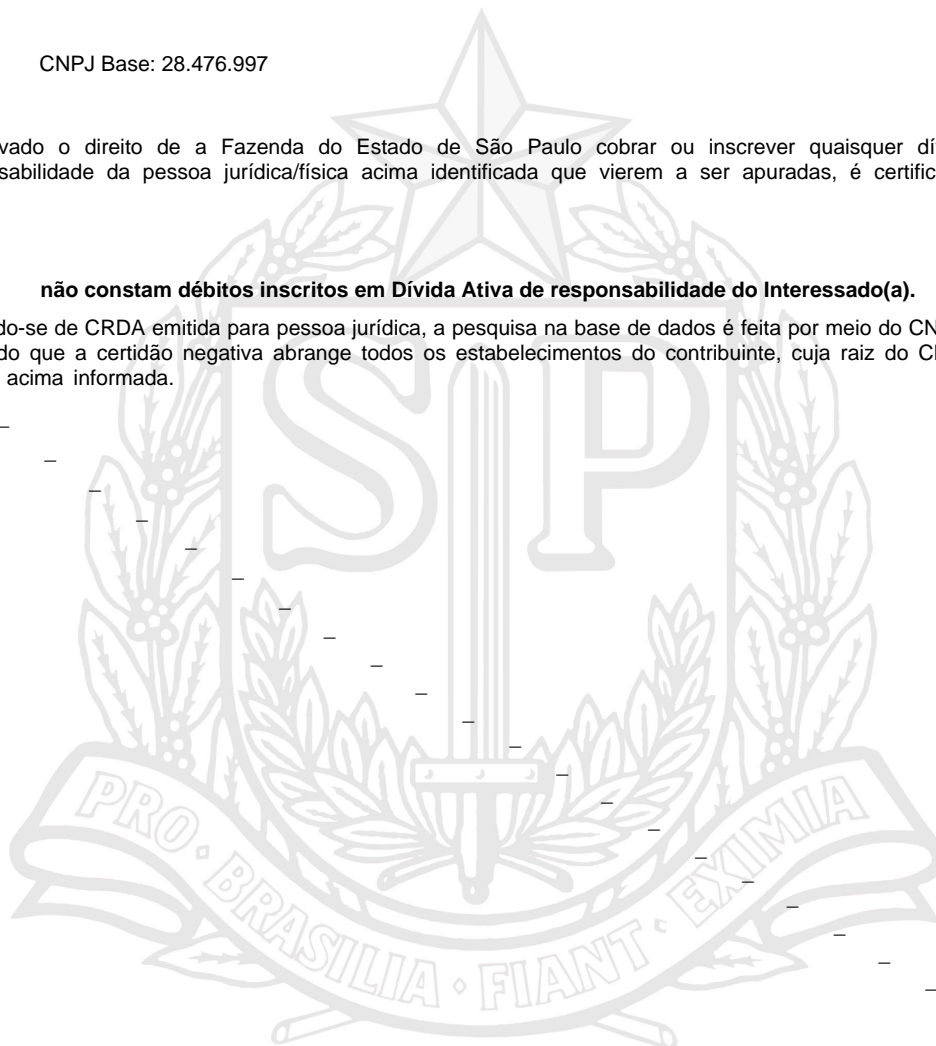
### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 28.476.997

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 25581774

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 22/04/2020 11:08:43

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



22/04/2020

9447300



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 838101****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 21/04/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA**, CNPJ: 28.476.997/0001-70, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

**PEDIDO Nº:****9447300**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARCELO NERES DE OLIVEIRA 03393515780**  
**CNPJ: 28.476.997/0001-70**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:38:49 do dia 10/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/10/2020.

Código de controle da certidão: **44A1.825D.DBE5.D17E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 916/2020

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção para atender o enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme Ofício CRP 153/2020, às fls. 02 e Termo de Referência, às fls. 03.

Considerando a proposta da empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA**, às fls. 20, propomos o envio dos autos ao Senhor Coordenador da CGA para, se de acordo, encaminhá-lo ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF** para fins da **efetiva reserva de recursos orçamentários** para o atendimento da despesa, conforme valores abaixo descritos, por meio de **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8666/93 e atualizações posteriores, natureza de despesa: 339030.

- **R\$ 14.190.000,00** (quatorze milhões cento e noventa mil reais), **valor total da aquisição.**

São Paulo, 22 de abril de 2020.

**RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** DESPACHO CGA Nº 939/2020

De acordo.

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF** para fins de reserva no valor indicado, devendo onerar a **UGE 090102, retornando, com urgência** ao **Núcleo de Compras** para prosseguimento.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO ENFRENTAMENTO DO COVID19

**Número de referência:** SES-PRC-2020/17663

Atendendo a solicitação, reservamos o recurso orçamentário conforme informação

UGE	090102	Coordenadoria Geral de Administração		
PROCESSO	0202017663	Nº RESERVA ----->		
FONTE	005.001.133 - Fundes/Tesouro	ND - DESPESA	PTRES	FUN
MODALIDADE	Dispensa de Licitação	339030	90111	
VALOR	R\$ 14.190.000,00			

(quatorze milhões cento e noventa mil reais)

atendendo quatro bases, de acordo com disponibilidade orçamentária e sofrendo impacto orçamentário financeiro no exercício corrente.

Informamos, também, a existência de adequação orçamentária e financeira com o Orçamento Anual, estando compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao Ordenador da Despesa para ciência e manifestação.

\_\_ SIAFEM2020-EXEORC,CONSULTAS,CONNR ( CONSULTA NOTA DE RESERVA )

CONSULTA EM 22/04/2020 AS 15:43 USUARIO : ROCHA  
DATA EMISSAO : 22ABR2020 NUMERO : 2020NR00543  
UNIDADE GESTORA : 090102 COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
EVENTO : 201100 PTRES : 090111 PROCESSO : 2020/17663  
DATA LANC.: 22ABR2020  
PROGRAMA DE FONTE NATUREZA PLANO  
UO TRABALHO RECURSO DESPESA UGR INTERNO VALOR  
09001 10302093048500000 005001133 339030 090010 14.190.000,00  
----- CRONOGRAMA DA COTA -----  
MES VALOR MES VALOR  
04 14.190.000,00

Classif. documental 004.01.04.002







**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO  
SECRETARIA DA SAÚDE

RESERVA PARA ATENDER COM DESPESA DE AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE  
PROTEÇÃO PARA  
ATENDER COM O COVID19

LANCADO POR : SILVIA MARIA ROCHA - 090010      EM 22ABR2020 AS 15:28 HS

São Paulo, 22 de abril de 2020.

ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA  
Diretor Técnico III  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO ENFRENTAMENTO DO COVID19

**Número de referência:** SES-PRC-2020/17663

À vista da informação do GCF, declaro que a referida despesa encontra-se em conformidade com os Artigos: 15, 16 e 17 da Lei Complementar: 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e que possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Restitua-se ao Núcleo de Compras/CGA para prosseguimento

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 929/2020

Encaminhem-se os autos ao **Senhor Coordenador da CGA** para informar quanto às deliberações a serem adotadas para a aquisição de aventais de proteção Laminado por meio de **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8666/93 e atualizações posteriores.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

**RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais descartáveis para atendimento de Plano de contingência COVID-19

**Número de referência:** DESPACHO CGA Nº 943/2020

Face ao que consta dos autos, **DELIBERO** quanto ao solicitado nos seguintes termos:

**I) AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO** visando a aquisição de aventais descartáveis, em caráter emergencial com fundamento no inciso IV do art. 24 da LF 8.666/93 e atualizações posteriores, cujas características mínimas e quantidades estão definidos no Termo de Referência às fls. 03.

**II) DEFINIÇÃO DO OBJETO:** A aquisição de máscaras de proteção, constantes do termo de referência, é considerado de **natureza comum**, pois é definido claramente nos autos, por meio de especificações usuais no mercado.

**III) JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:** Tal pleito visa atender as medidas estabelecidas para atender o enfrentamento de calamidade decorrente do coronavírus (COVID-19) através do Decreto Estadual nº 64.879 de 20/03/2020.

**IV) APROVO** o Termo de Referência, constante de fls. 03, nos termos do inciso I, parágrafo 2º, artigo 7º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações, ficando dispensado a apresentação de Projeto Executivo.

**V)** Demonstrar a disponibilidade de recursos orçamentários constando a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e a de Diretrizes Orçamentárias.

**VI) DEFINO** que os documentos necessários para a habilitação são os referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômica-Financeira e Qualificação Técnica, conforme disposto na Lei 8.666/93 e atualizações:

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------





**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Saúde**  
**Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**

empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

## **2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);

d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual.

## **3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**VII) DETERMINO** que a entrega seja de acordo com o cronograma do termo de referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**VIII) DETERMINO** que o regime de execução deverá ser de empreitada por preço unitário.





**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Saúde**  
**Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**

**IX) DETERMINO** a dispensa da prestação de garantia para a contratação dos serviços, conforme previsto no caput do artigo 56 da LF n.º 8.666/93 e atualizações posteriores, por se tratar de contratação emergencial com prazo previsto de encerramento.

**X) DETERMINO** que se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

- A sanção poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS n.º 26 de 09 de fevereiro de 1990, e demais cominações legais, garantida a defesa prévia devendo ser registrada no endereço eletrônico **www.sancoes.sp.gov.br**, pela autoridade responsável pela aplicação, migrando automaticamente para o CAUFESP, nos termos do art. 26 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 52.205, de 27 de setembro de 2007, e também nos sistemas mantidos pela Administração Autárquica.

Retorne ao Núcleo de Compras, para as providências decorrentes.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

**Adhemar Dizioli Fernandes**  
**COORDENADOR**  
**Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador**





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais descartáveis visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 930/2020

Trata o presente de aquisição de aventais descartáveis para enfrentamento Plano de contingência COVID-19

Os autos encontram-se instruídos da seguinte maneira:

- Ofício de solicitação, às fls. 02;
- Termo de Referência, às fls. 03;
- Código Siafísico, às fls. 04;
- Decretos nºs 64.879/20 e 64.928/20, às fls. 05/08;
- Proposta da empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA**, às fls. 20/21;
- Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, Certidão de Falência e Concordata, Sanções, Estaduais, Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e Cadin Estadual, às fls. 22/31;
- Reserva de Recursos Orçamentários, às fls. 34/35;
- Deliberação, às fls. 38/40.

À vista do exposto, propomos o encaminhamento dos autos ao **Senhor Coordenador da CGA** para ser autorizada a **Dispensa de Licitação com fundamento no inciso IV artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações** devendo o ato ser ratificado pelo Senhor Chefe de Gabinete, conforme artigo 26 da referida legislação.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

**RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Classif. documental

004.01.04.002



SESINF202036854A



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** aquisição de aventais descartáveis visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** Despacho CGA nº 944/2020

De acordo.

À vista dos elementos constantes dos autos **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, para a aquisição de aventais descartáveis visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA** no valor total de **R\$ 14.190.000,00** (quatorze milhões cento e noventa mil reais).

À consideração do Senhor Chefe de Gabinete para, se de acordo, ratificar a mencionada **dispensa**, nos termos do artigo 26 da mesma legislação.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador







**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** aquisição de aventais descartáveis visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** Despacho GS nº 2.781/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, **RATIFICO** se conforme, atendidas as normas de regência, a urgência notória e a razoabilidade, o **ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 42 que declara a** Dispensa de licitação para a aquisição de aventais descartáveis o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA**.

**Restitua-se à** Núcleo de Compras, para demais providências.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Eduardo Barbin  
Chefe de Gabinete  
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete




Despacho do Senhor Chefe de Gabinete de 22/04/2020

SES-PRC-2020/17663 Interessado: Coordenadoria Geral de Administração – CGA Assunto: Aquisição de aventais descartáveis para o atendimento do enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, **RATIFICO** se conforme, atendidas as normas de regência e a urgência notória, o ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 42 que declara a **Dispensa de licitação** para a aquisição de aventais descartáveis para o atendimento do enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA**.



1 - Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;  
2 - Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.

A seguinte licitação foi recebida com sucesso:  
Comprovante de recebimento n. 7811294  
Publicante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE  
Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 351, Pacaembu, CEP: 01246000, São Paulo, SP  
Nome do Usuário: RITA DE CASSIA LOURENÇO  
CPF do Usuário: 154.206.908-45  
Anunciante: Secretaria Estadual da Saúde - Gabinete do Secretário  
Caderno: Executivo I  
Seção: Gabinete do Secretário  
Modalidade: DISPENSA  
Número: 53/2020  
Evento: RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO  
Natureza: Materiais e Equipamentos  
Grupo: Artigos e Equipamentos de Uso Médico, Odontológico e Hospitalar  
Objeto da Licitação: Aquisição de aventais descartáveis para o atendimento do enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)  
Processo: SES-PRC-2020/17663  
Local de Execução: São Paulo  
Data de Publicação: 24/04/2020  
Síntese: Texto transformado em arquivo - HASH 70D8CEC192FE02B711FC2E50E12A305F  
Nota:  
Nota de Reserva:  
Total Previsto: 14.190.000,00  
Arquivo: E1.LAA.75.001



SESCAP2020219364A





Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 23/04/2020 às 07:27:38.  
Documento Nº: 4432832-9208 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432832-9208>



SESCAP2020219364A



# Governo do Estado de São Paulo

## CONTRATO DE EMPENHO 2020CT00524

No. do Documento	2020CT00524	Data de Emissão	23ABR2020	Evento	400051 - DESPESAS COM RESERVA
Unidade Gestora	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA				
Gestão	00001				
Fonte	005001133				
Natureza da Despesa	33903031	PTRES	090111		
UGR	090010				
Favorecido	28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA				
Data de Entrega Prevista	24ABR2020				
Modalidade do Empenho	1 - ORDINARIO	Tipo de Aquisição	2 - MATERIAL		
Tipo de Compra/Licitação	05 - DISP. LICIT	Referência Legal	LF 8666/93		
Origem do Material	1 - NACIONAL	Número do Processo	2020/17663		
Número do Contrato Fornecedor		Plano Interno	0100		
Número do Edital	DIPENSA 53/2020				
Valor a Empenhar	14.190.000,00				
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS 406				
Bairro	BOM RETIRO				
Cidade	SÃO PAULO				
CEP	01131-000				
Informações Adicionais					

Cronograma		
	Mês	Valor
	01	
	02	
	03	
	04	14.190.000,00
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	

<b>Sequência</b>	001	<b>Item</b>	00347812-2	<b>Unid. Forn.</b>	00001
<b>Quantidade</b>	1100000,000	<b>Valor Unitário</b>	12,90	<b>Preço Total</b>	14.190.000,00
<b>Descrição</b>					
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/ M², NAO ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS CO STAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTE X NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, U SO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE					





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** aquisição de aventais descartáveis visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 932/2020

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF**, para fins de contabilização da CT sob nº 2020CT00524.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO PARA O PLANO DE CONTINGENCIA DO COVID19

**Número de referência:** SES-PRC-2020/17663

**Coordenadoria Geral de Administração - CGA**

**Nº EMPENHO (S) ----->**

**2020NE00581**

**VALOR EMPENHO (S) ----->**

**R\$ 14.190.000,00**

Providenciada a emissão da(s) Nota(s) de Empenho, por este Grupo de Controle Financeiro, encaminhe-se à apreciação do Ordenador da Despesa para, se de acordo, autorizar a referida despesa.

Encaminhe-se ao Núcleo de Compras/CGA para prosseguimento

São Paulo, 23 de abril de 2020.

**ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA**  
Diretor Técnico III  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO





# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00581

<b>UG</b>	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
<b>Gestão</b>	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
<b>Data de Emissão</b>	23/04/2020

CNPJ/CPF/UG	28476997000170				
Credor	MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI				
Endereço	Rua Pedro bolgione n 207				
Cidade	Itapevi	UF	SP	CEP	06693-015

<b>Origem Material</b>	1
------------------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400051	09001	10302093048500000	005001133	33903031	090010	000.000.0100

No Processo	2020/17663	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LF 8666/93		
Licitação	05 - DISPENSA LICIT.	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2020CT00524	Nº OC	

<b>Valor do Empenho R\$</b>	14.190.000,00 (QUATORZE MILHOES, CENTO E NOVENTA MIL REAIS)
-----------------------------	-------------------------------------------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
04	14.190.000,00

<b>Sequência</b>	001	<b>Item</b>	00347812-2	<b>Unid. Forn.</b>	00001
<b>Quantidade</b>	001100000,000	<b>Valor Unitário</b>	12,90	<b>Preço Total</b>	14.190.000,00

Descrição
<p>AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/M², NAO ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, USO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE</p>





## Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	14.190.000,00
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS 406
Data de Entrega	24/04/2020

---

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES  
130456788-58  
**Ordenador da Despesa**

Responsavel pela emissão	14898757863
--------------------------	-------------





98 – São Paulo, 130 (79).

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

sexta-feira, 24 de abril de 2020

HOMOLOGO ESTE CERTAME ELETRÔNICO NOS TERMOS DO EDITAL E DE ACORDO COM OS ATOS PRATICADOS PELO PREGHEIRO EM SESSÃO PÚBLICA, BEM COMO AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA E EMPENHAMENTO

Atas Decisórias da Autoridade

Pregão Eletrônico nº 018/2020 (OC nº 38110138042020OC000020) - Proc. nº 18620

Objeto: aquisição de álcool gel 70% Higienizador

por FERNANDO SERGIO ANDRADE em: 23/04/2020 10:10:17

HOMOLOGO ESTE CERTAME ELETRÔNICO NOS TERMOS DO EDITAL E DE ACORDO COM OS ATOS PRATICADOS PELO PREGHEIRO EM SESSÃO PÚBLICA, BEM COMO AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA E EMPENHAMENTO

Pregão Eletrônico nº 017/2020 (OC nº 38110138042020OC000020) - Proc. nº 18620

Objeto: aquisição de café e açúcar

Decisão da Autoridade

Homologado

por: FERNANDO SERGIO ANDRADE em: 23/04/2020 16:38:11

HOMOLOGO ESTE CERTAME ELETRÔNICO (ITEM 01), NOS TERMOS DO EDITAL E DE ACORDO COM OS ATOS PRATICADOS PELO PREGHEIRO EM SESSÃO PÚBLICA, BEM COMO AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA E EMPENHAMENTO

HOMOLOGO ESTE CERTAME ELETRÔNICO (ITEM 02), NOS TERMOS DO EDITAL E DE ACORDO COM OS ATOS PRATICADOS PELO PREGHEIRO EM SESSÃO PÚBLICA, BEM COMO AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA E EMPENHAMENTO

## FAZENDA E PLANEJAMENTO

## COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

## DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA

**Centro de Suprimentos**

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA

CENTRO DE SUPRIMENTOS / NÚCLEO DE COMPRAS

PROCESSO SF Nº: 22242-41337/2020

INTERESSADO: CCE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FENDIBRES

EDITAL ELETRÔNICO CV Nº 200115000012020OC00003

DESPACHO DO DIRETOR DO CENTRO DE SUPRIMENTOS DE 23/04/2020.

Declaro o item FRACASSADO.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA

CENTRO DE SUPRIMENTOS / NÚCLEO DE COMPRAS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO NC Nº 01/2020

PROCESSO SF Nº: 23675-5608502019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DESPESCUZIFICAÇÃO DE SOLO NA DRT-1

DECISÃO DA SENHORA DIRETORA TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA DE 23/04/2020.

HOMOLOGO os atos praticados no presente certame.

## CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

**Centro Regional de Administração de Santos**

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTOS

NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA - NSI

PROCESSO SF Nº: 23692-76402/2020

OBJETO: Material de escritório e de limpeza.

EDITAL ELETRÔNICO Nº Convite BEC 20014800012020OC00017

1 - No ato das atribuições legais, à vista do que foi apontado pela Comissão Julgadora na Ata de fls. 26 e 27, com fundamento no art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Estadual nº 6.544/89, HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade Convite Eletrônico BEC nº 20014800012020OC00017, objetivando a contratação de aquisição de material de consumo, bem como as decisões da Comissão Julgadora da Licitação e Adjudicação o objeto de certame.

Item 2 – 2916487 TOLALIA DE PAPEL DUPLA INT. INST. CLASSE 102 DOBRAS, MATERIAL SANDALO LTDA - ME, CNPJ Nº 21.823.607/0001-41 - Valor: R\$ 2.534,00

Item 5 – 614912 – CLITE DE AÇO, PARELEJO GALVANI-ZADO, NR. 40, MXPFL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, CNPJ Nº 23.799.954/0001-01, com valor de R\$ 34,80.

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTOS

NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA - NSI

PROCESSO SF Nº: 23692-76402/2020

OBJETO: Material de escritório e de limpeza.

EDITAL ELETRÔNICO Nº Convite BEC 20014800012020OC00017

Declarado REVOGADOS no dia 23/04/2020 os itens em razão da reavaliação das despesas, conforme Decreto Estadual nº 64.596/2020 por se tratar de itens, cuja compra poderia novamente ser reivindicada futuramente, são eles:

Item 3: 1038281 – CANETA MARCA TEXTO, POLIPIRONE-NO PONTA 3º, SAIM, AMARELA - Item 6: 218721 – PINCELA ATÔMICA NA COR AZUL, PONTA DE FELTRO CHAMBRADA, DESCARTÁVEL.

Declarado DESERTO, em 14/04/2020, o item 1: 3279502 – PEÇA DE REPOSIÇÃO – DISPENSER PARA SABÃO LÍQUIDO RECENTE INTERNO.

## Centro Regional de Administração de Taubaté

Processo: 23696-78078/2020

Convite Eletrônico: 200149000012020OC00014

Nos termos da competência definida na alínea "b" do inciso II do artigo 194 do Decreto 64.152/2019, com base nas disposições contidas na Lei Federal 8.666/93, na Lei Estadual 6.544/89 e alterações posteriores, HOMOLOGO os atos praticados no presente procedimento licitatório e ADJUDICO o item a empresa classificada em primeiro lugar, conforme grade ordenatória, na seguinte conformidade:

ITEM 1: MARCELE DAAMIA CORREA ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E PAPELARIA

Quant. Descrição Preço Unit. Valor Total

10 galões c/ 5 litros – higienizador, gel, neutro, álcool etílico 70%, bactericida/higienizante R\$ 103,00 = R\$ 1.030,00

## Centro Regional de Administração de Guarulhos

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUARULHOS

PROCESSO SF Nº 22136-76576/2020

INTERESSADO: NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene pessoal (higienizador em gel de 800ml, sabonete líquido e toalha de papel), para atender a demanda das diversas unidades subalternadas ao CRA e DRT-13

EDITAL ELETRÔNICO CV Nº 200159000012020OC00012 - OC Nº 200159000012020OC00012

DESPACHO DA DIRETORA DO CRA DE 23/04/2020.

Faço o apontado pela Comissão Julgadora e o uso da competência definida pela alínea "b", do inciso II, do artigo 194, do Decreto Estadual nº 64.152/2019, e com base nas disposições da Lei Federal 8.666/93 e Lei Estadual 6.544/89, HOMOLOGO os atos praticados no presente procedimento licitatório, e ADJUDICO o objeto às empresas classificadas em 1ª lugar.

## Centro Regional de Administração de Araquara

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REALIZAÇÃO DO CONVITE ELETRÔNICO

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAQUARA

Convite Eletrônico nº 200161000012020OC00002

Ata de Análise, Julgamento e Classificação das Propostas da Oferta de Compra nº 200161000012020OC00002, efetuado por ESTER REIS PORTO ELIAS, no dia 16/04/2020, às 13:46:50 os procedimentos relativos ao Convite Eletrônico em epígrafe.

Análise das Propostas

Item: 1 / Código: 3142493 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, CONTENDO HIDRATANTE PARA PELLE, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA AS MÃOS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, C/ VALVULA TIPO PUMP, C/ BICO DOSADOR E C/ DISPOSITIVO ANTI-ENTUPIMENTO E VAZAMENTO, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: FRASCO 500,00 MILILITRO / Quantidade: 500

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA 9,8900 NG de France Produzido no Brasil EPP Classificada

10623476000132 IMIS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP 9,9000 LUAR (VALVULA FLUP TOP) Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 Foco Gel Tampa Flip Top (não tem PUMP) Produzido no Brasil EPP Classificada

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 10,2300 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

27695599000181 PEDRO AUGUSTO DA CRUZ - EMPORIO - ME 11,3900 LUAR (tampa flip top) Produzido no Brasil ME Classificada

34879902000161 Lótus Clean - Serviços de Limpeza e Comércio Eireli 11,5500 Mollis, Archotet (tampa Flitop) Produzido no Brasil EPP Classificada

14770109000112 ELIETRAL COMERCIO E SERVICO LTDA 11,8000 NATURE - 500ML Produzido no Brasil EPP Classificada

54569585000178 Maximiliano da Rocha EIRELI 11,9900 Unia Flup 730g Tampa Flip Top Produzido no Brasil ME Classificada

05268903000154 PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI 13,3000 NP CLEAN - VALVULA PUMP 500ML Produzido no Brasil EPP Classificada

67421040000188 RILL QUIMICA LTDA 14,1000 RILLO - VALVULA PUMP 500ML Produzido no Brasil EPP Classificada

Resultado do Sorteio

CNPJ/CPF Licitante Proposta Resultado do Sorteio

10623476000132 IMIS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP 9,9000 1º

14545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 2º

Item: 2 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 55,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS Especiais LTDA 5,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 1º

Item: 3 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 55,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS Especiais LTDA 5,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 1º

Item: 4 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 55,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS Especiais LTDA 5,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 1º

Item: 5 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 55,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS Especiais LTDA 5,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 1º

Item: 6 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 55,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS Especiais LTDA 5,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 1º

Item: 7 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

05268903000171 Bela e Chic INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS Especiais Ltda. 55,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

14546684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS Especiais LTDA 5,2500 ESTILO BELA Produzido no Brasil EPP Classificada

74545732000101 MUCCIO & MUCCIO LTDA 9,9000 1º

Item: 8 / Código: 3246205 / Classe: 8510

Descrição: HIGIENIZADOR, GEL, NEUTRO, ÁLCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULAS PUMP

Especificação Técnica: HIGIENIZADOR, EM GEL, NEUTRO, COMPOSTO DE ÁLCOOL ETILICO 70%, INDICADO PARA AÇÃO BACTERICIDA E ANTISEPTICO PARA MÃOS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM.DETERMINADOS PELA ANVISA

Unidade de Fornecedor: GALÃO 5,00 LITRO / Quantidade: 4

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq. Analise Justificativa

35469585000178 Maximiliano da Rocha EIRELI 11,9900 ME 8º

29940579000154 PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI 13,3000 EPP 9º

67421040000188 RILL QUIMICA LTDA 14,1000 EPP 10º

Item 1: CNPJ/CPF Licitante Proposta Enq. Classificação

17700001000141 ER DO BRASIL industria e comercio de produtos QUIMICOS eireli 65,0000 ME 1º

14564684000136 DE FRANCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA 69,1500 EPP 2º

10623476000132 IMIS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP 70,0000 EPP 3º

29940579000154 PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI 84,0000 EPP 4º

18209156000142 R. MARCON PRODUTOS DE LIMPEZA - ME 89,5000 ME 5º

11500537000137 PRO-ESTETICA PRODUTOS E ACESSORIOS LTDA - ME 100,0000 ME 6º

Responsáveis

Nome Email Função

SONIA MARIA BARROSO MORETTI smorette@fazenda.sp.gov.br Autoridade Convite

EDUARDO AUGUSTO CESAR SALGADO esalgado@fazenda.sp.gov.br Responsável

Roberta Coutinho Sant'Ana rsantana@fazenda.sp.gov.br Responsável

ESTER REIS PORTO ELIAS erporto@fazenda.sp.gov.br Responsável

Considerações finais:

Nada mais havendo a tratar lavrei a presente ATA. Abre-se o prazo legal de 2 (dois) dias úteis para interposição de recursos.

Data de Encerramento: 23/04/2020 15:09:09

## AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

## AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

## DEPARTAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Extrato de Nota de Empenho

Processo: 3.383/2020 - Oferta de Compra: 130041000012020OC00022

Assunto: Aquisição de pneus para caminhão. Licitação: Pregão Eletrônico n.º FED 15/2020. UO: 130041. Nota de Empenho n.º 2020EN00051. Valor Total: R\$ 8.139,96 (Oito Mil, e Cento Trinta e Nove Reais e Novecentos e Seis Centavos). Contratante: Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Contratada: ZELIS COMERCIAL EIRELI. CNPJ: 34.840.358/0001-44. Classificação Econômica: 33903050. Programa de Trabalho: 20573130148740000. Data de Emissão: 23/04/2020.

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

DEPARTAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Comunicado

O Diretor Técnico do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento comunica que encontra-se aberto no DEPARTAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, PREGÃO ELETRÔNICO FED 15/2020, destinado a aquisição de 3.000 (TRES MIL LITROS DE ÓLEO DIESEL, do tipo MENOR PREÇO, com número de OC 130041000012020OC00022. A realização de sessão será no dia de 11/05/2020, horário 09h00 horas, no site [www.bcp.gov.br](http://www.bcp.gov.br) ou [www.bcp.fazenda.sp.gov.br](http://www.bcp.fazenda.sp.gov.br). No Departamento de Descentralização do Desenvolvimento, sito na Avenida Barão de Itapira, 1.481 - Jardim Guandara - Campinas/SP o edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos sites [www.bcp.gov.br](http://www.bcp.gov.br) e [www.nepgoe.org.br](http://www.nepgoe.org.br). As informações para aquisição/consulta do edital no Núcleo de Suprimentos da APA-Campanas, pelo telefone (19) 2137-8915 ou pelo e-mail [suprimentos@apta.sp.gov.br](mailto:suprimentos@apta.sp.gov.br)

## DESAFIO

## DIRETORIAS DE ENSINO

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE APAÍ

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE APAÍ

Escritório aberto na DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE APAÍ, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020, Processo SEDUC-PCP-2019/19153, Oferta de Compra 00030300320200024 - Participação Ampliada, para aquisição de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênicas sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados em escolas estaduais - Participação Ampliada, em Unidades Escolares jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino, do todo menor preço, a realização da sessão pública será no dia 14/05/2020, às 09h00 horas, no endereço eletrônico: [www.bcp.sp.gov.br](http://www.bcp.sp.gov.br) ou [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br)

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - LESTE

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE CAMPINAS LESTE

Extrato de Contrato de Promulgação

Objeto: Prestação de serviços de Limpeza Predial-UNIDADES ESCOLARES

Empresa: STRATEGIC SECURITY- CONSULT E SERVICOS LTDA.

CNPJ: 04.335.887/0001-20

PROCESSO Nº 1040634/2018 - legado 0475/0402/2017

Pregão 2020/17

Contrato: 014/2017

Data de Assinatura: 06 de abril de 2020

Valor: R\$ 4.497.413,39 (Quatro milhões, quatrocentos e novecentos e um mil, quatrocentos e treze reais e trinta e nove centavos)

Programa de Trabalho: 12368001561740000

Fonte do Recurso: 050503002

Natureza: 339037

Vigência: 19/04/2020 a 18/10/2022

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE CAMPINAS LESTE

Extrato de Contrato

Objeto: Prestação de serviços contínuos de Limpeza Predial-DIRETORIAS DE ENSINO Empresas: C.T.O. SERVICOS TECEIRADIZADOS LTDA - ME

CNPJ: 24.196.932/000110

Processo: 0077617

Pregão: 01/2019

Contrato: 012/2017

Prorrogação contratual nº 01/2020

Data de Assinatura: 15 de abril de 2020

Valor: R\$ 155.597,21 (Cento e Cinco e Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Vinte e Um Centavos)

Programa de Trabalho: 12368001561740000

Fonte do Recurso: 050503002

Natureza: 33903908

Vigência: 20/04/2020 a 19/10/2022

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JABOTICABAL

Extrato de Homologação de Homologação

Homologação o Convite Eletrônico nº 08031300012020OC00017, referente a Oferta de Compra nº 08031300012020OC00017, Processo nº 13319/2020, que trata de aquisição de material de consumo "Rede de Suprimentos - material de escritório" para esta Diretoria de Ensino e adjudica o objeto da certame na seguinte conformidade:

Programa de Trabalho: 1212081561780000

Fonte de Recurso: 001002007

NO: 33903040, 33903041, 33903050 e 33903090

Item 005 - 2020C00050 - Lida Teixeira Alves da Silva Cortez - ME - CNPJ 07.893.362/0001-81, no valor de R\$ 26,85;

Item 024 - 2020C00051 - Lida Teixeira Alves da Silva Cortez - ME - CNPJ 07.893.362/0001-81, no valor de R\$ 49,35;

Item - 023 - 2020C00052 - Hopemim Suprimentos e Serviços Ltda. - EPP - CNPJ 15657876000182, no valor de R\$ 54,70;

Item: 002, 008.011, 020 - 2020C00053 - Hopemim Suprimentos e Serviços Ltda. - EPP - CNPJ 15657876000182, no valor de R\$ 215,28;

Item: 005, 012, 022 - 2020C00054 - Mispel Distribuidora Eireli - ME - CNPJ 23.799.954/0001-01, no valor de R\$ 203,30;

Item: 007, 010, 019, 021, 023 - 2020C00055 - Nova Alagoas Suprimentos para Escritório Eireli - ME - CNPJ 24.564.257/0001-34, no valor de R\$ 616,40;

Item: 025, 026 e 027 - 2020C00056 - PZ Castelo - CNPJ 32.563.695/0001-06, no valor de R\$ 159,64;

Item: 028 - 2020C00057 - PZ Castelo - CNPJ 32.563.695/0001-06, no valor de R\$ 22,56;

Item: 018 - 2020C00058 - PZ Castelo - CNPJ 32.563.695/0001-06, no valor de R\$ 159,64;

Item: 009 - 2020C00059 - Loide Florencio de Souza Colagosi - CNPJ 34.827.160/0001-20, no valor de R\$ 34,50;

Item: 008 - 2020C00060 - Robert Silva Santos - CNPJ 34.442.944/0001-68, no valor de R\$ 168,80;

Item: 001, 014 e 029 - Fracassados.

## SAÚDE

## GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Senhor Chefe de Gabinete de 22/04/2020

**Rita de Cássia Lourenço Shiga Caetano**

**De:** Rita de Cássia Lourenço Shiga Caetano  
**Enviado em:** quinta-feira, 23 de abril de 2020 10:55  
**Para:** 'Marcelo Neres'  
**Cc:** Adriana Paschoalin; Valeria Gomes da Silva; Jessica Rodrigues Ferreira Lima; Nanci Aparecida Galfi; Cristiano Nascimento Oliveira  
**Assunto:** Nota de Empenho + Proposta  
**Anexos:** NOTA DE EMPENHO.pdf; PROPOSTA.pdf

Destinatário	Entrega	Ler
'Marcelo Neres'		
Adriana Paschoalin	Entregue: 23/04/2020 10:55	
Valeria Gomes da Silva	Entregue: 23/04/2020 10:55	Lida: 23/04/2020 10:57
Jessica Rodrigues Ferreira Lima	Entregue: 23/04/2020 10:55	
Nanci Aparecida Galfi	Entregue: 23/04/2020 10:55	Lida: 23/04/2020 11:16
Cristiano Nascimento Oliveira	Entregue: 23/04/2020 10:55	Lida: 23/04/2020 11:11

Bom dia!!! Segue a Nota de Empenho nº 2020NE00581 no valor de R\$ 14.190.000,00 referente as aventais.

Dados para faturamento:  
 Nome: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria Geral de Administração  
 CNPJ nº 46.374.500/0252-60

Local de Entrega: Rua dos Italianos, 406 – Bom Retiro São Paulo – SP Entrar em contato com Jessica Tel: 3367.7931/7936

Por favor acusar o recebimento

Atenciosamente

**Rita de Cássia Lourenço Shiga Caetano**  
 Diretor Técnico II  
 Secretaria da Saúde/CGA/Núcleo de Compras  
[rlourenco@saude.sp.gov.br](mailto:rlourenco@saude.sp.gov.br) | 11 3066-8725 | 11 3066-8540  
 Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 2º andar Sala 202 – Cerqueira César São Paulo/SP  
 f t i fr v i n /governosp



[Página #]



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 24/04/2020 às 12:39:59.  
 Documento Nº: 4483459-9208 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4483459-9208>



SESCAP2020224560A

## EXTRATO DE EMPENHO

CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: **MARCELO NERES DE OLIVEIRA** – CNPJ nº 28.476.997/0001-70 - OBJETO: Aquisição de aventais descartáveis visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19) SES-PRC-2020/17663 **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2020** - VALOR: **R\$ R\$ 14.190.000,00** - NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE00581 - Recursos: Programa: 10302093048500000 - Natureza de Despesa: 33903031 - UGE: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - DATA DA ASSINATURA: 23/04/2020.

### **imprensaoficial**

- 1 - Atestamos a transmissao deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteudo;
- 2 - Sua publicacao fica condicionada ao atendimento das normas de publicacao dos cadernos do Diario Oficial.

A seguinte licitacao foi recebida com sucesso:  
Comprovante de recebimento n. 7813089  
Publicante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE  
Endereco: Avenida Doutor Arnaldo, 351, Pacaembu, CEP: 01246000, Sao Paulo, SP  
Nome do Usuario: RITA DE CASSIA LOURENCO  
CPF do Usuario: 154.206.908-45  
Anunciante: Secretaria Estadual da Saude - Gabinete do Secretario  
Caderno: Executivo I  
Secao: Gabinete do Secretario  
Modalidade: DISPENSA  
Numero: 53/2020  
Evento: OUTRAS  
Natureza: Materiais e Equipamentos  
Grupo: Artigos e Equipamentos de Uso Medico, Odontologico e Hospitalar  
Objeto: Aquisicao de aventais descartaveis para o atendimento do enfrentamento de calamidade publica decorrente do coronavirus (COVID-19)  
Processo: SES-PRC-2020/17663  
Local de Execucao: Sao Paulo  
1a Data de Publicacao: 25/04/2020  
Síntese: Texto transformado em arquivo - HASH 96B9B98CC2FFCE476AC2EBFE4DE298BC









**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 968/2020

Em 23/04/2020 foi encaminhada a Nota de Empenho nº 2020NE00581, conforme comprovante de fls. 52.

Salientamos que o presente processo foi cadastrado no SCT através da Licitação 2020814766712 - Pacote 4066523.

Encaminhe-se ao **Centro de Logística de Material de Consumo** para o que couber.

São Paulo, 27 de abril de 2020.

RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras



04/05/2020


Bling - DANFE

RECEBEMOS DE Marcelo Neres de Oliveira OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		<b>NF-e</b> <b>Nº 000004</b> <b>Série 1</b>
Data de recebimento	Identificação e assinatura do receptor	



**Marcelo Neres de Oliveira**  
 Rua Pedro Bolgione, 207, Cidade da Saúde  
 06.693-015 - Itapevi - SP  
 Fone (11) 95104-4899 www.neres.com.br -  
 marcelo@neres.com.br

**DANFE**  
 Documento Auxiliar  
 da Nota Fiscal  
 Eletrônica  
 0-Entrada  
 1-Saída  
**Nº 000004**  
 SERIE: 1  
 Página: 1 de 1

<b>Controle do Fisco</b> 
Chave de acesso 3520 0528 4769 9700 0170 5500 1000 0000 0415 9832 8828
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação	Protocolo de autorização de uso
Venda de mercadorias	135200349490674 04/05/2020 13:28:34
Inscrição Estadual	CNPJ
373184629110	28.476.997/0001-70

<b>Destinatário/Remetente</b>		CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
Nome / Razão Social		46.374.500/0252-60	ISENTO	04/05/2020
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		Bairro	CEP	Data saída
Endereço		Cerqueira Cesar	05.403-000	04/05/2020
Avenida Doutor Eneas Carvalho de Aguiar, 188		Fone/Fax	UF	Hora saída
Município		(11) 3066-8000	SP	13:28:32
São Paulo				

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
--------	------------	-------	--------	------------	-------	--------	------------	-------

<b>Cálculo do imposto</b>	
Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS
0,00	0,00
Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.
0,00	0,00
Valor total dos produtos	85.140,00
Valor do frete	Valor do seguro
0,00	0,00
Desconto	Outras despesas acessórias
0,00	0,00
Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	85.140,00

<b>Transportador/Volumes transportados</b>	
Nome	Frete por conta
	1 - Contratação do Frete por conta do
	Destinatário (FCB)
Código ANTT	Placa do veículo
	UF
Endereço	Inscrição Estadual
Quantidade	Espécie
55	CAIXAS
Marca	Numeração
NERES	
Peso bruto	Peso líquido
0,000	0,000

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vir.ICMS	Vir.IPI	%ICMS	%IPI
004	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA TNT- TECIDO NAO	63079010	0400	5.102	UN	5.880,00	12,90	75.852,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
002	TECIDO 40GR NAO CIRURGICO - BRANCO	63079010	0400	5.102	UN	240,00	12,90	3.096,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
003	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA TNT- TECIDO NAO	63079010	0400	5.102	UN	480,00	12,90	6.192,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
	TECIDO 40GR NAO CIRURGICO - AZUL MARINHO												
	TECIDO 40GR NAO CIRURGICO - AZUL BEBE												

<b>Cálculo do ISSQN</b>	
Inscrição Municipal	Valor total dos serviços
30429	0,00
Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
0,00	0,00

<b>Dados adicionais</b>	
Observações	
Total aproximado de tributos: R\$ 18.901,07 (22,20%) Federais R\$ 3.575,87 (4,20%) Estaduais R\$ 15.325,20 (18,00%) . Fonte IBPT.	
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00581 - ENTREGA PARCIAL PROGRAMADA	
PEDIDO PARA ATENDIMENTO AO COMBATE DO COVID19	
RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 (Publicada no DOU Extra nº 56 - C, de 23 de março de 2020) (Republicada no Dou Extra nº 57 - C, de 24 de março de 2020)	
ENTREGAR RUA DOS ITALIANOS N. 406 - BOM RETIRO - CONF SOLICITAÇÃO	

*Covid-19* 2020 581  
 33903034  
 Proc. 202017663  
 F. recibo 005.001.133.  
 Avental

*PC OK*

*Reservado ao fisco*

*04.05/2020*

*CGA / CLMC*

*04 MAI 2020*

*11.00.000-7*

*04/05/2020 13:28:55*

*NL 04089*  
*NL 04090*  
*NL 04092*  
*NL 04093*  
*PD 1834*



Date: segunda-feira, 11 de maio de 202 Time: 19:07:16

\_\_\_\_ **STAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO )** \_\_\_\_\_  
CONSULTA EM 11/05/2020 AS 19:07 USUARIO : NANCY  
DATA EMISSAO : 06MAI2020 NUMERO : 2020NL04089  
DATA LANÇAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01  
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00581	33903031	005001133	85.140,00

OBSERVACAO :  
**PRE LIQUIDACAO NF 000004 PROC. 2020/17663 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 10:14



Date: segunda-feira, 11 de maio de 2020 Time: 19:07:25

**SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO )**  
CONSULTA EM 11/05/2020 AS 19:07 USUARIO : NANCY  
DATA EMISSAO : 06MAI2020 NUMERO : 2020NL04090  
DATA LANCAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01  
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17663			85.140,00

OBSERVACAO :  
**LIQUIDACAO NF 000004 PROC. 2020/17663 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 10:16





Date: segunda-feira, 11 de maio de 2020 Time: 19:07:33

**SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO )**  
CONSULTA EM 11/05/2020 AS 19:07 USUARIO : NANCY  
DATA EMISSAO : 06MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL04092  
DATA LANCAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01  
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00581	33903031	005001133	85.140,00

OBSERVACAO :  
**LIQUIDACAO NF 00004 PROC. 2020/17663 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 10:21



Date: segunda-feira, 11 de maio de 2020 Time: 19:07:41

**SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO )**  
CONSULTA EM 11/05/2020 AS 19:07 USUARIO : NANCY  
DATA EMISSAO : 06MAI2020 NUMERO : 2020NL04093  
DATA LANCAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01  
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00581	33903031	115610102	005001133	85.140,00
540461	CE999				85.140,00

OBSERVACAO :  
**RECLASSIFICACAO NF 000004 PROC. 2020/17663 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 10:27



Date: segunda-feira, 11 de maio de 202 Time: 19:10:28

**SIAFEM2020-CONTAB,CONSULTAS,DIARIO ( CONSULTA DIARIO CONTABIL )**  
CONSULTA EM 11/05/2020 AS 19:10 USUARIO : NANCY  
DATA EMISSAO : 11MAI2020 DATA LANÇAMENTO : 11MAI2020 NUMERO : 2020OB03861  
UNIDADE GESTORA : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA \* PAGAMENTO NORMAL \*  
PD/NL/OC/LISTA : 090102 00001 2020PD01834 2020NL04092  
DOM. BANC. EMITENTE TIPO OB : 032  
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462  
S.PUBLICO SAO PAULO  
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO  
CNPJ/CPF/UG : 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO :  
BANCO : 001 AGENCIA : 06818 CONTA CORRENTE : 000243469  
AV.CESARIO DE ABREU  
PROCESSO : 2020/17663 VALOR : 85.140,00  
FINALIDADE : PAGTO NF 000004 AVENTAL COVID-19  
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R  
700601 2020NE00581 33903031 005001133 85.140,00  
701987 005001133 85.140,00  
SITUACAO : OB CANCELADA EM 11MAI2020  
CAUSA : PAGA POR ENGANO  
LANCADO POR: ALEXSANDRA BERTACO SEVERINO - 090050 EM: 11MAI2020 AS: 10:24



30/04/2020

Bling - DANFE

RECEBEMOS DE Marcelo Neres de Oliveira OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000002 Série 1
Data de recebimento 30/04/2020	Identificação e assinatura do recebedor <i>Jessica Rodrigues F. Lima</i> Diretor	



**DANFE**  
Documento Auxiliar  
da Nota Fiscal  
Eletrônica  
0-Entrada  
1-Saída  
1

**Nº 000002**  
SÉRIE: 1  
Página: 1 de 1

Controle do Fisco
Chave de acesso 3520 0428 4769 9700 0170 5500 1000 0000 0212 9305 5609
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação Venda de mercadorias	Protocolo de autorização de uso 135200342028172 30/04/2020 13:25:09
Inscrição Estadual 373184629110	CNPJ 28.476.997/0001-70

<b>Destinatário/Remetente</b>		CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
Nome / Razão Social SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		46.374.500/0252-60	ISENTO	30/04/2020
Endereço Avenida Doutor Eneas Carvalho de Aguiar, 188		Bairro Cerroqueira Cesar	CEP 05.403-000	Data saída 30/04/2020
Município São Paulo		Fone/Fax (11) 3066-8000	UF SP	Hora saída 13:25:07

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	01/05/2020	67.080,00						

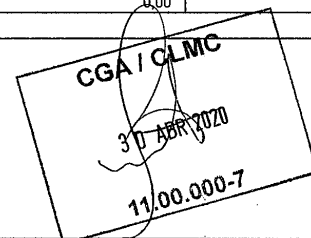
<b>Cálculo do imposto</b>	
Base de cálculo do ICMS 0,00	Valor do ICMS 0,00
Base de cálculo do ICMS Subst. 0,00	Valor do ICMS Subst. 0,00
Valor do frete 0,00	Valor do seguro 0,00
Desconto 0,00	Outras despesas acessórias 0,00
Valor do IPI 0,00	Valor total da nota 67.080,00

<b>Transportador/Volumes transportados</b>	
Nome	Frete por conta 3 - Transporte Próprio por conta do Remetente
Endereço	Código ANTT
Quantidade	Placa do veículo
Especie	UF
CAIXAS + 4 PACOTES	CNPJ/CPF
Marca	Inscrição Estadual
NERES	
Numeração	Peso bruto
	0,000
	Peso líquido
	0,000

Itens da nota fiscal													
Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
001	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA TNT- TECIDO NAO TECIDO 40GR NAO CIRURGICO - VERDE BANDEIRA	63079010	0400	5.102	1	1.260,00	12,90	16.254,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
002	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA TNT- TECIDO NAO TECIDO 40GR NAO CIRURGICO - AZUL MARINHO	63079010	0400	5.102	1	2.920,00	12,90	37.668,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
003	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA TNT- TECIDO NAO TECIDO 40GR NAO CIRURGICO - AZUL BEBE	63079010	0400	5.102	1	1.020,00	12,90	13.158,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

<b>Cálculo do ISSQN</b>	
Inscrição Municipal 30429	Valor total dos serviços 0,00
Base de cálculo do ISSQN 0,00	Valor do ISSQN 0,00

<b>Dados adicionais</b>	
Observações Total aproximado de tributos: R\$ 14.891,77 (22,20%) Federais R\$ 2.817,37 (4,20%) Estaduais R\$ 12.074,40 (18,00%) . Fonte IBPT. NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00581 - ENTREGA PARCIAL PROGRAMADA PEDIDO PARA ATENDIMENTO AO COMBATE DO COVID19 RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 (Publicada no DOU Extra nº 56 - C, de 23 de março de 2020) (Republicada no Dou Extra nº 57 - C, de 24 de março de 2020) ENTREGAR RUA DOS ITALIANOS N. 406 - BOM RETIRO - CONF SOLICITAÇÃO	Reservado ao fisco



30/04/2020 13:25:53

NL 4053  
NL 4081  
NL 4083  
PD 1735 cancela Dou  
PD 01833

NL 4087  
San OK

Cof. 30/04/2020  
Sandra

<https://www.bling.com.br/relatorios/danfe.php?idNota=8029305560&fechaPopup=N&frenteverso=S>

Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 17:31:57

\_\_\_ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO )** \_\_\_  
CONSULTA EM 07/05/2020 AS 17:31 USUARIO : SANDRA  
DATA EMISSAO : 30ABR2020 NUMERO : 2020NL04053  
DATA LANCAMENTO : 30ABR2020 TELA : 01/01  
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO FAVORECIDA :  
  
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R  
411133 2020NE00581 33903031 005001133 67.080,00

OBSERVACAO :  
**PRE LIQUIDACAO NF 000002 PROC. 2020/17633 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05MAI2020 AS 9:48



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 17:32:04

\_\_\_\_ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO )** \_\_\_\_\_  
 CONSULTA EM 07/05/2020 AS 17:32 USUARIO : SANDRA  
 DATA EMISSAO : 05MAI2020 NUMERO : 2020NL04054  
 DATA LANÇAMENTO : 05MAI2020 TELA : 01/01  
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
 GESTAO FAVORECIDA :  
  

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17663			67.080,00

OBSERVACAO :  
**LIQUIDACAO NF 000002 PROC. 2020/17633 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05MAI2020 AS 9:49



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 17:32:20

\_\_\_ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO )** \_\_\_\_\_  
CONSULTA EM 07/05/2020 AS 17:32 USUARIO : SANDRA  
DATA EMISSAO : 30ABR2020 NUMERO : 2020NL04081  
DATA LANCAMENTO : 30ABR2020 TELA : 01/01  
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17663			67.080,00

OBSERVACAO :  
**LIQUIDACAO NF 000002 PROC. 2020/17663 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05MAI2020 AS 17:29



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 17:32:26

\_\_\_\_ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL ( CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO )** \_\_\_\_\_  
 CONSULTA EM 07/05/2020 AS 17:32 USUARIO : SANDRA  
 DATA EMISSAO : 05MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL04083  
 DATA LANCAMENTO : 05MAI2020 TELA : 01/01  
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA  
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
 GESTAO FAVORECIDA :  
  

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00581	33903031	005001133	67.080,00

OBSERVACAO :  
**LIQUIDACAO NF 00002 PROC. 2020/17663 AVENTAL**

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05MAI2020 AS 17:42





Date: segunda-feira, 11 de maio de 2020 Time: 19:09:28

**SIAFEM2020-CONTAB,CONSULTAS,DIARIO ( CONSULTA DIARIO CONTABIL )**  
CONSULTA EM 11/05/2020 AS 19:09 USUARIO : NANCY  
DATA EMISSAO : 11MAI2020 DATA LANÇAMENTO : 11MAI2020 NUMERO : 2020OB03860  
UNIDADE GESTORA : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES  
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA \* PAGAMENTO NORMAL \*  
PD/NL/OC/LISTA : 090102 00001 2020PD01833 2020NL04083  
DOM. BANC. EMITENTE TIPO OB : 032  
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462  
S.PUBLICO SAO PAULO  
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO  
CNPJ/CPF/UG : 28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI  
GESTAO :  
BANCO : 001 AGENCIA : 06818 CONTA CORRENTE : 000243469  
AV.CESARIO DE ABREU  
PROCESSO : 2020/17663 VALOR : 67.080,00  
FINALIDADE : PAGTO NF 000002 AVENTAL COVID-19  
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R  
700601 2020NE00581 33903031 005001133 67.080,00  
701987 005001133 67.080,00  
SITUACAO : OB CANCELADA EM 11MAI2020  
CAUSA : PAGA POR ENGANO  
LANCADO POR: ALEXSANDRA BERTACO SEVERINO - 090050 EM: 11MAI2020 AS: 10:23





São Paulo, 04 de Maio de 2020.

OFÍCIO CGA N.º 214/2020

**Ref.: Proposta Comercial Marcelo Neres de Oliveria****Aquisição de Aventais Descartáveis Visando o Atendimento para Enfrentamento da Calamidade Pública Decorrente do Coronavírus (COVID-19)**

Prezado Presidente,

Trata da aquisição de 1.100.000 (um milhão e sem mil) unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada por Vossa Senhoria datada de 17 de abril de 2020.

Notório que, a aquisição em questão encontra-se formalizada única e exclusivamente para atender as necessidades das Unidades Hospitalares do Estado de São Paulo – Secretaria da Saúde, denominados como referência para o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmada infecção humana decorrente do Novo Coronavírus, conforme cronograma estabelecido na proposta, sendo que o não cumprimento das obrigações assumidas insurge no irreparável dano ao Estado de SP, cuja Capital possui o maior índice de casos e mortes por COVID19.

Neste contexto, frisa-se que o impacto no descumprimento da entrega em tempo hábil inevitavelmente ocasionará, entre outras hipóteses:

- Aumento exponencial de número óbitos de pacientes;
- Colapso na saúde pública pela inviabilidade do regular e necessário atendimento aos pacientes infectados;
- Obtenção emergencial de insumos da mesma natureza por preços extraordinários.

**Coordenadoria Geral de Administração – CGA**  
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000






Considerando que

- ✓ A Proposta emitida em 17/04/20;
- ✓ O empenho sob n.º 2020NE00581 emitida em 23/04/20.
- ✓ A entrega 11.800 (onze mil e oitocentos) unidades até o momento.

Solicita-se a entrega dos produtos na quantidade da programação de entrega prevista para o mês de abril, em até 48h. (quarenta e oito horas), sob pena do imediato cancelamento da aquisição, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.



ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES  
Coordenador da CGA

Ilustríssimo  
**Sr. Marcelo Neres**  
MARCELO NERES DE OLIVEIRA

**Coordenadoria Geral de Administração – CGA**

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000



Autenticado com senha por Nanci Aparecida Galfi - 11/05/2020 às 19:31:27.  
Documento Nº: 4893536-6694 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4893536-6694>



SESCAP2020261498A



# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00581

UG	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA					
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO					
Data de Emissão	23/04/2020					
CNPJ/CPF/UG	28476997000170					
Credor	MARCELLO NERES DE OLIVEIRA ET					
Endereço	Rua Pedro Bolgione n. 207					
Cidade	Itapetininga				UF	SP
					CEP	06613-010
Origem Material	1					

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400051	09001	10302093018500000	005001133	33903031	091010	030100110

No Processo	2020/17563	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref. Dispensa	11866693
Licitação	05 - DISPENSA LICIT	Modalidade	1 - ORDINARIA
Empenho Orig.		Nº Contrato	20200100521
		Nº OC	

Valor do Empenho R\$ 14.190.000,00 (QUATORZE MILHÕES, CENTO E NOVENTA MIL REAIS)

Cronograma	
Mês	Valor
04	14.190.000,00

Sequência	COL	Item	00347812-2	Unid. Forn.	00001
Quantidade	001100000,000	Valor Unitário	12,90	Preço Total	14.190.000,00

**Descrição**

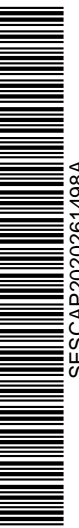
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAU TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40G/M<sup>2</sup>, NAU LITERO, PARA USO HOSPITALAR, COM OMBRO ACIONAVEL E EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LATEX NO PUNHO, DEXTE E SINISTRA, MEDIMENTO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LAIGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE



Assinado com senha por ADHFAR DIZIOI I FFRNANDES - 23/04/20 às 10:29:35



SESDCI202042736A



SESCAP2020261498A



Autenticado com senha por NANCY APARECIDA GALFI - 11/05/2020 às 19:31:27.  
Documento Nº: 4893536-6694 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=4893536-6694>

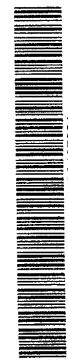


## Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	R\$ 150.000,00
Local de Entrega	RUA DOS HETERANOS 306
Data de Entrega	23/04/2020
<hr/>	
ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES 130456788-58 Ordenador da Despesa	
Responsavel pela emissão	14893536-6694



Assinado com senha por ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES - 23/04/20 às 10:29:35.  
Documento Nº: 4893536-6694 - consulte à autenticidade em



SESDCI202042736A



SESCAP2020261498A





**Adriana Paschoalin**  
 Director III da GGA-ST  
 Coordenadoria Geral de Administração - CGA  
 Secretaria de Estado de Saúde - SES

Proposta

ITAPEVI, 17 de abril de 2020.

**Ref.: Fornecimento Aventais Descartáveis**

Prezado (a) Senhor (a);

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA** CNPJ 28.476.997/0001-70 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, DESCARTÁVEIS E LIMPEZA, especializada no setor de higiene, limpeza e descartáveis. Com foco contínuo na qualidade do atendimento, para nos tornarmos referência no segmento.

DADOS CADASTRAIS	
RAZÃO SOCIAL	MARCELO NERES DE OLIVEIRA - EI
CNPJ	28.476.997/0001-70
INSCRIÇÃO ESTADUAL	373.184.629.110
CONTATO	MARCELO NERES
TELEFONE CELULAR	(11) 95104.4899
DADOS BANCÁRIOS	
BANCO	ITAÚ (341)
AGENCIA	7373
CONTA CORRENTE	34679-5

MATERIAL	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
AVENTAL DESCARTÁVEL - MATÉRIA PRIMA - TNT - TECIDO NÃO TECIDO - GRAMATURA 40GRAMAS OU SUPERIOR COSTURADO E COM VIÉS - FECHAMENTO - NO PESCOÇO C/VIÉS EM TNT - LATEX NO PUNHO - CORES: VARIADAS - AZUL / VERDE E BRANCO COM CINTO EM TNT FIXO NO AVENTAL - TAMANHO ÚNICO LARGURA 1,40CM - MANGAS 0,65 CM - ALTURA 1,50 CM	1.100.000	R\$ 12,90	R\$ 14.190.000,00
OBS : cada PACTE contém 10 un		Total	R\$ 14.190.000,00

Prazo de pagamento

TED a Vista. / Contra Apresentação NF DAS ENTREGAS PARCIAIS  
 CONFORME dados do Empenho,  
 Frete CIF.

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA**

Rua Pedro Bolgione n. 207 - Cidade da Saúde - Itapevi/SP - CEP: 06693-015 - Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - MARCELO@NERES.COM.BR



Autenticado com senha por FÁBIO FRANCISCO NASCIMENTO 17/04/20 às 17:47:40



SESCAP2020214934A



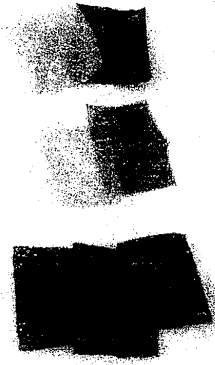
SESCAP2020261498A



Autenticado com senha por NANCY APARECIDA GALFI - 11/05/2020 às 19:31:27.  
 Documento Nº: 4893536-6694 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=4893536-6694>



**Prazo de Entrega**  
ENTREGA PROGRAMADA ATÉ 30/JUNHO/2020



CORES  
AZUL BIC  
VERDE  
BRANCO

Ministério da Saúde - IMS Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA Este texto não substitui-lo(s) publicado(s) em Diário Oficial da União. RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 (Publicada no DOU Extra nº 56 - C, de 23 de março de 2020) (Republicada no

**Programação de Entrega**

Até 30/Abril 60.000 un  
Até 31/maio 520.000 un  
Até 30/junho 520.000 un

**ESPECIFICAÇÕES**

MATÉRIA PRIMA - TNT - TECIDO NÃO TECIDO  
GRAMATURA 40GRAMAS OU SUPERIOR  
COSTURADO E COM VIÉS  
FECHAMENTO - NO PESCOÇO C/VIÉS EM TNT  
LATEX NO PUNHO  
CORES: VARIADAS - AZUL / VERDE E BRANCO  
COM CINTO EM TNT FIXO NO AVENTAL  
TAMANHO ÚNICO  
LARGURA 1,40CM  
MANGAS 0,65 CM  
ALTURA 1,50 CM



Rua Pedro Bolgione n. 207 - Cidade da Saúde - Itapevi/SP - CEP: 06693-015 - Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - [MARCELO@NERES.COM.BR](mailto:MARCELO@NERES.COM.BR)



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 17/04/20 às 17:47:40.  
Documento Nº: 4893536-6694 - consulta à autenticidade em



SESCAP2020214934A



SESCAP2020261498A



Autenticado com senha por Nanci Aparecida Galfi - 11/05/2020 às 19:31:27.  
Documento Nº: 4893536-6694 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4893536-6694>



Secretaria da Saúde

São Paulo, 07 de maio de 2020.

OFÍCIO CGA Nº: 220/2020

**Ref.: Proposta Comercial Marcelo Neres de Oliveria**  
**Aquisição de Aventais Descartáveis Visando o Atendimento para**  
**Enfrentamento da Calamidade Pública Decorrente do Coronavírus**  
**(COVID-19)**

Prezado Marcelo,

Trata da aquisição de 1.100.000 (um milhão e cem mil) unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada por Vossa Senhoria datada de 17 de abril de 2020, visando o atendimento para enfrentamento da calamidade pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).

No tocante a entrega dos aventais, em atenção ao cronograma apresentado, no qual a primeira entrega de 60.000 unidades deveria ter ocorrido no 30/04/2020, agendamento não cumprido.

A empresa foi notificada, por intermédio do Ofício CGA n.º 214/2020 de 04/05/20, para a imediata cumprimento dos prazos e quantitativos, posto que até o momento a empresa entregou somente 11.800 (onze mil e oitocentos) unidades.

Em 06/05/20 a empresa em apresenta em novo plano cronograma de entrega, com quantitativos diferentes do inicialmente contratado.

Considerando que, a empresa não manteve o próprio cronograma apresentado em sua proposta, o que denota descumprimento de suas obrigações assumidas, bem como o novo plano apresentado não corresponde com as necessidades desta Administração para o mencionado enfrentamento, inviabilizando o seu aceite, se faz necessário a rescisão contratual com a empresa de Vossa Senhoria.

Ante o exposto, em razão do descumprimento contratual, esta Coordenadoria Geral de Administração, vem, por meio desse ofício NOTIFICAR a Empresa *Marcelo Neres de Oliveira* sobre a rescisão contratual e todas as decorrências legais que serão oportunamente apresentadas, respeitando as normas previstas para a espécie.

Na oportunidade, reitero nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

**ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES**

Coordenador da CGA

Ilustríssimo

**Sr. Marcelo Neres**

MARCELO NERES DE OLIVEIRA

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000

**Coordenadoria Geral de Administração - CGA**

Grupo de Gerenciamento das Atividades de Suprimento e Infraestrutura - GGA-SI

c:\users\csartori\appdata\local\microsoft\windows\inetcache\content.outlook\gdzyt72x\oficio 220 2020 - marcelo neres.docx



SESCAP2020261500A



## Cinthia Sartori Rodrigues

**De:** Cinthia Sartori Rodrigues em nome de Cinthya Sartori Rodrigues  
**Enviado em:** quinta-feira, 7 de maio de 2020 15:04  
**Para:** 'marcelo@neres.com.br'  
**Cc:** Adhemar Dizioli Fernandes; Adriana Paschoalin  
**Assunto:** Aquisição de Aventais  
**Anexos:** ofício 220 2020 - marcelo neres.docx

**Prioridade:** Alta

<b>Controle:</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Entrega</b>
	'marcelo@neres.com.br'	
	Adhemar Dizioli Fernandes	Entregue: 07/05/2020 15:04
	Adriana Paschoalin	Entregue: 07/05/2020 15:04

Prezado Marcelo,

Segue Ofício CGA n.º 220/2020 para conhecimento.

Att,

**Cinthya Sartori**  
**Assessor Técnico IV**  
 Coordenadoria Geral de Administração - CGA  
 Secretaria de Estado da Saúde - SES

---

csartori@sauda.sp.gov.br | 11 3066-8334  
 Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, Sala 201, 2º Andar  
 CEP 05403-000 - Cerqueira César - São Paulo/SP

      /governosp



## Cinthia Sartori Rodrigues

**De:** Cinthia Sartori Rodrigues em nome de Cinthya Sartori Rodrigues  
**Enviado em:** quinta-feira, 7 de maio de 2020 15:04  
**Para:** 'marcelo@neres.com.br'  
**Cc:** Adhemar Dizioli Fernandes; Adriana Paschoalin  
**Assunto:** Aquisição de Aventais  
**Anexos:** ofício 220 2020 - marcelo neres.docx

**Prioridade:** Alta

Controle:	Destinatário	Entrega
	'marcelo@neres.com.br'	
	Adhemar Dizioli Fernandes	Entregue: 07/05/2020 15:04
	Adriana Paschoalin	Entregue: 07/05/2020 15:04

Prezado Marcelo,

Segue Ofício CGA n.º 220/2020 para conhecimento.

Att,

**Cinthya Sartori**

**Assessor Técnico IV**

Coodenadoria Geral de Administração - CGA

Secretaria de Estado da Saúde - SES



csartori@saude.sp.gov.br | 11 3066-8334  
 Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, Sala 201, 2º Andar  
 CEP 05403-000 - Cerqueira César - São Paulo/SP

f t @ fr v @ in /governosp



## Cinthia Sartori Rodrigues

**De:** Cinthia Sartori Rodrigues em nome de Cinthya Sartori Rodrigues  
**Enviado em:** quinta-feira, 7 de maio de 2020 15:04  
**Para:** 'marcelo@neres.com.br'  
**Cc:** Adhemar Dizioli Fernandes; Adriana Paschoalin  
**Assunto:** Aquisição de Aventais  
**Anexos:** ofício 220 2020 - marcelo neres.docx

**Prioridade:** Alta

Controle:	Destinatário	Entrega
	'marcelo@neres.com.br'	
	Adhemar Dizioli Fernandes	Entregue: 07/05/2020 15:04
	Adriana Paschoalin	Entregue: 07/05/2020 15:04

Prezado Marcelo,

Segue Ofício CGA n.º 220/2020 para conhecimento.

Att,



**Cinthya Sartori**

**Assessor Técnico IV**

Coordenação Geral de Administração - CGA

Secretaria de Estado da Saúde - SES

csartori@saude.sp.gov.br | 11 3066-8334

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, Sala 201, 2º Andar

CEP 05403-000 - Cerqueira César - São Paulo/SP

f t i fr v s in /governosp





À  
Coordenadoria geral de administração  
Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo  
Ilmo Sr Coordenador – ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES



ITAPEVI, 06 de Maio de 2020.

Ref.: Resposta ao OFICIO CGA 214/2020

Prezado Senhor

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA CNPJ 28.476.997/0001-70 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, DESCARTÁVEIS E LIMPEZA**, com alteração de CNAe principal protocolado na JUCESP em 17 de abril de 2020, protocolo número SPP2030360255, em especial atenção e resposta ao ofício em epígrafe, vem apresentar justificativas:

Preliminarmente temos a informar que nos sentimos impossibilitados na continuidade do fornecimento de aventais não estéril para esta respeitável pasta governamental, através do empenho SIAFISICO - 2020NE00581, pela falta de pagamento das NFS de mercadoria já atendidas, sendo certo o pactuado neste fornecimento, embora que à vista, concordamos com pagamento em até 48hrs após a efetiva entrega das mercadorias, em face a crise mundial, todos os fornecedores de insumos e matérias primas para a produção do avental, condicionam, pagamentos antecipados, alguns em até 60 dias antes da entrega, motivo pelo qual solicitamos e contamos com a reciprocidade nos termos proposto de pagamento dos nossos fornecimento. Esclarecendo ainda que da data de nossa proposta a efetiva emissão do empenho ocorreram 06 dias, motivo pelo qual a nossa previsão “estimativa parcial” de entrega das 60.000 unidades do fornecimento de abril, ficou prejudicada, visto que o empenho foi emitido em 23/abril de 2020.

Em ato contínuo temos a esclarecer que estamos em uma Pandemia e com distanciamento social, onde a maioria dos fornecedores de matérias primas, encontram-se em Home Office, sendo certo que entendemos a necessidade de atendimento ao fornecimento dos referidos aventais, porém como já noticiado a esta pasta, via comunicações anteriores, por email e por telefone, existe uma crise mundial no fornecimento de TNT, insumo principal na produção destes aventais, e não podemos ser responsabilizados pelo não atendimento, em meio a uma crise mundial, mesmo que nosso prazo de atendimento final ao empenho estendem-se até o dia 30 de Junho de 2020, sujeito a apresentação de reprogramação junto a esta, na impossibilidade de falta de matéria prima no mercado nacional, vale pontuar eu da mesma forma que os profissionais da na linha de frente ao combate ao Covi19, nós estamos na retaguarda, nos empenhando e nos esforçando ao atendimento dentro das limitações mercadológicas de disponibilidade de matéria prima.

Caso esta Coordenação entenda a possibilidade de negociação conjunta com os fornecedores do TNT – Tecido não Tecido, estaremos a disposição e em pronto atendimento, para suprimos conjuntamente esta necessidade de aquisição para atendimento na produção dos aventais.

Rua Pedro Bolgione n. 207 – Cidade da Saúde - Itapevi/SP – CEP: 06693-015 – Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - [MARCELO@NERES.COM.BR](mailto:MARCELO@NERES.COM.BR)





**AVENTAIS ENTREGUES:**

30/ABRIL/2020 - 6.600 UNIDADES  
04/MAIO/2020 - 5.200 UNIDADES

**Em fase acabamento, necessitando da liquidação das Nfs em aberto com esta pasta.:**

Entrega  
11/MAIO/2020 - 19.200 UNIDADES

**TOTAL PREVISTO DE 31.000 UNIDADES ATÉ 11/MAIO/2020**

**APRESENTAMOS ABAIXO REPROGRAMAÇÃO DE ACORDO COM IDENTIFICADO DE DISPONIBILIDADE DE MATÉRIA PRIMA NO MERCADO NACIONAL – PODENDO OCORRER VARIAÇÃO:**

ATÉ 31/MAIO/2020 50.000 AVENTAIS  
ATÉ 30/JUNHO/2020 100.000 AVENTAIS

Destacamos que na proposta inicial o prazo final de entrega comprometido foi de 30/junho/2020 e que as entregas parciais apresentadas, tratavam-se de estimativas, sem contemplar a falta de matéria prima (TNT) no mercado nacional.

Estamos nos esforçando e empenhados no enfrentamento ao COVID19 e temos a certeza que conjuntamente em caráter excepcional poderemos fazer a diferença e alterar estes números de entrega, desde que conjuntamente possamos sanar o fornecimento e produção do TNT, junto aos fabricantes desta matéria prima.

Certos em podermos contar com sua atenção, se esta pasta por bem, entender que o empenho SIAFISICO - 2020NE00581 deva ser cancelado, continuaremos a inteira disposição desta pasta para os atendimentos parciais e disponíveis a qualquer época e tempo.

P. Deferimento,

ATT

**MARCE NERES DE OLIVEIRA**

Rua Pedro Bolgione n. 207 – Cidade da Saúde - Itapevi/SP – CEP: 06693-015 – Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - [MARCELO@NERES.COM.BR](mailto:MARCELO@NERES.COM.BR)



## Cezar Augusto Foganholo

---

**De:** Cristiano Nascimento Oliveira  
**Enviado em:** quinta-feira, 7 de maio de 2020 11:32  
**Para:** Cezar Augusto Foganholo  
**Assunto:** ENC: Resposta ao Ofício 214/2020  
**Anexos:** reprogramacao saude.pdf

PSC

Att,



**Cristiano N. Oliveira**  
Coordenadoria Geral da Administração  
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo  
[cnoliveira@saude.sp.gov.br](mailto:cnoliveira@saude.sp.gov.br) (11) 3066-8250  
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188 – 3º andar  
CEP.:05403-000 – Cerqueira Cesar – São Paulo/SP

---

**De:** Marcelo Neres [<mailto:marcelo@neres.com.br>]  
**Enviada em:** quinta-feira, 7 de maio de 2020 10:11  
**Para:** Adriana Paschoalin; Cristiano Nascimento Oliveira  
**Assunto:** Resposta ao Ofício 214/2020

Prezados Srs(a)

Em anexo passamos a apresentar resposta ao ofício CGA 214/2020

ATT

Marcelo Neres





PROCESSO N.º SES-PRC-2020/17663  
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE AVENTAL DESCARTÁVEL PARA  
ATENDIMENTO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID-19  
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA  
INFORMAÇÃO CGA Nº 98/2020

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), visando atender as medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto Estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

A aquisição a ser adquirida era de 1.100.000 (um milhão e cem mil) unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada por Vossa Senhoria datada de 17 de abril de 2020.

No tocante a entrega dos aventais, conforme cronograma apresentado, a primeira entrega seria de 60.000 unidades, a qual deveria ter ocorrido em 30/04/2020, porém o agendamento não foi cumprido pela empresa.

Assim, a empresa foi notificada, por intermédio dos Ofícios CGA n.ºs 214 e 220 de 2020, para o imediato cumprimento dos prazos e quantitativos. Todas as notificações não foram cumpridas, fazendo-se necessário a rescisão contratual.

Ante o exposto, resta configurado o descumprimento das obrigações assumidas, portanto, se encontra rescindido o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000  
**Coordenadoria Geral de Administração - CGA**  
Grupo de Gerenciamento das Atividades de Suprimento e Infraestrutura - GGA-SI

g:\cga\covid-19\informações\informação 98 2020 - marcelo neres - v02.docx





Após as devidas providências, propõe-se a instauração de procedimento administrativo visando a aplicação das sanções previstas nas Resoluções SS-92, de 10/11/2016 e CC-52, de 19/07/2005, em decorrência de inadimplemento de obrigações contratuais.

Encaminhe-se o presente para a instauração do procedimento de penalidade de **multa no importe de 30%** sobre o valor da obrigação não cumprida e demais sanções previstas em lei, **realizando concomitantemente de imediato a rescisão contratual.**

Encaminhe-se ao NC para conhecimento e providências.

  
**CEZAR AUGUSTO FOGANHOLO**  
Diretor Técnico III – Substituto

**Gabinete do Coordenador da CGA-SI**

Ciente e de acordo, encaminhe-se como solicitado.

São Paulo, 11 de maio de 2020.

  
**ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES**  
Coordenador da CGA

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000  
**Coordenadoria Geral de Administração - CGA**  
Grupo de Gerenciamento das Atividades de Suprimento e Infraestrutura - GGA-SI

g:\cga\covid-19\informações\informação 98 2020 - marcelo neres - v02.docx



Autenticado com senha por Nanci Aparecida Galfi - 11/05/2020 às 19:37:15.  
Documento Nº: 4893606-6694 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4893606-6694>



SESCAP2020261504A





Secretaria da Saúde

**Processo:** SES-PRC-2020/17663  
**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração  
**Assunto:** Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

**Despacho CGA nº 1119/2020**

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

A aquisição era de 1.100.000 (um milhão e cem mil) unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada pela Empresa *Marcelo Neres* datada de 17 de abril de 2020. No tocante a entrega dos aventais, conforme cronograma apresentado, a primeira entrega seria de 60.000 unidades, a qual deveria ter ocorrido em 30/04/2020, porém o agendamento não foi cumprido pela empresa.

Considerando os documentos contidos nos autos, em especial a Informação 98/2020 do Grupo de Gerenciamento das Atividades de Suprimentos e Infraestrutura – GGA/SI (fls. 81 e 82), **DECLARO RESCINDIDO**, a partir de 12 de maio de 2020, com fundamento no art. 79, inciso I c/c art. 78, incisos I e II da Lei 8666/93, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2020**, celebrado entre o Estado de São Paulo, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO** e a empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA**.

Publique-se.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

**Adhemar Dizioli Fernandes**  
Coordenador da CGA

Coordenadoria Geral de Administração  
Núcleo de Gestão de Contratos  
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8012



SESCAP2020270726A

257	Rachávia	2020.03.15541	Prefeitura Municipal de Rachávia	Comio	R\$ 150.000,00
258	Reginópolis	2020.40.15915	Prefeitura Municipal de Reginópolis	Aquisição de Equipamentos	R\$ 100.000,00
259	Ribânia	2020.42.16278	Prefeitura Municipal de Ribânia	Comio	R\$ 100.000,00
260	Ribânia	2020.45.16274	Prefeitura Municipal de Ribânia	Comio	R\$ 110.000,00
261	Ribânia Corrente	2020.06.16458	Prefeitura Municipal de Ribânia Corrente	Aquisição de Veículo - Tipo Van	R\$ 150.000,00
262	Rincão	2020.06.16515	Prefeitura Municipal de Rincão	Comio Saúde	R\$ 100.000,00
263	Rincão	2020.59.16515	Prefeitura Municipal de Rincão	Comio	R\$ 100.000,00
264	Rincão	2020.67.16217	Prefeitura Municipal de Rincão	Comio	R\$ 100.000,00
265	Rincão	2020.09.16574	Prefeitura Municipal de Rincão	Aquisição de Antibiótico	R\$ 175.000,00
266	Rioesal	2020.06.16729	Prefeitura Municipal de Rioesal	Aquisição de Veículo para Transporte de Paciente	R\$ 100.000,00
267	Rubiana	2020.59.16108	Prefeitura Municipal de Rubiana	Comio	R\$ 110.000,00
268	Salto de Pirapora	2020.05.16682	Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora	Aquisição de Equipamentos	R\$ 100.000,00
269	Santa Adélia	2020.14.16720	Prefeitura Municipal de Santa Adélia	Comio	R\$ 100.000,00
270	Santa Adélia	2020.45.16875	Prefeitura Municipal de Santa Adélia	Comio	R\$ 100.000,00
271	Santa Cruz da Esperança	2020.75.16405	Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Esperança	Reforma do Piso Jogo Mesas de Apoio	R\$ 150.000,00
272	Santa Gertrudes	2020.02.16254	Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	Comio	R\$ 100.000,00
273	Santa Isabel	2020.02.16540	Prefeitura Municipal de Santa Isabel	Obras no Uls - Jardim das Acácias	R\$ 100.000,00
274	Santa Isabel	2020.54.16967	Prefeitura Municipal de Santa Isabel	Esta Emergia Tem por Finalidade Destinada Subvenção ao Centro para a Área de Saúde	R\$ 150.000,00
275	Santa Anastácia	2020.02.16214	Prefeitura Municipal de Santa Anastácia	Comio	R\$ 100.000,00
276	Santa Anastácia	2020.21.15639	Prefeitura Municipal de Santa Anastácia	Aquisição de Veículo para Transporte de Paciente	R\$ 100.000,00
277	Santa Antônia de Alegria	2020.75.16402	Prefeitura Municipal de Santa Antônia de Alegria	Aquisição de Antibiótico	R\$ 100.000,00
278	Santa Antônia de Pádua	2020.58.16158	Prefeitura Municipal de Santa Antônia de Pádua	Equipamentos de Saúde	R\$ 100.000,00
279	Santa Antônia do Itaipava	2020.72.16216	Prefeitura Municipal de Santa Antônia do Itaipava	Antibiótico	R\$ 170.000,00
280	Santópolis do Aguapey	2020.59.15827	Prefeitura Municipal de Santópolis do Aguapey	Aquisição de 2 Veículos	R\$ 100.000,00
281	São Bernardo do Campo	2020.42.15891	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	Comio de Equipamento de Saúde Responsável pelo Atendimento do Consultório Individual do Centro de Detecção Precoce Dr. Cúltio Antonio, para Atendimento dos Pacientes Excepcionais Nessa Unidade Prisional, Situada na Cidade de São Bernardo do Campo	R\$ 100.000,00
282	São Carlos	2020.06.16111	Prefeitura Municipal de São Carlos	Comio	R\$ 100.000,00
283	São Carlos	2020.40.16038	Prefeitura Municipal de São Carlos	Comio	R\$ 200.000,00
284	São Carlos	2020.40.16037	Prefeitura Municipal de São Carlos	Investimento	R\$ 300.000,00
285	São Joaquim da Barra	2020.06.16450	Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra	Aquisição de Veículos	R\$ 100.000,00
286	São Joaquim da Barra	2020.06.16451	Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra	Aquisição de Veículo - Tipo Van	R\$ 150.000,00
287	São José do Bela Vista	2020.06.16452	Prefeitura Municipal de São José do Bela Vista	Comio	R\$ 150.000,00
288	São José do Rio Preto	2020.06.16204	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Comio - Semanal do Bobô	R\$ 100.000,00
289	São José do Rio Preto	2020.11.15862	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Aquisição de Equipamentos	R\$ 150.000,00
290	São José do Rio Preto	2020.31.15774	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Comio	R\$ 300.000,00
291	São José dos Campos	2020.22.16767	Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Aquisição de Equipamentos para Uls de São Francisco do Xavier	R\$ 300.000,00
292	São Lourenço da Serra	2020.01.15524	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra	Aquisição de Antibiótico	R\$ 150.000,00
293	São Miguel Arcanjo	2020.03.16544	Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo	Aquisição de Equipamentos	R\$ 200.000,00
294	São Paulo	2020.25.15714	Hospital Municipal Venâncio José Stropelli - Vila Maria	Verba de Comio	R\$ 250.000,00
295	São Paulo	2020.16.16200	Prefeitura Municipal de São Paulo	Reforma do Uls Real Parque (Comunidade Penitenciária)	R\$ 172.500,00
296	São Paulo	2020.42.15871	Comio de Serviço de Assistência Especializada (Unidade) Campos Eliseos (São Desidério Campos Eliseos)	Comio	R\$ 100.000,00
297	São Paulo	2020.42.15872	Comio da Unidade Básica de Saúde (Uls) Vera Pery - (Uls) Vera Pery	Comio	R\$ 100.000,00
298	São Paulo	2020.42.15873	Comio da Unidade Básica de Saúde (Uls) Jardim Isaura (Unidade) Dr. Daniel Alves Gregório	Comio	R\$ 100.000,00
299	São Paulo	2020.42.15874	Comio da Unidade Básica de Saúde (Uls) Vila Maria (Unidade) Vila Maria	Comio	R\$ 100.000,00
300	São Paulo	2020.42.15875	Aquisição de Equipamentos para Unidade Básica de Saúde (Uls) (Fórmula de José Maria Rosa, Localizada na Vila Petrópolis, São Paulo)	Comio	R\$ 100.000,00
301	São Paulo	2020.42.15877	Comio da Assistência Médica Ambulatorial (Uls) Complexo Prates	Comio	R\$ 100.000,00
302	São Paulo	2020.42.15878	Comio das Atividades de Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) Centro Área Bonafide	Comio	R\$ 100.000,00
303	São Paulo	2020.42.15879	Comio da Unidade Básica de Saúde (Uls) Uls	Comio	R\$ 100.000,00
304	São Paulo	2020.42.15881	Comio de Centro de Referência e Tratamento (Unidade) São Paulo, em Especial para o Ambulatório de Atendimento da Saúde Tans	Comio	R\$ 100.000,00
305	São Paulo	2020.42.15889	Comio de Ambulatório para a Casa de Pronto Socorro	Comio	R\$ 100.000,00
306	São Paulo	2020.42.15892	Comio da Unidade Básica de Saúde de Paulistânia	Comio	R\$ 100.000,00
307	São Paulo	2020.42.15893	Comio Centro de Saúde e Convivência para Idosos (Centro Parque Real Sênica, Situada na Rua Marroms da Tarde, 211 - Cobal 2, São Paulo)	Comio	R\$ 100.000,00
308	São Paulo	2020.42.15893	Aquisição de Van para o Centro de Referência Psiquiátrico Alzair e Otara (Unidade) Il Pireta (Uls)	Comio	R\$ 100.000,00
309	São Paulo	2020.42.15893	Reforma da Unidade Básica de Saúde - (Uls) Jardim Tangará de Guaxupé	Comio	R\$ 100.000,00
310	São Paulo	2020.70.16314	Comio de Equipamentos, Ferramentas e Mobiliários para o Posto de Economia Solidária, Comércio Intero, Cooperativismo Social e Cultural (Unidade)	Comio	R\$ 100.000,00
311	São Paulo	2020.42.15890	Comio da Unidade Básica de Saúde (Uls) Real Parque Paulo Margarete Albernaz (Uls)	Comio	R\$ 140.000,00
312	São Paulo	2020.70.16303	Comio de Moradia (Unidade) Moradia	Comio	R\$ 142.500,00
313	São Paulo	2020.42.15893	Aquisição de Equipamentos e Adaptação de Espaço para Implantação da Sala Semanal e Jardim Sensorial no Cor do Campo Limpo	Comio	R\$ 150.000,00
314	São Paulo	2020.72.16222	Reforma, Ampliação e Adequação do Ambulatório de Especialidades (Unidade)	Comio	R\$ 150.000,00
315	São Paulo	2020.72.16212	Aquisição de Ambulatório para Uls de Pressão	Comio	R\$ 165.250,00
316	São Paulo	2020.70.16313	Comio no Ctr de Saúde São Carlos (Uls)	Comio	R\$ 165.250,00
317	São Paulo	2020.70.16302	Comio no Pronto Socorro Municipal (Unidade) Vila Maria (Uls)	Comio	R\$ 180.000,00
318	São Pedro do Turvo	2020.42.15829	Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo	Aquisição de Veículo	R\$ 100.000,00
319	São Pedro do Turvo	2020.42.15830	Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo	Comio	R\$ 100.000,00
320	São Sebastião	2020.06.16581	Prefeitura Municipal de São Sebastião	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Centro de Saúde Joazeiro Pereira De	R\$ 100.000,00
321	São Sebastião da Gramma	2020.14.16455	Prefeitura Municipal de São Sebastião da Gramma	Comio	R\$ 100.000,00
322	São Simão	2020.14.16729	Prefeitura Municipal de São Simão	Comio	R\$ 100.000,00
323	São Vicente	2020.06.16132	Prefeitura Municipal de São Vicente	Reforma do Uls do Jardim Rio Branco	R\$ 100.000,00
324	São Vicente	2020.58.16080	Prefeitura Municipal de São Vicente	Aquisição de Equipamentos para Unidades Básicas de Saúde	R\$ 150.000,00
325	Sarapuí	2020.06.16576	Prefeitura Municipal de Sarapuí	Comio	R\$ 100.000,00
326	Sarapuí	2020.11.15285	Prefeitura Municipal de Sarapuí	Comio	R\$ 200.000,00
327	Serra Azul	2020.14.16730	Prefeitura Municipal de Serra Azul	Comio	R\$ 100.000,00
328	Serra Azul	2020.05.16404	Prefeitura Municipal de Serra Azul	Aquisição de Equipamentos	R\$ 180.000,00
329	Sertãozinho	2020.14.16454	Prefeitura Municipal de Sertãozinho	Aquisição de Equipamentos para a Uls - Jardim Botânico da Silva	R\$ 150.000,00
330	Sorocaba	2020.06.16203	Prefeitura Municipal de Sorocaba	Aquisição de Equipamentos - Saúde Bucal	R\$ 100.000,00
331	Sorocaba	2020.06.16463	Prefeitura Municipal de Sorocaba	Obras Nas Uls de Sorocaba	R\$ 300.000,00
332	Sorocaba	2020.06.16132	Prefeitura Municipal de Sorocaba	Comio	R\$ 100.000,00
333	Suzano	2020.22.16764	Prefeitura Municipal de Suzano	Aquisição de Equipamentos	R\$ 100.000,00
334	Talatingá	2020.21.16726	Prefeitura Municipal de Talatingá	Comio	R\$ 100.000,00
335	Talatingá	2020.21.16443	Prefeitura Municipal de Talatingá	Comio	R\$ 160.000,00
336	Taubaté	2020.30.15824	Prefeitura Municipal de Taubaté	Aquisição de Equipamentos	R\$ 100.000,00
337	Taubaté	2020.31.16602	Prefeitura Municipal de Taubaté	Comio de Saúde	R\$ 100.000,00
338	Taguai	2020.06.16549	Prefeitura Municipal de Taguai	Comio	R\$ 100.000,00
339	Taguai	2020.11.15586	Prefeitura Municipal de Taguai	Comio	R\$ 150.000,00
340	Itapecirica	2020.06.16109	Prefeitura Municipal de Itapecirica	Comio	R\$ 100.000,00
341	Itapecirica	2020.06.16459	Prefeitura Municipal de Itapecirica	Aquisição de Veículos	R\$ 120.000,00
342	Taíva	2020.11.15587	Hospital Municipal Santa Antônia	Aquisição de Equipamentos	R\$ 120.000,00
343	Taquaral	2020.06.16455	Prefeitura Municipal de Taquaral	Comio	R\$ 120.000,00
344	Taubaté	2020.30.15823	Prefeitura Municipal de Taubaté	Aquisição de Antibiótico	R\$ 100.000,00
345	Taubaté	2020.25.15652	Verba de Comio	Verba de Comio	R\$ 200.000,00
346	Taubaté	2020.22.16765	Prefeitura Municipal de Taubaté	Aquisição de Equipamentos para o Hospital Municipal Universitário de Taubaté	R\$ 200.000,00
347	Terra Roxa	2020.06.16456	Prefeitura Municipal de Terra Roxa	Aquisição de Veículo - Tipo Van	R\$ 150.000,00
348	Tietê	2020.06.16578	Prefeitura Municipal de Tietê	Aquisição de Antibiótico	R\$ 100.000,00
349	Torre de Pedra	2020.06.16579	Prefeitura Municipal de Torre de Pedra	Comio	R\$ 150.000,00
350	Torre de Pedra	2020.11.15540	Prefeitura Municipal de Torre de Pedra	Comio	R\$ 150.000,00
351	Torrinha	2020.12.16287	Prefeitura Municipal de Torrinha	Comio	R\$ 100.000,00
352	Tupã	2020.15.16171	Prefeitura Municipal de Tupã	Aquisição de Equipamentos para o Laboratório Municipal de Análises Clínicas	R\$ 150.000,00
353	Tupã	2020.06.16569	Prefeitura Municipal de Tupã	Aquisição de Equipamentos	R\$ 200.000,00
354	Ubatuba	2020.55.16026	Prefeitura Municipal de Ubatuba	Aquisição de Equipamentos para Posto de Saúde de Comum, Tardíacos	R\$ 100.000,00
355	Ubatuba	2020.02.16559	Prefeitura Municipal de Ubatuba	Comio	R\$ 100.000,00
356	Ubatuba	2020.06.16586	Prefeitura Municipal de Ubatuba	Comio	R\$ 210.000,00
357	Urupec	2020.14.16723	Prefeitura Municipal de Urupec	Comio	R\$ 100.000,00
358	Valentim Gentil	2020.72.16267	Prefeitura Municipal de Valentim Gentil	Veículo Utilitário	R\$ 150.000,00
359	Válparaíso	2020.54.16089	Prefeitura Municipal de Válparaíso	Esta Emergia Tem por Finalidade Destinada Subvenção ao Centro para a Área de Saúde	R\$ 200.000,00
360	Várzea Paulista	2020.06.16457	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista	Comio Reforma - (Uls) Cidade Nova II E Jardim América II	R\$ 100.000,00
361	Vera Cruz	2020.25.15717	Prefeitura Municipal de Vera Cruz	Comio	R\$ 150.000,00
362	Vinhedo	2020.25.15717	Serviço Municipal de Saúde Básica Tipo I - Veículo Destinado ao Transporte Inter Hospitalar de Pacientes com Risco de Vida Condição e ao Atendimento Pré-Hospitalar	Comio	R\$ 225.000,00
363	Viradouro	2020.25.15713	Verba de Comio	Verba de Comio	R\$ 200.000,00
364	Viradouro	2020.14.16732	Prefeitura Municipal de Viradouro	Comio	R\$ 100.000,00
365	Votuporanga	2020.06.16578	Prefeitura Municipal de Votuporanga	Aquisição de Equipamentos	R\$ 100.000,00
366	Zacarias	2020.11.15588	Prefeitura Municipal de Zacarias	Aquisição de UTI (Unidade) Ambulatório	R\$ 150.000,00

Retificação do D.O. de 30-04-2020  
na Resolução 55, de 29 de abril 2020.

Anexo II, onde se lê:

		INSUMOS PARA INSULINDODEPENDENTES (R\$ 0,50 / (HAB/ANO))				COMPETÊNCIAS:			
N	CÓDIGO DO INSC	MUNICÍPIO	População considerada	COMPETÊNCIAS:		COMPETÊNCIAS:		COMPETÊNCIAS:	
				PAGAMENTO:	ABRIL	PAGAMENTO:	JUNHO	PAGAMENTO:	DEZEMBRO
1	3500105	Adadmanina	35.094	R\$	4.386,75	R\$	4.386,75	R\$	4.386,75
2	3500204	Adadmo	3.710	R\$	463,75	R\$	463,75	R\$	463,75

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
DE SAÚDE

Deliberação de 12-05-2020

Considerando a Lei 13.979, 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para regulamentação e operacionalização do disposto de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Medida Provisória 924, de 13-03-2020, que abre Crédito Extraordinário para o programa de Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus;

Considerando a Portaria 356/GMMS, de 11-03-2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública;

de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19); Considerando a Portaria 568, de 26-03-2020 que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e finalmente,

Considerando as Deliberações CIB 23, de 02-04-2020, publicada em 03-04-2020 e republicada em 07-04-2020, Deliberação CIB 26 de 13-04-2020, publicada em 14-04-2020 e a Deliberação CIB 28 de 24-04-2020, publicada em 25-04-2020, que aprovam o mapa do conjunto de hospitais e respectivos leitos para o enfrentamento da COVID-19 no Estado de São Paulo; atualizados periodicamente mediante a publicação das respectivas deliberações;

Considerando a Portaria GMMS nº 568 de 26-03-2020 que autoriza em caráter emergencial a habilitação temporária de leitos de UTI para uso exclusivo de pacientes de COVID-19 pelo período de 90 dias, podendo ser prorrogado. A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIBSP aprova, após referendado o mapa do conjunto de hospitais e respectivos leitos para o enfrentamento da COVID-19, no Estado de São Paulo, atualização, com a inclusão da 4ª remessa de leitos de UTI AD COVID e UTI PED COVID, para habilitação. O mapa estará disponível no endereço eletrônico da SES/ SP, conforme segue: <http://portal.saude.sp.gov.br/recursos/sei/>

perfil/cidadao/homepage+news/destaques/covid-19/delibi...  
cib\_plantilha\_covid\_09\_04\_2020.pdf

Destaca-se que, no mapa detalham-se os novos leitos, de UTI Adulto COVID (Colunas: UTI adulto COVID ampliação, habilitação imediata 1ª, 2ª, 3ª e 4ª remessas e Coluna: UTI pediátrico ampliação - habilitação imediata, atualizados nesta data, com a inclusão da 4ª remessa.

Também contam as colunas relativas a leitos de clínica médica convertidos para atendimento à COVID, bem como aqueles amplificados especificamente para a Pandemia, destacando aqueles já funcionando.

Apresenta ainda as colunas que demonstram o total de leitos de UTI COVID AD e PED em fase de estruturação, para funcionamento e habilitação posterior, atualizados nesta data. (Deliberação CIB 36)

COORDENADORIA GERAL DE  
ADMINISTRAÇÃO

Despacho do Coordenador, de 12-05-2020

Processo: SES-PRC-2020/17663

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração  
Assunto: Aquisição de Aventura Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19  
Tudo o presente de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

quarta-feira, 13 de maio de 2020

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 130 (91) – 27

A aquisição era de 1.100.000 unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada pela Empresa Marcelo Neres datada de 17/04/2020. No tocante à entrega dos aventais, conforme cronograma apresentado, a primeira entrega era de 60.000 unidades, a qual deveria ter ocorrido em 30/04/2020, porém o atendimento não foi cumprido pela empresa.

Considerando os documentos contidos nos autos, em especial a Informação 98/2020 do Grupo de Gerenciamento das Atividades de Suprimento e Infraestrutura – GGA/IS (It. 81 e 82), Declara Rescindida, a partir de 12/05/2020, com fundamento na cláusula segunda do art. 79 da Lei 8.666/93, a dispensa de Licitação 53/2020, celebrado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria Geral de Administração e a empresa Marcelo Neres de Oliveira.

## COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

### Despacho do Coordenador, de 12-05-2020

SES-PRC: 2020006814  
Interessado: Valdir Campos.  
Assunto: Autorização acima de 50% de diárias.  
A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 de SS-78, de 18/07/2012 autorizo em caráter excepcional: a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 1 (um) vez a retribuição mensal, aquela quando for o caso, dos profissionais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, pertencente ao Naze de Piracicaba, para o exercício de 2020, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. Valdir Campos, RG: 18.771.648, Oficial Operacional, Lei 50074.  
2. Localidade de provável deslocamento: Águas de São Pedro, Anailândia, Araras, Capinhanga, Chaguinha, Cordeópolis, Corumbatuba, Elías Faustos, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Itaerópolis, Itirapina, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Piasensuranga, Rafael, Rio Claro, Rio das Pedras, Salimbu, Sta. Cruz da Conceição, Sta. Gertrudes, Sta. Maria da Serra e São Pedro. Américas Campos Piracicaba Extrema Socorocida Vailhos São José dos Campos e São Paulo.

3. Motivo do deslocamento: retirada de imunobiológicos, materiais, insumos e equipamentos no CVE, CVS, CCD, CDD, Instituto Pasteur, CRT/DST/AIDS, Entrega e retirada de documentos e processos na Secretaria Estadual de Saúde (CVE, CVS, CCD), Departamento de Perícias Médicas, CRT/DST/AIDS, Instituto Pasteur. Reunões essenciais dos técnicos de CVS e GVE na Secretaria de Estado da Saúde (CVE, CVS, CRT/DST/AIDS) e hotéis no município de São Paulo e municípios no interior de São Paulo. Reunidas administrativas do NADOR no GGA-CCD e treinamentos no Centro Formador de Recursos Humanos e Cefar na Vila Mariana. (Despacho 702/2020 – G/C-CCD)

### GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

#### Despacho do Responsável, de 12-05-2020

Processo Nº SES 623920/2019  
Interessado: Centro de Distribuição e Logística  
Assunto: Contratação de empresa para modernização de circuito de monitoramento/câmeras – vigilância CCTV  
Considerando que até o momento a empresa Migaservice Serviços e Informática Eireli – ME, CNPJ: 18.379.007/0001-21, manteve-se silente não apresentando recurso contra a aplicação de penalidade, referente Dispensa de Licitação, promovida para contratação de serviço modernização de circuito de monitoramento/câmeras – vigilância CCTV para o Centro de Distribuição e Logística, referente, constante da Nota de Empenho 2019NE00142.

A vista do exposto na Informação do Núcleo de Despesas do Centro Orçamentário e Financeiro de 12-05-2020, considerando os elementos contidos no Processo nº SES 623920/2019, verificou-se a inexecução total dos serviços por parte da contratada, desta forma mantendo a aplicação de multa no valor de R\$ 799,00 que corresponde a 10% do valor contratado, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93 em seu parágrafo 2 do artigo 87, c.c. Resolução SS-52 de 10-11-2016 em seu artigo 4º.

A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias de 30 dias contados a partir da data da comunicação do aviso de recebimento (AR) para recolher o valor acima referido em cuja espécie (DARE – c.c. código 890 – e outras receitas não discriminadas) a ser emitida através do site [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br) com posterior envio do comprovante de pagamento ao Centro Orçamentário e Financeiro desta Coordenadoria, sob pena de ser cadastrada no Sistema Eletrônico da Divisão Aliva do Estado e o débito executado judicialmente.

(Despacho GGA 7117/2020)

### INSTITUTO ADOLFO LUTZ

#### Extrato de Contrato

Processo SES-PRC: 2020016633  
Contrato 019/2020  
Modalidade: Dispensa de Licitação de 30-04-2020  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Scharlub Brasil Materiais para Laboratório S/A CNPJ da Contratada: 64.568.710/0001-03  
Objeto: Aquisição de microtubos, para atender demanda da Covid-19.

Valor do Contrato: R\$ 724.930,00  
Elemento da Despesa: 33903020  
Data da Assinatura: 12-05-2020  
Data de Empenho: 2020NE00473  
Fonte de Recursos: 050001133  
Programa de Trabalho: 13030393241380000  
Data da Assinatura: 12-05-2020  
Vigência Contratual: 180 dias a partir da assinatura do contrato

Gestor do Contrato: Adriano Bugno, RG 15.598.907-8, CPF 115.588.348-9, Diretor Técnico de Saúde III – substituto da Diretoria Geral, telefone (11) 3068-2802, e-mail: [adriana.bugno@oi.com.br](mailto:adriana.bugno@oi.com.br), [spg@oi.com.br](mailto:spg@oi.com.br) com auxílio da Mônica de Oliveira, RG 23.426.381-7, CPF 19080512861, Diretor Técnico I do Centro de Administração Almorafado, Telefone (11) 3068-2822, e-mail: [almorafado@oi.com.br](mailto:almorafado@oi.com.br)

#### Extrato de Contrato

Processo SSBAD 001.0701.001.578/2015  
Processo SPOC 2171884/2018  
Contrato 061/2016  
Modalidade: Pregão 095/2016  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratadas: Centurio Segurança e Vigilância S/C Ltda. CNPJ: RG: 668.194/0001-19

Objeto: Prorrogação do contrato assinado em 26-08-2016, por mais 15 meses, de 26-08-2020 a 27-08-2021, referente à prestação de serviços de Vigilância/Segurança Patrimonial, Laboratório Central e CCL.

Fundamento Legal: Inciso II, do Artigo 57, da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores.  
UOE: 090177  
PIRES: 090.016  
Vigência: 15 meses.  
Período: 28-05-2020 a 27-08-2021  
Data da Assinatura: 27-04-2020

### CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

#### GRUPO DE VIGILÂNCIA XIV - BARRETOs

##### Despachos do Diretor Técnico de Divisão, de 12-05-2020

1. Fundação Pio XII-CNPJ: 49150352000201 – Rua Antonio Duarte Villela, 1.331 – bairro Paulo Pista – Barretos/SP. CEP: 14784-400.  
Licença de funcionamento inicial.  
Série: 143784882/019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo série CXB81800089CN, CEVS 35055009-861-000184-1-0, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

Renovação licença funcionamento.  
P-001/0715/00000242/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – médico até 100 ma, tipo arco cirúrgico – série: 73711410, CEVS 35055009-861-000115-1-7, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

P-001/0715/00000325/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – médico até 100 ma, tipo arco cirúrgico – série: 73711410, CEVS 35055009-861-000115-1-7, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

P-001/0715/00000400/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo série 821982YMG, CEVS 35055009-861-000103-1-6, responsável técnico: Lara Viana Vidal Santana CRM: 821468.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo série 821982YMG, CEVS 35055009-861-000062-1-1, responsável técnico: Maurício Wagner Souto Ferraz – CRM: 119052.

P-001/0715/00000609/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo série 821982YMG, CEVS 35055009-861-000080-1-0, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00009727/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – odontológico intra-oral, série 000224, CEVS 35055009-861-000083-1-1, responsável técnico: Helio Massaichio Tanimoto – CRO: 29.521.

P-001/0715/00001702/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – odontológico intra-oral, série 000221, CEVS 35055009-861-000084-1-9, responsável técnico: Helio Massaichio Tanimoto – CRO: 29.521.

P-001/0715/00001929/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – odontológico intra-oral, série 000223, CEVS 35055009-861-000084-1-6, responsável técnico: Helio Massaichio Tanimoto – CRO: 29.521.

P-001/0715/00000325/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: análises clínicas e patologia clínica, CEVS 35055009-861-000120-1-7, responsável técnico: Rafael Formenton Cita – CRM: 12.724.

P-001/0715/00001620/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: Unidade de Braquiopatia, série não especificada, CEVS 35055009-861-000139-1-3, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000691/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: Unidade de Braquiopatia, série não especificada, CEVS 35055009-861-000139-1-3, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00001472/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: XAN623848Z, CEVS 35055009-861-000140-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000582/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo, série: 4387948mZ, CEVS 35055009-861-000145-1-6, responsável técnico: Rodrigo Sampaio Chirantano CRM: 111.126.

P-001/0715/00000272/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – médico até 100 ma, tipo arco cirúrgico, série: 0E79-73286BZ, CEVS 35055009-861-000147-1-0, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

P-001/0715/00000102/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – médico até 100 ma, tipo arco cirúrgico – série: 78077HFM, CEVS 35055009-861-000155-1-2, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

P-001/0715/00001721/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – médico até 100 ma, tipo arco cirúrgico – série: 78077HFM, CEVS 35055009-861-000155-1-2, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

P-001/0715/00000272/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – médico até 100 ma, tipo arco cirúrgico – série: 79-127820, CEVS 35055009-861-000156-1-0, responsável técnico: Felipe Pinto Inero – CRM: 146156.

P-001/0715/00000162/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 2524 CEVS 35055009-861-000161-1-3, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000272/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 2524 CEVS 35055009-861-000161-1-3, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000458/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 152663 CEVS 35055009-861-000160-1-2, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000691/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 152663 CEVS 35055009-861-000160-1-2, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000691/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 152663 CEVS 35055009-861-000160-1-2, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000691/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 152663 CEVS 35055009-861-000160-1-2, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

P-001/0715/00000691/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 152663 CEVS 35055009-861-000160-1-2, responsável técnico: Renato José Afonso Junior – CRM: 84-487.

Fundação Pio XII-CNPJ: 49150352000112 – Rua 20, 221, bairro centro-Barretos-SP-CEP: 14780-040.

P-001/0715/00001020/019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com atividade: consultório odontológico tipo I, CEVS 35055009-861-000184-1-4, responsável técnico: Dery Munari Trevisani – CRO: 82.830.

P-001/0715/00001020/019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

P-001/0715/00000862/0019 – Atividades de atendimento hospitalar-exeto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com equipamento: RX – tomógrafo sem estereotaxia, série: 445249BIA, CEVS 35055009-861-000168-1-0, responsável técnico: Silvia Maria Prioli de Souza – CRM: 93081.

Hospital Estadual “Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho” e o Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM), deverá permitir, a partir da data da publicação desta Resolução, o acesso do Grupo de Trabalho a todas as instalações de serviço e as informações requeridas pelo mesmo, visando à realização das tarefas que lhe competem.

Artigo 6º – O Grupo de Trabalho a que alude o Artigo 1º será composto por:

\* 06 (seis) representantes da Secretaria de Estado da Saúde: 1. Cristiane Aparecida Moura – RG: 27.392.145-9; 2. Gisela Ferreira Ouzil – RG: 10.483.176; 3. Givanildo Duarte de Souza – RG: 30.204.752-9; 4. Marcia Soares de Oliveira Braga – RG: 37.995.011-X; 5. Melissa Nymy Simoes – RG: 25.347.703-8; 6. Stephanie Aude Sobral – RG: 44.043.034-3.

\* 03 (três) representantes pertencentes à Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus: 1. Gisela Vazquez Dias – RG: 33.641.084-0; 2. Pedro Paula dos Santos Junior – RG: 23.285.171-2; 3. Wellington Marco de Angelo – RG: 32.386.116-6; 4. 03 (três) representantes pertencentes ao Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM:

1. Alexandre Garcia D’Aurea – RG: 26.585.200-2; 2. Elizabeth Oliveira Braga – RG: 8.256.095; 3. Silvio Possa – RG: 046.651.168-6.

Parágrafo Único - O Grupo de Trabalho poderá convocar os profissionais que achar necessário para participar de suas atividades e colaborar no processo de transição da gestão do Hospital Estadual “Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho” e o Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM).

Artigo 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

### DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL

#### Despachos do Diretor, de 12-05-2020

Despacho: DTS 115/2020  
Protocolo: 090149.2019.06130-SADM  
Interessado: Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital – DGAC.

</



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

**PROCESSO:** 2020/11471

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 8/2020**

**EMENTA:** PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. Hipóteses de aquisição direta, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus (artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93). Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com detalhada justificativa formal. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

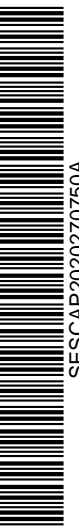
Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Cuida-se de proposta de adoção de parecer referencial, nos termos da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015<sup>1</sup>, com o objetivo de traçar orientação jurídica uniforme em hipóteses de **aquisição direta por dispensa de licitação**, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93.

<sup>1</sup> “Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§1º - Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ou paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§2º - A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas”.







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

2. Considerando- se a peculiaridade e emergência da situação que ora se afigura, com a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **aquisições diretas em caráter emergencial**, e que envolvem matéria repetitiva e singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as aquisições diretas realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93.

É o relatório.

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação em vigor, as normas infralegais e as **orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero**.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica**.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

- a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e
- b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, desde que a **situação de urgência/emergência** relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus esteja **perfeitamente caracterizada e devidamente justificada** nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. A Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

pública de importância internacional decorrente do coronavírus, determina em seu artigo 4º:

*Art. 4º - Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.*

*§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e **aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.***

*§ 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.*

**11.** Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e que constitui faculdade do Administrador.

**12.** Assim, a autoridade competente deverá avaliar, em cada caso, se a situação efetivamente subsume-se no conceito de situação emergencial, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório. Para tanto, deverá ter em conta que emergência significa necessidade de **atendimento imediato** a certos interesses, sendo que a demora nesse atendimento implicaria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Em outras palavras, deverá verificar se a urgência realmente existe, e se a contratação pretendida é a melhor possível nas circunstâncias.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

13. No tocante à caracterização da situação emergencial, a permitir a aquisição mediante dispensa de licitação, Marçal Justen Filho<sup>2</sup> ensina:

*“Para dispensa da licitação em situação emergencial ou de calamidade pública, incumbe à Administração avaliar a presença de dois requisitos:*

*a) Demonstração concreta e efetiva da potencialidade de dano: a urgência deve ser concreta e efetiva. Não se trata de urgência simplesmente teórica. Deve ser evidenciada a situação concreta existente, indicando-se os dados que evidenciam a urgência. (...) Não é qualquer ‘prejuízo’ que autoriza dispensa de licitação. O prejuízo deverá ser irreparável. Cabe comprovar se a contratação imediata evitará prejuízos que não possam ser recompostos posteriormente. O comprometimento à segurança significa o risco de destruição ou de sequelas à integridade física ou mental de pessoas ou, quanto a bens, o risco de seu perecimento ou deterioração.*

*(...)*

*b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco: a contratação imediata apenas será admissível se restar evidenciado que será instrumento adequado e eficiente de eliminar o risco. Se o risco de dano não for suprimido através da contratação, inexistente cabimento da dispensa de licitação.”*

14. A **situação emergencial**, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, alterada pela Lei federal nº 8.883/94, libera a Administração Pública da obrigação de realizar o prévio procedimento licitatório, desde que consignado e demonstrado o fato que deu origem à necessidade. Nesse sentido Hely Lopes Meirelles (*in* Licitação e Contrato Administrativo, 5ª edição, Ed. revista dos Tribunais, São Paulo, pp 5 e 6), com muita propriedade conceitua da seguinte forma:

*“Situação de emergência é, pois, toda aquela que põe em perigo ou causa dano à segurança ou à saúde de pessoas, ou à incolumidade do patrimônio público ou particular de uma coletividade, exigindo rápidas providências do Poder Público para debelar ou minorar suas consequências lesivas.*

*A emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa da licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a Administração visa corrigir, ou com o prejuízo a ser evitado”.*

14.1. Acrescentando, mais adiante:

<sup>2</sup> “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, ed. Dialética, 15ª ed., 2012, págs. 339/340.







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

*"Em tais casos, a autoridade pública responsável, verificando a urgência das medidas administrativas, pode declará-las de emergência e dispensar a licitação para as necessárias contratações, circunscritas à debelação do perigo ou à atenuação de danos a pessoas e bens públicos ou particulares. O reconhecimento da emergência é da valoração subjetiva, mas há de estar baseada em fatos consumados ou iminentes, comprovados ou previstos, que justifiquem a dispensa da licitação". (ob.cit.pp93/94).(g.n.).*

15. A condição essencial que libera o certame é a **caracterização da urgência**. Nesse passo, oportuno buscar a lição doutrinária de Diógenes Gasparini:

*"O atendimento de certas situações, pelo Poder Público, há de ser imediato, sob pena de a procrastinação causar prejuízos ou comprometer a segurança dos administrados, de obras, de bens ou de equipamentos. A emergência, como hipótese de dispensa de licitação consignada no inciso IV do artigo 24 do Estatuto, é caracterizada pela obrigação imediata ou urgente que tem a Administração Pública de evitar situações que possam causar prejuízos ou o comprometimento da segurança de pessoas, obras, bens e equipamentos. Nessas hipóteses, diz-se que a emergência é real. O suprimento de oxigênio no hospital municipal em caso de calamidade pública, o conserto do reservatório de água da cidade cujo vazamento ameace sua segurança e a restauração do equipamento de balsa, destruído por uma enchente anormal do rio, são exemplos de casos de emergência. Assim, não é emergência real a situação que deve ser resolvida de imediato (compra de distintivos, hoje para serem dados amanhã aos funcionários que completarem vinte anos de serviço público) quando dela já se tinha conhecimento muito tempo antes. Nessa hipótese, diz que a emergência é ficta, ou fabricada. Em tais casos, há negligência, não urgência. Apesar disso, contrata-se, e pela negligência, responderá a autoridade omissa." (Direito Administrativo, Editora Saraiva:1989, pp 214/215).(g.n.).*

16. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de emergência, está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

17. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita no aludido inciso IV do artigo 24, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, e, em caso positivo, **descrevê-la, justificá-la e fundamentá-la**.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

17.1. Para que o administrador **declare a dispensa da licitação**, há necessidade de **motivação** do ato decisório, nos exatos termos do artigo 111 da Constituição do Estado de São Paulo, com os seus devidos fundamentos.

17.2. Ou seja, conforme ressalta MARÇAL JUSTEN FILHO *in obra citada*, pág. 332, “*em todos os casos, atribuição de competência discricionária não se confunde com liberação de motivação nem autoriza prevalência de motivos meramente subjetivos. Aliás, muito ao contrário, a competência discricionária demanda justificativas muito mais exaustivas e minuciosas do que a prática de ato vinculado.*”.

18. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações, em que estejam presentes **todos** os requisitos acima especificados. Dispõe este artigo:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

*IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”*

19. Por seu turno, o artigo 26 do mesmo diploma legal estabelece, dentre outras disposições, que as situações de dispensa devem ser necessariamente justificadas e o processo, instruído com manifestação acerca da razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço:

*“Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para*





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

*ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*

*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III - justificativa do preço;*

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."*

*(grifo nosso)*

20. No Estado de São Paulo os pressupostos para a contratação emergencial, com dispensa de licitação, encontram-se estabelecidos no Decreto nº 40.320, de 15 de setembro de 1995, em seu artigo 1º, incisos I, II e III, que assim dispõe:

*"Art.1º - As dispensas de licitação para a celebração de contratos em situações de emergência, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do inciso IV do artigo 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, serão sempre justificadas, por escrito e pormenorizadamente, pelo órgão responsável pela contratação, abrangendo, obrigatoriamente, os seguintes elementos:*

*I - caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa;*

*II - razão da escolha da empresa contratada;*

*III - justificativa do preço, com a utilização de pesquisa de mercado, se for o caso".*

21. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base nesse dispositivo devem contar com ampla justificativa por parte do órgão responsável pela contratação, abordando pormenorizadamente os elementos elencados nos incisos do artigo 1º do Decreto estadual nº 40.320/1995 (caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa; razão da escolha da empresa contratada; justificativa do preço, **com a utilização de pesquisa de mercado**, se for o caso), fornecendo elementos à autoridade competente para que delibere de forma fundamentada acerca da pretendida contratação direta por dispensa de licitação.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

22. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93<sup>3</sup>, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016<sup>4</sup>, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993<sup>5</sup>. Assim, nas hipóteses em que o valor da total da contratação superar os R\$ 1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

23. Também deverá constar dos autos a **justificativa do preço**, com a **utilização de pesquisa de mercado**, a fim de que a Administração avalie a melhor proposta e, com base nesta, declare a razoabilidade dos preços.

<sup>3</sup> Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

<sup>4</sup> Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

<sup>5</sup> Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

24. Ademais, nos termos do parágrafo único, incisos II e III do artigo 26, da Lei federal nº 8.666/93 e artigo 1º, inciso II e III do Decreto estadual nº 40.320/1995, acima transcritos, deverá ser justificada a razão da escolha da empresa que será contratada.

25. Como visto, à Administração cabe demonstrar que o preço cobrado é compatível com o preço praticado no mercado e na aquisição dos mesmos bens por outros órgãos ou entidades da Administração estadual.

26. Assim, dever estar justificada a **razoabilidade dos preços**, atendendo-se o princípio da motivação dos atos administrativos (artigo 111 da Constituição do Estado).

27. Cabe, outrossim, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento na Lei nº 8.666/93**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

28. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários e com a providência estabelecida no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

29. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

30. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação, sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

contratação (fixando o prazo para entrega dos bens), prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar o exercício financeiro em curso), condições de pagamento, etc...

31. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

32. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

- a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração;
- b) certidões de regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, sob pena da mesma não poder se concretizar, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões;
- c) justificativa técnica;
- d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;
- e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial,





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento do disposto no "caput" e incisos I e II do artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

i) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 <sup>7</sup>, **quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

<sup>6</sup>**Artigo 16** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

<sup>7</sup> **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

33. Por ocasião da assinatura da avença, deverão ser renovadas as consultas por Sanções Administrativas e perante o Cadin Estadual e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>.

34. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

---

*redação:*

*“Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.”.(NR)*

*<sup>8</sup>Parágrafo único - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescido pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).*







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

36. Reitera-se que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus.**

39. Reitera-se que, nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

eventual substituição das orientações dele constantes.

**41.** Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

**42.** Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 13 de março de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES  
Procuradora do Estado



fls. 1



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PROCESSO:** 2020/11471  
**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
**ASSUNTO:** PARECER REFERENCIAL - ANTE A URGÊNCIA DA  
SITUAÇÃO CORONAVÍRUS

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º  
8/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete  
para ciência do inteiro teor do parecer retro, com proposta de divulgação entre todas as  
unidades das Coordenadorias.

São Paulo, 13 de março de 2020.

**LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ**  
PROCURADORA DO ESTADO ASSISTENTE





À  
Coordenadoria Geral de Administração  
Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo



## DECLARAÇÃO

Eu, Marcelo Neres de Oliveira RG nº: **16.630.655-1** e CPF nº: 033.935.157-80

**DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI, CNPJ 28.476.997/0001-70 interessado em participar da Dispensa de Licitação:

- a) estar em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) não possuir impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999; e
- c) atender às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

ITAPEVI, 17 DE ABRIL DE 2020

  
\_\_\_\_\_  
**MARCE NERES DE OLIVEIRA**

Rua Pedro Bolgione n. 207 – Cidade da Saúde - Itapevi/SP – CEP: 06693-015 – Fone: (11) 95104.4899  
[WWW.NERES.COM.BR](http://WWW.NERES.COM.BR) - MARCELO@NERES.COM.BR

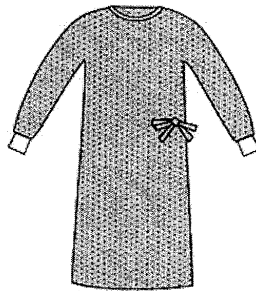




## PROPOSTA COMERCIAL

### 1. Produto

Avental Descartável Hidrofóbico confeccionado 100% em TNT com gramatura de 40g/m2 na cor Azul Royal, Tamanho Grande (130x160cm) Observação: Produto não estéril e de uso único.



\*Imagem meramente ilustrativa

### 2. Valor e prazos:

O valor unitário do produto é de R\$14,00.

A proposta prevê compras mensais de 2.000.000 (dois milhões) de unidades, com entregas semanais de 500.000 unidades.


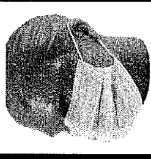

O prazo de pagamento é de 3 dias após a entrega do material. O pagamento é correspondente com a quantidade entregue efetivamente.

Local da Entrega: Bom Retiro, SP.

\*Produto Dispensado De Registro Na Anvisa De Acordo Com A Resolução - RDC Nº 356, De 23 De Março De 2020. Produto Destinado Ao Combate Do Covid-19.

Ortomedical Comercio Atacadista De Materiais Medicos Hospitalares Eireli – Epp  
CNPJ 09.557.129/0001-70  
Rua Domingos André Zanini, 277 Sala 511 – Centro Empresarial Terra Firme  
Campinas – São José – SC – CEP 88.117-9  
Telefone: (48) 3380-9170



Soma Supply EPIs					
Descrição Completa	Imagem	Preço Unitário	Quantidade	Prazo de Entrega *	
AVENTAL TNT GR 40 (1,20 X 1,50)		R\$ 22,90	300000	10 DIAS	
MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO (BFE 98%)		R\$ 4,10	250000	10 DIAS	
LUVA LÁTEX PROCEDIMENTO COM PÓ CA 15112 VOLK (NÃO ATENDE RISCO BIOLÓGICO) - CAIXA COM 100 unidades		R\$ 28,90	1000	10 DIAS	



\* Forma de pagamento: À coimbinar;

\* Frete: CIF;

\* Prazo de entrega: Até 10 dias (de acordo com demanda necessária)





## DECLARAÇÃO DE RAZOABILIDADE

Considerando o preço apresentado pela empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA** bem como pesquisas entre outras empresas, fica demonstrada a razoabilidade de preços.

Em 17 de abril de 2020

RITA DE CASSIA LOURENCO  
SHIGA CAETANO:15420690845

Assinado de forma digital por RITA DE  
CASSIA LOURENCO SHIGA  
CAETANO:15420690845  
Dados: 2020.05.14 12:07:42 -03'00'

**RITA DE CÁSSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
Diretor Técnico II





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 1.123/2020

Informamos que nesta data foram juntados os documentos constantes às fls. 86/105, necessários para a devida instrução do processo, que por um lapso não foram devidamente encartados aos autos.

São Paulo, 14 de maio de 2020.

RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras







São Paulo, 12 de Março de 2020.

OFÍCIO CGA CIRCULAR

- Referência: Aquisições e Serviços Emergenciais em Atenção à Pandemia Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Trata o presente Ofício Circular esclarecimento para as aquisições e serviços emergenciais em atenção à Pandemia decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

A fundamentação para as aquisições e contratação de serviços em questão possuirá subsidio no Plano de Contingenciamento para esta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, conforme documentação tratada no Processo n.º SES/1124892/2020, cujo teor inclui as legislações inerentes à declarada Pandemia por COVID-19, as condições para a contratação emergencial, orientações administrativas e jurídicas.

Encaminhe-se ao Núcleo de Compras – NC, para conhecimento do esclarecimento.

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES

Coordenador da CGA

**Coordenadoria Geral de Administração – CGA**

Comissão de Acompanhamento e Controle do Atendimento ao Tribunal de Contas da CGA

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar, sala 303 | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000

\*/CSR

G:\CGA\CATC\Outros\2020\COVID-19 Documentos Diversos\Informação CGA 2020 Plano de Contingenciamento - ventiladores.doc





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

**Informação**

**Interessado:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

**Assunto:** Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

**Número de referência:** INFORMAÇÃO CGA Nº 101/2020

PROCESSO N.º SES-PRC-2020/17663

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), na quantidade de 1.100.000 (um milhão e cem mil) unidades.

Cumprir informar que a Empresa Marcelo Neres efetuou a entrega somente de 11.800 (onze mil e oitocentos) unidades (valor unitário de R\$ 12,90), no valor de R\$ 152.220,00, cumprindo parcialmente sua proposta, devendo o pagamento dessa empresa ser realizado proporcionalmente.

Encaminhe-se ao NC para conhecimento e providências, em especial o cancelamento parcial do saldo do empenho, reservando-se o direito do pagamento do valor relativo as entregas (acima mencionado).

São Paulo, 15 de maio de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





## Governo do Estado de São Paulo

## CONTRATO DE EMPENHO 2020CT00606

No. do Documento	2020CT00606	Data de Emissão	15MAI2020	Evento	400097 - CANCELA CT N.TESOURO
Unidade Gestora	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA				
Gestão	00001				
Fonte	005001133				
Natureza da Despesa	33903031	PTRES	090111		
UGR	090010				
Favorecido	28476997000170 - MARCELO NERES DE OLIVEIRA				
Data de Entrega Prevista	24ABR2020				
Modalidade do Empenho	1 - ORDINARIO	Tipo de Aquisição	2 - MATERIAL		
Tipo de Compra/Licitação	05 - DISP. LICIT	Referência Legal	LF 8666/93		
Origem do Material	1 - NACIONAL	Número do Processo	2020/17663		
Número do Contrato Fornecedor		Plano Interno	0100		
Número do Edital	DIPENSA 53/2020				
Valor a Empenhar	14.037.780,00				
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS 406				
Bairro	BOM RETIRO				
Cidade	SÃO PAULO				
CEP	01131-000				
Informações Adicionais					

Cronograma		
	Mês	Valor
	01	
	02	
	03	
	04	
	05	14.037.780,00
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	

Sequência	001	Item	00347812-2	Unid. Forn.	00001
Quantidade	1088200,000	Valor Unitário	12,90	Preço Total	14.037.780,00
Descrição					
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/M², NAO ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, USO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE					





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 1.132/2020

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF**, para fins de contabilização da CT de Cancelamento sob nº 2020CT00606.

São Paulo, 15 de maio de 2020.

RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO

**Informação**

**Interessado:** Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

**Assunto:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

**Número de referência:** SES-PRC-2020/17663

Em atendimento a solicitação, informamos que considera-se cancelado o valor Orçamentário EMPENHADO

Nº Empenho -----à 2020NE00723

Valor do Empenho -----à R\$ 14.037.780,00

São Paulo, 18 de maio de 2020.

**ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA**  
Diretor Técnico III  
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO



Assinado com senha por ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA - 18/05/2020 às 16:29:33.  
Documento Nº: 5072474-2650 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5072474-2650>

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESINF202046805A

**Governo do Estado de São Paulo****NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00723**

<b>UG</b>	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
<b>Gestão</b>	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
<b>Data de Emissão</b>	15/05/2020

CNPJ/CPF/UG	28476997000170				
Credor	MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI				
Endereço	Rua Pedro bolgione n 207				
Cidade	Itapevi	UF	SP	CEP	06693-015

<b>Origem Material</b>	1
------------------------	---

<b>Evento</b>	<b>UO</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Fonte</b>	<b>Natureza Despesa</b>	<b>UGR</b>	<b>PI</b>
400097	09001	10302093048500000	005001133	33903031	090010	000.000.0100

No Processo	2020/17663	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LF 8666/93		
Licitação	05 - DISPENSA LICIT.	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.	2020NE00581	Nº Contrato	2020CT00606	Nº OC	

<b>Valor do Empenho R\$</b>	14.037.780,00 (QUATORZE MILHOES, TRINTA E SETE MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS)
-----------------------------	---------------------------------------------------------------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
05	14.037.780,00

<b>Sequência</b>	001	<b>Item</b>	00347812-2	<b>Unid. Forn.</b>	00001
<b>Quantidade</b>	001088200,000	<b>Valor Unitário</b>	12,90	<b>Preço Total</b>	14.037.780,00

Descrição
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/M², NAO ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, USO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE





## Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	14.037.780,00
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS 406
Data de Entrega	24/04/2020

---

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES  
130456788-58  
**Ordenador da Despesa**

Responsavel pela emissão	32185658808
--------------------------	-------------



## COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Despacho do Coordenador, de 13-05-2020**

**Processo: SES-PRC-2020/17663**

**Interessado: Coordenadoria Geral de Administração**

**Assunto: Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19**

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

A aquisição era de 1.100.000 unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada pela Empresa Marcelo Neres datada de 17-04-2020. No tocante a entrega dos aventais, conforme cronograma apresentado, a primeira entrega seria de 60.000 unidades, a qual deveria ter ocorrido em 30-04-2020, porém o agendamento não foi cumprido pela empresa.

Considerando os documentos contidos nos autos, em especial a Informação 98/2020 do Grupo de Gerenciamento das Atividades de Suprimentos e Infraestrutura – GGA/SI (fls. 81 e 82), Declaro Rescindido, a partir de 12-05-2020, com fundamento no art. 79, inciso I c/c art. 78, incisos I e II da Lei 8666/93, a Dispensa de Licitação 53/2020, celebrado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria Geral de Administração e a empresa Marcelo Neres de Oliveira.

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)





quinta-feira, 14 de maio de 2020

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 130 (92) – 23

Artigo 1º - Fica autorizado Luiz Carlos Jesus de Almeida, RG 21198789-X, cargo de Agente de Organização Escolar, a ocupar as dependências da zeladoria da EE Professora Maria Angélica Baillet, município de Aracajuaba da Serra, jurisdicionada à Diretoria de Ensino da Região de Votuporanga, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Processo SEDUC-PRC-2020/14498, e observadas as disposições da Resolução 52, de 20-04-2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo Compromissário, pelo Diretor da Escola e pela Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O Diretor da EE Professora Maria Angélica Baillet, da Diretoria de Ensino - Região de Votuporanga, zelará pelos cumprimentos das obrigações do ocupante da zeladoria, adotando as medidas necessárias no caso de encaminhamento para descaptação.

Artigo 4º - A presente autorização tem validade por 2 anos.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

**Extrato de Contrato**  
Contrato: 003/20  
Processo: SEDUC-PRC-2020/24129  
Objeto: Contratação de serviços especializados em eletrônica na Sede da Diretoria de Ensino - Região de Votuporanga, com fornecimento de todo material necessário.

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Votuporanga  
- CNPJ: 46.384.111/0128-22

Contratada: Luciano Alexandre Moraes, CNPJ 21.953.033/0001-26  
Modalidade: Dispensa de Licitação.  
Valor do Contrato: R\$ 2.290,00  
Data da Assinatura: 12-05-2020  
Programa de Trabalho: 12.122.081.5.1.785.0000  
Fonte de Recursos: 003.001.051  
Natureza da Despesa: 33.90.39.79  
Vigência: 12-05-2020 a 10-06-2020.

## Saúde

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Despacho do Chefe de Gabinete, de 12-5-2020**  
SPDOC: SGR125187/2016 - Volume 1 ao II  
Interessado: Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde - Insaspe

Assunto: Solicitação de vistas dos autos.  
Despacho: 05/2409/2020  
Ciente do teor da Petição de fl. 403/404 e considerando a necessidade de resguardar os interesses da Administração Pública, em caráter cautelar:

Deferir, parcialmente o pedido, ficando autorizada vista e extração de cópias solicitadas, nas dependências deste Gabinete, nos termos dos artigos 27 c/c artigo 35, parágrafo único, ambos da Lei Estadual 10.177/98, alterada pela Lei Estadual 16.931/19, e com o devido pagamento das custas pelo interessado.

Desta decisão, fica certificado João Vicente Ferraz Palone, OAB/SP 184.111.

### COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Despacho do Coordenador, de 13-05-2020**  
Processo: SES-PRC-2020/17663  
Interessado: Coordenadoria Geral de Administração  
Assunto: Aquisição de Avenal Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19.

Traza o presente a aquisição de avenais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

A aquisição era de 1.100.000 unidades de Avenal Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada pela Empresa Marcelo Neres data de 17-04-2020. No tocante a entrega do material, conforme cronograma apresentado, a primeira entrega seria de 60.000 unidades, a qual deveria ter ocorrido em 30-04-2020, porém o atendimento não foi cumprido em 30-04-2020.

Considerando os documentos contidos nos autos, em especial a Informação 98/2020 do Grupo de Gerenciamento das Atividades Suplementares e Infraestrutura - GSAU/ (fls. 81 e 82), Declaro Rescindida, a partir de 12-05-2020, com fundamento no art. 19, inciso III, c/c art. 78, inciso I da Lei 8.666/93, a Dispensa de Licitação 53/2020, celebrado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria Geral de Administração e a empresa Marcelo Neres de Oliveira.

(Publicação novamente por ter saído com incorreções)

**Extrato de Item Adjudicatário**  
Contratada: C.A.P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.  
Contratante: Secretário de Estado da Saúde - Coordenadoria Geral de Administração  
CNPJ: 14.016.550/0001-03  
Objeto: Promulgação de prazo por 15 meses, a partir de 26-05-2020 com término em 25-08-2021, referente a prestação de serviço de remoção em ambulância - suporte básico, em atendimento a ação judicial.

Valor total do contrato: R\$ 93.000,00, sendo R\$ 44.433,33 para o exercício de 2020 e R\$ 48.566,67 para o exercício de 2021.

As despesas correrão por conta da classificação orçamentária 10.302.0030.4850.0000.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, celebrado em 26-02-2019, não alteradas pelo presente termo.

Data da Assinatura: 13-05-2020

### COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

**Despacho do Coordenador, de 13-5-2020**  
Interessado: Instituto Adolfo Lutz  
SES-PRC-2020/15244  
Assunto: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva em Ultrafreezers.

Ratifico a dispensa de Licitação, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, declarada pela autoridade competente às fls. 172, que dispõem a licitação com fundamento legal no Art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/1993 e suas modificações posteriores, para a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva em Ultrafreezers, no valor total de R\$ 33.790,00, a favor da empresa SIREL Aparelhagem Atómi Grunig ME (Insc. 701/2019) - C/CICD.

**Despacho do Coordenador, de 13-05-2020**  
Interessado: CVS - Fernandes Garó  
Assunto: Autorização de diárias superior a 50%  
Número de referência: Despacho GGA 708/2020  
Mediante justificativa de folha retro SES-PRC-2020/055835 apresentada de acordo com a solicitação do diretor técnico de Saúde III do CVS, e com fundamento no Decreto 48.292/2002 e Resolução 55-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional para o presente exercício 2020, a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal,

acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo:

Fernanda Garcia - RG MG 8.508.123, enfermeiro, efetivo, lotado no Centro de Vigilância Sanitária - CVCSD.

Localidade de provável deslocamento: Açuai, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e São Sebastião da Gramma.

Motivo do deslocamento: realizar inspeção em estabelecimentos e Serviços de Saúde para atendimento das demandas do GVS-XCVI São João da Boa Vista e atendendo solicitações/convoções do CVS-São Paulo e ANVISA. Realizar também, inspeções em empresas fabricantes de Produtos Médicos, Cosméticos, Insumos Farmacêuticos e Medicamentos, de modo a atender solicitação de Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Despacho do Coordenador, de 13-05-2020  
Interessado: CVS - Tamires de Lira Tavares  
Assunto: Autorização diária superior 50%  
Número de referência: Despacho GGA 709/2020  
Mediante justificativa de folha retro SES-PRC-2020/055835 apresentada de acordo com a solicitação do Diretor Técnico de Saúde III do CVS, e com fundamento no Decreto 48.292/2002 e Resolução 55-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional para o presente exercício 2020, a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo:

Tamires de Lira Tavares - RG 41.700.351-1, Agente Técnico de Assistência à Saúde - Efetivo, lotado no Centro de Vigilância Sanitária - CVCSD.

Localidade de provável deslocamento, municípios de abrangência do Estado de São Paulo das regiões desta CCO: Aracajuaba, Descalvado, Araçatuba, Jales, Riberião Preto, Barretos, Campinas, Aracajuaba, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Nereus, Santos, Itapira, Hortolândia, Bongaçu Paulista, Cosmópolis, Altânia, Dracena, Jardiópolis, Bom Jesus dos Perdões, Para Grande, Bertioiga, Mongaguá, Ecaporã, Ibitinga, Itatê, Franco da Rocha, Maiporã, Embu, Osasco, Jandira, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, Campos do Jordão, Santa Rita do Passa Quatro, Barueri, Osasco, Aparecida, São José do Rio Preto, Diadema, Santa André, Bauru, entre outros.

Motivo do deslocamento: em suas funções de desempenho como Fiscal executor inspeções sanitárias em estabelecimentos situados nos municípios do Estado de São Paulo, que possuem estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento por registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público. Essas ações e inspeções demandam geralmente períodos de até 5 dias consecutivos com pernoite, podendo se estender por mais dias, conforme o perfil da empresa, a complexidade do processo produtivo e dos produtos fabricados, o número de integrantes da equipe de inspeção, os desdobramentos da investigação entre outros fatores.

### INSTITUTO ADOLFO LUTZ

**Extrato de Contrato**  
Processo: SISRAD 001.0701.0001.578/2015  
Processo SPODC 2171884/2018  
Contrato 0612016  
Modalidade: Pregão 095/2016  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Centuron Segurança e Vigilância S/C Ltda.  
CNPJ: 07.668.194/0001-15  
Objeto: Aditamento Excepcional do contrato assinado em 26-08-2016, por 90 dias, de 09-04-2020 a 08-07-2020, referente à Prestação de serviços de Vigilância/Segurança Patrimonial, no Laboratório Central e CCI, visando atender as necessidades emergentes dos Postos de Vigilância de CRIAL Santos.

Fundamento Legal: Artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores.  
UOE: 090177  
PIRES: 090.016  
Vigência: 90 dias  
Período: 09-04-2020 a 08-07-2020  
Data da Assinatura: 09-04-2020

**Extrato de Contrato**  
Apostilamento de Reajuste  
Processo SISRAD 001.0701.0001.386/2017  
Contratante: Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Inova Facilities Assessoria, Conservação e Limpeza Ltda  
CNPJ: 07.983.040/0001-28  
Objeto: Prestação de serviços de Limpeza Hospitalar, no âmbito do CLR São José do Rio Preto  
Valor Mensal Atual: R\$ 8.616,15  
Variação do Período: 4,10%  
Valor Mensal Reajustado: R\$ 8.969,41  
Diferença Mensal: R\$ 353,26  
Vigência: a partir de 01-01-2020  
Fundamento Legal: parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Extrato de Contrato**  
Apostilamento de Reajuste  
Processo SISRAD 001.0701.0001.809/2018  
Processo SPODC 2039408/2018  
Contrato 084/2018  
Modalidade: Pregão Eletrônico 227/2015  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Perfect Clean Serv. Esp. Ltda - ME  
CNPJ: 12.066.450/0001-66  
Objetivo: Prestação de Serviços de Limpeza Hospitalar para o Centro de Laboratório Regional do Instituto Adolfo Lutz de Santo André - VIII  
Valor Mensal Atual: R\$ 6.787,03  
Variação do Período: 4,10%  
Valor Mensal Reajustado: R\$ 7.065,30  
Diferença mensal: R\$ 278,27  
Vigência a partir de 01-01-2020  
Fundamento Legal: parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Extrato de Contrato**  
Apostilamento de Reajuste  
Processo SISRAD 001.0701.0001.423/2015  
Processo SPODC 95562/2019  
Contrato 080/2015  
Contratante: Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Total Clean saneamento e Serv. Eireli ME  
CNPJ: 18.102.031/0001-76  
Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza Técnica hospitalar no âmbito do Instituto Adolfo Lutz - CLR de Marília.  
Valor mensal atual: R\$ 10.669,40  
Variação do Período: 4,10%  
Valor Mensal Reajustado: R\$ 11.138,07  
Diferença mensal: R\$ 438,68  
Vigência a partir de 01-01-2020  
Fundamento Legal: parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Extrato de Contrato**  
Apostilamento de Reajuste  
Processo SISRAD 001.0701.0001.327/2016  
Processo SPODC 16020/2019  
Contrato 056/2016  
Modalidade: Pregão 085/2016

Contratante: Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Cleanmax Serviços Ltda.  
CNPJ: 01.392.280/0001-37  
Objeto - Prestação de Serviços de limpeza hospitalar para o Centro de Laboratório Regional de Rio Claro do Instituto Adolfo Lutz.  
Valor mensal atual: R\$ 7.800,41  
Variação do Período: 4,10 %  
Valor Mensal Reajustado: R\$ 8.120,23  
Diferença mensal: R\$ 319,82  
Vigência a partir de 01-01-2020  
Fundamento Legal: parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Extrato de Contrato**  
Apostilamento de Reajuste  
Processo 001.0701.000.485/2017  
Contrato 003/2018  
Modalidade: Pregão Eletrônico 002/2018  
Contratante: Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Zamper Serviços Eireli.  
CNPJ: 10.791.847/0001-95  
Objeto - Prestação de Serviços de limpeza hospitalar para o Centro de Laboratório Regional de Santos do Instituto Adolfo Lutz.  
Valor mensal atual: R\$ 6.861,47  
Variação do Período: 4,10%  
Valor Mensal Reajustado: R\$ 7.142,79  
Diferença mensal: R\$ 281,32  
Vigência: a partir de 01-01-2020  
Fundamento Legal: parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Extrato de Contrato**  
Processo SISRAD 001.0701.000.387/2017  
Processo SPODC 97729/2019  
Contrato 056/2017  
Modalidade: Pregão Eletrônico 052/2017  
Contratante: Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Patinieras Limpeza e Serviços Gerais Ltda.  
CNPJ: 55.905.350/0001-99  
Objeto: Prestação de serviços de limpeza hospitalar no CLR de Presidente Prudente  
Valor mensal atual: R\$ 8.954,06  
Variação do Período: 4,10%  
Valor Mensal Reajustado: R\$ 9.321,18  
Diferença mensal: R\$ 367,12  
Vigência a partir de 01-01-2020  
Fundamento Legal: 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993

**Extrato de Contrato**  
Processo SES-PRC-2020/08545  
Contrato 012/2020  
Modalidade: Pregão Eletrônico 009/2020  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: VCS Saneamento e Serviços Ltda ME - CNPJ 22.435.760/0001-32  
Objeto: prestação de serviços de limpeza hospitalar para o Centro de Laboratório Regional do Instituto Adolfo Lutz de Rio Claro - VII  
Valor mensal do Contrato: R\$ 7.234,26  
Valor total do Contrato: R\$ 217.027,80  
Emprego: 2020EN00478  
UOE: 090177  
PIRES: 090.016  
Fonte: 001.001/41  
Natureza da Despesa: 33903796  
Programa de Trabalho: 10303093241380000  
Data da Assinatura: 08-05-2020  
Data da Vigência: 30 meses  
Período: 11-05-2020 a 11-01-2022  
Gestor do Contrato: Dina Maria Joaquim Pereira, RG 8.390.478-3, CPF 824.160.678-00, Diretor Téc. I, do Núcleo Téc. Operacional, no CLR de Rio Claro, do Instituto Adolfo Lutz

**Extrato de Contrato**  
Processo SES-PRC-2020/07717  
Contrato 013/2020  
Modalidade: Pregão Eletrônico 004/2020  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Setesete Distribuidora e Comércio de Bebidas Ltda  
CNPJ da Contratada: 32.918.489/0001-71  
Objeto: Aquisição de galões de água mineral de 20 litros, com entrega parcelada  
Valor do Contrato: R\$ 13.750,00  
Nota de Empenho: 2020EN00470  
UOE: 090177  
PIRES: 090.016  
Programa de Trabalho: 10122094062150000  
Elemento da Despesa: 33903010  
Fonte de Recursos: 001001141  
Data da Assinatura: 12-05-2020  
Vigência: 08 meses a partir da data da assinatura do termo de contrato  
Gestor do Contrato: Debora Constantino Costa, RG 33.639.153-5, CPF 224.291.278-06, Diretor I, do Núcleo de Atividades Complementares, no Centro de Infraestrutura, do Instituto Adolfo Lutz

**Extrato de Contrato**  
Processo SES-PRC-2020/19388  
Contrato 016/2020  
Modalidade: Dispensa de Licitação de 09-05-2020  
Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz  
Contratada: Pontual Comercial Eireli - CNPJ da Contratada: 01.854.654/0001-45  
Objeto: Aquisição de ponteiros descartáveis, para atender demanda da Covid-19.  
Valor do Contrato: R\$ 41.862  
Elemento da Despesa: 33903032  
Nota de Empenho: 2020EN00481  
Fonte de Recursos: 005001133  
Programa de Trabalho: 10303093241380000  
Data da Assinatura: 13-05-2020  
Vigência Contratual: 180 dias a partir da assinatura do contrato  
Gestor do Contrato: Adriana Bugno, RG 15.908.907-8, CPF 115.388.349-9, Diretor Técnico de Saúde I, substituto da Diretoria Geral, telefone (11) 3068-2802, e-mail: adriana.bugno@adl.sp.gov.br, com auxílio de Monica de Oliveira, RG 22.426.381-7, CPF 19080612963, Diretor Técnico I do Centro de Administração/Almoarifado, Telefone (11) 3068-2829, e-mail: almoarifado@adl.sp.gov.br.

### CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**GRUPO DE VIGILÂNCIA XI - ARACATUBA**  
Despacho da Diretora, de 13-5-2020  
01. Comunicado de Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade  
PROC.: SES-PRC-2019/03199  
Ração Social: Villa Grill 2 Restaurante e Chopparia Ltda  
Nome Fantasia: Villa Grill 2  
CNPJ/CPF: 027.621.987/0001-180  
Endereço: Avenida Joaquim Pompeu de Toledo, 1151  
Município: Aracatuba CEP: 16020-465 UF: SP  
Representado por: Fabricio Ribeiro - Proprietário CPF: 222.175.518-92

A Diretora do Grupo de Vigilância Sanitária, comunica que decorrido o prazo legal e não tendo o interessado apresentado recurso, considera-se o Auto de Imposição de Penalidade de Multa AP 013280, emitido em 30-03-2020, definitivo, porque no dia da fiscalização da Lei 14.592/2011 em seu estabelecimento serviu bebida alcoólica há vários jovens que estavam em uma mesa consorciada bebida alcoólica, sendo que havia uma jovem que estava presente na mesma mesa consumindo bebida alcoólica (cerveja) não portando documento oficial de identidade que comprovasse a sua maioridade, infringindo o disposto no §4º, do art.2º, da Lei Estadual 14.592/2011.

Conforme o disposto no artigo 4º, inciso III, alínea B, da Lei Estadual 14.592/2011 c/c artigo 10º, inciso III, alínea B, do Decreto Estadual 57.524/2001, Multa de 1.000 UFERS, considerando o valor da UFERS/2020 de R\$ 27,61.

### GRUPO DE VIGILÂNCIA XVII - CAMPINAS

**Despachos da Diretora**  
De 5-2-2020  
A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária XVII Campinas, comunica o cancelamento dos Processos 136787/16, 157766/16, 165804/16, 203975/16, 206941/2016.  
Ração Social da Empresa: King Of Coffe Blenders com de Cafes Fines Ltda EPP  
CNPJ: 18.672.305/0001-05  
Endereço: Rua Um, 339, Jd. Espírito Santo, CEP: 13273-200 Município: Valinhos  
Resp. Legal: Luis Gustavo Rodrigues Maria  
De 6-2-2020  
A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária XVII Campinas, comunica o cancelamento dos Processos 001.0718.0000262/2016, 001.0718.000030/2017, 001.0718.000032/2017, 001.0718.000033/2017, 001.0718.000034/2017, 001.0718.000035/2017, 001.0718.000036/2017, 001.0718.000037/2017, e dos Protocolos SISRAD 97118/2018, 97123/2018, 97124/2018.  
Ração Social da Empresa: King Of Coffe Blenders com de Cafes Fines Ltda EPP  
CNPJ: 18.672.305/0001-05  
Endereço: Rua Um, 339, Jd. Espírito Santo, CEP: 13273-200 Município: Valinhos  
Resp. Legal: Luis Gustavo Rodrigues Maria  
A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária XVII Campinas, comunica o cancelamento do Processo 001.0718.0000262/2016 e dos protocolos SISRAD 97118/2018, 97123/2018, 97124/2018.  
Ração Social da Empresa: Ultrapan Indústria e Comércio Ltda.  
CNPJ: 62.548.409/0001-02  
Endereço: Alameda Itajubá, 1564, Bairro Joazeirana, CEP: 13278-530  
Município: Valinhos  
Resp. Legal: Maria Isabel Ribeiro Lopes de Heredia  
De 17-2-2020  
A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária XVII Campinas, comunica o indeferimento da Comunicação de Importação de Produtos Dispensados de Registro Referente ao Processo 001.0718.000190/2015  
Ração Social da Empresa: Ralf Rohmhaicher ME  
CNPJ: 12.425.730/0001-48  
Endereço: Av. Invernada, 1919, Jardim Nova Suíça, CEP: 13271-450  
Município: Valinhos  
Resp. Legal: Ralf Rohmhaicher  
De 11-5-2020  
A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária XVII Campinas, comunica o cancelamento dos Processos 001.0718.0000236/2016, 001.0718.000258/2016, 001.0718.000261/2016, 001.0718.000342/2016  
Ração Social da Empresa: Instituto Terapêutico Delta Ltda.  
CNPJ: 33.173.097/0002-74  
Endereço: Alameda Capovilla, 129, Bairro Recreio Campestre Jiss, CEP: 13247-310  
Município: Indaiatuba  
Resp. Legal: Patricia Viel

### GRUPO DE VIGILÂNCIA XIX - JALÉS

**Despacho da Diretora, de 13-05-2020**  
Deferimento referente a protocolo: 2020/18329 Data de Protocolo: 22-04-2020. CVS: 35460396-861-000005-1-5 (Equipamento de Raios X Médico - CDK - 150 kVp/600 mA) Data de Validade: 13-05-2021 Ração Social: Immandade da Santa Casa de Mis. De Santa Fé Do Sul CNPJ/CPF: 58.572.395/0001-75  
Endereço: Rua Três, 1269 Centro Município: Santa Fé Do Sul Cep: 15775-000 UF: Sp Resp. Legal: José Biscassi CPF: 38589780834  
Resp. Técnico: Fabio Vinícius Gonçalves Campanharo CPF: 34076139895 CBO: 223124 CMI No. Inscr: 144970 UF: SP  
O Diretor da Grupo Estadual de Vigilância Sanitária Xox Jales, Delere (O/A) Renovação de Licença de Funcionamento do Equipamento: Raios X Médico de 100 MA A 500 MA (O/A) responsável(ões) assumem(ã) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas recomendadas as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(ões) ao cancelamento deste documento.

**Despacho da Diretora, de 13-05-2020**  
Deferimento de Laudo Técnico de Avaliação - LTA  
No. LTA: 002/2020 Data do Deferimento: 13-05-2020 Adaptação em Edificação Existente - Processo: SES-PRC-2020/20361  
Data: 12-05-2020 - Ração Social: Immandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Fé Do Sul / Dispensário de Sangue - Endereço: Rua Três, 1269 - Município: Santa Fé Do Sul/SP  
A Diretora Técnica de Saúde II do Grupo de Vigilância Sanitária XXX de Jales, Centro de Vigilância Sanitária I / Coordenadoria de Controle de Doenças, Delere a solicitação de Laudo Técnico de Avaliação - LTA, nos termos da Portaria CVS I, de 09-01-2019.

**Despachos da Diretora, de 13-05-2020**  
Deferimento de Defesa apresentada em 04-05-2020, ao Auto de Imposição de Penalidade de Multa - AP/017334, concedendo prazo de 120 dias a contar de 04-05-2020 - referente ao Auto de Infração AIF 007666 de 21-05-2019 Proc. SES/13407162/2019 Data: 21-05-2019 - Ração Social: Immandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Fé Do Sul - Endereço: Rua Três, no 1269 - Santa Fé do Sul/SP, por não dispor por meios próprios ou terceirizados os serviços à beira de leito de Assistência Clínica reabilitadora, incluindo hemodinâmica, Lavratura do Auto de Infração 007591, de 26-04-2018 Processo 001.0723.000034/2018 Data: 27-04-2018 - Ração Social: Immandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis/ Hospital Geral - Endereço: Avenida Afonso Cáfare, no 2630 - Fernandópolis/SP, por não dispor de profissional fisioterapeuta coordenador da UTI adulto com título de especialista em terapia intensiva.

Deferimento de defesa apresentada em 05-05-2020, ao Auto de Infração AIF 007591 de 26-04-2018 - Ração Social: Immandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis/ Hospital Geral - Endereço: Avenida Afonso Cáfare, no 2630 - Fernandópolis/SP, por não dispor de profissional fisioterapeuta coordenador da UTI adulto com título de especialista em terapia intensiva.

SESCAP2020293888A



documento  
assinado  
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) quinta-feira, 14 de maio de 2020 às 01:16:12

Autenticado com senha por CEZAR AUGUSTO FOGANHOLLO - 27/05/2020 às 11:06:06.  
Documento Nº: 5245536-2027 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=5245536-2027>



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

**Informação**

**Interessado:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ? CGA

**Assunto:** Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

**Número de referência:** INFORMAÇÃO CGA Nº 108/2020

PROCESSO N.º SES-PRC-2020/17663

**INFORMAÇÃO CGA Nº 108/2020**

Trata-se o presente de **relatório informativo e cronológico** quanto relativo ao a **rescisão contratual, por descumprimento parcial de cronograma de entregas**, nos termos contidos nos autos da dispensa de licitação de aquisição de aventais visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto Estadual n.º 64.879 de 20 de março de 2020 e amplamente noticiada.

**Trata, também, de solicitação de instauração de procedimento administrativo** visando a aplicação das sanções previstas nas Resoluções SS-92, de 10/11/2016 e CC-52, de 19/07/2005, em decorrência de inadimplemento (parcial) de obrigações contratuais.

Cumprir informar que **alguns documentos foram juntados sem a observância de procedimento lógico, fora de sua devida cronologia temporal**, motivo pelo qual se faz necessário o presente relatório.

**1 - HISTÓRICO**

1. Os autos em epígrafe trataram da aquisição de 1.100.000 (um milhão e cem mil) unidades de Avental Descartável, nas condições da Proposta Comercial apresentada no dia de 17/04/2020, visando o atendimento para enfrentamento da calamidade pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) (**FLS. 02 e 03**).
2. O fornecimento de aventais, por meio de aquisição, seria por conta da Empresa *Marcelo Neres de Oliveira* (MARCELO NERES), inscrita no CNPJ sob o n.º 28.476.997/0001-70, foi realizada através da dispensa de licitação n.º 53/2020.
3. O procedimento licitatório visava atender as medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto Estadual n.º 64.879 de 20 de março de 2020.

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESINF202049284A



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Saúde**  
**Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo**

4. O produto adquirido foi o item SIAFISICO 3478122, AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), com cronograma inicial de entrega definido da seguinte forma:

- 1ª entrega: 30/04/2020 - 60.000 unidades;
- 2ª entrega: 31/05/2020 - 520.000 unidades;
- 3ª entrega: 30/06/2020 - 520.000 unidades.

5. Foram juntados aos autos da licitação, para observância estrita, cópia das seguintes normas jurídicas:

- **Decreto nº 64.879, de 20/03/2020**

;

- **Decreto nº 64.928, de 08/04/2020**

;

- **Portaria n.º 356, de 11/03/2020**

.

6. Sobre as **notícias sobre a pandemia**, relatando as condições e outros detalhes, vide **fls. 13 a 19**.

1.1 - Preços, Propostas e Pesquisa

7. Relativamente aos valores e propostas, a **empresa MARCELO NERES** apresentou seu documento (fl. 20 e 21), nos seguintes termos:

EMPRESA	SIAFISICO	MATERIAL	UN.	VALOR TOTAL	
Marcelo Neres de Oliveira	3478122	Avental Descartavel; Em Nao Tecido (100% Polipropileno)	1.100.000	R\$ 12,90	R\$ 14.190.000,00

8. **De forma comparativa**, nota-se que o **preço da aquisição tratado com a empresa MARCELO NERES**, encontra-se **compatível com os valores praticados no mercado**, viabilizando a aquisição pela melhor oferta apresentada.

8.1. A pesquisa de preços consta dos autos a **FLS. 103 E 104**.

9. Por conta desse preço, não caberia outra opção de escolha a essa Administração, senão a contratação da empresa em questão.





**Governo do Estado de São Paulo**

**Secretaria da Saúde**

**Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo**

10. **Em sede de ofertas** feitas pelas empresas, **não se vislumbra quaisquer atos desabonadores quanto aos trabalhos efetuados para a contratação**, nos termos dos itens 25 e 26 do mencionado Parecer Referencial:

**Parecer Referencial CJ/SS n.º 08/2020 (anexo)**

25. Como visto, à Administração cabe demonstrar que o preço cobrado é compatível com o preço praticado no mercado e na aquisição dos mesmos bens por outros órgãos ou entidades da Administração estadual.

26. Assim, dever estar justificada a razoabilidade dos preços, atendendo-se o princípio da motivação dos atos administrativos (artigo 111 da Constituição do Estado).

11. A empresa **MARCELO NERES é a que propôs o menor preço para o cumprimento do pedido de aquisição**, estando, então, motivada a escolha dessa empresa.

1.2 - Legislação relativa aos aventais adquiridos

12. No tocante **as normas relativas aos aventais adquiridos**, esta Coordenadoria seguiu as **regras constantes da Resolução RDC N° 356, de 23 de março de 2020**, a qual dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

12.1. A Resolução RDC N° 356, de 23 de março de 2020 foi juntada aos autos a **FLS. 9 a 12**.

**Resolução RDC N° 356/2020:**

**Art. 2º** A fabricação e importação de máscaras cirúrgicas, respiradores particulados N95, PFF2 ou equivalentes, óculos de proteção, protetores faciais (face shield), vestimentas hospitalares descartáveis (**aventais/capotes impermeáveis e não impermeáveis**), gorros e luvas, válvulas, circuitos e conexões respiratórias **para uso em serviços de saúde ficam excepcional e temporariamente dispensadas de Autorização de Funcionamento de Empresa, da notificação à Anvisa, bem como de outras autorizações sanitárias**.

13. Referida resolução RDC N° 356/2020 possui validade e eficácia, motivo pelo **não há que se falar que os aventais adquiridos estavam em desconformidade ou mesmo descumprindo a lei**, sendo, nesse quesito, legítima a aquisição.

14. Todavia, para não restar nenhuma dúvida, a **Comissão de Enfermagem aprovou a amostra fornecida**, conforme as especificações BEC/SP, item SIAFISICO n.º 3478122,





**Governo do Estado de São Paulo**

**Secretaria da Saúde**

**Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo**

**AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO).**

**1.3 - Suposto Prejuízo ao Erário (Inexistência)**

15. Observe-se, ainda, que até o momento não foi realizado qualquer pagamento a **empresa Marcelo Neres, s.m.j., portanto, não se verifica prejuízo ao Erário.**

16. Quanto ao atraso na entrega, esta Administração notificou a empresa pelo ofício CGA 214/2020, (**FL. 68**) em 04/05/2020, para imediato cumprimento do cronograma, em resposta a empresa apresentou um novo cronograma (**FL. 79**) fora das necessidades das Unidades Hospitalares desta SES/SP.

16.1. A resposta ao ofício CGA 214/2020 conta das **FLS. 78 e 79.**

17. No entanto, em atenção ao cronograma apresentado pela empresa Marcelo Neres, a primeira entrega (de 60.000 unidades) deveria ter ocorrido até o dia 30/04/2020, **prazo este não cumprido.**

18. Desta forma, tendo em vista o descumprimento contratual, a empresa foi novamente notificada pelo ofício 220/2020 (**FL. 74**), em 07/05/2020, informando sobre a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19. Cumpre informar que a Empresa Marcelo Neres efetuou a entrega somente de 11.800 (onze mil e oitocentos) unidades (valor unitário de R\$ 12,90), no valor de R\$ 152.220,00, cumprindo parcialmente sua proposta, devendo o pagamento dessa empresa ser realizado proporcionalmente.

QUANTIDADE DE AQUISIÇÃO PREVISTA	QUANTIDADE ENTREGUE	VALOR TOTAL	VALOR PAGO
1.100.000	11.800	R\$ 14.190.000,00	R\$ 152.220,00

20. Esta Coordenadoria procedeu com o posterior cancelamento dos valores já empenhados (relativos aos itens não recebidos) e o trâmite para rescisão e aplicação de multa.

20.1. O cancelamento empenho consta a **FL. 67.**

21. A rescisão encontra-se a FL. 83, com as publicações as **FLS. 84 e 85 e 114 e 115.**

**2 - DAS RAZÕES**

22. De início, deve ser ressaltado que as obrigações assumidas, no todo ou em parte, fica





**Governo do Estado de São Paulo**

**Secretaria da Saúde**

**Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo**

sujeitas às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

23. A sanção poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS n.º 26 de 09 de fevereiro de 1990, e demais cominações legais, sempre garantida a defesa prévia devendo ser registrada no endereço eletrônico [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br), pela autoridade responsável pela aplicação, migrando automaticamente para o CAUFESP, nos termos do art. 26 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 52.205, de 27 de setembro de 2007, e também nos sistemas mantidos pela Administração Autárquica.

24. É certo que a Administração Pública possui o dever de fiscalizar suas licitações e contratos administrativos, tratando-se de verdadeiro controle interno de seus atos.

25. O **controle interno da execução contratual** é o pleno exercício do dever poder da Administração Pública de valer-se da prerrogativa de direção, supervisão, gerência e de conferir de forma racional e organizada se todos os encargos contratuais estão sendo cumpridos ou foram cumpridos pelo contratado, a depender do momento em que a aferição ocorre[1].

26. Resta claro que **a rescisão se deu por culpa do particular, que não efetuou as entregas (conforme cronograma)**, dando ensejo a aplicação das respectivas sanções, bem como as medidas previstas na Lei 8.666/1993.

27. De outro lado, para José Anacleto Abduch, **descurar do dever de controlar a execução contratual é uma das mais graves infrações que pode cometer o administrador público**, eis que caracteriza descumprimento de dever legal[2], motivo pelo qual não há meios de se aceitar o tratamento dado pela MARCELO NERES aos interesses da Administração.

28. A MARCELO NERES descumpriu diversos artigos da Lei Federal n.º 8.666/1993, nos quais se enquadram os motivos dessa rescisão, que seguem transcritos.

**Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.**

**Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:**

**I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos?**

**Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.**

**§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.**





**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Saúde**  
**Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo**

*Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:*

*I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior?*

*§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.*

*Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:*

*III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos?*

*IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.*

29. Ainda, conforme as lições de José dos Santos Carvalho Filho, a LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942), alterada pela Lei nº 13.655, de 25.4.2018 incluiu condição específica para a invalidação de contratos. Segundo seu art. 20, parágrafo único, **o administrador deve mencionar a motivação que inspirou a invalidação.** A Administração demonstrará a necessidade e a adequação do ato invalidatório.

*Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018).*

*Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018).*

30. Tendo em vista a situação instalada fica claro que não há nenhuma possibilidade de manter o contrato ora vigente, por todos motivos já explicitados, não restando alternativa a não ser rescindir a avença, **com imposição de sanção de impedimento para novas contratações e multas.**

31. Ainda, com relação à Lei nº 8.666/93, houve o descumprimento dos seguintes dispositivos: art. 77; art. 78, inciso I, com o **parcial inadimplemento quanto a entrega dos produtos adquiridos**, não restando outra opção senão o uso das medidas cabíveis.

32. A jurisprudência do TCU corrobora tudo quanto acima exposto, isto é, de que o descumprimento quanto aos termos previamente estabelecidos dão ensejo a rescisão contratual.





**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria da Saúde

Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

Número do Acórdão: **ACÓRDÃO 1063/2012** - PRIMEIRA CÂMARA. Relator: **JOSÉ MUCIO MONTEIRO**. Processo: 019.790/2009-4.

7. A rigor, ao alterar o local da construção, sem reportar esse fato à concedente, o exprefeito descumpriu o plano de trabalho, caracterizando a inexecução total do objeto que havia sido previsto nos termos do convênio.

Número do Acórdão: **ACÓRDÃO 1416/2005** - PLENÁRIO. Relator: **VALMIR CAMPELO**. Processo: 017.060/2004-7. "(...) creio não haver o que indenizar ao contratado, **tendo em vista que não foi cumprida parte da avença, ou "materializada" como pretende o recorrente; e que a inexecução total ou parcial do contrato é caso de rescisão, e não de anulação, com conseqüências contratuais previstas em lei ou regulamento, conforme estabelece o art. 77 da Lei n. 8.666/93. (...)**"

### **3 - DOS PEDIDOS**

Assim, propomos a instauração de procedimento administrativo visando a aplicação das sanções previstas nas Resoluções SS-92, de 10/11/2016 e CC-52, de 19/07/2005, em decorrência de inadimplemento (parcial) de obrigações contratuais, ressaltando-se que a formalização se deu com base na demanda do COVID-19, à época da negociação.

**Quanto à rescisão contratual**, cumpre informar que **já foi efetuada**, conforme consta da **FL. 83**, com as publicações as **FLS. 84 e 85 e 114 e 115**.

Quanto à **gravidade do descumprimento contratual**, bem como o interesse público envolvido, do qual a contratada possuía pleno conhecimento dos riscos da negociação, **sugere-se a aplicação de multa no importe de 30%** sobre o valor da obrigação não cumprida e demais sanções previstas em lei.

Encaminhe-se o presente para o NGC a instauração do procedimento de penalidade de **multa no importe de 30%** sobre o valor da obrigação não cumprida e demais sanções previstas em lei.

**CEZAR AUGUSTO FOGANHOLO**

*Diretor Técnico III - Substituto*

[1] Santos, José Anacleto Abduch, Contratos administrativos : formação e controle interno da execução : com particularidades dos contratos de prestação de serviços terceirizados e contratos







**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria da Saúde

Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo  
de obras e serviços de engenharia / José Anacleto Abduch Santos; prefácio de Marçal Justen  
Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2015, página 167.

[2] Santos, José Anacleto Abduch, Contratos administrativos : formação e controle interno da  
execução : com particularidades dos contratos de prestação de serviços terceirizados e contratos  
de obras e serviços de engenharia / José Anacleto Abduch Santos; prefácio de Marçal Justen  
Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2015, página 178.

São Paulo, 27 de maio de 2020.

**CEZAR AUGUSTO FOGANHOLO**

Diretor Técnico de Departamento III substituto

Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo







**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Gestão de Contratos

**Informação**

**Interessado:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

**Assunto:** Procedimento sancionatório de Multa: Informação NGC.

Tratam os autos de aquisição de avental descartável visando atender as medidas estabelecidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID - 19), conforme Ofício CRP nº 153/2020 (fl.02). A aquisição foi realizada por meio de Dispensa de Licitação a favor da empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA**, fls. 42/43.

Cabe informar:

1. A Contratação foi formalizada por meio da Nota de Empenho 2020NE00581, conforme fls.49.
2. A entrega foi programada, conforme Termo de Referência de fls. 03:

1ª entrega	30/04/2020	60.000 unidades
2ª entrega	31/05/2020	520.000 unidades
3ª entrega	30/06/2020	520.000 unidades

3. Foram entregues 6.600 unidades do item licitado em 04/05/2020, conforme Nota Fiscal nº 004 (fls. 56).
4. A empresa não realizou a entrega de 1.088.200 unidades do item conforme documentos de fls. 81/82 e 116/121.
5. O valor orçamentário foi cancelado através da Nota de empenho 2020NE00723 (fls.112).
6. Demonstrativo de penalidade fls.122.

Encaminhe-se ao Coordenador da Coordenadoria Geral de Administração para conhecimento e decisão.

São Paulo, 23 de junho de 2020.

**FABIANA DA SILVA E SOUZA**  
Diretor Técnico I  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Gestão de Contratos

Classif. documental 004.01.04.002





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

**Despacho**

**Interessado:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

**Assunto:** Instauração de procedimento sancionatório de Multa: Despacho do Coordenador

Trata-se de aquisição de avental descartável visando atender as medidas estabelecidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID - 19).

Diante dos elementos de instrução, comunicamos a empresa **MARCELO NERES DE OLIVEIRA, CNPJ: 28.476.997/0001-70**, em razão do inadimplemento de obrigação que deixou de fornecer o item objeto da avença no prazo e quantidade ajustada entre as partes, sobre a instauração de procedimento sancionatório, sujeitando -se à penalidade de multa nos termos do artigo 5º da Resolução SS-92/16, conforme previsão das Leis Federais 8.666, de 21-6-1993 e 10.520, de 17-7-2002, bem como da Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989, que assim estabelece:

Artigo 4º - A inexecução total do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do valor do ajuste

Artigo 5º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do saldo financeiro não realizado.

Em razão do fato acima citado, a empresa será intimada, via ofício, por intermédio de Aviso de Recebimento, (A.R.) com o respectivo demonstrativo de cálculo e as devidas instruções para a eventual apresentação de defesa, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do presente, para apresentação de **defesa prévia assinada pelo representante legal ou procurador, juntando-se o instrumento legal pertinente**, conforme o § 2º do artigo 87 da Lei 8.666/93 ficando desde já franqueada vista aos autos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, 23 de junho de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESDS2020109958A



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA SAÚDE  
COORD. GERAL ADMINIST. - CGA  
RUA DR.ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, SÃO PAULO - SP, 05403000  
Tel.: 011 3066-8703

SÃO PAULO, 23 de junho de 2020

OFÍCIO No.79 /2020

Senhor Fornecedor  
Marcelo Neres de Oliveira  
CNPJ: 28.476.997/0001-70  
Rua Pedro bolgione n 207  
06693015 – São Paulo - SP

**INTIMAÇÃO**

1. O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do(a) COORD. GERAL ADMINIST. - CGA, vem **comunicar** Marcelo Neres de Oliveira - CNPJ: 28.476.997/0001-70, já qualificada no edital **53/2020**, acerca da apuração dos seguintes fatos:
2. SEGUE ANEXA PLANILHA DEMONSTRANDO O ATRASO DO ITEM OBJETO DA AVENÇA.
3. Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao [site www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br) com inclusão do código de acesso **2020SJEO6ZDIRM**, que permitirá selecionar a opção "Fornecedor Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação;
4. A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
5. Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, vista dos autos do processo no seguinte endereço:  
RUA DR.ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, SÃO PAULO - SP, 05403000

Atenciosamente

Sr. (a) **ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES**  
coordenador  
COORD. GERAL ADMINIST. - CGA





**Governo do Estado de São Paulo**  
**Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP**

**Dados Cadastrais**

**CNPJ:** 28.476.997/0001-70  
**Razão Social:** MARCELO NERES DE OLIVEIRA  
**Nome Fantasia:** NC CORPORATION  
**Tipo Pessoa:** Pessoa Jurídica  
**Natureza Jurídica:** EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)  
**Capital Social:** 20.000,00  
**Data Capital Social:** 22/08/2017  
**Inscrição Estadual:** 373184829110  
**Inscrição Municipal:** 30429  
**Tipo de Registro:** Registro Cadastral (RC)  
**Órgão Fiscalizador:** Não  
**Negociações Eletrônicas:** Sim  
**Atividades:** Indústria e/ou Comércio e Prestação de Serviços  
**Ente Federativo/Entidade Conveniada:** 1-GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**Órgão/Entidade:** 09000-SECRETARIA DA SAUDE  
**Unidade Cadastradora:** 092301-HOSP. DAS CLINICAS, SAO PAULO  
**Endereço da Unidade Cadastradora:** RUA DR.OUVIDIO PIRES DE CAMPOS, 225 - 4.ANDAR - SAO PAULO - 011 2661-7323 - 05403010

**Dados Cadastrais**

**Situação Fornecedor:** Ativo

**Endereços**

**Endereço:** RUA PEDRO BOLGIONE N 207  
**Tipo:** SEDE  
**Bairro:** CIDADE DA SAUDE  
**CEP:** 06693015  
**Município:** Itapevi  
**UF:** SP  
**Email Comercial:** marcelo@neres.com.br  
**Telefone1:** (11) 95104489 Ramal:9  
**Telefone2:** (0) Ramal:0  
**Fax:** (0) Ramal:0  
**Site:** www.neres.com.br

**Junta Comercial/Cartório**

Cartório/Junta Comercial	Registro	Data
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	3582487306	30/08/2017

**Linha de Fornecimento**

Classe	Descrição
206	SERVICOS ESPECIALIZADOS EM ARTEFATOS
221	SERVICOS MEDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS
233	SERVICOS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E ESPORTIVOS
802	SERVICOS DE LIMPEZAS
820	SERVICOS DE PRODUcoes CINEMATOGRAFICAS E DE VIDEOS
842	SERVICOS GRAFICOS E REPROGRAFICOS
898	SERVICOS ESPECIFICOS DOS MUNICIPIOS
7290	PECAS, ACESSORIOS E MATERIAIS DE REPOSICAO OU MANUTENCAO DE ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO GERAL
7320	RECIPIENTES E UTENSILIOS DE COZINHA



7610	LIVROS E FOLHETOS
7630	JORNAIS E PERIODICOS
7912	SUPRIMENTOS DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA
7914	PECAS E MATERIAIS DE REPOSICAO OU MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA
7920	UTENSILIOS DE LIMPEZA
7930	COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO
7940	INSETICIDAS, PESTICIDAS E DESODORIZADORES DE USO DOMESTICO
8411	UNIFORMES P/POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL
8421	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL - EPI'S
8431	VESTUARIOS EM GERAL
8451	UNIFORMES CIVIS
8510	PRODUTOS PARA HIGIENE PESSOAL
8520	UTENSILIOS PARA HIGIENE E PROTECAO PESSOAL
8530	ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE PESSOAL
8540	GUARNICOES DE BANHO

#### Responsáveis

CPF	Nome	Telefone	E-mail	Responsabilidade	Procedimento
03393515780	MARCELO NERES DE OLIVEIRA	55 11 95104489 9	marcelo@neres.com.br	Sócio	CAUFESP/ELETRÔNICO

#### Enquadramento

<b>Enquadramento da Empresa:</b>	ME
<b>Documento:</b>	Ficha Cadastral Atualizada do NIRE_ 35824874306.pdf
<b>Simple Nacional:</b>	SIM
<b>Data de Opção:</b>	30/08/2018
<b>Informado em:</b>	09/04/2020 22:53:04
<b>Validado em:</b>	17/04/2020 16:00:25

#### Documentação

Documento	Validade	Aprovação
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	07/10/2020	17/04/2020
Certidão de Tributos Estaduais	08/10/2020	17/04/2020
Certidão de Tributos Municipais	27/04/2020	17/04/2020
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	26/06/2020	INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA AUTOMATICAMENTE PELO ÓRGÃO EMISSOR
Certidão Negativa de Falência e Concordata	15/12/2020	16/06/2020
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT	27/09/2020	17/04/2020

#### Dados Contábeis

**Exercício:** 2019

Balanco	Valor
<b>Ativo</b>	
Circulante	20.000,00
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	0,00
Investimentos	0,00
Imobilizado	0,00
	0,00



Intangível	
Diferido	0,00
Ativo Total	20.000,00
<b>Passivo</b>	
Circulante	20.000,00
Não Circulante	
Exigível a Longo Prazo	0,00
Refis	0,00
Resultados não Realizados	0,00
Patrimônio Líquido	0,00
Passivo Total	20.000,00

"Exercício Social Encerrado em: " 31/12/2019  
 Apresentar novo balanço em: 30/06/2021  
 Data de Aprovação: 19/06/2020

**Detalhamento do Patrimônio Líquido:**

Capital Social	20.000,00
Reservas de Capital	20.000,00
Reservas de Lucro	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00
Ações em Tesouraria	0,00
Prejuízos Acumulados	0,00

**Índices Contábeis:**

<b>Liquidez Geral:</b>	1,00
<b>Liquidez Corrente:</b>	1,00
<b>Imobilização:</b>	0,00
<b>Endividamento Total:</b>	1,00
<b>Solvência Geral:</b>	1,00

**Validade do RC:** 17/04/2021

Ficha cadastral gerada em: 25/06/2020 09:42:19







**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 1.322/2020

Trata o presente de aquisição de aventais descartáveis para enfrentamento Plano de contingência COVID-19, conforme Ofício CRP nº 153/2020 às fls. 02 e termo de referência às fls. 03.

Informamos que nesta data foram juntados os documentos constantes às fls. 128, necessários para a complementação da instrução do processo, considerando que equivocadamente não foram encartados aos autos, à época.

São Paulo, 25 de junho de 2020.

**RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

**Adhemar Dizioli Fernandes**  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 – 2º andar – sala 213 – CEP: 05403-000 – Cerqueira César/SP

### *Relação de Remessa de Papéis Diversos*

**De: Núcleo de Gestão de Contratos/CGA**

**Para: EXPEDIÇÃO**

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA**

**RUA PEDRO BOLGIONE 207**

**SÃO PAULO -SP**

**CEP: 06693-015**

**Data: 24/06/2020**

**Proc: SPDOC: 2020/17663 (SEM PAPEL) Ofício NGC: 79/2020**

Remetido por:

Recebido:

Em:

Nome e RG:

Ass:

Carimbo do Órgão:







**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PROCESSO:** 2020/18325  
**INTERESSADO:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA  
**PARECER:** C.J/SS n.º 554/2020  
**EMENTA:** ATO ADMINISTRATIVO. CONVALIDAÇÃO. Aquisição direta, por dispensa de licitação, de aventais descartáveis para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Competência para dispensar a licitação do Dirigente de Unidade Orçamentária. Despacho do dirigente de Unidade de Despesa que não tem validade. Existência de autorização para a contratação direta da lavra do Sr. Chefe de Gabinete. Necessidade, contudo, de convalidação do ato de ratificação, pelo Titular da Pasta, com fundamento na Lei 10.177/98. Outras considerações. Proposta de devolução dos autos à origem.

1. Trata-se de aquisição direta, por dispensa de licitação, de aventais descartáveis para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), com valor estimado de R\$ 3.850.000,00 (três milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Parecer C.J/SS n.º 554/2020

Página 1 de 7



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.  
Documento Nº: 6363572-5562 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6363572-5562>



SESCAP2020396759A

SIGA



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>

SIGA



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

2. Depois de concretizada a aquisição, verificou-se que, nada obstante o valor do contrato, o Sr. Coordenador da CGA – que é Dirigente de Unidade de Despesa – exarou despacho de autorização para a contratação direta, que foi ratificado pelo Sr. Chefe de Gabinete que, porém, já havia autorizado a dispensa de licitação.

3. Assim, por meio da informação GGA nº 180/2020 (fls. 153/154), os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica a fim de se manifestar acerca da possibilidade de convalidação do ato, sugerindo que, como há *“prévia manifestação pela contratação direta por parte da Chefia de Gabinete, parece-nos necessária a coleta de pronunciamento do Titular da Pasta, ratificando, expressamente, a presente dispensa de licitação cujo valor se encontre no âmbito de sua competência, convalidando-se, assim, os atos já praticados.”*.

4. Os autos estão instruídos, ainda, com os seguintes documentos: ofício CRP nº 169/2020 (fl.02); termo de referência (fl. 03); consulta item de material (fls. 04/05); Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 (fls. 05/08); Decreto nº 64.928, de 8 de abril de 2020 (fls. 09); Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 (fls. 10/13); informações acerca da pandemia de Covid 19 (fls. 14/20); proposta empresa Comercial Cirúrgica Iperó (fl. 21); Decreto 64.887, de 26 de março de 2020 (fl. 22); Parecer Referencial 08/2020 (fls. 23/37); documentos da empresa Comercial Cirúrgica Iperó (fls. 38/47, 68, 106/107, 114/115, 122/123 e 147/148); cópia do Ofício Circular nº 12/2017 (fls. 48/55); Informação nº 908/2020 (fls. 56); Despacho CGA nº 961/2020 (fl. 57); Despacho GS nº 2790/2020, **autorizando a dispensa de licitação** (fl. 58); Informação nº 978/2020 (fl.59); Informação acerca da reserva de recursos (fls. 60/62); Declaração de Responsabilidade Fiscal (fl. 63); Despacho CGA 978/2020 (fls. 65/67); Despacho nº 999/2020 (fl. 70); ratificação do Sr. Chefe de Gabinete (fls. 71/72); contrato de empenho 2020CT00537 (fls. 73/74); Nota de empenho (fls. 76/78); orçamentos enviados por outras empresas (fls. 88/90); declaração de razoabilidade de preços (fl. 91); notas fiscais e extratos SIAFEM (fls. 92/105, 108/113, 116/121 e 124/144); Despacho COF 72/2020 (fl.146); Informação nº 1.323/2020 (fl. 149); Informação CGA nº 180/2020 (fls.150/151).

Parecer CJ/SS n.º 554/2020

Página 2 de 7



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.  
Documento Nº: 6363572-5562 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6363572-5562>



SESCAP2020396759A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

É a síntese do necessário. Opino, circunscrevendo-me às questões objeto da Informação CGA nº 180/2020.

5. Trata-se de analisar a possibilidade de convalidação de ato administrativo de ratificação da dispensa de licitação, pois, apesar do valor da contratação ultrapassar o limite de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) há declaração exarada pelo Dirigente da Unidade de Despesa que foi ratificada pelo Sr. Chefe de Gabinete da Pasta que, porém, havia autorizado a contratação em manifestação anterior.

6. O Decreto nº 56.027, de 20/7/2010, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Saúde, estabelece em seu artigo 2º:

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede:

(...)

II - Coordenadoria Geral de Administração - CGA;

7. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao o valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei 8.666/93<sup>1</sup>, em conjunto com a Resolução SS 38 de 29 de abril de 2016<sup>2</sup>, e artigos 1º e 5º do Decreto nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

(redação conforme Decreto 9.412/2018)

<sup>2</sup> Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo 1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:



SESCAP2020396759A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

8. Portanto, tendo em vista que o valor total da contratação aqui tratada supera os R\$ 1.430.000,00 além do Titular da Pasta, esta competência poderia ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou por Dirigente de Unidade Orçamentária - condição esta não ostentada pelo Sr. Coordenador da CGA, conforme o artigo 2º do Decreto nº 56.027, de 20/7/2010 acima transcrito. É isto, aliás, que consta do Parecer CJ/SS nº 1006/2016, que se encontra juntado aos autos (fls. 50/54). Assim, o Despacho do Coordenador da CGA, de fato, não teria eficácia, diante do vício de competência.

9. Outrossim, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, o ato declaratório de dispensa de licitação deve ser **comunicado à autoridade superior dentro de 3 (três) dias para ratificação** e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição de eficácia.

10. Neste caso, a ratificação foi efetivada pelo Senhor Chefe de Gabinete da Pasta que, porém, é quem detém a competência para declarar a dispensa, haja vista que a CGA é Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede. Por conseguinte, a autoridade superior a ser comunicada e, se for o caso, ratificar o ato de dispensa, é o Sr. Secretário da Saúde.

11. Diante desse panorama, o questionamento formulado por meio da Informação CGA nº 180/2020 cinge-se à viabilidade jurídica da

I – ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II – aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

<sup>3</sup> Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

**I – ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;**

**II – ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação.” (grifamos)**



SESCAP2020396759A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

convalidação apenas do ato de ratificação, considerando que há nos autos autorização expressa para a contratação direta, por dispensa de licitação, da lavra do Sr. Chefe de Gabinete da Pasta, que é a autoridade competente para tanto.

12. Apesar de se tratar de aquisição em caráter emergencial, verifica-se que o objeto se destina ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 e, como tal, tem aplicação o artigo 4º da nova Lei Federal no 13.979/2020, norma específica e de vigência transitória, que visou simplificar e tornar ainda mais ágeis as contratações com esse desiderato.

13. O Despacho exarado pelo Sr. Chefe de Gabinete (fl. 58) consigna expressamente: “Tendo em vista o que consta dos autos, respeitadas as normas de regência e os princípios da razoabilidade e eficiência, *AUTORIZO, a dispensa de Licitação, se conforme, a presente aquisição de Avental Descartável visando o atendimento para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)...*”.

14. Por conseguinte, verifica-se que a declaração de dispensa efetivada pelo Dirigente da Unidade de Despesa padece de vício de competência, mas a decisão de fl. 58 é válida, posto que exarada pela autoridade que possui atribuição para tanto, nos termos da legislação pertinente.

15. No entanto, o ato de ratificação da lavra do Sr. Chefe de Gabinete está maculado por **vício referente à competência**, mas que é passível de convalidação, a teor do disposto no art. 8º, inciso I, combinado com o art. 10, inciso III, e art. 11, inciso I, todos da **Lei Estadual nº 10.177/98**, que assim dispõem:

**Artigo 8º** - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração, especialmente nos casos de:

- I** - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente de que emane;
- II** - omissão de formalidades ou procedimentos essenciais;
- III** - impropriedade do objeto;
- IV** - inexistência ou impropriedade do motivo de fato ou de direito;
- V** - desvio de poder;



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.  
Documento Nº: 6363572-5562 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6363572-5562>



SESCAP2020396759A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**VI** - falta ou insuficiência de motivação.

**Parágrafo único** - Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

**Artigo 9.º** - A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

**Parágrafo único** - A motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

**Artigo 10** - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

...

**II** - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;

**III** - forem passíveis de convalidação.

**Artigo 11** - A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

**I** - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelegável;

**II** - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

**§ 1.º** - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

**§ 2.º** - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.

16. Por conseguinte, o ato de ratificação é **passível de convalidação pelo Senhor Secretário da Saúde**. Porém, antes de efetiva-la, é necessário certificar-se de que tal providência não trará prejuízos à Administração ou a terceiros e de que tais atos não foram objeto de impugnação (§ 1.º do artigo 11 da Lei 10.177/98)

17. Além disso, conforme exige o §2º do artigo 11 da Lei 10.177/98, por ocasião da convalidação dos atos de dispensa e de ratificação, o autoridade acima mencionada deverá justificar a decisão, exarando os motivos pelos quais se fez necessária, de maneira a se respeitar o princípio da motivação dos atos administrativos, insculpido no artigo 111 da Constituição do Estado.

18. Por conseguinte, em resposta ao questionamento formulado, entendo que a convalidação da ratificação da “*manifestação pela contratação direta por parte da Chefia de Gabinete*” é juridicamente viável.

Parecer CJ/SS n.º 554/2020

Página 6 de 7



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.  
Documento Nº: 6363572-5562 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6363572-5562>



SESCAP2020396759A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

19. Com estas ponderações, proponho a restituição dos autos à Coordenadora Geral de Administração para a adoção das medidas de sua alçada.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 7 de julho de 2020.

GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN  
Procuradora do Estado



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.  
Documento Nº: 6363572-5562 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6363572-5562>



SESCAP2020396759A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



fls. 1

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PROCESSO:** 2020/18325  
**INTERESSADO:** COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA  
**ASSUNTO:** AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DESCARTÁVEIS PARA  
ATENDIMENTO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID-  
19

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º 554/2020 por seus próprios fundamentos. Registre-se que o parecer retro restringe-se à questão posta e, portanto, a regularidade da contratação sob outros aspectos não foi objeto de análise nesta oportunidade.

2. Observa-se que à época da contratação estava em vigor o Parecer referencial n.º 11/2020 (depois substituído pelo Parecer Referencial n.º 22/2020), assim como as orientações trazidas pela Nota Técnica Subg n.º 6/2020, todos acostados e que deveriam ter sido juntados nos processos relacionados às dispensas de licitação para a aquisição de bens e contratações de serviços destinados ao enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), posto que foram levados ao conhecimento geral por intermédio de Ofícios Circulares.

3. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete para ciência do inteiro teor do parecer retro e adoção das providências recomendadas por esta Consultoria Jurídica.

São Paulo, 8 de julho de 2020.

**MARIA INEZ PERES BIAZOTTO**  
Procuradora do Estado Chefe



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:46:02.  
Documento N.º: 6407262-4179 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407262-4179>



SESCOAP2020400645A

SIGA



SESCOAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento N.º: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PROCESSO:** 2020/11471

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 11/2020**

**EMENTA:** PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. Hipóteses de aquisição direta, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus (artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93). Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com justificativa formal. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de expediente que retorna a este órgão consultivo para **atualização do Parecer Referencial nº 08/2020**, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, tendo em vista a **alteração da legislação** que fundamentou o referido parecer referencial, e a publicação da recente Medida Provisória, de 20 de março de 2020, que alterou a Lei federal nº 13.979/2020.

Parecer Referencial CJ/SS n.º 11/2020

Página 1 de 23



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A

SIGA



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

### 1.1. O recente Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2019

tratou de analisar os procedimentos administrativos preparatórios para **aquisição direta por dispensa de licitação**, em caráter **emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93, e no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

2. Considerando- se a **peculiaridade e emergência da situação que ora se afigura**, com a declaração de pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **aquisições diretas em caráter emergencial**, e que envolvem matéria repetitiva, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as aquisições diretas realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93, e no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

É o relatório.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação ora em vigor, as normas infralegais e as orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica.**

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e

b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por **dispensa de licitação**, nos termos do **artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, desde que a

Parecer Referencial CJ/SS nº 11/2020

Página 3 de 23



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

situação de urgência/emergência relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus esteja perfeitamente caracterizada e devidamente justificada nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. A Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, determina em seu artigo 4º, *caput*, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020:

*Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)*

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a **contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório**, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e, no presente momento, disciplinada também na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar, em cada caso, se a situação efetivamente subsume-se no conceito de situação emergencial prevista pela **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, **declarando- a, quando então ficarão presumidas atendidas as condições de:** (I) ocorrência de situação de emergência; (II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;



SESCAP202040646A



SESCAP2020417989A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

(III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência, nos exatos termos do artigo 4º B da referida Lei federal.

13. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de *emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus* está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

14. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita na aludida **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório.

15. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no **artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações, e especialmente no artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**. Dispõem referidos artigos:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de **emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;**” (destacamos)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A







**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

*Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.* (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.*

*§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.*

*§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-A - A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-B - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*I - ocorrência de situação de emergência;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

*IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-C - Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-D - O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*I - declaração do objeto;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*II - fundamentação simplificada da contratação;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*III - descrição resumida da solução apresentada;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*IV - requisitos da contratação;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*V - critérios de medição e pagamento;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*a) Portal de Compras do Governo Federal;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

*b) pesquisa publicada em mídia especializada;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*d) contratações similares de outros entes públicos; ou* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**VII - adequação orçamentária.** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º *Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º *Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-G - Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º *Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
 Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
 Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

16. Desta forma, o artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93<sup>1</sup> deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a **justificativa do preço**.

17. Isso porque a Lei federal nº 13.979/2020

<sup>1</sup> “Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, **necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.**”

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, **será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

**I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;**

**II - razão da escolha do fornecedor ou executante;**

**III - justificativa do preço;**

**IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”**

(grifo nosso)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

dispôs, em seu **artigo 4º-B** que presumem-se atendidas as condições de (I) ocorrência de situação de emergência; (II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

18. Já o seu **artigo 4º-E, inciso VI e parágrafos 2º e 3º** dispõem que as estimativas de preço poderão seguir no mínimo um parâmetro lá descrito, e que **excepcionalmente, desde que devidamente justificado pela autoridade competente**, poderá ser dispensada a estimativa de preços, e poderá haver a contratação mesmo por valores superiores aos da estimativa, caso decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

19. No Estado de São Paulo os pressupostos para a contratação emergencial, com dispensa de licitação, encontram-se estabelecidos no Decreto nº 40.320, de 15 de setembro de 1995, em seu artigo 1º, incisos I, II e III<sup>2</sup>, o qual também deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a **justificativa do preço**, como acima orientado.

20. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, devem contar (i) com a justificativa técnica por parte do órgão responsável pela contratação, (ii) com a declaração da autoridade competente de que a situação efetivamente subsume-se no conceito de

<sup>2</sup> "Art.1º - As dispensas de licitação para a celebração de contratos em situações de emergência, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do inciso IV do artigo 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, **serão sempre justificadas, por escrito e pormenorizadamente, pelo órgão responsável pela contratação, abrangendo, obrigatoriamente, os seguintes elementos:**

**I - caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa;**  
**II - razão da escolha da empresa contratada;**  
**III - justificativa do preço, com a utilização de pesquisa de mercado, se for o caso".**



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

situação emergencial prevista pela Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, (iii) com a razão da escolha da empresa contratada; (iv) com a justificativa do preço, levando-se em consideração o artigo 4º F, inciso VI da referida lei federal, e (v) com a indicação dos recursos orçamentários.

21. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93<sup>3</sup>, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016<sup>4</sup>, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993<sup>5</sup>. Assim, nas hipóteses em que o valor da total da contratação superar os R\$

<sup>3</sup> Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

<sup>4</sup> Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

<sup>5</sup> Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)



SESCAP202040646A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

22. Cabe, de qualquer forma, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento nas Leis federais nº 8.666/93 e 13.979/2020**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

23. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários e com a providência estabelecida no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

24. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

25. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação (e quais aplicáveis, considerando-se a excepcionalidade prevista no artigo 4ºF da Lei 13.979/20º), sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de contratação (fixando o prazo para entrega dos bens e esclarecendo se a contratação se dará por meio da emissão de nota de empenho ou assinatura de instrumento de contrato), prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar seis meses, de acordo com o artigo 4º - H da Lei federal nº 13.979/2020), condições de pagamento, etc...

<sup>6</sup> Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

26. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá seguir o disposto no artigo 4º E, § 1º e incisos<sup>7</sup>, e ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

27. Reitere-se que, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020, os contratos *terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

28. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração (o que poderá ser excepcionado em caso de ser a contratada a única fornecedora do serviço, nos termos do § 3º do artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020);

b) certidões de regularidade previdenciária, fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio

<sup>7</sup> “Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP202040646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões (considerando-se que, no caso da **regularidade fiscal e trabalhista**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação a elas relativa, nos termos do artigo 4º F<sup>8</sup>);

c) justificativa técnica;

d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;

e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de

<sup>8</sup> “Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista** ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.”



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento do disposto no "caput" e incisos I e II do artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

i) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 <sup>10</sup>, **quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

29. Caso haja necessidade da assinatura de **instrumento de contrato**, quer pela peculiaridade da aquisição, quer por se tratar de aquisição com entrega parcelada, observa-se, primeiramente, que deverá ser atendido o preceituado no artigo 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de modo a haver **absoluta consonância** com o estabelecido na deliberação da autoridade e no termo de referência.

30. As aquisições com entrega imediata, em regra, se formalizam por meio de nota de empenho. Todavia, face às peculiaridades de determinada aquisição, se considerar **imprescindível**, a Administração poderá optar pela celebração de contrato em aquisições com entrega imediata, caso em que deverá ser utilizada a minuta de

<sup>9</sup>**Artigo 16** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

<sup>10</sup> **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.".(NR)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

contrato de aquisição com entrega parcelada, fazendo as alterações correspondentes ao regime de entrega.

31. No caso de aquisições com entrega parcelada, orienta-se para que sejam utilizados os modelos de minutas de contrato padrão pré aprovadas, disponíveis no site da BEC (aquisição de bens com entrega parcelada), e que constituem o Anexo V da minuta de edital, **fazendo-se as adequações necessárias para o caso de dispensa de licitação.**

31.2. Recomenda-se, ademais, que a unidade licitante **atente** para que os prazos e condições da aquisição que constarem do Termo de Referência sejam **absolutamente idênticos** aos que constarem da minuta de contrato.

32. A fim de colaborar com o preenchimento e elaboração da minuta de contrato, apresentamos a seguir algumas orientações:

a) **Preâmbulo:** recomenda-se a seguinte redação para o trecho em destaque, em substituição (tendo em vista que não deve haver referência à legislação do pregão):

*“... a seguir denominada “CONTRATADA”, neste ato representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, em face da declaração de dispensa de licitação e sua ratificação, com fundamento nos artigos 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, e artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020, conforme despacho exarado às fls. \_\_\_\_\_ do Processo nº \_\_\_\_\_, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei federal nº 13979/2020, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:*

b) **Cláusula Primeira:** a descrição do objeto deve ser **idêntica** à adotada no despacho da autoridade e no Termo de referência;



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

c) **Cláusula Segunda, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência. Recomenda-se a seguinte redação, em consonância com o estabelecido na Lei federal nº 13.979/2020<sup>11</sup>, sendo que o **prazo máximo de duração dos contratos é de seis meses:**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

*O prazo de vigência do presente ajuste será de \_\_\_\_\_ (por extenso) meses, com início em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo, e enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020.*

### PARÁGRAFO SEGUNDO

*Não obstante o prazo estipulado no caput, o contrato deverá ser rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para a contratante, caso não mais existente a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

e) **Cláusula Terceira, caput:** identificar, dentre as obrigações da contratada ali previstas, as que se aplicam ao caso concreto, excluindo as demais, e incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas, a depender das particularidades dos serviços a serem contratados;

f) **Cláusula Quarta:** sugere-se a manutenção de todos os incisos previstos na minuta, sendo possível incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas;

g) **Cláusula sexta:** os prazos de recebimento provisório e definitivo devem ser preenchidos em consonância com a deliberação da autoridade, observando os

<sup>11</sup> Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

limites máximos previstos no art. 73, inc. I, “a”, e §3º da Lei federal nº 8.666/1993;

**h) Cláusula sétima, caput:** incluir valor do preço total do contrato, e, se o caso, os valores unitários dos bens, em consonância com a proposta apresentada pela contratada;

**i) Cláusula Oitava:** preencher conforme reserva orçamentária;

**j) Cláusula Nona, parágrafo quinto:** manter esse parágrafo caso a aquisição envolva a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar federal nº 116/2003, sujeitos ao recolhimento do ISSQN;

**k) Cláusula décima:** recomenda-se alterar a redação para a seguinte, tendo em vista o disposto no artigo 4º I da Lei federal nº 13.979/2020<sup>12</sup>:

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

*A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º I da Lei federal nº 13.979/2020.*

### PARÁGRAFO ÚNICO

*Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.*

**l) Cláusula décima segunda, caput:** tendo em vista que não se trata de licitação por meio de pregão eletrônico, recomenda-se substituir a redação por:

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

*Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº*

<sup>12</sup> **Art. 4º-I** - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

8.666/93, e artigos 80 e 81 da Lei estadual nº 6.544/89, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**m) Cláusula décima segunda, parágrafo primeiro:** tendo em vista que não há edital neste caso, recomenda-se substituir a redação por:

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS nº 92, de 10-11-2016, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

**n) Cláusula décima segunda, parágrafo quarto:** tendo em vista que não há edital neste caso, recomenda-se excluir o trecho final da redação "e no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002".

**o) Cláusula décima terceira:** tendo em vista que neste caso não há edital, e com base na deliberação da autoridade competente, deverá ser escolhida uma das opções de redação a seguir:

*Não será exigida a prestação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.*

**OU**

*Para fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade \_\_\_\_\_ no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento) do valor total da contratação, em conformidade com o disposto no artigo da Lei Federal nº 8.666/1993.*

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

*A garantia deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

*I. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

- II. prejuízos causados à contratante ou a terceiro durante a execução do contrato;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela contratante à contratada;
- IV. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, relacionadas à execução do Contrato, não adimplidas pela contratada;

### PARÁGRAFO SEGUNDO

A cobertura prevista no Parágrafo Primeiro abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual, ainda que o sinistro seja comunicado pela contratante após a superação do termo final de vigência da garantia.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante por meio de guia própria de recolhimento em conta do Tesouro do Estado no Banco do Brasil, que contemple a devida correção monetária do valor depositado.

### PARÁGRAFO QUARTO

Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula. Caso a apólice não seja emitida de forma a atender a cobertura prevista neste Parágrafo Quarto, a licitante vencedora poderá apresentar declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula.

### PARÁGRAFO QUINTO

No caso de alteração do valor do contrato, reajuste ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições e parâmetros, mantido o percentual de que trata o caput desta Cláusula.

### PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [\_\_\_\_\_] ([por extenso]) dias úteis, contados da data em que for notificada, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções nele previstas.

### PARÁGRAFO SÉTIMO

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

- I. Caso fortuito ou força maior;
- II. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE;



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

### PARÁGRAFO OITAVO

*Após a aferição do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993.*

**p) Cláusula Décima Quarta, I:** recomenda-se fazer constar:

*I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:*

- a. Anexo I – Termo de Referência*
- b. Anexo II – proposta apresentada pela CONTRATADA;*
- c. Anexo III – Resolução SS nº 92/2016.*

**q) Cláusula Décima Quarta, final:** em regra, 3 (três) vias.

33. Por ocasião da assinatura da avença, deverão ser renovadas as consultas por Sanções Administrativas e perante o Cadin Estadual e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

34. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º<sup>13</sup>, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

<sup>13</sup>**Parágrafo único** - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescido pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

36. Reitera-se que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública**



SESCAP202040646A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

causada pelo coronavírus.

39. Reitera-se que, nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 24 de março de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES  
Procuradora do Estado



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



fls. 1

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PROCESSO:** 2020/11471  
**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
**ASSUNTO:** PARECER REFERENCIAL - ANTE A URGÊNCIA DA SITUAÇÃO CORONAVÍRUS

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º 11/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete para ciência do inteiro teor do parecer retro com proposta de divulgação entre todas as unidades das Coordenadorias.

São Paulo, 24 de março de 2020.

**LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ**  
PROCURADORA DO ESTADO ASSISTENTE



SESCAP2020400646A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.  
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

**PROCESSO:** 2020/13002

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 22/2020**

**EMENTA:** PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. ATUALIZAÇÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 13/2020. Hipóteses de contratação direta da prestação de serviços, inclusive os serviços comuns de engenharia – excluídos os serviços de saúde propriamente ditos-, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus. Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com justificativa formal. Necessidade de observância da Nota Técnica SUBG nº 06/2020 da PGE e adoção da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela PGE, para aquisição de bens destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), disponível no site da BEC, com adaptações. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de expediente que retorna a este órgão consultivo para **atualização do Parecer Referencial nº 13/2020**, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, tendo em vista o entendimento emanado na **Nota Técnica SubG-Cons. nº 06/2020**, que segue anexa a esta manifestação.

Parecer Referencial CJ/SS n.º 22/2020

Página 1 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A

SIGA



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

### 1.1. O recente Parecer Referencial CJ/SS nº 11/2020

tratou de analisar os procedimentos administrativos preparatórios para **contratação direta da prestação de serviços, por dispensa de licitação, em caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93, e no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020.

### 1.2. Diante do entendimento contido na Nota Técnica

SubG-Cons. nº 06/2020, proferida após o Parecer Referencial nº 11/2020, de que “a nova dispensa **não é uma espécie ou um caso especial de contratação direta emergencial do artigo 24, IV, mas sim uma hipótese autônoma**”, houve a necessidade de atualização da manifestação referencial quanto a tópico, isto é, quanto à fundamentação legal da dispensa de licitação.

### 1.3. Ademais, sobreveio também ao Parecer

Referencial nº 13/2020 a disponibilização no site da BEC de **minuta específica** de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

### 1.4. Diante do exposto, houve a necessidade de

atualização do Parecer Referencial nº 13/2020.

### 2. Pois bem. Considerando-se a peculiaridade e

**emergência da situação que ora se afigura**, com a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **contratações diretas da prestação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia<sup>1</sup> (excluídos os casos de serviços de saúde propriamente ditos, assim**

<sup>1</sup> Tais como: serviços de adequação das instalações elétricas, serviços em esquadrias de alumínio, portas de vidro temperado, marcenaria e montagem de divisórias drywall, serviços de reforma da rede elétrica, serviços



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

considerados aqueles praticados diretamente por médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde), em caráter emergencial, e que envolvem matéria repetitiva, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

2.1. Os serviços de engenharia são serviços que, apesar de envolverem “engenharia” possuem natureza **comum**. A caracterização dos serviços como serviços de engenharia (e não obra), é questão eminentemente técnica, e deverá constar o devido esclarecimento nos autos.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as contratações diretas da **prestação de serviços** realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus, com fundamento apenas no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, seguindo-se as recomendações da **Nota Técnica SubG-Cons. nº 06/2020, que segue anexa a este parecer**.

É o relatório.

de execução de rampa de acesso, e outros assim definidos como serviços comuns de engenharia

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 3 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP202040647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação em vigor, as normas infralegais e as **orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero.**

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica.**

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e

b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por **dispensa de licitação**, nos termos do **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Provisória nº 926/2020, desde que a **situação de urgência/emergência relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus** esteja **perfeita/mente caracterizada e devidamente justificada** nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. Nos termos da Nota Técnica **SubG-Cons. nº 06/2020**, em resposta à rápida disseminação do coronavírus, causador da *coronavírus disease 2019* ("COVID-19") – recentemente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma *pandemia*<sup>6</sup>, haja vista sua rápida propagação em escala global – foi editada a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispondo "(...) sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019"<sup>7</sup>.

10.2. Ainda segundo a referida Nota Técnica, *"uma das medidas estabelecidas pelo diploma foi a criação de uma nova hipótese de dispensa de licitação, a qual se soma às demais previsões estabelecidas no conhecido rol do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993. Com efeito, o artigo 4º do novo diploma legal autoriza a contratação direta, em caráter excepcional e temporário, para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus:*

*Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)*

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a **contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório**, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e, no presente momento, disciplinada também na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020.

### 11.1. Nos termos da referida Nota Técnica:

“(…)

11. Perceba que os pressupostos autorizadores para a contratação direta com esteio no artigo 4º da nova Lei Federal nº 13.979/2020 são muito semelhantes àqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 para a dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública. Inclusive, recentemente, o Decreto Estadual nº 64.879/2020 declarou estado de calamidade pública em razão da grave crise decorrente da COVID-19, o que autorizaria a invocação da dispensa do artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações. Essa semelhança entre os institutos, contudo, torna necessário traçar duas premissas:

11.1. Primeiramente, a nova dispensa não é uma espécie ou um caso especial de contratação direta emergencial do artigo 24, IV, mas sim uma hipótese autônoma que se embasa em pressupostos diferentes para sua configuração e que, por isso, suscita consequências jurídicas igualmente distintas para os contratos dela decorrentes, como se verá infra nesta manifestação.

11.2. Em segundo lugar, o fato de se tratar de norma específica e de vigência transitória, veiculadora de hipótese excepcional de contratação direta relativa à epidemia de coronavírus, implica na sua prevalência sobre a regra de dispensa de licitação por emergência prevista genericamente na Lei de Licitações. Afinal, o critério da especialidade ensina que, diante do conflito aparente entre duas normas-regra, há de prevalecer a especial sobre a geral (“Lex specialis derogat generali”), o que implica, neste caso, em fazer prevalecer o artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 sobre o artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

12. Portanto, a Lei de Licitações terá aplicação subsidiária e supletiva, respectivamente, nas omissões deixadas pelo novo diploma e nas matérias em que seu texto possa ser complementado pelas normas do regime geral. Esse argumento é o que justifica, a meu ver, a aplicação das medidas de controle da contratação direta previstas no artigo 26, parágrafo único, da Lei de Licitações, cujo exame se fará no item II desta nota técnica.

“(…)”

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar se a contratação pretendida é efetivamente um meio adequado para o enfrentamento da situação



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

prevista pela Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, **a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, declarando-** a, quando então ficarão presumidas atendidas as condições de: (i) *ocorrência de situação de emergência*; (ii) *necessidade de pronto atendimento da situação de emergência*; (iii) *existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares*; e (iv) *limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência*, nos exatos termos do artigo 4º B da referida Lei federal.

13. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de *emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus* está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

13.1. Ressalte-se que a justificativa deve contemplar a demonstração de conveniência e oportunidade da contratação direta pretendida e sua correlação direta com o *“enfrentamento da emergência de saúde pública” decorrente da pandemia do coronavírus*.

14. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita na aludida **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório.

15. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020. Dispõem os artigos 4º e seguintes:



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

**Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.** (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**

**§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.**

**§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**Art. 4º-A - A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**Art. 4º-B - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**I - ocorrência de situação de emergência;** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**Art. 4º-C - Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**Art. 4º-D - O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

**Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida**



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

*a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º *O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*I - declaração do objeto;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*II - fundamentação simplificada da contratação;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*III - descrição resumida da solução apresentada;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*IV - requisitos da contratação;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*V - critérios de medição e pagamento;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*a) Portal de Compras do Governo Federal;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*b) pesquisa publicada em mídia especializada;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*d) contratações similares de outros entes públicos; ou* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*VII - adequação orçamentária.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º *Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º *Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de*



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

*habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-G - Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-I - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

16. O artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93<sup>2</sup> deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a

<sup>2</sup> “Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.” (grifo nosso)



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

justificativa do preço.

16.1. Com efeito, é imprescindível a declaração da **razoabilidade** do preço apresentado pela autoridade competente, consoante artigo 26, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/93.

17. Nos termos da Nota Técnica SugG-Cons. nº 06/2020:

“(…)

b) **Justificativa de preços**

25. Além do parágrafo único do artigo 26, em seu inciso III, o artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 36.226/1992 também exige que o gestor se manifeste “(...) expressa e conclusivamente sobre a razoabilidade do preço indicado para contratação” A necessidade de apresentar justificativa do preço nas contratações diretas decorre dos princípios da motivação, da economicidade, legalidade, legitimidade e da razoabilidade, bem como de posicionamento desde há muito consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

“(…)”

18. O artigo 4º-E, inciso VI e parágrafos 2º e 3º da Lei federal nº 13.979/2020 dispõem que as estimativas de preço poderão seguir no mínimo um parâmetro lá descrito, e que **excepcionalmente, desde que devidamente justificado pela autoridade competente**, poderá ser dispensada a estimativa de preços, e poderá haver a contratação mesmo por valores superiores aos da estimativa, caso decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

19. Ainda conforme a Nota Técnica SugG-Cons. nº 06/2020:

26. Em situações de emergência sanitária como a presente, é possível que a Administração se veja refém de comportamentos abusivos de empresas que, aproveitando-se da escassez e da súbita elevação de demanda, aumentam artificialmente os seus preços no mercado. Nesse cenário, o inciso VI do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020, prevê que estimativas dos preços devem ser obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

“Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP202040647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

(...)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos”.

(...)

29. Caso seja faticamente inviável realizar a estimativa de preços, ante a urgência do caso ou em face da ausência de fontes para o cálculo dos valores de mercado, o §2º do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020 admite a possibilidade de que a estimativa seja dispensada. Trata-se, novamente, de medida excepcional, motivo pelo qual se recomenda a juntada de manifestação da área técnica explicitando a situação fática e a ausência de tempo disponível ao órgão licitante para ultimar o procedimento formal.

20. Nos casos de contratações emergenciais que tenham preço referencial divulgado no CADTERC, este poderá ser utilizado como um dos parâmetros citados no inciso VI do artigo 4º E da Lei federal nº 13979/20, para a estimativa de preços.

21. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, devem contar (i) com a justificativa técnica por parte do órgão responsável pela contratação, (ii) com a declaração da autoridade competente de que a contratação direta é o meio adequado para enfrentar a situação emergencial prevista pela Lei federal nº 13.979/2020, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, (iii) com a razão da escolha da empresa contratada; (iv) com a justificativa do preço, levando- se em



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

consideração o artigo 4º F, inciso VI da referida lei federal, e (v) com a indicação dos recursos orçamentários.

22. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93<sup>3</sup>, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016<sup>4</sup>, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993<sup>5</sup>. Assim, nas hipóteses em que o valor total da contratação superar os R\$ 1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

<sup>3</sup> Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

<sup>4</sup> Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

<sup>5</sup> Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)



SESCAP202040647A



SESCAP2020417989A







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

23. Cabe, de qualquer forma, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento na Lei federal nº 13.979/2020**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

24. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários que farão frente às despesas.

24.1. Importante ressaltar o que orienta a Nota Técnica SugG-Cons. nº 06/2020 acerca dos recursos orçamentários, providência que não está dispensada apesar da Emenda Constitucional nº 106, de 07 de maio de 2020.

(...)

30. Por fim, no que se refere aos recursos orçamentários, relembro que a correspondente nota de reserva deve ser providenciada anteriormente à celebração do contrato, nos termos do artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

30.1. Caso o valor estimado da contratação supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para as despesas consideradas irrelevantes, nos termos do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal ("LRF") c/c o artigo 47 da Lei Estadual nº 17.118, de 19 de julho de 201932, ressalto que o Tribunal de Contas da União tem entendido que, quando os recursos necessários ao custeio da despesa já tiverem previsão expressa no orçamento, consideram-se atendidos, por via reflexa, os requisitos previstos no artigo 16 da LRF para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

30.2. No mais, em cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019, alerto que haverá necessidade de manifestação prévia dos Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, caso o valor da contratação supere o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

(...)"

25. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 14 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

26. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação (e quais aplicáveis, considerando-se a excepcionalidade prevista no artigo 4ºF da Lei 13.979/20º), sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de contratação, prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar seis meses, de acordo com o artigo 4º - H da Lei federal nº 13.979/2020, contados do início de vigência da Lei), regime de execução dos serviços (empreitada por preços unitários ou por preço global), condições de pagamento e de medição (artigo 4º -E, inciso V), etc...

26.1. A Administração pode pretender contratar, tal qual definido na Lei Federal de Licitações, em seu artigo 6º, inciso VIII, sob o regime de empreitada por **preço global** – quando contrata a execução dos serviços por um **preço certo e total** – inciso VIII, letra “a”; ou de empreitada por **preço unitário** – quando contrata a execução dos serviços por preço certo de unidades determinadas – inciso VIII, letra “b”. **A opção por um ou outro regime, insere-se na competência discricionária da autoridade administrativa, mediante justificativa nos autos.**

26.1.1. Por exemplo, o regime de empreitada por preço global seria mais adequado para a contratação quando tratar-se de serviço certo, determinado, considerado como um **todo**, sem necessidade de medições mensais. Os valores são fixos e conhecidos previamente pelas partes. Por outro lado, se devido à natureza dos serviços que a Administração pretende contratar, a prestação se der por preço certo de **unidades determinadas** – o que dependerá de medições mensais – o regime de empreitada por preços unitários será o mais adequado. Este regime é recomendado em casos em que a demanda é incerta, a fim de que a administração só pague pelo que realmente vier a utilizar.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

<sup>7</sup> Conf. Instruções para Preenchimento que antecedem o modelo de minuta padrão pré aprovada de prestação



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP202040647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

27. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá seguir o disposto no artigo 4º E, § 1º e incisos<sup>8</sup>, e ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

28. Reitere-se que, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020, os contratos *terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

29. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração (o que poderá ser excepcionado em caso de ser a contratada a única fornecedora do serviço, nos termos do § 3º do artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020);

de serviços não contínuos disponível na BEC

<sup>8</sup> “**Art. 4º-E** - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

Parecer Referencial CJ/SS n.º 22/2020

Página 16 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

b) certidões de regularidade previdenciária, fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões (considerando-se que, no caso da **regularidade fiscal e trabalhista**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação a elas relativa, nos termos do artigo 4º F<sup>9</sup>);

c) justificativa técnica;

d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;

e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”,

<sup>9</sup> “Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista** ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.”



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

**h) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 <sup>10</sup>, quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

**30.** No tocante ao **instrumento contratual**, observa-se, primeiramente, que deverá ser atendido o preceituado no artigo 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de modo a haver **absoluta consonância** com o estabelecido na deliberação da autoridade e no termo de referência.

**30.1.** Está disponível no site da BEC uma **minuta específica** de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, que deverá ser utilizada como base, fazendo-se as adaptações para a prestação de serviços. Deve-se observar **necessariamente** os termos da e-orientação SubG-Cons. nº 9/2020 (anexa a este parecer), que dispõe sobre a dispensa de parecer da Consultoria Jurídica para aquisição de bens para

<sup>10</sup> **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.”. (NR)



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e que assim orienta:

“(...)

*A dispensa de parecer exige que a Administração:*

*a. utilize minuta-padrão de contrato elaborada pela PGE;*

*b. declare que seguiu as orientações jurídicas da Nota Técnica SubG 6/2020*

*c. use a lista de verificação para instruir os autos digitais.*

*Nessa linha, já se encontra disponível a minuta-padrão específica de contrato para compra de bens, já pronta para uso pela Administração Pública, na seção "Minutas específicas" de nossa página na BEC/SP.*

“(...)”

**30.2.** Orienta- se para que sejam utilizados para as adaptações os modelos de minutas de contrato padrão pré-aprovadas, disponíveis no site da BEC (prestação de serviços contínuos ou prestação de serviços não contínuos – a depender do caso concreto), e que constituem o Anexo V da minuta de edital, **fazendo- se as adequações necessárias para o caso de dispensa de licitação.**

**30.3.** Recomenda- se, ademais, que a unidade licitante **atente** para que os prazos e condições da prestação de serviços que constarem do termo de Referência sejam **absolutamente idênticos** aos que constarem da minuta de contrato.

**30.4.** A fim de colaborar com o preenchimento e elaboração da minuta de contrato, apresentamos a seguir algumas orientações:

**a) Preâmbulo:** recomenda- se seguir a redação da **minuta específica** de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), disponível no site da BEC;



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**b) Cláusula Primeira:** a descrição do objeto deve ser **idêntica** à adotada no despacho da autoridade e no Termo de referência;

**c) Cláusula Segunda, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência;

**d) Cláusula Terceira, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência. Recomenda-se a seguinte redação, em consonância com o estabelecido na Lei federal nº 13.979/2020<sup>11</sup>, sendo que o **prazo máximo de duração dos contratos é de seis meses contados do início de vigência da lei federal nº 13.179/2020:**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

*O objeto do presente contrato deverá ser realizado em ( ) meses/dias, contados da data estabelecida para o início dos serviços.*

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

*O prazo mencionado no caput poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos da Lei federal nº 13.979/2020.*

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

*Não obstante o prazo estipulado no caput, o contrato deverá ser rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para a contratante, caso não mais existente a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

<sup>11</sup> Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

*Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Segundo desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

**e) Cláusula Quarta, caput:** identificar, dentre as obrigações da contratada ali previstas, as que se aplicam ao caso concreto, excluindo as demais, e incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas, a depender das particularidades dos serviços a serem contratados;

**f) Cláusula Quinta:** sugere-se a manutenção de todos os incisos previstos na minuta, sendo possível incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas. Atentar que, a depender da data em que se celebra o contrato e da data prevista para início dos serviços, pode vir a ser desnecessário o inciso IV (renumerando-se o inciso seguinte);

**g) Cláusula Sétima, caput:** incluir valor do preço global (se contratação for por preço global) ou a planilha com os valores unitários, em consonância com a proposta apresentada pela contratada. O parágrafo terceiro deve ter a seguinte redação, tendo em vista o prazo máximo de seis meses de vigência dos contratos, e que **não haverá reajuste** (pelo mesmo motivo o parágrafo quarto da minuta de contrato de prestação de serviços contínuos também não deverá constar):

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

*O preço permanecerá fixo e irrevogável.*

**h) Cláusula Oitava:** preencher conforme reserva orçamentária;

**i) Cláusula Nona:** adotar a redação correspondente ao tipo de empreitada a que se refere o contrato. Os prazos de recebimento provisório e definitivo devem ser preenchidos, em consonância com a deliberação da autoridade, observando os limites máximos previstos no art. 73, inc. I, “a”, e §3º da Lei federal nº 8.666/1993.



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A







**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

- empreitada por preço **global** (hipótese mais comum em serviços não contínuos) – utilizar a redação **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**;

- empreitada por preço **unitário** – utilizar a redação **DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**;

**j) Cláusula Décima, caput:** excluir a palavra “mensalmente” se não for houver pagamentos mensais. Conforme comentários que constam da minuta padrão pré-aprovada, nas prestações de serviços por escopo é comum que o pagamento seja feito em parcela única ou em outra periodicidade que não a mensal. Desta forma, o campo editável na redação poderá ser adaptado para a frequência dos pagamentos em cada objeto, ou mantenha inalterado o enunciado para manter a periodicidade mensal.

**k) Cláusula décima, Parágrafo Sexto:** manter esse parágrafo caso os serviços estejam sujeitos à retenção, pelo tomador, da contribuição à previdência social, nos termos dos arts. 117 e 118 da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971/2009. Recomendamos que a Administração sempre verifique, diretamente no texto da Instrução Normativa, se o serviço a ser contratado é sujeito à retenção, a fim de preencher corretamente esta cláusula.

**l) Cláusula Décima Primeira:** em regra, deve ser mantida a vedação à subcontratação. Eventual permissão à subcontratação deve vir prevista na deliberação da autoridade, mediante justificativa;

**m) Cláusula décima segunda (DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO):** recomenda-se seguir a redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), disponível no site da BEC;

**n) Cláusula décima quarta (DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS):** recomenda-se seguir a redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens**



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional;

**o) Cláusula décima quinta (DA GARANTIA):** com base na deliberação da autoridade competente, deverá ser escolhida uma das opções de redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional;

**p) Cláusula Décima sexta (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS):** recomenda-se seguir a redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

31. Para instrução do procedimento recomenda-se utilizar a “lista de verificação” que consta como anexo da Nota Técnica SubG- Consultoria nº 6/2020.

32. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º<sup>12</sup>, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

<sup>12</sup>**Parágrafo único** - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

33. Também deverá ser cumprido o parágrafo 2º do artigo 4º<sup>13</sup> da Lei federal nº 13.979/20, que determina que os dados (*nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição*) de todas as contratações realizadas serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet).

34. Ressalte-se que a efetiva reserva dos recursos deve anteceder a contratação sob pena de nulidade do ajuste e responsabilização funcional, a teor do artigo 14 da Lei nº 8.666/93.

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

36. Reitera-se, outrossim, que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

<sup>13</sup> § 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.



SESCAP202040647A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus.**

39. Nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 25 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

São Paulo, 26 de maio de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES  
Procuradora do Estado



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



fls. 1

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

**PROCESSO:** 2020/13002  
**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
**ASSUNTO:** PARECER REFERENCIAL - CONTRATAÇÃO DE  
SERVIÇOS COVID-19  
**PARECER:** CJ/SS n.º 22/2020

Aprovo o presente PARECER REFERENCIAL CJ/SS n.º 22/2020, nos termos da Resolução PGE n.º 29, de 23 de dezembro de 2015, que *substitui* o Parecer Referencial CJ/SS n.º 13/2020, destacando que:

1. A orientação jurídica firmada deve ser aplicada única e exclusivamente aos processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao caso paradigma analisado: CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), FUNDAMENTADA NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

2. Nos termos do artigo 4.º da Resolução PGE n.º 29/2015, cada expediente congênere deve ser instruído com os seguintes documentos:

2.1. Cópia integral do presente Parecer Referencial;

2.2. Declaração da autoridade competente de que o caso concreto analisado se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas, com especial atenção ao preenchimento integral da "lista de verificação" contida no site da BEC e nos itens 12; 13; 18; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37 do Parecer.

3. Se houver alguma dúvida sobre como aplicar as instruções estabelecidas a determinado caso concreto, inclusive se for constatada alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, caberá à Consultoria Jurídica dirimi-la.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



fls. 2

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

4. Ressalto que a presente orientação tem VALIDADE fixada nos termos do item 41 do Parecer, porém, registro que as alterações excepcionais na forma de aquisição por dispensa de licitação encontram fundamento na Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020<sup>1</sup>, que teve sua vigência prorrogada por ato do presidente da mesa do Congresso Nacional n.º 31/2020, no dia 7/5/2020, por 60 dias, ou seja, até o dia 17/07/2020<sup>2</sup>, assim é necessário acompanhar o desfecho do processo legislativo com atenção e verificar eventuais alterações a partir desta data.

5. Proponho a divulgação do Parecer Referencial no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

Eleve-se o presente ao exame da Ilustre Chefia de Gabinete, com a urgência requerida.

São Paulo, 27 de maio de 2020.

**PATRICIA ULSON PIZARRO WERNER**  
Procuradora do Estado Chefe Substituta

<sup>1</sup> Vigente de 20/03/2020 a 17/7/2020. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141144>.

<sup>2</sup> ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2020 PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 7 de maio de 2020. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE. Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

**INTERESSADO:** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO -  
 SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

**NOTA TÉCNICA:** SUBG n.º 6/2020

**ASSUNTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OS CASOS DE  
 AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, INCLUSIVE DE  
 ENGENHARIA, E INSUMOS DESTINADOS AO  
 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE  
 PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL  
 DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS ("COVID-19"),  
 INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL N. 13.979/2020.

**- SUMÁRIO -**

I. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CRIADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 .....	3
a) Âmbito de aplicação do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979 .....	4
b) O caráter "temporário" da nova hipótese de dispensa .....	6
c) Diferenças em relação a contratação emergencial do artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993 .....	8
d) Presunção legal de emergência e necessidade de demonstração do nexo causal entre o objeto da contratação e o enfrentamento da epidemia .....	9
II. CONTROLE DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	11
a) Razões para a escolha do fornecedor .....	11
a.1) Possibilidade excepcional de contratação de fornecedor suspenso, inidôneo ou em situação irregular .....	12
a.2) Aspectos técnicos que devem integrar a consulta aos fornecedores .....	14
b) Justificativa de preços .....	15
c) Outros requisitos formais para o controle da contratação direta .....	18
III. O "PREGÃO SIMPLIFICADO" DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 .....	19
IV. CONCLUSÃO .....	23
LISTA DE VERIFICAÇÃO- DISPENSAS DE LICITAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) .....	25

Senhora Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral,

1. Elaborada em caráter de urgência<sup>1</sup>, a presente nota técnica veicula orientações jurídicas gerais para instrução de expedientes visando a celebração, pelos órgãos e entidades do Estado de São Paulo, de contratações diretas fundadas no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020<sup>2</sup>, que dispensa a licitação

<sup>1</sup> Nos termos do § 2º do artigo 19 das Rotinas das Consultorias Jurídicas, aprovadas pela Resolução PGE n.º 77, de 03-12-2010.

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 1 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
 Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP20204006653A

SIGA



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
 Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus ("COVID-19"), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

2. As orientações constantes nesta nota técnica<sup>3</sup> não substituem o exame das propostas concretas de celebração de ajuste nem a análise de seu instrumento pelo órgão jurídico, na forma do artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.1. Este documento propõe que, em face da atual situação de emergência sanitária, a Procuradora Geral do Estado edite **resolução** dispensando as Consultorias Jurídicas de emitir pareceres relacionados ao tema. Se essa proposta for aceita, e a partir da edição do ato normativo, os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo poderão se valer diretamente das orientações jurídicas consignadas na presente nota técnica para aplicar a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020, observadas as regras e os procedimentos indicados na sobredita resolução, encaminhando às Consultorias Jurídicas apenas casos especiais e dúvidas remanescentes.

2.2. Até que a resolução seja editada, recomenda-se que as Consultorias Jurídicas pautem a análise de casos concretos pelas orientações deste documento. Até lá, permanecem válidos os **pareceres referenciais** já editados pelo órgão jurídico para a hipótese<sup>4</sup>, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, da Resolução PGE-29/2015<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Com redação alterada pela recente Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.

<sup>3</sup> Segundo a Resolução PGE nº 06, de 03 de março de 2017, a nota técnica é manifestação de caráter jurídico que "(...) relata, consolida ou comunica entendimento firmado em manifestações anteriores ou alcançados em conselhos, comissões, grupos de trabalho, reuniões em geral ou por correspondência eletrônica".

<sup>4</sup> É o que ocorre na Secretaria da Saúde, cuja d. Consultoria Jurídica editou recentemente parecer referencial acerca da matéria (Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2020).

<sup>5</sup> Art. 1º, § 2º, Resolução PGE-29/15. "A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas."



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

**I. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CRIADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19**

3. Em resposta à rápida disseminação do coronavírus, causador da *coronavirus disease 2019* (“COVID-19”) – recentemente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia<sup>6</sup>, haja vista sua rápida propagação em escala global – foi editada a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispondo “(...) *sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavirus responsável pelo surto de 2019*”.

4. Após ter se espalhado gradativamente por todas as regiões do Brasil, o Ministério da Saúde reconheceu a transmissão comunitária ou sustentada do coronavírus em todo o território nacional<sup>7</sup>. Esse fato motivou a edição da recente Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que alterou substancialmente aquela lei federal para intensificar as medidas a cargo do Poder Público voltadas ao controle da doença.

5. Uma das medidas estabelecidas pelo diploma foi a criação de uma nova hipótese de dispensa de licitação, a qual se soma às demais previsões estabelecidas no conhecido rol do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993. Com efeito, o artigo 4º do novo diploma legal autoriza a contratação direta, em caráter excepcional e temporário, para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus:

*“Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da*

<sup>6</sup> “A definição de pandemia não depende de um número específico de casos. Considera-se que uma doença infecciosa atingiu esse patamar quando afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. A OMS evita usar o termo com frequência para não causar pânico ou uma sensação de que nada pode ser feito para controlar a enfermidade”. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 23/03/2020.

<sup>7</sup> Pela Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

*emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei*  
§1º *A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”.*

### a) Âmbito de aplicação do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020

6. Inicialmente, o *caput* do dispositivo revela que a nova hipótese de dispensa está relacionada ao objeto da contratação direta, e não ao sujeito que a declara e a realiza. Isso quer dizer que, muito embora a regra esteja logicamente direcionada aos órgãos e entidades da área da saúde – especialmente os integrantes do Sistema Único de Saúde (“SUS”) – não há que se falar que a possibilidade legal de declarar a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020 esteja circunscrita a esses sujeitos. Em outras palavras, não há óbices para que outros órgãos e entidades da Administração Pública se valham do permissivo constante do artigo 4º da nova lei para adquirir bens e serviços destinados a evitar a propagação do coronavírus em suas respectivas esferas.

7. O objeto da contratação é propositadamente amplo, abrangendo compras e também prestação de serviços. O acréscimo da expressão “(...) *inclusive de engenharia*” no *caput* do artigo 4º, operada pela recente MP nº 926/2020, parece ter sido feito com escopo de ampliar também para essa seara a contratação direta prevista na Lei Federal nº 13.979/2020.

7.1. Um possível questionamento que se apresenta diz respeito à omissão de referência, no *caput*, à realização de **obras**. Muito embora a legislação brasileira reconheça a diferença entre os conceitos de “obra” e de “serviço de engenharia”<sup>8</sup>, não me parece

<sup>8</sup> O Projeto de Lei nº 1.292/1995, que pretende substituir a vigente Lei de Licitações, apresenta conceitos claros de “obra” e de “serviço de engenharia” que refletem a posição doutrinária atualmente dominante acerca do tema. Nessa linha, entende-se por obra (art. 6º, inciso XII) “(...) *toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel*”, ao passo que “serviço de engenharia” (art. 6º, inciso XXI) seria “(...) *toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a*



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

que a *mens legis* tenha buscado restringir a execução das obras que, comprovadamente, sejam necessárias para o enfrentamento da emergência sanitária. Pelo contrário: a inclusão expressa da expressão “(...) *inclusive de engenharia*” pela Medida Provisória evidencia justamente o oposto, atestando que não houve “silêncio eloquente”, na dicção de KARL LARENZ<sup>9</sup>, a impedir que se sane a incompletude do texto legal por meio de uma interpretação *teleológica*, quanto ao meio, e *extensiva*, quanto ao resultado (“*Lex minus dixit quam voluit*”)<sup>10</sup>.

7.2. Com efeito, a interpretação literal do dispositivo não me parece razoável nem condizente com as finalidades que permeiam o diploma legal. Tanto que, mesmo antes da alteração operada pela MP nº 926/2020, MARÇAL JUSTEN FILHO já defendia a possibilidade de realização de obras com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020<sup>11</sup>:

*“Mas o dispositivo abarca inclusive obras públicas, de natureza definitiva. A alusão a “aquisição de serviços” abrange inclusive os serviços de engenharia. Caberia negar a viabilidade de contratação de “obras de engenharia”. Ainda que se possa reputar que o direito brasileiro diferencia usualmente os conceitos de “obra” e “serviço de engenharia”, não é cabível invocar uma interpretação literal em vista da finalidade buscada pelo dispositivo.*

*Deve-se admitir que é cabível a contratação da construção de instalações hospitalares indispensáveis ao tratamento dos doentes, a serem executadas em período de tempo muito reduzido. Não é admissível invocar uma distinção formal e abstrata para impedir a*

*Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados” compreendendo serviços comuns e serviços especiais.*

<sup>9</sup> LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 525.

<sup>10</sup> MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 173.

<sup>11</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Efeitos jurídicos da crise sobre as contratações administrativas*. Disponível em <https://seac-rj.com.br/artigo-efeitos-juridicos-da-crise-sobre-as-contratacoes-administrativas/>. Acesso em 23/03/2020.

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 5 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

*adoção pelo Estado de providências materiais necessárias a assegurar a preservação da saúde e da vida humana”.*

### **b) O caráter “temporário” da nova hipótese de dispensa**

**8.** A regra do §1º do artigo 4º quase incorre em tautologia ao afirmar que a dispensa é “*temporária*” e, também, que se aplica “(...) *apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus*”. A meu ver, uma leitura que soluciona essa aparente redundância é a aquela segundo a qual o emprego da nova hipótese de dispensa se vincula a um pressuposto importante: a edição de ato do Ministro da Saúde, a quem compete, nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (“ESPIN”).

**8.1.** No caso da COVID-19 foi editada a Portaria MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, reconhecendo a situação emergencial decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus. Tal portaria criou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (“COE-nCoV”), a quem compete a gestão coordenada da resposta à emergência em âmbito nacional, podendo inclusive propor ao Ministro da Saúde, de forma justificada, “(...) *o encerramento da ESPIN*” (artigo 3º, V, “d”).

**8.2.** Posteriormente, a Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020, esclareceu em seu artigo 12 que o “(...) *encerramento da aplicação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID19) fica condicionada à situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020*”, deixando expresso no parágrafo único que o “(...) *encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está*





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

*condicionada a avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde”.*

8.3. Portanto, caso sobrevenha novo ato normativo emanado do Ministério da Saúde declarando encerrada a situação de emergência decorrente do coronavírus no Brasil, parece-me que a hipótese de dispensa do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 não mais poderá ser utilizada, independentemente de revogação formal da lei, porque haverá cessado o pressuposto material de eficácia da norma. Nesse sentido, é possível dizer que a regra em exame terá caráter transitório, exaurindo os seus efeitos tão logo seja superada a presente crise sanitária.

9. Outra questão relacionada ao caráter temporário da nova hipótese de dispensa diz respeito à possibilidade ou não de aquisição de **materiais permanentes** com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020. A resposta me parece ser positiva. Com efeito, a classificação que opõe materiais permanentes a materiais de consumo<sup>12</sup>, não parece ter relevância para fins de restringir o objeto da contratação direta, a qual se limita pelo prolongamento da situação de emergência de saúde pública no tempo, e não pela classificação contábil do bem a ser adquirido. Afinal, vale lembrar que a lei é expressa em admitir a contratação de serviços, inclusive os de engenharia – categoria que, além de parecer nitidamente vocacionada às construções hospitalares necessárias ao tratamento dos enfermos, também se classifica como despesas de capital segundo o sistema da Lei Federal nº 4.320/1964, tal como os materiais permanentes.

10. Por fim, a exegese da norma parece-me clara ao limitar no tempo a invocação da hipótese de dispensa em si, e não a vigência dos contratos dela decorrentes. A vigência, aliás, é tratada expressamente no artigo 4º-H da mesma lei,

<sup>12</sup> Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, material de consumo é aquele que perde sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos, com base no art. 15, §2º da Lei Federal nº 4.230/1964. Por sua vez, o material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, tem uma durabilidade superior a dois anos. Vale lembrar que os materiais permanentes se qualificam como investimentos, no plano das despesas de capital, ao passo que os materiais de consumo são despesas de custeio, no plano das despesas correntes.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

segundo o qual os contratos fundados na Lei Federal nº 13.979/2020 podem durar até seis meses e ser prorrogados sucessivamente até quando perdurar a necessidade<sup>13</sup> – não ficando restritos, portanto, ao lapso máximo de 180 (cento e oitenta dias) das contratações emergenciais previstas, em caráter genérico, no inciso IV do artigo 24 da Lei de Licitações.

### *c) Diferenças em relação a contratação emergencial do artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993*

11. Perceba que os pressupostos autorizadores para a contratação direta com esteio no artigo 4º da nova Lei Federal nº 13.979/2020 são muito semelhantes àqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 para a dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública<sup>14</sup>. Inclusive, recentemente, o Decreto Estadual nº 64.879/2020 declarou estado de calamidade pública em razão da grave crise decorrente da COVID-19, o que autorizaria a invocação da dispensa do artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações. Essa semelhança entre os institutos, contudo, torna necessário traçar duas premissas:

11.1. Primeiramente, a nova dispensa não é uma espécie ou um caso especial de contratação direta emergencial do artigo 24, IV, mas sim uma hipótese autônoma que se embasa em pressupostos diferentes para sua configuração e que, por isso, suscita consequências jurídicas igualmente distintas para os contratos dela decorrentes, como se verá *infra* nesta manifestação.

11.2. Em segundo lugar, o fato de se tratar de norma específica e de vigência transitória, veiculadora de hipótese excepcional de contratação direta relativa à epidemia de coronavírus, implica na sua prevalência sobre a regra de dispensa de licitação por

<sup>13</sup> Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

<sup>14</sup> “No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.” JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Dialética, 12a edição, 2008, p. 292.



SESCAP2020400663A



SESCAP2020417989A







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

emergência prevista genericamente na Lei de Licitações. Afinal, o critério da especialidade ensina que, diante do conflito aparente entre duas normas-regra, há de prevalecer a especial sobre a geral (*"Lex specialis derogat generali"*), o que implica, neste caso, em fazer prevalecer o artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 sobre o artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

12. Portanto, a Lei de Licitações terá aplicação *subsidiária e supletiva*, respectivamente, nas omissões deixadas pelo novo diploma e nas matérias em que seu texto possa ser complementado pelas normas do regime geral. Esse argumento é o que justifica, a meu ver, a aplicação das medidas de controle da contratação direta previstas no artigo 26, parágrafo único, da Lei de Licitações, cujo exame se fará no item II desta nota técnica.

### **d) Presunção legal de emergência e necessidade de demonstração do nexo causal entre o objeto da contratação e o enfrentamento da epidemia**

13. Outro aspecto diferenciador do regime genérico das contratações emergenciais estabelecido na Lei de Licitações é o artigo 4º-B da Lei Federal nº 13.979/2020, o qual foi introduzido pela Medida Provisória nº 929/2020 para estabelecer uma presunção de emergência com relação a determinadas condições. Veja:

*"Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:*

*I - ocorrência de situação de emergência;*

*II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;*

*III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;*

*e*

*IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência."*

14. Assim, para viabilizar a célere contratação direta prevista no novo diploma legal, a exigência de comprovação da possibilidade concreta e efetiva de dano, bem como de que a demonstração de que a contratação direta é o meio adequado

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 9 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP20204006653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

para evitar sua ocorrência, foram presumidas pelo legislador. Trata-se de presunção legal de natureza absoluta (“*praesumptio iuris et de iure*”), não admitindo contestação acerca do caráter urgente da emergência<sup>15</sup>.

15. Dessa maneira, as circunstâncias relacionadas diretamente ao coronavírus deixaram de exigir demonstração pela Administração Pública no caso concreto, bastando a apresentação de justificativa que permita aferir a correlação entre as contratações pretendidas e as medidas urgentes a serem tomadas no enfrentamento da COVID-19. O mesmo entendimento é esposado por MARÇAL JUSTEN FILHO<sup>16</sup>,

*“A Lei exige a pertinência da contratação com o atendimento da “emergência de saúde pública”. Essa questão envolve dois desdobramentos. O primeiro se relaciona com o vínculo de pertinência entre a contratação e o atendimento, ainda que indireto, das necessidades relativas à pandemia. A hipótese normativa não abrange contratações que versem sobre satisfação de necessidades de outra ordem.*

*O segundo se refere à questão da “emergência”. A regra legal consagrou uma **presunção absoluta de urgência na formalização da contratação**. Não é preciso evidenciar o risco produzido pela demora na formalização da licitação. No entanto, afigura-se que alguma espécie de emergência deve existir para autorizar a dispensa. Um exemplo permite compreender a questão. O dispositivo legal não autoriza a dispensa de licitação para situação em que o efetivo fornecimento dos serviços ou produtos esteja previsto para ser executado em doze meses. Essa contratação não será adequada para enfrentar a emergência”.* (grifo meu)

16. Resta evidenciado que a Lei Federal nº 13.979/2020 exige a estrita correlação da hipótese de contratação direta de bens e serviços com “enfrentamento da emergência de saúde pública” decorrente da pandemia do coronavírus. Se a emergência é presumida, compete ao Administrador demonstrar no processo o **nexo causal** entre a

<sup>15</sup> A lei torna isento de questionamento o fato de que a situação é urgente e comporta pronto atendimento pela Administração. Isso, obviamente, não significa que não possa haver questionamento do nexo causal entre o objeto escolhido pelo gestor e o adequado enfrentamento da emergência sanitária, v. *infra*.

<sup>16</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Efeitos jurídicos da crise sobre as contratações administrativas**. Disponível em <https://seac-rj.com.br/artigo-efeitos-juridicos-da-crise-sobre-as-contratacoes-administrativas/>. Acesso em 23/03/2020.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

contratação direta e o enfrentamento da pandemia, ou seja, de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar ou mitigar o risco de contágio e de propagação.

### II. CONTROLE DA CONTRATAÇÃO DIRETA

17. A situação de emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus e o estado de excepcionalidade que a acompanha não autorizam, segundo o Tribunal de Contas da União<sup>17</sup>, que sejam descumpridas as normas gerais procedimentais que asseguram o controle da contratação direta. Mesmo no caso de licitação dispensada por lei esparsa, tal como o caso do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, é necessária a demonstração das razões para a escolha do fornecedor e a justificativa do preço, conforme assentado no artigo 26, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993<sup>18</sup>. No mais, a contratação direta também se sujeita à observância de alguns requisitos formais exigidos pela legislação, os quais passo a analisar a seguir.

#### a) Razões para a escolha do fornecedor

18. Não obstante a emergência, a escolha do fornecedor nas contratações diretas deve ser feita com observância dos princípios da impessoalidade e isonomia. Nesse sentido, a Procuradoria Geral do Estado recomenda que se realize consulta ao maior número possível de fornecedores, a fim de que efetivamente possa ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> “Mesmo no caso de dispensa de licitação por situação emergencial, é dever da instituição contratante formalizar o respectivo processo, caracterizando a situação, a razão da escolha do prestador de serviço e a justificativa do preço, e publicar o ato de dispensa na imprensa oficial, sendo vedada a prestação de serviços sem a cobertura de contrato devidamente formalizado, por expressa previsão do art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993”. Acórdão TCU nº 3083/2007, 1ª Câmara.

<sup>18</sup> Entendo que esse dispositivo se aplica à dispensa prevista pela Lei Federal nº 13.979, por se tratar de norma geral do Estatuto das Licitações que incide na ausência de regras procedimentais específicas no novo diploma federal.

<sup>19</sup> Confira-se, a respeito, um excerto do Acórdão nº 955/2011, proferido pelo Plenário do TCU “9.3. alertar a Eletrobras – Distribuição Piauí de que, quando da realização de dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/1993, é indispensável a consulta ao maior número possível de fornecedores ou executantes para o integral atendimento dos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93, a fim de que efetivamente possa ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração;” Acórdão TCU nº 955/2011, Plenário.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

19. Logo, e ainda que a particularidade do caso permita restringir a competição, deve ser dada a possibilidade de formular propostas ao maior número possível de fornecedores – o que seria facilitado, por exemplo, pelo uso sistemas de Tecnologia da Informação, nos moldes do que já existe em São Paulo com o emprego da “cotação eletrônica” na aquisição de bens dentro do limite legal de dispensa pelo valor (Dispensa BEC). É evidente que essa maior amplitude concorrencial da dispensa constitui providência desejável a ser buscada pela área técnica, sempre que possível.

### *a.1) Possibilidade excepcional de contratação de fornecedor suspenso, inidôneo ou em situação irregular*

20. A Lei nº 13.979/2020 traz duas exceções importantes em relação à pessoa do fornecedor, as quais a distinguem do regime das contratações públicas em geral.

20.1. Primeiramente, o §3º do artigo 4º da nova lei permite, em caráter excepcional, que seja relativizada a aplicação de sanções restritivas do direito de contratar com o Estado – como a suspensão temporária e a inidoneidade, do artigo 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, e o impedimento do artigo 7º, *caput*, da Lei do Pregão – quando se tratar, comprovadamente, do único fornecedor do bem ou serviço que constitui objeto da contratação. O caráter excepcional da medida justifica o sopesamento *a priori* feito pelo legislador entre a manutenção da higidez do mercado público, de um lado, e a necessidade inadiável de abastecimento em tempos de crise, de outro, optando pela segunda em detrimento da primeira. *Mutatis mutandis*, a solução do §3º é similar à orientação institucional fixada na Procuradoria Geral do Estado com a aprovação parcial do Parecer PA 63/2011, segundo o qual se admite a contratação de fornecedor inscrito no CADIN ESTADUAL quando inexistir outro apto a atender às necessidades da Administração<sup>20</sup>.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

20.2. Em segundo lugar, o artigo 4º-F autoriza que a autoridade competente, mediante justificativa, dispense a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. Ou seja, consultado o fornecedor e verificada a existência de situação irregular, o gestor público está autorizado a dispensar a comprovação de alguns requisitos de habilitação, celebrando a contratação direta.

21. Em ambos os casos, as duas hipóteses devem ser tidas como medidas excepcionais que reclamam justificativa específica – inclusive, se possível, com a comprovação das tentativas de encontrar empresas em situação regular disponíveis no mercado. Havendo outros fornecedores aptos a atender a demanda do Poder Público, não há motivo que justifique a assunção desnecessária de risco pela Administração, haja vista que tanto a imposição de sanções quanto a dificuldade de obter as certidões de regularidade sinalizam não só baixa qualidade, mas também uma maior probabilidade de que o fornecedor contratado não venha a cumprir o contrato<sup>21</sup>.

### a.2) Aspectos técnicos que devem integrar a consulta aos fornecedores

22. Para que os fornecedores possam ofertar seus preços com menor assimetria de informação possível, a consulta deve ser acompanhada do “*termo de referência simplificado*” ou do “*projeto básico simplificado*”, conforme o caso, previstos no artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020, contendo os elementos técnicos necessários à

<sup>20</sup> Trecho do despacho do Subprocurador Geral do Estado da Consultoria: “2.1. Nas situações em que a competição é inviável, por inexistir outro fornecedor ou prestador dos serviços apto a atender as necessidades da Administração, a única alternativa possível é a contratação, ainda que a pessoa física ou jurídica a ser contratada registre pendência no CADIN ESTADUAL. Se, nessas circunstâncias, admite-se a contratação, por óbvio, também deve ser admitido o pagamento.”

<sup>21</sup> O que é conhecido na literatura econômica como *risk of default* e, em licitações baseadas somente em critérios de preço para adjudicação, explicam a chamada “maldição do vencedor” (*winner’s curse*).



SESCAP2020400663A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

especificação do objeto. Na mesma trilha, o artigo 4º-C dispensa a elaboração de estudos preliminares à contratação, de modo a simplificar e acelerar o trâmite administrativo<sup>22</sup>.

23. Não sendo possível a conclusão do documento a tempo, recomenda-se que a consulta contenha ao menos as informações dos incisos I (“*declaração do objeto*”), III (“*descrição resumida da solução apresentada*”), IV (“*requisitos da contratação*”) e V (“*critérios de medição e pagamento*”) do mesmo artigo 4º-E. Note-se que, em se tratando de bens ou serviços comuns, o conteúdo simplificado já será em grande medida atendido pelas informações constantes dos bancos de dados de catálogos oficiais, tais como o Catálogo de Materiais da Bolsa Eletrônica de Compras (“BEC/SP”)<sup>23</sup>, cujo emprego se recomenda.

24. Por fim, cabe lembrar que o artigo 4º-A da Lei Federal nº 13.979/2020 expressamente admite a compra de equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas suas condições de uso e funcionamento<sup>24</sup>, e que o artigo 4º-I, em nítida divergência do regime geral de alterações contratuais previsto no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, admite a realização de acréscimos e supressões unilaterais em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato<sup>25</sup>.

	Lei 8.666/1993	Lei nº 13.979/2020
<b>Acréscimos</b>	25%, unilateralmente 50%, unilateralmente (reforma de edifício ou equipamento)	50%, unilateralmente
<b>Supressões</b>	25%, unilateralmente 50%, por acordo	

<sup>22</sup> “Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

<sup>23</sup> Disponível em [https://www.bec.sp.gov.br/BEC\\_Catalogo\\_ui/CatalogoPesquisa3.aspx?chave=](https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_ui/CatalogoPesquisa3.aspx?chave=)

<sup>24</sup> “Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

<sup>25</sup> “Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato”. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



SESCAP20204006653A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

#### b) Justificativa de preços

25. Além do parágrafo único do artigo 26, em seu inciso III, o artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 36.226/1992 também exige que o gestor se manifeste “(...) *expressa e conclusivamente sobre a razoabilidade do preço indicado para contratação*”<sup>26</sup>. A necessidade de apresentar justificativa do preço nas contratações diretas decorre dos princípios da motivação, da economicidade, legalidade, legitimidade e da razoabilidade, bem como de posicionamento desde há muito consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União<sup>27</sup>.

26. Em situações de emergência sanitária como a presente, é possível que a Administração se veja refém de comportamentos abusivos de empresas que, aproveitando-se da escassez e da súbita elevação de demanda, aumentam artificialmente os seus preços no mercado. Nesse cenário, o inciso VI do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020, prevê que estimativas dos preços devem ser obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

*“Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.*

*§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput contera:*  
(...)

<sup>26</sup> A importância dessa justificativa de preço é ressaltada pela doutrina, como bem ilustra o posicionamento de Marçal Justen Filho: “*Diante da ausência de competição, amplia-se o risco de elevação dos valores contratuais. (...) O contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional. Não é admissível que o particular, prevalecendo-se da necessidade pública e da ausência de outros competidores, eleve os valores contratuais*” JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012. pp. 447-448.

<sup>27</sup> “*Há muito a Corte firmou o posicionamento de que a realização de pesquisa de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive nos casos de aquisição direta (dispensa e inexigibilidade), composta de, no mínimo, três orçamentos distintos, sendo necessária a apresentação de justificativa sempre que não for possível a obtenção do número razoável de cotações*”. Acórdão TCU nº 1.928/2011, 2ª Câmara.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

*VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:*

- a) Portal de Compras do Governo Federal;*
  - b) pesquisa publicada em mídia especializada;*
  - c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;*
  - d) contratações similares de outros entes públicos; ou*
  - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e*
- VII - adequação orçamentária.*

*§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.*

*§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos”.*

27. A indicação do portal de compras do governo federal como critério preferencial no sistema da Lei Federal nº 13.979/2020 coincide com a sistemática eleita pelo Estado de São Paulo ao estabelecer, pelo artigo 2º, inciso I, do Decreto Estadual nº 63.316, de 26 de março de 2018, a consulta ao banco eletrônico de preços “Preços SP” como o primeiro passo para a formação de valores referenciais em contratações públicas, em consonância com as recomendações do Tribunal de Contas da União<sup>28</sup>.

28. Em se tratando de bens e insumos de saúde, recomenda-se também a consulta do **Banco de Preços em Saúde** (“BPS”), sistema criado pelo Ministério da Saúde para disponibilizar informações públicas e privadas de medicamentos e produtos

<sup>28</sup> Confira o seguinte julgado do TCU, mediante o qual se estabeleceu que a consulta ao site, bem como a contratações da Administração, é preferencial em relação aos demais métodos de orçamento: “Para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da referida IN, quais sejam, ‘Portal de Compras Governamentais’ e ‘contratações similares de outros entes públicos’, em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, ‘pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo’ e ‘pesquisa com os fornecedores’”. O Tribunal, acompanhando o voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, dar ciência ao MJ de que: i) “(...) na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantagem de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas, a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados”; ii) “para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, ‘Portal de Compras Governamentais’ e ‘contratações similares de outros entes públicos’, em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, ‘pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo’ e ‘pesquisa com os fornecedores’, cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar”. Acórdão TCU nº 1445/2015, Plenário.



SESCAP20204006653A



SESCAP2020417989A







## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

de saúde (<http://bps.saude.gov.br/>). O TCU aceita os preços obtidos no BPS como referencial de mercado<sup>29</sup> – diferentemente dos tetos máximos da tabela da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (“Tabela Cmed”)<sup>30</sup> – motivo pelo qual se sugere que a pesquisa ao Preços SP seja complementada com o BPS ao elaborar-se a justificativa dos preços.

**29.** Caso seja faticamente inviável realizar a estimativa de preços, ante a urgência do caso ou em face da ausência de fontes para o cálculo dos valores de mercado, o §2º do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020 admite a possibilidade de que a estimativa seja dispensada. Trata-se, novamente, de medida excepcional, motivo pelo qual se recomenda a juntada de manifestação da área técnica explicitando a situação fática e a ausência de tempo disponível ao órgão licitante para ultimar o procedimento formal.

**30.** Por fim, no que se refere aos recursos orçamentários, relembro que a correspondente nota de reserva deve ser providenciada anteriormente à celebração do contrato, nos termos do artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**30.1.** Caso o valor estimado da contratação supere R\$ 176.000,00<sup>31</sup> (cento e setenta e seis mil reais) para as despesas consideradas irrelevantes, nos termos do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (“LRF”) c/c o artigo 47 da Lei Estadual nº 17.118, de 19 de julho de 2019<sup>32</sup>, ressalto que o Tribunal de Contas da União tem

<sup>29</sup> “O Banco de Preços em Saúde (BPS) é válido como referencial de preços de mercado na aquisição de medicamentos, diferentemente da tabela da Câmara de Regulação d Mercado de Medicamentos (Cmed), uma vez que os preços da Cmed são referenciais máximos que a lei permite a um fabricante de medicamento vender o seu produto, o que não se confunde com os preços praticados no mercado”. Acórdão nº 10531/2018, Primeira Câmara.

<sup>30</sup> “Os preços divulgados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed) não são o parâmetro mais adequado para servir como referência para aquisições públicas de medicamentos ou como critério de avaliação da economicidade de tais aquisições por parte dos órgãos de controle, pois são referenciais máximos que a lei permite a um fabricante de medicamentos vender o seu produto”. Acórdão TCU nº 2901/2016, Plenário. Veja também os Acórdãos TCU nº 1437/2007 e nº 3016/2012, ambos do Plenário da Corte.

<sup>31</sup> Valor atualizado conforme o Decreto Federal nº 9.412/2018.

<sup>32</sup> “Art. 47. (...) Parágrafo único - São consideradas como despesas irrelevantes, para fins do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos no artigo 23, inciso I, alínea “a”, e inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993”

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 17 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

entendido que, quando os recursos necessários ao custeio da despesa já tiverem previsão expressa no orçamento, consideram-se atendidos, por via reflexa, os requisitos previstos no artigo 16 da LRF para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa<sup>33</sup>.

**30.2.** No mais, em cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019, alerto que haverá necessidade de manifestação prévia dos Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, caso o valor da contratação supere o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

### *c) Outros requisitos formais para o controle da contratação direta*

**31.** A excepcionalidade do regime de contratação emergencial instituído pela Lei Federal nº 13.979/2020 parece ser de certa forma compensada com uma dose mais intensa de transparência. Nessa linha, a regra prevista no §2º do artigo 4º da lei determina que todas as contratações diretas realizadas com base na nova hipótese de dispensa emergencial sejam *“(…) imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”*.

**32.** A medida, que confessadamente se soma aos deveres de transparência já impostos pela Lei de Acesso à Informação, a meu ver exige que os órgãos e entidades da Administração Pública criem uma seção específica em suas páginas na

<sup>33</sup> Confira o excerto do voto do Min. Relator Augusto Sherman Cavalcanti no Acórdão TCU nº 883/2005: *“(…) parece-me evidente que se determinada despesa já está autorizada na Lei Orçamentária em vigor, seu impacto orçamentário-financeiro já se encontra estimado, pois já está fixado na lei. Não vejo razão prática para que o gestor, ao implementar o que está legalmente autorizado, estime o impacto de uma despesa já prevista, pois tal impacto já foi incorporado ao orçamento”*.



SESCAP2020400663A



SESCAP2020417989A





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

internet – ou mesmo centralizem tais informações em uma página única – para incluir as contratações emergenciais realizadas com base na Lei Federal nº 13.979/2020 para combater a propagação do coronavírus.

33. De resto, ressalto que a declaração de dispensa deverá ser comunicada em até 3 (três) dias à autoridade superior, para ratificação, e publicada em 5 (cinco) dias na imprensa oficial após a celebração do ajuste. Além disso, vale lembrar que o artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544/1989 exige que tal ratificação seja comunicada em até 10 (dez) dias úteis ao Tribunal de Contas do Estado, tal como nos demais casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

34. Para simplificar a instrução procedimental, os documentos necessários à instrução dos processos e expedientes relacionados à contratação direta com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 encontram-se resumidos na “**lista de verificação – dispensas de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19)**”, que faço anexar à presente nota técnica.

### III. O “PREGÃO SIMPLIFICADO” DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020

35. A Medida Provisória nº 926/2020 introduziu um artigo 4º-G na Lei Federal nº 13.979/2020, instituindo um regime simplificado para licitações realizadas na modalidade “pregão”. Trata-se, praticamente, de uma modalidade de uso especial e transitório voltada, tal como a dispensa do artigo 4º, *caput*, da mesma lei, ao enfrentamento do novo coronavírus.

*“Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.*

*§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.*

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 19 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput.

36. Em síntese, a licitação na modalidade “pregão”, na forma eletrônica ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei Federal nº 13.979/2020 terá as seguintes características:

- a) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, será de 4 (quatro) dias úteis (art. 4º, V, da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c art. 4º-G);
- b) Não será obrigatória a realização de audiência pública, ainda que o valor seja superior a R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais) <sup>34</sup>, excepcionando o artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/1993 (art. 4º-G, §2º);
- c) O prazo de validade das propostas, na omissão do edital, será de 30 (trinta) dias (art. 6º, Lei Federal nº 10.520/2002 c/c art. 4º-G);
- d) Os recursos não terão efeito suspensivo, nem mesmo se interpostos em face de decisões relacionadas à habilitação dos licitantes e ao julgamento das propostas (art. 4º-G, §2º);
- e) O prazo para apresentação de razões e contrarrazões recursais será de apenas 1 (um) dia (art. 6º, Lei Federal nº 10.520/2002 c/c art. 4º-G, §1º);
- f) Os contratos decorrentes do “pregão simplificado”:
  - a. terão duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar

<sup>34</sup> Valor atualizado conforme o Decreto nº 9.412/2018. Vale anotar que a hipótese do artigo 39 da Lei de Licitações vem sendo chamada doutrinariamente de “licitação de imenso vulto”, a fim de distinguir do conceito de licitação de grande vulto trazido, de forma expressa, pela mesma lei (art. 6º, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993).



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

- a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência (art. 4º-H);
- b. admitirão acréscimos e supressões unilaterais de até 50% do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I).

37. Com efeito, a criação de um “pregão simplificado” revela que nem todas as ações necessárias para o atendimento à emergência de saúde pública do COVID-19 devem ser, necessariamente, objeto de contratação direta. Dentro do sistema da Lei Federal nº 13.979/2020, a escolha entre percorrer uma via ou outra – i.e., a dispensa ou o pregão simplificado – dependerá das circunstâncias de cada caso concreto.

38. Se, de um lado, o legislador presumiu a emergência ao criar a nova hipótese de contratação direta, o que permite inferir uma *preferência* pela nova dispensa em relação às modalidades licitatórias e à contratação emergencial do regime geral de licitações e contratações, por outro lado me parece que a criação de um “pregão simplificado” – que é, igualmente, marcado pelo regime de excepcionalidade e de emergência da Lei Federal nº 13.979/2020 – há ser preferível à dispensa de licitação do artigo 4º, *caput*, da mesma lei quando as circunstâncias do caso concreto demonstrarem que a necessidade pode ser atendida pelo certame.

39. Em texto recente<sup>35</sup>, MARÇAL JUSTEN FILHO apresenta alguns exemplos de situações em que a realização do pregão da Lei Federal nº 13.979/2020 pode ser preferível à dispensa:

*“Existe competência discricionária da Administração para escolher entre as duas alternativas, tomando em vista as circunstâncias do caso concreto. É inquestionável que a contratação direta envolve um procedimento mais rápido do que o pregão simplificado. Portanto, a Administração tem o poder-dever de avaliar a premência da contratação. Ser-lhe-á facultado valer-se do pregão quando o tempo para a conclusão do*

<sup>35</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Um novo modelo de licitações e contratações administrativas?** Disponível em <http://jbox.justen.com.br/s/9SPYwWSP7W66s8a>. Acesso em 24/03/2020.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP20204006653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

*procedimento licitatório não colocar em risco o atendimento da finalidade pretendida.*

*Isso não significa que a viabilidade de aguardar um certo prazo para formalização e execução do contrato impeça a dispensa de licitação. Como mais bem examinado adiante, há uma presunção absoluta de situação emergencial nas contratações destinadas a atender as necessidades pertinentes à pandemia. Assim, por exemplo, a Administração poderá optar pelo pregão quando a contratação direta envolver dificuldades na obtenção de um preço justo. Em outros casos, pode existir uma pluralidade de fornecedores, todos potencialmente interessados em realizar o fornecimento, inexistindo um critério objetivo para escolher entre eles. Também é possível que a contratação apresente valor muito elevado, o que reduz a conveniência de escolhas fundadas em critérios de conveniência e oportunidade.*

*Em hipóteses tais como essas, o pregão simplificado pode ser útil para atendimento aos princípios da vantajosidade e do tratamento isonômico dos fornecedores”.*

40. Tendo em vista que a realização do pregão na forma eletrônica é medida obrigatória no Estado de São Paulo desde 2007<sup>36</sup>, proponho que a Coordenadoria de Compras Eletrônicas (“CCE”), da Secretaria da Fazenda e Planejamento, avalie as medidas e as adaptações no sistema BEC/SP que se façam necessárias para a implementação do “pregão simplificado” no Estado de São Paulo. Caso não seja possível realizar a nova modalidade sob a forma eletrônica nesse momento, vale lembrar que o *caput* do artigo 4º-G da nova lei admite a realização sob a forma presencial, comunicando-se previamente a Corregedoria Geral da Administração acerca de tal fato<sup>37</sup>.

### IV. CONCLUSÃO

<sup>36</sup> É o comando do Decreto Estadual nº 51.469, de 2 de janeiro de 2007: “Artigo 2º - A utilização da modalidade de “Pregão Eletrônico” para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória para toda administração pública estadual, na forma e prazos a serem estabelecidos pela Secretaria da Fazenda.”

<sup>37</sup> Nos termos da Resolução SF-15, de 19-3-2007: “Artigo 4º - A Corregedoria Geral da Administração, dentro de suas atribuições, acompanhará o cumprimento das determinações contidas no Decreto 51.469, de 2 de janeiro de 2007 e nesta resolução, com poderes para suspensão de procedimentos licitatórios, instaurados em desacordo com a disciplina estabelecida nos respectivos atos normativos” e, também, do artigo 6º, inciso XV, “d”, “1” do Decreto Estadual 57.500/2011: “Artigo 6º - A Corregedoria Geral da Administração tem, por meio dos Grupos Correcionais, dos Centros de Assistência Técnica e dos Centros de Análise de Informações e Sistemas, além de outras que lhe forem conferidas pelo Chefe do Poder Executivo, as seguintes atribuições. (...) XV - fiscalizar: (...) d) a obrigatoriedade: 1. do uso da modalidade licitatória de pregão para aquisição de bens e serviços comuns, conforme o Decreto nº 51.469, de 2 de janeiro de 2007”



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

41. Ante o exposto, submeto à consideração superior a presente nota técnica a servir de guia orientativo para a instrução dos expedientes objetivando a celebração de contratações diretas fundadas no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispensa a licitação para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

42. À vista das conclusões desse documento, respeitosamente proponho a submissão do presente à Senhora Procuradora Geral do Estado para que avalie a conveniência e a oportunidade de:

- a) expedir resolução dispensando a emissão de pareceres pelas Consultorias Jurídicas, com fulcro no artigo 45, parágrafo único, 1, da LOPGE, versando sobre a análise de contratações emergenciais que tenham por fundamento o artigo 4º, *caput*, da Lei Federal nº 13.979/2020, desde que, para tanto, sejam utilizadas as minutas-padrão da PGE/SP e rigorosamente seguidas as orientações jurídicas da presente nota técnica;
- b) propor ao Senhor Secretário da Fazenda e Planejamento que, nos termos tratados no item III desta manifestação, avalie a possibilidade técnica de implantação do “pregão simplificado” criado pelo artigo 4º-G da Lei Federal nº 13.979/2020 sob a forma eletrônica, adaptando o Sistema BEC/SP às mudanças trazidas pela nova legislação; e
- c) recomendar ao Comitê Gestor do Gasto Público, instituído pelo Decreto Estadual nº 64.065, de 2 de janeiro de 2019, que transitoriamente suspenda ou excepcione de sua análise os processos diversos que, insertos no artigo 2º, estejam direta ou

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 23 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

indiretamente relacionados ao controle da propagação do novo coronavírus em São Paulo.

À consideração superior.

SubG-Consultoria, 24 de março de 2020.

**RAFAEL CARVALHO DE FASSIO**  
Procurador do Estado Assistente



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400663A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO– DISPENSAS DE LICITAÇÃO PARA  
 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA  
 DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

1. INSTRUÇÃO DO PROCESSO	S/N	Fls.
<p>1.1. “Termo de referência simplificado” ou “Projeto básico simplificado” (artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020), contendo:</p> <p>1.1.1. Declaração do objeto;</p> <p>1.1.2. Fundamentação simplificada da contratação;</p> <p>1.1.3. Descrição resumida da solução apresentada;</p> <p>1.1.4. Requisitos da contratação;</p> <p>1.1.5. Critérios de medição e pagamento;</p> <p>Caso haja necessidade, é aqui que devem ser indicados eventuais documentos de qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira aplicáveis à contratação pretendida.</p> <p>1.2. Justificativa da dispensa (art. 26, “caput” da Lei Federal nº 8.666/1993), indicando como fundamento o artigo 4º, <i>caput</i>, da Lei Federal nº 13.979/2020, indicando:</p> <p>1.2.1. O nexo causal entre o objeto a ser contratado e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.</p> <p>1.2.2. A razão da escolha do fornecedor (art. 26, II da Lei Federal nº 8.666);</p> <p>Se a autoridade houver optado por contratar fornecedor inidôneo, com o direito de contratar suspenso ou em situação irregular, deverá apresentar aqui a justificativa que embasou tal postura.</p> <p>1.3. Justificativa de preços (art. 26, III da Lei nº 8.666, c/c art. 4º-E, §§ 1º e 2º, da Lei 13.979/2020), com base na estimativa obtida com base no “Preços SP” ou outro parâmetro (art. 4º-E, §1º, VI da Lei 13.979/2020, c/c art. 2º, I, do Dec. Est. nº 63.316/2018).</p> <p>1.4. Adequação orçamentária (art. 7º, §2º, III da Lei nº 8.666 c/c art. 4º-E, §1º, VII da Lei 13.979/2020).</p> <p>1.5. Minuta de termo de contrato, elaborado conforme o modelo disponibilizado pela PGE na BEC/SP, para análise e aprovação pela Consultoria Jurídica (artigo</p>		

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 25 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
 Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP20204006653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
 Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

<p>38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993).</p> <p>Caso a Consultoria Jurídica tenha elaborado parecer referencial aplicável à hipótese, deve-se juntar aos autos essa manifestação, juntamente com a declaração da autoridade reconhecendo que as providências indicadas naquela manifestação foram seguidas pelo órgão ou entidade.</p>		
2. DOCUMENTAÇÃO DO FORNECEDOR	S/N	Fls.
<p>2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado.</p> <p>2.2. Comprovação dos poderes do(s) representante(s) (ata de nomeação, procuração, termo de posse ou outro documento que confira legitimidade para representar);</p> <p>2.3. Cópias atualizadas dos documentos seguintes</p> <p>2.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)</p> <p>2.3.2. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);</p> <p>2.3.3. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);</p> <p>2.3.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;</p> <p>2.3.5. Certidão de regularidade de débitos com as Fazendas do Estado e do Município da sede ou domicílio;</p> <p>2.3.6. Consultas prévias aos seguintes cadastros:</p> <p>2.3.6.1. CADIN ESTADUAL;</p> <p>2.3.6.2. E-sanções;</p> <p>2.3.6.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;</p> <p>2.3.6.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA.</p> <p>2.4. Declaração de inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração.</p> <p>2.5. Declaração de que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.</p> <p>A dispensa de apresentação de documentos prevista na art. 4º-F da Lei 13.979/2020 deve sempre preservar a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e a declaração do 2.5, que serão sempre exigidos.</p>		

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 26 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

3. PROVIDÊNCIAS POSTERIORES À CONTRATAÇÃO DIRETA	S/N	Fls.
3.1. Comunicação da declaração de dispensa à autoridade superior, para ratificação (art. 26, "caput" da Lei Federal nº 8.666);		
3.2. Publicação da decisão ratificadora no Diário Oficial do Estado (art. 26, "caput" da Lei Federal nº 8.666);		
3.3. Disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores, contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei 13.979/2020);		
<b>4. JUSTIFICATIVAS (caso algum item deste checklist não seja aplicável ao caso concreto)</b>		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		

**Identificação do servidor responsável pelo procedimento:**

UGE: [ ]

Nome: [ ]

Cargo: [ ]

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 27 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
 Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
 Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**

**INTERESSADO:** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO -  
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

**ASSUNTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OS CASOS DE  
AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, INCLUSIVE DE  
ENGENHARIA, E INSUMOS DESTINADOS AO  
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE  
PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL  
DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS ("COVID-19"),  
INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL N. 13.979/2020.

**NOTA TÉCNICA:** SUBG n.º 6/2020

Aprovo, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a **Nota Técnica SubG-Cons. n.º 6/2020**, que veicula orientações jurídicas gerais para instrução de expedientes referentes à celebração, pelos órgãos e entidades do Estado de São Paulo, de contratações diretas fundadas no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispensa a licitação para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus ("COVID-19").

Dado o caráter geral do opinativo formulado, divulgue-se a Nota Técnica ora aprovada por meio eletrônico aos órgãos de execução da área da Consultoria Geral.

São Paulo, 25 de março de 2020.

**EUGENIA CRISTINA CLETO MAROLLA**  
SUBPROCURADORA GERAL DO ESTADO



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL**



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.  
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400663A



SESCAP2020417989A



Autenticado com senha por RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO - 15/07/2020 às 16:15:23.  
Documento Nº: 6602571-3093 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6602571-3093>



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

**Informação**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração  
**Assunto:** Aquisição de materiais  
**Número de referência:** INFORMAÇÃO Nº 1.419/2020

Tratam os autos de aquisição de materiais visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

Destaca-se, que os valores apresentados fazem parte da pesquisa de preços e foram coletados especificamente para as aquisições COVID-19, no período de 1º de março a 05 de maio de 2020.

Em atenção à recomendação da Procuradora do Estado Chefe contida no Parecer CJ/SS nº 554/2020, em caso análogo (fls. 134/222), esclarecemos que essa Coordenadoria à época da contratação se utilizou do Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2020, de 13/3/2020, posteriormente atualizado pelo Parecer Referencial CJ/SS nº 11/2020, de 24/3/2020, destacando que nenhum ponto relevante ali elencado deixou de ser atendido.

São Paulo, 16 de julho de 2020.

**RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO**  
Diretor Técnico II  
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

**Adhemar Dizioli Fernandes**  
COORDENADOR  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Gabinete do Secretário

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de materiais para atendimento de plano de contingência COVID-19

**Número de referência:** DESPACHO GS Nº 4.892/2020

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de sanear os atos procedimentais constantes deste processo;
- a evidência de que referidos atos não acarretaram lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros e não foram objeto de impugnação;
- que a convalidação dos mencionados atos se faz imperiosa à preservação dos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, na medida em que serão sanados seus vícios, salvaguardando as situações de fato e de direito já por aqueles estabelecidos, ou seja, seus efeitos, e a estabilidade das relações deles advindas;
- o disposto nos termos do r. Parecer CJ/SS 554/2020, em caso análogo sob fls. 134/222;
- que, consideradas essas premissas, a convalidação, no caso, constitui dever da Administração, com vistas a preservar a boa-fé do administrado em relação à presunção de legitimidade dos atos administrativos e do atendimento do interesse público;

Ficam **CONVALIDADOS** todos os atos deste processo, praticados no âmbito da Coordenadoria Geral de Administração, com fulcro nos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, ficando preservados seus efeitos, haja vista não haverem acarretado lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, e não foram objeto de impugnação.

Publique-se.

São Paulo, 21 de julho de 2020.

José Henrique Germann Ferreira  
Secretário de Saúde  
Gabinete do Secretário

Classif. documental

004.01.04.002



SESDS2020130226A

Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde de 21/07/2020

REFERÊNCIA: SES-PRC-2020/17663 ASSUNTO: Aquisição de materiais para atendimento de plano de contingência COVID-19 INTERESSADO: Coordenadoria Geral de Administração **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2020**

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de sanear os atos procedimentais constantes deste processo;
- a evidência de que referidos atos não acarretaram lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros e não foram objeto de impugnação;
- que a convalidação dos mencionados atos se faz imperiosa à preservação dos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, na medida em que serão sanados seus vícios, salvaguardando as situações de fato e de direito já por aqueles estabelecidos, ou seja, seus efeitos, e a estabilidade das relações deles advindas;
- o disposto nos termos do r. Parecer CJ/SS 554/2020, em caso análogo sob fls. 134/222;
- que, consideradas essas premissas, a convalidação, no caso, constitui dever da Administração, com vistas a preservar a boa-fé do administrado em relação à presunção de legitimidade dos atos administrativos e do atendimento do interesse público;

Ficam **CONVALIDADOS** todos os atos deste processo, praticados no âmbito da Coordenadoria Geral de Administração, com fulcro nos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, ficando preservados seus efeitos, haja vista não haverem acarretado lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, e não foram objeto de impugnação.

**imprensaoficial**

1 - Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;  
 2 - Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.  
 A seguinte licitação foi recebida com sucesso:  
 Comprovante de recebimento n. 7894607  
 Publicante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
 Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 351, Pacaembu, CEP: 01246000, São Paulo, SP  
 Nome do Usuário: RITA DE CASSIA LOURENÇO  
 CPF do Usuário: 154.206.908-45  
 Anunciante: Secretaria Estadual da Saúde - Gabinete do Secretário  
 Caderno: Executivo I  
 Seção: Gabinete do Secretário  
 Modalidade: DISPENSA  
 Número: 53/2020  
 Evento: OUTRAS  
 Natureza: Materiais e Equipamentos  
 Grupo: Artigos e Equipamentos de Uso Médico, Odontológico e Hospitalar  
 Objeto: Aquisição de aventais descartáveis para o atendimento do enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)  
 Processo: SES-PRC-2020/17663  
 Local de Execução: São Paulo  
 1ª Data de Publicação: 23/07/2020  
 SA♦ntese: Texto transformado em arquivo - HASH 88CB5F5E4B509C4BFBED9E0DD67DDF7E











**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração

**Assunto:** Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19

**Número de referência:** INFORMAÇÃO CGA Nº: 237/2020

Tratam os autos de aquisição de avental descartável em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19.

Retorne ao Núcleo de Gestão de Contratos para continuidade dos procedimentos de penalização, conforme Informação CGA nº 108/2020 (fls. 116/123).

São Paulo, 30 de julho de 2020.

**VALÉRIA ALVARES GOMES DA SILVA**  
Diretor II  
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo



Assinado com senha por VALÉRIA ALVARES GOMES DA SILVA - 30/07/2020 às 13:04:42.  
Documento Nº: 7034673-2990 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7034673-2990>

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SEDES2020139875A

**SIGA**

**Correios**  
Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO**  
AVIS CN07

**AR**

**JU 16675749 5 BR**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

03/07/20	07/07/20	/	/
15:03 h	14:03 h	:	h

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
**01 JUL 2020**

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT  
**AC Al. Santos**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR  
**AV. DR ENÉAS DE CARVALHO AGUIAR, 188 - 2º ANDAR - SL. 203**

COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS - NGC**

AV. DR ENÉAS DE CARVALHO AGUIAR, 188 - 2º ANDAR - SL. 203  
**CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO/SP**

CEP: 05403-000

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO  
RETOUR



**AR**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

MARCELO NEVES DE OLIVEIRA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA PEDRO BOLLIGION E 207

CEP / CODE POSTAL

06093-015

CIDADE / LOCALITÉ

SÃO PAULO

UF

SP

PAÍS / PAYS

BRA 011

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 79/2020.

Pra: 2020/17603 (um papel)

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

VALDIRENE SANTOS

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON

13/07/20

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

SPM

13 JUL 2020

CEP

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

CARIMBO DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





7/28/2020

E-Sanções

Tem Anexo? Sim

Data Início do Prazo 11/07/2020

Está dentro do Prazo? Sim - Defesa registrada com sucesso em 20/07/2020 13:45

Data Término do Prazo 20/07/2020

Descrição da Defesa do Fornecedor:

Prezados, boa tarde.

Segue em anexo as Alegações de Defesa de Marcelo Neres de Oliveira EI, juntamente com a devida procuração.

Att.  
Marcelo Aurélio Celeste  
OAB/SP 440.878

Voltar

Para contato transmita mensagem pelo Fala Conosco selecionando a opção mais adequada: e-Sanções, Ouvidoria ou Solicitações ou Sugestões ou Reclamações.

Ouvidoria

Transparência

SIC

**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 303 - São Paulo / SP - 01317-911 - CNPJ: 46.177.222/0001-29



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES, COORDENADOR DA COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Processo SES-PRC-2020/17663.**

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI, Contratado**, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, por meio de seu advogado, cordialmente apresentar suas **ALEGAÇÕES DE DEFESA** em procedimento administrativo de aplicação de multa, demonstrando a inexigibilidade da sanções que visa-se impor.

**Tempestividade.** Tendo o Despacho-Comunicado disposto expressamente que a contagem do prazo ocorreria em dias úteis e tendo ocorrido seu recebimento em 13/07/2020 (segunda-feira), conforme os arts. 110, da Lei Federal 8.666/93<sup>1</sup>, e 84, da Lei Estadual 6.544/89<sup>2</sup>, tem-se o 1º dia do prazo em 14/07/2020 e o 5º dia em 20/07/2020.

**I – PRELIMINAR**

Antes de adentrar nas questões jurídicas das Alegações de Defesa, é necessário pontuar três fatos percebidos pelo Contratado quando da análise destes autos, após vistas devidamente deferidas em fls. 126-127, e quando do recebimento da intimação.

<sup>1</sup> Lei Federal 8.666/93; Art. 110. **Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**

<sup>2</sup> Lei Estadual 6.544/89: Artigo 84 - **Na contagem dos prazos estabelecidos nesta lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.**



Primeiramente, após detida análise destes autos, surpreendeu-se este Contratado quando percebeu a ausência nos autos de sua resposta ao Ofício nº 220/2020, devidamente enviada nos mesmos moldes que a resposta ao Ofício nº 214/2020 (por meio de mensagem por correio eletrônico), fato este grave, pois naquela resposta fora corroborado a ocorrência de caso fortuito ou força maior, sendo que esta ausência nestes autos prejudica estas Alegações de Defesa.

No mais, foi igualmente percebida a ausência do Requerimento protocolado por este Contratado, por meio de seu patrono, junto a CGA, no qual, fora requerido vistas destes autos, atendendo àquilo que fora informado pela funcionária Adriana Corradin, que inclusive afirmou que tal Requerimento deveria ser protocolado fisicamente, pois constaria nestes autos.

Por fim, ressalte-se que poderia-se falar na irregularidade da intimação realizada, pois esta menciona em seu conteúdo que seguiria em anexo a planilha de demonstração do atraso do item objeto da avença, contudo, tal fato não ocorreu, tendo o Contratado recebido apenas o documento da mensagem. Entretanto, uma vez que tomou-se conhecimento desses cálculos por meio das vistas realizadas e desejando tão logo solucionar a situação, este Contratado apenas relata tal situação, sem pleitear qualquer invalidade da intimação, corroborando com a forma como sempre agiu perante a CGA, de acordo com a probidade e a boa-fé.

Deste modo, relata este Contratado sua preocupação com tais fatos ocorridos nestes autos, que poderiam ensejar declarações de irregularidades nestes autos, trazendo então a atenção da CGA para que tais situações possam ser regularizadas.

## II - DA NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da situação de calamidade pública na qual encontra-se a sociedade brasileira e paulista, a CGA realizou a contratação junto ao Contratado por meio de "Dispensa de Licitação", conforme fls.42-43 destes autos, ou seja, dispensando todo o procedimento licitatório para compra dos materiais.

Contudo, a dispensa de licitação, conforme bem dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Estadual nº 6.544/89 **NÃO DISPENSA** de outros requisitos necessários para que se realize contratação, como naquilo relacionado a própria elaboração e formalização da contratação, que **DEVEM RESPEITAR SEMPRE O QUE DISPÕE OS REFERIDOS DIPLOMAS LEGAIS.**

Veja-se então que a Lei Federal nº 8.666/93, de forma mais aprofundada que a Lei Estadual nº 6.544/89, dispõe expressa e claramente sobre a elaboração do **QUALQUER CONTRATO ADMINISTRATIVO** que:

**"Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes,**





supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta."

"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

**VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;**

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;





XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.” (Grifo nosso).”

Ademais, no que tange à formalização dos contratos administrativos, a Lei Federal nº 8.666/93 assim dispõe:

“Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.”

(...)

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§ 2º Em “carta contrato”, “nota de empenho de despesa”, “autorização de compra”, “ordem de execução de serviço” ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.

(...)

§ 4º É dispensável o “termo de contrato” e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.” (Grifo nosso)

Ora, deste modo temos os fundamentos legais para analisar a contratação ocorrida entre o Contratado e a CGA, sendo que esta deveria ter atuado em estrito



cumprimento ao que dispõe as normas legais citadas, que, ressalte-se tratam de requisitos para **TUDO E QUALQUER CONTRATO ADMINISTRATIVO**, mesmo aqueles com Dispensa de Licitação.

A partir dos autos então logo se encontra uma ilegalidade, qual seja, **INEXISTE** instrumento contratual, sendo certo que o que mais se aproximaria disto é o despacho de fls. 38-40, que possui disposições muito semelhantes ao que seriam cláusulas contratuais, contudo, não preenchendo os requisitos formais para sê-lo, seja pelo nome ("Despacho") ou pelo conteúdo.

Pelo que dispõe o art. 62 e seu §4º, não haveria como no caso dos autos dispensar-se a elaboração de um instrumento contratual, uma vez que a entrega era contínua (de abril a junho – fls. 3 e 20-21) e o preço da contratação era de R\$ 14.190.000,00, compreendendo-se notavelmente dentro dos limites da modalidade de concorrência, como se vê pelo art. 23, da Lei Federal nº 8.666/93:

**"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:**

**I - para obras e serviços de engenharia:**

- a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

**II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:**

- a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);
- c) **concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)."**

Ademais, mesmo que se entendesse que o caso dos autos se enquadrasse dentro daquelas hipóteses em que possível se dispensar o "termo do contrato", fato é que o Despacho igualmente não atenderia a esses requisitos, por óbvio não se qualificando como instrumento hábil para tanto, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Pontua-se que no caso dos autos fora efetivamente elaborado nota de empenho de despesa (fls. 49-50), inclusive enviada ao Contratado (fl. 52) e publicada no DOE, entretanto, não somente o valor do contrato (R\$ 14.190.000,00) impedia que ela se consubstanciasse como substituta do termo contratual, como igualmente ela não



atende à **DIVERSAS** disposições do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo tal imposição realizada pelo art. 62, §2º deste mesmo diploma.

Tem-se assim que a Nota de Empenho não atende a requisitos como dispor sobre: a) regime de execução (inc. II); b) preço e condições de pagamento (inc. III); c) prazos das etapas de execução e conclusão do contrato (inc. IV); d) direitos e responsabilidades das partes, penalidades aplicáveis e multas (inc. VII).

Não restam dúvidas que a Nota de Empenho, caso fosse possível substituir o instrumento contratual nestes autos, não atenderia aos requisitos para tanto, uma vez que em grave desacordo ao que dispõe as normas legais, não prevendo diversas **CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS** para qualquer contrato administrativo.

Cabe tratar que a própria jurisprudência do TCU e do TCESP corroboram tanto a obrigatoriedade da formalização de instrumento contratual, como, nos casos possíveis, a necessidade adequação da Nota de Empenho à formalização necessária, como segue:

"Em relação a não assinatura do instrumento contratual, poder-se-ia até mesmo aventar a possibilidade de se aplicar a hipótese de sua substituição por outros instrumentos hábeis nos termos do "caput" do art. 62 da Lei 8.666/93, porém, a apuração da fiscalização de que foram processadas aquisições que totalizaram R\$ 133.989,65 dentro de um período de 12 (doze) meses, ultrapassou-se o limite para utilização da modalidade Tomada de Preços, de sorte que era obrigatória a formalização de instrumento contratual por força deste mesmo "caput" do art. 62 da Lei 8.666/93." (2ª Câmara do TCESP, Relator: Robson Marinho, Processo nº TC-000588/012/13)

"O relatório de auditoria consignou (fl. 86) que "em análise às composições dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços relacionados a seguir, realizados pela GRA-MF/PE no exercício de 2006, verificamos que houve dispensa da formalização de termos contratuais, os quais foram substituídos por Notas de Empenho, com base nas disposições do artigo 62 da Lei nº 8.666/93."

Cuida-se, nesse item, de violação a literal disposição de lei. Aplicável ao caso, o artigo 62 da Lei nº 8.666/93 assim dispõe, com a redação dada ao § 2º pela Lei nº 8.883, de 1994:

(...)

Já o artigo 55 da Lei nº 8.666/93 estabelece o rol das cláusulas que deverão constar também nas notas de empenho, substitutas dos instrumentos contratuais. Transcreve-se, abaixo, o referido artigo, ressalvando-se que nem todos os incisos são aplicáveis aos casos contratos substituídos por notas de empenho:

(...)



Conforme se depreende da leitura do rol de especificações obrigatórias, a administração pública não pode prescindir da adequada formalização dos termos contratuais pertinentes, mesmo os substituídos por notas de empenho, em obediência ao princípio da legalidade. Há uma mitigação, mas não há exoneração do dever do gestor de aplicar, no que couber, a formalização adequada. A dispensa pura e simples não é admissível." (Acórdão nº 7.125/10, da 1ª Câmara, do TCU, Relator: Valmir Campelo, Processo nº 014.405/2007-8)

Portanto, havendo a **OBRIGATORIEDADE** da CGA elaborar o documento correto para a formalização da contratação, qual seja, o instrumento contratual, e não tendo este fato ocorrido, uma vez que foram elaborados meros Despachos e Nota de Empenhos, demonstra-se o total desrespeito aos requisitos formais e materiais presentes nos arts. 54, 55, 61 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93, e esta situação por si só já acarreta a nulidade da contratação.

Entretanto, não fosse só este descumprimento ao que dispõem as normas legais, há outros ainda mais graves, quais sejam, a **OCULTAÇÃO** do Despacho de fls. 38-40, do qual nunca foi dado conhecimento de sua existência ao Contratado, e a **NÃO CONVOCAÇÃO** do Contratado para assinar, aceitar ou retirar o termo do contrato ou instrumento equivalente, sendo que apenas fora enviado a ele a Nota de Empenho referente a contratação (fl. 52).

Ressalte-se quanto a **OCULTAÇÃO** do Despacho de fls. 38-40 que este nunca fora enviado ao Contratado para que tomasse conhecimento de seu conteúdo e tampouco fora informado de sua própria existência. Ou seja, documento já **NULO** por sua própria natureza (não poder tratar de cláusulas contratuais), é igualmente nulo por não ter sido dado o conhecimento de suas cláusulas ou ao menos de sua existência ao Contratado, sendo certo que seja na mensagem recebida sobre a Nota de Empenho (fl. 52) ou nas publicações no DOE (fls. 51 e 54), **NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO AO CONTEÚDO OU À EXISTÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 38-40.**

Não fosse somente o que dispõe o art. 63, da Lei Federal nº 8.666/93, que traz **EXPRESSAMENTE QUE DEVE SER DADO CONHECIMENTO AO CONTRATADO DOS TERMOS DO CONTRATO**, o art. 54 deste mesmo diploma dispõe que as normas e princípios contratuais de Direito Privado aplicam-se supletivamente aos contratos administrativos.

Aplicando-se as normas e princípios de Direito Privado supletivamente aos contratos administrativos, tem-se assim, conforme o art. 422, do Código Civil, que as partes devem respeitar o princípio da boa-fé, como segue:

"Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé." (Grifo nosso)



O referido princípio do Direito Privado, e aplicável aos Contratos Administrativos, traz diversos deveres que devem ser respeitados pelas partes quando da celebração de contratos, especialmente o **DEVER DE LEALDADE** e de **INFORMAÇÃO**, sendo certo que estes exigem que as partes tenham consideração uma pela outra e deem ciência e conhecimento a outra de todas as informações essenciais na relação contratual.

Destarte, para além da obrigação expressa do art. 63, da Lei Federal nº 8.666/93, para que fosse dado conhecimento ao Contratado de todos os termos do contrato, as normas de Direito Privado igualmente impõe esta obrigação, não podendo a CGA elaborar termos que afetariam e vinculariam a contratação sem informar o conteúdo ou existência destes ao Contratado, em clara afronta às normas legais que regem seus atos.

É claro nos autos o fato de que a CGA elaborou o Despacho de fls. 38-40 com caráter vinculativo à contratação, constando como parte dos termos contratuais, entretanto **NUNCA FORA ENVIADO OU TIVERA SUA EXISTÊNCIA COMUNICADA** ao Contrato, que efetivamente só tomou conhecimento disto **SOMENTE QUANDO DAS VISTAS DADAS** aos autos em fls. 126-127, ou seja, após o contrato já ter sido rescindido e já instaurado procedimento administrativo para aplicação de multa.

No que tange a não convocação para assinatura, aceitação ou retirada do termo contratual, o art. 64, da Lei Federal nº 8.666/93 é **CLARO** e **EXPRESSO** quanto a obrigação da Administração Pública realizar este ato, não admitindo qualquer exceção para sua não realização ou alternativas para tanto.

Destes autos percebe-se que seja nas publicações no DOE (fls. 51 e 54), seja na mensagem eletrônica com a Nota de Empenho (fl. 52), em nenhuma consta qualquer convocação para que o Contratado assinasse, aceitasse ou retirasse qualquer termo contratual, cabendo salientar que no e-mail constou apenas "acusar recebimento", sendo certo que não somente tal termo em nada se assemelha com "assinar/aceitar/retirar o termo do contrato", como efetivamente a Nota de Empenho por si só não se consubstanciava no termo do Contrato, como descobriu-se posteriormente.

A convocação para a assinatura do termo do contrato tem viés múltiplo, uma vez que objetiva não somente dar um prazo para que o eventual Contratado se manifeste sobre os termos contratuais, como também dar conhecimento destes a ele, para que possa exercer sua autonomia da vontade de celebrar ou não o contrato conhecendo de todas as informações relevantes e necessárias para tanto.

Todavia, **CLARAMENTE** não foi convocado o Contratado para assinar, aceitar ou retirar o termo contratual, consequentemente também não se dando conhecimento a ele da íntegra deste, pois descobriu-se, quando das vistas dos autos, a existência de Despacho oculto anterior, que deliberou sobre questões muito semelhantes a cláusulas contratuais.





Portanto, é também clara a situação de **NULIDADE** do Contrato em razão do não ter sido dado conhecimento ao Contratado da existência e do conteúdo do despacho de fls. 38-40, e de igualmente não ter sido convocado para assinar, aceitar ou retirar o termo contratual, que em nada se substitui no caso dos autos pela Nota de Empenho.

Por fim, cabe abordar as razões de tratar-se de **NULIDADE** o descumprimento às normas legais citadas, que estabelecem requisitos para elaboração e formalização dos Contratos Administrativos, sendo certo que, apesar do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93, dispor sobre os efeitos da declaração de nulidade dos contratos administrativos, os fundamentos jurídicos para tal análise encontram-se no Código Civil, como inclusive confirma o art. 54, daquele diploma legal.

Deste modo, o art. 104 e 166, do Código Civil assim dispõem:

“Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei.

(...)

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa;

VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.”

Nota-se assim que o atendimento a forma prescrita em lei e às solenidades que esta entenda essencial para sua validade **CONSTITUEM-SE CLARAMENTE EM CASO DE NULIDADE DO CONTRATO**, sendo claro que no caso destes autos estas



formas e solenidades encontram-se **DEVIDAMENTE** e **EXPRESSAMENTE** previstas na Lei Federal nº 8.666/93, conforme explanado acima.

Logo, sem ter sido elaborado qualquer instrumento contratual nestes autos e não sendo este substituído pelo Despacho de fls. 38-40 ou pela Nota de Empenho, uma vez que não enquadram nos requisitos previstos nos arts. 54, 55, 61 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93, resta claro que o negócio jurídico celebrado não se revestiu da forma prevista em lei.

Ainda, ao não ter sido enviado ou dado conhecimento ao Contratado do Despacho de fls. 38-40 e não ter sido o Contratado convocado para assinar, aceitar ou retirar o termo do contrato, violou-se o que dispõe os arts. 63 e 64, da Lei Federal nº 8.666/93, e 422, do Código Civil, preterindo-se obrigações e solenidades **ESSENCIAIS** para a validade do contrato.

Cabe mencionar ainda o que leciona Hely Lopes Meirelles acerca da nulidade de contrato administrativo:

**“Por outro lado, a ausência de contrato escrito, a falta de requisitos essenciais e outros defeitos de forma podem viciar a manifestação de vontade das partes e comprometer irremediavelmente o conteúdo obrigacional do ajuste. Igualmente nulo é o contrato administrativo omissivo em pontos fundamentais, ou firmado sem licitação, quando exigida, ou, ainda, resultante de licitação irregular ou fraudada no seu julgamento.<sup>22</sup> E assim é porque a forma, em Direito Administrativo, é exigência inarredável, por representar uma garantia para os administrados e para a própria Administração. Mas não se confunda a forma necessária, prescrita em norma legal, com os formalismos inúteis que só emperram as atividades públicas e afastam os que desejam contratar com a Administração.”<sup>23</sup>**

Assim, não há dúvidas sobre os descumprimentos às normas legais existentes no contrato administrativo celebrado pelas partes, sendo necessária a declaração de sua nulidade, que, no que tange aos seus efeitos, deve respeitar o que dispõe o art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93, como segue:

**Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.**

**Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.”**

<sup>22</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**, 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 249-250.



Ante o exposto, é cristalina a **NULIDADE** do contrato administrativo celebrado entre as partes, atraindo a aplicação do art. 166, do Código Civil, e 59, da Lei Federal nº 8.666/93, **IMPEDINDO-SE OS EFEITOS JURÍDICOS QUE DEVERIA PRODUZIR E DESCONSTITUINDO OS JÁ PRODUZIDOS**, todavia, sem afetar aquilo que já fora entregue pelo Contratado à CGA e devidamente quitado por esta, uma vez que certo que fora o próprio Órgão Público quem dera origem às nulidades suscitadas.

### **III - DA NULIDADE DAS SANÇÕES**

Depreende-se de fls. 116-123 que a CGA pretende a aplicação de sanções a este Contratado, especialmente no que tange à multa no importe de 30%, conforme Resoluções SS 92-16 e CC 52-05, decorrentes do alegado inadimplemento parcial do contrato.

Veja-se que ambas as Resoluções são claras e expressas em fazer referência à Lei Federal 8.666/93 e à Lei Estadual 6.544/89 como **FUNDAMENTOS LEGAIS** para sua existência e aplicação, sendo que estes dois diplomas tratam respectivamente da mesma matéria, qual seja, "Licitação e Contratos Administrativos", normas estas **COGENTES**, não podendo a Administração Pública desrespeitar suas disposições, especialmente naquilo que trata de Poder Vinculado.

Assim, as Resoluções do Governo Estadual visam apenas regulamentar e complementar o que dispõe os citados diplomas legais, nos limites dos poderes discricionários que estes conferem à Administração Pública, sendo que no caso destes autos tratam da aplicação de sanções relacionadas à Licitações e Contratos Administrativos.

Entretanto, conforme tratado acima, o Contrato Administrativo celebrado entre as partes **DESCUMPRIU ILEGALMENTE** a **DIVERSAS** disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Estadual nº 6.544/89, sendo completamente **NULO**, seja no que tange aos requisitos formais e materiais para a elaboração contrato, seja pela não realização de solenidades essenciais a sua validade, de tal modo que, nos termos dos diplomas legais citados, a **NULIDADE** do contratado administrativo implica no **IMPEDIMENTO DE QUE PRODUZA OS EFEITOS QUE VIRIA A PRODUZIR e na DESCONSTITUIÇÃO DOS EFEITOS JÁ PRODUZIDOS**, excetuando-se para aquilo que o Contratado executou e já recebeu.

Ora, uma vez que se pretende aplicação de sanções **EXCLUSIVAMENTE e INTRINSECAMENTE** relacionadas ao inadimplemento parcial do contrato administrativo, ou seja, referentes à produção de efeitos (positivos e negativos) por parte do contrato, não há como se falar na manutenção destes com a declaração de nulidade do contrato, uma vez que dependem para tanto que o contrato tenha sido **VÁLIDO**, o que claramente não é o caso dos autos.

Assim, uma vez **NULO** o contrato administrativo, nulas também as sanções decorrentes do inadimplemento deste, sendo que os efeitos produzidos pela rescisão





do contrato por inadimplemento parcial são **DESCONSTITUÍDOS** e os efeitos que produziria da aplicação das sanções são **IMPEDIDOS**, retomando as partes ao *status quo ante*, nos limites do que o art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93 determina.

Portanto, diante da **NULIDADE** do contrato administrativo, é necessário que sejam **DESCONSTITUÍDOS** os efeitos produzidos pelo contrato e sua rescisão, assim como devem ser **IMPEDIDOS** os efeitos que produziram, quais sejam, a aplicação das sanções, sendo estas consequentemente e igualmente **NULAS**.

#### IV- DA NÃO EFICÁCIA DO DESPACHO DE FLS. 38-40

Não fossem somente as nulidades ocorrida no contrato administrativo celebrado entre as partes, especialmente do Despacho de fls. 38-40, há também ineficácia deste, que, como se verá, não atendeu aos requisitos legais para tanto.

Veja-se que o Despacho de fls. 38-40 determina expressamente sobre pontos que muito se assemelham ao que seriam as cláusulas do contrato, em contrariedade às normas legais, sendo certo que pretende-se vinculativa no contrato administrativo entre as partes, tratando inclusive do regime de execução e multas aplicáveis.

Contudo, este Despacho nunca fora enviado ou informado sua existência ao Contratado, que só o descobriu quando das vistas aos autos, deferida em fls. 126-127, sendo claro que a menção a tal Despacho e seu conteúdo, total ou resumido, igualmente **NUNCA CONSTOU EM QUALQUER PUBLICAÇÃO NO DOE**.

Como se depreende de fls. 51 e 54, somente o despacho de ratificação de dispensa da licitação e o extrato da Nota de Empenho foram publicadas no DOE, entretanto, sem qualquer menção ao Despacho de fls. 38-40 ou seu conteúdo, total ou resumidamente, mantendo-se efetivamente oculto a este Contratado até as vistas dadas.

Cabe então analisarmos o que dispõe o Parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93:

"Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei." (Grifa nosso)



Constata-se então que a eficácia do instrumento contratual, ou equivalente, e seus aditamentos depende **TOTALMENTE** da publicação resumida destes na imprensa oficial, ou seja, não podendo produzir efeitos sem o preenchimento deste fator/requisito.

Diante desta disposição legal e do caso dos autos, em que um despacho cuja existência ou conteúdo, total ou resumidamente, **NUNCA FORA ANTES MENCIONADA EM QUALQUER PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL**, não pode este, consequentemente, ser eficaz. Ou seja, **NENHUMA DISPOSIÇÃO QUE SE ENCONTRA NO DESPACHO DE FLS. 38-40 PODERIA PRODUZIR EFEITOS**.

Desta forma, tem-se que não apenas o Despacho de fls. 38-40 é **NULO**, conforme bem tratado no tópico anterior, como igualmente é **INEFICAZ**, por **NUNCA** ter sido publicada, no todo ou resumidamente, em qualquer meio da imprensa oficial, **NÃO TENDO SUAS CLÁUSULAS QUALQUER FORÇA IMPERATIVA** perante o Contratado e **NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA PRODUZIR QUALQUER EFEITO NO MUNDO JURÍDICO**.

Cita-se ainda a jurisprudência do TCU sobre tal ponto:

"5.18. Ademais, como preceitua o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, não há, nos autos, menção à necessária publicação resumida do instrumento do contrato na imprensa oficial, nos termos e prazos da lei, o que é condição indispensável a sua eficácia. Tal providência é que provaria indubitavelmente a real data da assinatura do termo de contrato, o que, inclusive, no caso em tela, não pode ser conferido.

(...)

5.20. E, pelos princípios da legalidade e da formalidade dos atos administrativos, referido documento particular, nos termos em que se apresenta, não pode ser admitido como contrato administrativo, uma vez ausentes requisitos essenciais que lhe dessem essa característica."  
(Acórdão nº 5.940/14, da 2ª Câmara, do TCU. Relator: Weder de Oliveira. Processo nº 016887/2014-0)

Portanto, na hipótese remota de não declarado **NULO** o contrato administrativo celebrado entre as partes, mostra-se necessário que declarado **INEFICAZ** o Despacho de fls. 38-40, afastando-se destes autos **TODOS** os efeitos que dependem de sua eficácia, o que, como se verá abaixo, aplica-se à multa que pretende-se aplicar.

#### **V – DA INEXIGIBILIDADE DA MULTA**

Apesar da CGA ter fundamentado a aplicação das multas no que dispõe as Resoluções SS 92-16 e CC 52-05, fato é que, conforme já abordado anteriormente, que estas somente complementam o que dispõe as normas legais, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Estadual nº 6.544/89, que disciplinam toda a matéria



referente a compras, alienações e contratações a serem realizadas pela Administração Pública, desde o procedimento para escolha de quem será contratado até o momento pós-contratual, tratando inclusive dos requisitos para aplicação de multa.

Assim, sobre a aplicação de sanções por inadimplemento contratual, a Lei Federal 8.666/93, de forma mais profunda que a Lei Estadual 6.544/89, dispõem em seus artigos 86 e 87 da seguinte maneira:

**“Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.**

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:**

I - advertência;

**II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;**

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”

Percebe-se destes dispositivos legais então que a aplicação da multa depende de sua provisão ou no instrumento convocatório ou no contrato, cabendo então avaliar se este fato ocorreu nestes autos e, mais ainda, se o modo como ocorreu é válido.

Veja-se então que da análise **INTEGRAL** destes autos, somente em um documento está prevista a referida multa, qual seja, o Despacho de fls. 38-40, que, como já tratado anteriormente é não só **NULO**, como também **INEFICAZ**, não



podendo gerar qualquer efeito no mundo jurídico. Ressalte-se ainda que do Ofício CRP nº 153/2020 (fl. 2) e do Termo de Referência (fl. 3), que, em teoria, consubstanciar-se-iam nos Instrumento Convocatório, **NÃO CONSTA QUALQUER CLÁUSULA OU MENÇÃO À APLICAÇÃO DE MULTA.**

Questiona-se então onde estaria o fundamento para aplicação desta multa, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, pois não poderia ela ser aplicada em desrespeito às normas legais e, mais grave, ao próprio princípio da **LEGALIDADE**, previsto no art. 37, da Constituição da República<sup>4</sup>, e art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/93<sup>5</sup>, que, conforme bem sabe-se, obriga que a Administração Pública haja **APENAS** segundo a lei autorize, com poder vinculado ou discricionário.

Sobre o princípio da Legalidade, Hely Lopes Meirelles assim leciona:

**“A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.**

(...)

**Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”.**<sup>6</sup>

Temos então que o Poder para aplicação de multa conferido à Administração Pública pela Lei Federal nº 8.666/93 depende **EXCLUSIVAMENTE** da previsão desta no instrumento convocatório ou no termo contratual, sendo certo que não abre margem para aplicações fora deste rol e muito menos com base em meras Resoluções.

Veja-se que a Lei Federal nº 8.666/93 ainda dispõe, de forma mais abstrata, que **QUALQUER** disposição sobre obrigações contratuais e responsabilidade das partes **TEM QUE ESTAR PREVISTA EXPRESSAMENTE** nos termos da contratação, não admitindo que se surpreenda o Contratado com obrigação não prevista ou informada anteriormente, como segue:

<sup>4</sup> Constituição da República: Art. 37. **A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).**

<sup>5</sup> Lei Federal nº 8.666/93: Art. 3º. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

<sup>6</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 93.



“Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

(...)

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

(...)

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.”

Assim, a Lei Federal nº 8.666/93, em respeito ao princípio da Legalidade, é **ENFÁTICA** ao manifestar que não pode a Administração Pública agir em descumprimento a suas disposições e muito menos surpreender o Contratado com obrigação ou responsabilidade não prevista em qualquer termo contratual ou outro documento do processo de contratação.

Não fosse só isso, de acordo com as normas e princípios de Direito Privado, aplicáveis supletivamente aos contratos administrativos, conforme art. 54, da Lei Federal nº 8.666/93, as partes somente se vinculam àquilo que foi dado conhecimento a elas, não permitindo que sejam surpreendidas com documentos ou cláusulas nunca antes mencionados, seja no que tange ao seu conteúdo ou mesmo sua existência, sendo que, conforme o princípio da boa-fé objetiva, as partes apenas se vinculam àquilo que foram informadas e que aceitaram.

Temos então nestes autos **GRAVE** situação em que Despacho contendo manifestação sobre a multa foi **OCULTADO** do Contratado, que não fora informado nem da existência deste, e que naquilo que fora informado **NÃO CONSTA QUALQUER MENÇÃO A APLICAÇÃO DE MULTA**, ou seja, **NÃO HAVENDO**



SESCAP2020454740A



**QUALQUER VINCULAÇÃO DO CONTRATADO COM A APLICAÇÃO DE MULTA A ELE.**

Como visto no Tópicos II e IV, o Despacho de fls. 38-40, no qual encontra-se previsão de multa contratual, é **INEFICAZ** e **NULO**, decorrente de contrato administrativo nulo, tendo sua existência e conteúdo sido **OCULTADOS** do Contratado e **NUNCA** tendo sido publicado sua íntegra, resumo ou menção em **QUALQUER** meio da imprensa oficial.

Assim, mesmo que em tal documento conste, em sua Determinação X (fl. 40), a multa a ser aplicada, fato é que este documento foi ocultado do conhecimento do Contratado, de modo que a Lei Federal nº 8.666/93 e o Código Civil são **CLAROS E EXPRESSOS** em manifestar que as disposições contratuais, inclusive a multa, para vincularem a outra parte tem de não estar prevista no instrumento correto, como também **SER DADO O CONHECIMENTO DE SUA EXISTÊNCIA E CONTEÚDO**, fato este não realizado pela CGA, sendo certo que se o Contratado não tivesse realizado vistas dos autos, nunca saberia desta situação.

Sendo o Despacho de fls. 38-40 **INEFICAZ** e **NULO**, conforme demonstrado, não restam nos autos qualquer outra previsão de multa, sendo que só menciona-se quanto a sua aplicação, de modo vago e com base nas Resoluções SS 92-16 e CC 52-05, que, ressalte-se, apenas complementam o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, não podendo criar por si só hipótese para aplicação de multa que não esteja prevista neste diploma.

Destacando os requisitos para a exigibilidade da multa, Marçal Justen Filho assim leciona:

**“A multa consiste em penalidade pecuniária. A ausência de previsão de multa no edital e no contrato inviabiliza sua exigência. Como decidiu o TJSP, “se não há previsão da cláusula penal nem no ato convocatório e nem no contrato, não há como exigí-la”.”**<sup>7</sup>

A simples menção às Resoluções SS 92-16 e CC 52-05 não representa qualquer fundamento para a aplicação da multa, sendo que esta **DEVE** obedecer ao que dispõe as normas legais, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, **TENDO QUE ESTAR PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OU NO CONTRATO**, fato este que não ocorreu, haja vista a **INEFICÁCIA** e **NULIDADE** do Despacho de fls. 38-40.

Portanto, tendo sido demonstrado a **INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE MULTA** de acordo com as normas legais, não há que se falar em qualquer aplicação desta, sob pena de consubstanciar-se em aplicação **ILEGAL** desta sanção.

<sup>7</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 578.





## VI - DA OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Na remotíssima hipótese do não acolhimento das alegações acima, cabe então tratarmos da ocorrência de caso fortuito ou força maior, de modo que o Contratado não conseguiu adimplir totalmente com o contrato em razão de fatos supervenientes imprevisíveis e inevitáveis ocorridos após a contratação.

Veja-se que a hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior está prevista em dois dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, quais sejam, o art. 65, inc. II, alínea "d", e o art. 78, inc. XVII, como seguem:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato."

Mesmo que primeiro dispositivo trate de hipótese para alteração do contrato - por óbvio não o objeto destes autos -, cabe ressaltar seu conteúdo, uma vez que explica em seu texto o que se seriam situações de caso fortuito ou força maior, que se consubstanciariam em "fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado", ressaltando ao final se configurarem em "álea econômica extraordinária e extracontratual".

Sobre caso fortuito e força maior, Hely Lopes Meirelles assim leciona:



“Como é corrente na doutrina, o impedimento resultante de força maior ou do caso fortuito não é apenas o obstáculo físico, mas todo e qualquer óbice intransponível à realização do ajuste, dentro dos esforços exigíveis das partes. O essencial é, portanto, que possua um caráter impeditivo absoluto do cumprimento das obrigações assumidas, (...). Mas, na presença de comprovada força maior ou de caso fortuito, não se há de pedir o impossível ou a ruína da empresa para dar cumprimento a um ajuste que se tomou parcial ou totalmente inexecutível; seria quebrar a comutatividade do contrato administrativo, criando encargo insuportável para uma das partes, com vantagem desmedida para a outra.”<sup>8</sup>

Ainda, a Lei Federal nº 8.666/93 dispõe expressa e claramente que as situações de caso fortuito e força maior não se enquadram entre aquelas pelas quais pode-se aplicar multa ao Contratado, uma vez que, como visto, trata-se de situação que não conseguiria prever ou evitar e que impede a execução do contrato.

Veja-se que a diferenciação entre as situações de caso fortuito ou força maior e as de inexecução parcial ou total do contrato encontra-se no próprio art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe em incisos diferentes sobre elas, estando os casos de inexecução parcial ou total previstos entre os incs. I e XI, enquanto o caso fortuito e a força maior encontram-se previstos no inc. XVII, como visto acima.

E não somente a hipótese de caso fortuito ou força maior se diferencia da inexecução parcial ou total de contrato, como o art. 79, §2º, daquele mesmo diploma, é claro ao estabelecer que a sua hipótese para rescisão preservará os direitos do Contratado ao pagamento e ressarcimento pelos prejuízos que tiver sofrido e partes que executou do contrato, como segue:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.”

Salienta-se que a menção à “sem que haja culpa do contratado”, já está inserida dentro da própria ideia de caso fortuito e força maior, que, como visto, é fato

<sup>8</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 269.





**IMPREVISÍVEL e INEVITÁVEL**, ou seja, que ocorreria de qualquer forma, sem haver que se falar de culpa do contratado.

Assim, com base nestes fundamentos legais, não há dúvidas de que o caso dos autos envolve situação de caso fortuito e força maior, qual seja, a falta de matéria prima no mercado para produzir os aventais descartáveis, fato este informado por diversas pelo Contratado à CGA por meio de contato com os funcionários Adriana Paschoalin e Cristiano Oliveira, e por meio das respostas aos Ofícios 214/2020 e 220/2020, sendo que esta última curiosamente não consta dos autos, como já tratado na preliminar destas Alegações de Defesa.

A falta de matéria prima no mercado era fato completamente imprevisível e inevitável pelo Contratado, uma vez que não só recebera previamente a informação de seus fornecedores de que conseguiriam atender a demanda (imprevisível), como mesmo que conseguisse prever tal fato, não conseguiria evitá-lo, dado que a matéria prima para a produção dos aventais descartáveis simplesmente desapareceu do mercado, como destacado por **DIVERSAS** notícias na imprensa, em razão da situação de pandemia no qual encontra-se a sociedade brasileira e alta demanda por insumos como máscaras e aventais.

Cabe ainda tratar que infelizmente também houve confusão ente os próprios fornecedores de aventais descartáveis do Governo do Estado de São Paulo na busca de matéria prima no mercado, pois diante de tantas contratações realizadas em tão curto tempo, as contratadas correram para o mercado em busca dos insumos necessários para a produção e os poucos fornecedores ativos de matéria prima não conseguiram atender ao excesso da demanda.

Pontua-se ainda que mesmo tendo o Contratado alegado **EXPRESSA E CLARAMENTE** a ocorrência de caso fortuito ou força maior, os despachos e manifestações seguintes da CGA se omitiram sobre tal alegação, sendo ainda mais alarmante que a Informação CGA nº 108/2020 (fls. 166-123) nem tenha mencionado isso em suas razões, trazendo a mera e rasa alegação de que "a rescisão se deu por culpa do particular" (fl. 120).

Ou seja, no mínimo desde a resposta ao Ofício 214 (fl. 78) que a CGA tem conhecimento da ocorrência de caso fortuito ou força maior que **IMPEDIU** a execução deste contrato, sem qualquer culpa do Contratado, e mesmo assim omite-se quanto a tal fato, sem fundamentar o porquê disto ou mesmo solicitar mais comprovações desta situação, fato este que não pode continuar nesta via de Alegações de Defesa.

Assim sendo, na mínima hipótese dos tópicos anteriores não serem acolhidos, **devem então ser afastadas as sanções que pretendem ser aplicadas**, uma vez ter ocorrido **CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**, nos termos do art. 78, inc. XVII, decorrente da falta de matéria-prima no mercado, fato este constatado pela informações e documentos apresentados pelo Contratado e também pelas notícias na mídia.



**VII - DA CONVERSÃO EM ADVERTÊNCIA**

Caso ainda não se acolha as argumentações anteriores, deve-se então analisar-se a situação de converter em **ADVERTÊNCIA** as sanções que pretende-se aplicar, mais leve e adequada ao Contratado.

Veja-se que a possibilidade da sanção consubstanciar-se somente em advertência se encontra no art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, como segue:

**“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:**

**I - advertência;**

**II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;**

**III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;**

**IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”**

Ou seja, possui a Administração Pública um rol razoável de opções de sanções a serem aplicadas ao contratado em caso de inexecução parcial ou total do contratado administrativo, propiciando que aplique aquilo que for mais adequado a cada situação fática, o que, no caso dos autos, é situação de pequena gravidade.

O Contratado sempre informou a CGA de seu pequeno porte (Empresário Individual) e dos fatos que vinham ocorrendo no mercado, qual seja, falta de matéria prima para a produção dos aventais descartáveis, em claro respeito aos princípios de probidade e boa-fé na relação contratual, sendo certo que ofereceu o melhor preço e nunca se portou como empresa de grande porte, detentora de vultoso estoque e ampla capacidade econômica e estrutural para arcar com problemas graves como os citados.

Tem-se que a conduta deste Contratado para com a CGA nunca foi desidiosa, sempre atendendo e respondendo a todos os comunicados e sempre se dispondo a dialogar para encontrar as melhores soluções, sendo certo que inclusive chegou a



realizar entregas dos insumos, de modo que a aplicação de sanções tão gravosas se mostraria totalmente excessiva.

Salienta-se inclusive que este Contratado fez questão de explicar a CGA todos os motivos que acarretaram a impossibilidade de realizar a entrega na quantidade prevista, tratando de que havia falta de matéria prima no mercado e que sem ela não conseguiria produzir os aventais descartáveis nas quantidades estabelecidas, fato este claro e expresso na resposta ao Ofício nº 214/2020 (fl. 78).

Ora, como bem se sabe, a sociedade brasileira encontra-se em meio a uma pandemia que vem afetando todos os setores, sendo certo que o Contratado não se encontra alheio a isso e efetivamente informou à CGA todas as questões que estavam impondo dificuldades e impedindo sua execução do contrato, não cabendo ser sancionado de forma tão desproporcional a sua conduta e aos fatos que vem ocorrendo.

Ainda, tomando-se como base a entrega parcial realizada pelo Contratado, fato é que ainda chegou a fazê-lo, situação esta diversa de outros fornecedores de insumos que não chegaram a entregar qualquer insumo à CGA e que ainda não tiveram sequer rescindidos seus contratos e aplicados sanções. Desta forma, a aplicação de sanções mais gravosas ao Contratado, diante de situações fáticas bem mais graves de outros fornecedores (inexecução **TOTAL** do contrato), violaria o próprio princípio da **PROPORCIONALIDADE**, que deve permear todo e qualquer licitação e contrato administrativo.

Ressalte-se ainda o que Hely Lopes Meirelles leciona as sanções administrativas:

“As sanções administrativas - advertência, multa, interdição de atividade, suspensão provisória e declaração de inidoneidade - são aplicáveis diretamente pela Administração, mediante procedimento interno em que se faculta defesa ao infrator (TJSP, RJTJSP 110/337) e sempre tendo presente o princípio da proporcionalidade. Se a responsabilização for ilegal, abusiva ou arbitrária, o interessado poderá opor-se a ela pelo recurso hierárquico ou pela via judicial adequada”<sup>9</sup>

À vista disso, diante da pequena gravidade da inexecução parcial cometida pelo Contratado, a aplicação de sanções gravosas implicaria em tratamento **DESIGUAL** entre fornecedores, uma vez que outros, após seu inadimplemento **TOTAL**, não tiveram seus contratos rescindidos e tampouco fala-se em aplicar-lhes sanções em razão disso.

Portanto, tendo este Contratado sempre tendo sido claro e transparente à CGA quanto as situações da sua estrutura de fornecimento e da dificuldade de aquisição de matéria prima, sempre se dispondo a dialogar para que se encontrasse a melhor

<sup>9</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 273.



solução e existindo outras inexecuções por fornecedores de gravidade muito maior que a do Contrato, mostra-se necessária a **CONVERSÃO DAS SANÇÕES EM ADVERTÊNCIA**, nos termos do art. 87, Inc. I, da Lei Federal 8.666/93, que encontra-se muito mais adequada ao caso dos autos.

#### **VIII - DA REDUÇÃO DA MULTA**

Por fim, caso efetivamente não seja acolhida nenhuma das alegações anteriormente suscitadas, mostra-se então necessária a readequação da multa que pretende-se impor àquilo que dispõe a Resolução SS 92-16, uma vez que a relação dos autos trata de prestação de serviços contínuos.

Veja-se que o art. 5º, da Resolução SS 92-16 assim dispõe:

“Artigo 5º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do saldo financeiro não realizado.

Parágrafo Único – **No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa faltosa no mês em que houve descumprimento da obrigação.**”

Conforme então o Termo de Referência (fl. 3), a proposta do Contratado (fls. 20-21) e Informação nº 108/2020, o fornecimento dos insumos ocorreria por um período de três meses, quais sejam, abril, maio e junho, em prestação **CONTÍNUA** e que inclusive produziria efeitos desta mesma forma, pois as ordens bancárias de pagamento seriam emitidas após cada entrega parcial.

Ou seja, caracteriza-se **CLARA** e **EXPRESSAMENTE** a situação dos autos como prestação contínua de serviços, sendo assim também certo de que atrela a aplicação do Parágrafo Único, do art. 5º, da Resolução SS 92-16, devendo a multa a ser aplicada tão somente em 30% sobre a base mensal que seria paga no mês em que houve o descumprimento, qual seja, abril, conforme Ofício nº 214/2020 e 220/2020.

Assim sendo, a multa deve ser calculada em 30% sobre o valor que seria pago pelos 60 mil aventais que seriam entregues em abril e não sobre o saldo financeiro total não realizado, sob pena de descumprir o que a própria Resolução dispõe para casos como o dos autos.

Portanto, diante disto, e caso nenhuma das alegações anteriores seja acolhida, necessário então que a multa a ser imposta **SEJA REDUZIDA À 30% SOBRE A BASE MENSAL QUE SERIA PAGA NO MÊS DE ABRIL**, referente a entrega de 60 mil aventais descartáveis.





**DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se:

- a) Que seja **DECLARADO NULO O CONTRATO ADMINISTRATIVO** celebrado entre as partes, por descumprimento dos requisitos legais impostos pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 6.544/89 para elaboração e formalização do contrato administrativo, acarretando, consequentemente, o **IMPEDIMENTO** de que produza os efeitos jurídicos que produziria e a **DESCONSTITUIÇÃO** dos que já produzidos, ressaltando-se no que tange àquilo que já fora quitado ao Contratado pelo que executou;
- b) Em decorrência da nulidade contratual do pedido anterior, que consequentemente sejam **DESCONSTITUÍDOS** os efeitos jurídicos já produzidos pela rescisão do contrato e que sejam **IMPEDIDOS** de produzir efeitos este procedimento para aplicação para sanções;
- c) Subsidiariamente ao pedido de declaração de nulidade, que seja então declarado **INEFICAZ** o Despacho de fls. 38-40, por nunca ter sido mencionado sua existência ou conteúdo, total ou resumidamente, em qualquer meio da imprensa oficial, em descumprimento ao que dispõe o art. 61, Parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, e o art. 60, da Lei Estadual nº 6.544/89;
- d) Que seja declarada **INEXIGÍVEL A MULTA**, por ineficácia ou nulidade do Despacho de fls. 38-40, além de inexistência de previsão sua no instrumento convocatório ou no contrato, em descumprimento com o que dispõe os arts. 55, inc. VII, e 87, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- e) Na remota hipótese dos pedidos anteriores não serem acolhidos, que seja então reconhecida a **OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**, devidamente comprovada, por falta de matéria prima no mercado para a produção dos insumos que seriam fornecidos, impedindo assim a execução total do contrato, nos termos do art. 78, inc. XVII, da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Na ainda mais remota hipótese do não acolhimento dos pedidos anteriores, que seja então convertida em **ADVERTÊNCIA** as sanções que se pretendem aplicar, nos termos do art. 87, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93, adequando-se à pequena gravidade da inexecução parcial do Contrato, que sempre informou a CGA da sua situação estrutural e dos problemas que enfrentava no mercado para aquisição de matéria prima, de acordo com os princípios da probidade e a boa-fé;



g) Em última e remotíssima hipótese de não ser acolhido qualquer dos pedidos anteriores, que **SEJA REDUZIDA A MULTA 30% SOBRE A BASE MENSAL QUE SERIA PAGA NO MÊS DA INEXECUÇÃO (ABRIL)**, uma vez consubstanciar-se a obrigação do contrato em prestação contínua de serviços, adequando-a ao que dispõe o art. 5º, Parágrafo único, da Resolução SS 92-16.

Protesta-se provar todo o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente, pelo depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, juntada de documentos, dentre outros.

Ainda, disponibiliza-se o Contratado a realização de reunião junto a CGA para celebração de acordo, nos termos do art. 79, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, e 77, inc. II, da Lei Estadual nº 6.544/89.

Termos em que,  
 Pede deferimento.

São Paulo, 20 de julho de 2020.

**Marco Aurélio Ferreira Colosto**  
**OAB/SP 440.878**





Autenticado com senha por FABIANA DA SILVA E SOUZA - 30/07/2020 às 15:29:41.  
Documento Nº: 7045303-1279 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7045303-1279>



SESCAP2020454740A



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19

**Número de referência:** Despacho nº 1580

Trata-se de Defesa Prévia formulada pela empresa MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.476.997/0001-70, em face da penalidade de multa que lhe foi aplicada em decorrência de atraso e quantidades inferiores na entrega de bens, objeto do contrato representado pela Nota de Empenho 2020NE00581, visando a aquisição de aventais descartáveis, em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, assim declarada pela Portaria MS nº 188, de 03-2-2020, decorrente do novo Coronavírus - COVID-19.

Em suas razões de defesa alega a empresa, em síntese: a nulidade do contrato em virtude da não observância dos requisitos legais essenciais para sua validade e eficácia, a saber: a) não atendimento da forma prescrita em lei, carecendo de solenidade essencial para sua validade - a formalização do termo de contrato; b) falta de publicação do Despacho CGA nº 943/2020, que estabelecia as condições da contratação. Argumenta que, consequentemente, uma vez inexistente o contrato, ausente também a previsão da multa, por contrariar as normas legais, eis que se encontravam previstas em resoluções que somente complementam o que dispõem as normas legais.

Feito esse sucinto relato, de início importa assinalar que improcedem as alegações da empresa.

A Lei nº 8666/93 assim estabelece § 4º do art. 62:

*"É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica."*

Veja-se que, nesse caso, do §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, pouco importa o valor

Classif. documental

004.01.04.002



SEDES2020148592A





**Governo do Estado de São Paulo**

**Secretaria da Saúde**

**Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador**

do contrato. Não há limite de valor; o que importa é que o objeto do contrato possa ser qualificado como *compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica*.

Foi essa, justamente, a situação vertente, prevendo o fornecimento de bens para entrega imediata, em que pese haver sido dividida, a entrega, em três vezes, em razão da elevada quantidade adquirida. Além do mais, entregues os bens, deles não resultaria qualquer obrigação, pois tratavam-se de bens de consumo.

Por outro lado, imperioso considerar o contexto em que se deu a inexecução contratual.

Desde o início deste exercício, o mundo deparou-se com um inimigo invisível, a SARS-Cov-2, o vírus Covid-19, e as doenças por ele causadas, tendo sido declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 13 de março. Com isso, diversas medidas de combate à proliferação do vírus foram impostas à população. A mais relevante foi o isolamento social adotado em diversos países do mundo, restringindo seriamente a circulação de bens e pessoas. Grande parte da população ativa deixou de exercer suas atividades normais, acarretando sensíveis consequências econômicas, em especial a retração e redução do potencial econômico de pessoas físicas e jurídicas, o que trouxe inegável impacto negativo nos negócios, decorrente de dificuldade ou impossibilidade das partes honrarem os compromissos contratuais na extensão pactuada.

De fato, a inevitabilidade e imprevisibilidade da pandemia instalou cenário de incertezas, com potencial prejuízo ao adimplemento das obrigações contratadas.

A força maior e o caso fortuito, definidos indistintamente pelo Código Civil de 2002 como "o fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", não implicam responsabilização de quaisquer partes, salvo se o contrato disciplinar diversamente.

No âmbito dos contratos administrativos, a Lei 8.666/1993, em caso de imprevisibilidades que retardem ou impeçam a execução, incluindo caso fortuito, força maior e fato do príncipe, prevê, no art. 86, aplicação de multa apenas se o atraso for injustificado; já os incisos IV e V do art. 78 condicionam a rescisão à ausência de justa causa; o inciso XVII do art. 78, por sua vez, prevê a rescisão contratual decorrente de força maior ou caso fortuito que se





## Governo do Estado de São Paulo

### Secretaria da Saúde

#### Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

revelem impeditivos da execução. Todas essas normas destinam-se a regular situações excepcionais, não esperadas ou desejadas quando o contrato administrativo é celebrado.

O descumprimento do contrato em condições anormais, adversas, e múltiplas dificuldades enseja uma análise dos fatos situada no contexto, para que a melhor decisão seja tomada. É justamente sob o crivo dos acontecimentos e agindo com razoabilidade e proporcionalidade que eventuais descumprimentos devem ser pontualmente resolvidos. E mais, há que se ter presente, na dimensão da atuação administrativa, além das finalidades do contrato e do dever de aplicar sanções, as dificuldades enfrentadas pelo contratado, sem olvidar das medidas de fomento à economia implementadas pelo Estado.

É certo que para que haja caracterização de descumprimento contratual passível de aplicação de sanção, é necessário que o contratado tenha, minimamente, agido com culpa, ou seja, com negligência, imprudência ou imperícia. Não há dúvidas quanto a isso. Contudo, estima-se que, no contexto da pandemia, haverá situações em que a presença ou ausência de culpa e a gravidade da conduta não estarão tão evidentes.

Nesse passo, estando demonstrando no processo administrativo a conduta escusável do contratado, e diante da situação enfrentada no momento atual, há que ser efetuada análise diferenciada, voltada não apenas à aplicação objetiva das normas legais e contratuais, mas à identificação de uma solução especialmente aderente ao momento atual.

Nesse diapasão, considerando:

- a peculiaridade do momento atual;
- que o objetivo da aplicação da sanção administrativa não é punir, nem proporcionar proveitos econômicos aos cofres públicos, mas desestimular condutas reprováveis;
- o dever de atuação administrativa destinada a minimizar os prejuízos sofridos pela contratada;
- os princípios da razoabilidade e proporcionalidade,

**CONHEÇO DA PRÉVIA DEFESA apresentada pela empresa, haja vista estarem presentes os requisitos para sua admissibilidade; no mérito, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, ficando reduzida a multa ao valor correspondente a 10% (dez por cento)**





**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria da Saúde

Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

**da parte faltante do total da mercadoria prevista para a 1ª. entrega; vale dizer, faltaram ser entregues 48.200 (quarenta e oito mil e duzentos) aventais, ao valor unitário de R\$ 12,90, correspondendo ao valor de R\$ 621.780,00; valor da multa: 10% de R\$621.780,00, correspondente a R\$ 62.178,00 (sessenta e dois mil cento e setenta e oito Reais).**

**PUBLIQUE-SE**, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso em face desta decisão, a contar da data consignada no Aviso de Recebimento.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.

**ROSALIA BARDARO**

Coordenador

Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador







**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**COORD. GERAL ADMINIST. - CGA**  
AVA DRA ENEAS DE CARVALHO AGUIAR, 188, SÃO PAULO - SP, 05403000  
Tel.: 011 3066-8703 R.8703

SÃO PAULO, 14 de setembro de 2020

OFÍCIO No.112 /2020

Senhor Fornecedor  
Marcelo Neres de Oliveira  
CNPJ: 28.476.997/0001-70  
Rua Pedro bolgione n 207  
06693015 – São Paulo - SP

**NOTIFICAÇÃO**

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) COORD. GERAL ADMINIST. - CGA, vem **COMUNICAR** Marcelo Neres de Oliveira - CNPJ: 28.476.997/0001-70, já qualificada no edital **53/2020**, acerca da decisão proferida nos autos do processo **SES-PRC-2020/17663**:

Multa, no valor de R\$62.178,00, Sessenta e Dois Mil Cento e Setenta e Oito Reais, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e resolução SS 92/2016;


A decisão pode ser consultada através da publicação no Diário Oficial do Estado de 12/09/2020.

Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar recurso no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento desta notificação, devendo, preferencialmente, elaborado eletronicamente, através do acesso ao site [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br) com o inclusão do código de acesso cadastrado, que permitirá selecionar a opção "Fornecedor Ampla Defesa" para incluir a sua manifestação;

Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, vista dos autos do processo no seguinte endereço:

AVA DRA ENEAS DE CARVALHO AGUIAR, 188, SÃO PAULO - SP, 05403000

Atenciosamente

  
Sr. (a) **FABIANA DA SILVA E SOUZA**  
**DIRETOR TÉCNICO II**  
**COORD. GERAL ADMINIST. - CGA**





**ILUSTRÍSSIMO SENHOR ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES, COORDENADOR DA COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Processo SES-PRC-2020/17663.**

**MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI**, atualmente **FULLWAY IND COM E SERVICOS EIRELI, Contratado**, inscrito no CNPJ sob nº 28.476.997/0001-70, com Inscrição Estadual sob nº 373.184.629.110, com endereço em Rua Pedro Bolgione, nº 207 – Cidade da Saúde, Itapevi – SP, CEP 06693-015, vem, por meio de seu advogado, cordialmente, apresentar seu **RECURSO** à Decisão proferida nestes autos e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 12/09/2020 (sábado), demonstrando a inexigibilidade da sanções que visa-se impor.

**Tempestividade.** Tendo o Despacho-Comunicado disposto expressamente que a contagem do prazo ocorreria em dias úteis e tendo ocorrido seu recebimento em 24/09/2020 (quinta-feira), conforme o art. 92, da Lei Estadual 10.177/98, tem-se o 1º dia do prazo em 25/09/2020 (sexta-feira) e o 5º dia em 01/10/2020 (quinta-feira).

**I - DA DECISÃO RECORRIDA**

Conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 12 de setembro de 2020, a Coordenadoria Geral de Administração (CGA) da Secretaria de Saúde (SES) assim decidiu sobre a aplicação de sanções ao Contratado no que se refere ao Processo SES-PRC-2020/17663:

“A Lei 8666/93 assim estabelece § 4º do art. 62:

"É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica."



Veja-se que, nesse caso, do §4º do art. 62 da Lei 8.666/93, pouco importa o valor do contrato. Não há limite de valor; o que importa é que o objeto do contrato possa ser qualificado como compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Foi essa, justamente, a situação vertente, prevendo o fornecimento de bens para entrega imediata, em que pese haver sido dividida, a entrega, em três vezes, em razão da elevada quantidade adquirida. Além do mais, entregues os bens, deles não resultaria qualquer obrigação, pois tratavam-se de bens de consumo.

Por outro lado, imperioso considerar o contexto em que se deu a inexecução contratual.

(...)

De fato, a inevitabilidade e imprevisibilidade da pandemia instalou cenário de incertezas, com potencial prejuízo ao adimplemento das obrigações contratadas.

A força maior e o caso fortuito, definidos indistintamente pelo Código Civil de 2002 como "o fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", não implicam responsabilização de quaisquer partes, salvo se o contrato disciplinar diversamente.

No âmbito dos contratos administrativos, a Lei 8.666/1993, em caso de imprevisibilidades que retardem ou impeçam a execução, incluindo caso fortuito, força maior e fato do príncipe, prevê, no art. 86, aplicação de multa apenas se o atraso for injustificado; já os incisos IV e V do art. 78 condicionam a rescisão à ausência de justa causa; o inciso XVII do art. 78, por sua vez, prevê a rescisão contratual decorrente de força maior ou caso fortuito que se revelem impeditivos da execução. Todas essas normas destinam-se a regular situações excepcionais, não esperadas ou desejadas quando o contrato administrativo é celebrado.

O descumprimento do contrato em condições anormais, adversas, e múltiplas dificuldades enseja uma análise dos fatos situada no contexto, para que a melhor decisão seja tomada. É justamente sob o crivo dos acontecimentos e agindo com razoabilidade e proporcionalidade que eventuais descumprimentos devem ser pontualmente resolvidos. E mais, há que se ter presente, na dimensão da atuação administrativa, além das finalidades do contrato e do dever de aplicar sanções, as dificuldades enfrentadas pelo contratado, sem olvidar das medidas de fomento à economia implementadas pelo Estado.

É certo que para que haja caracterização de descumprimento contratual passível de aplicação de sanção, é necessário que o contratado tenha, minimamente, agido com culpa, ou seja, com negligência, imprudência ou imperícia. Não há dúvidas quanto a isso.



Contudo, estima-se que, no contexto da pandemia, haverá situações em que a presença ou ausência de culpa e a gravidade da conduta não estarão tão evidentes.

Nesse passo, estando demonstrando no processo administrativo a conduta escusável do contratado, e diante da situação enfrentada no momento atual, há que ser efetuada análise diferenciada, voltada não apenas à aplicação objetiva das normas legais e contratuais, mas à identificação de uma solução especialmente aderente ao momento atual.

Nesse diapasão, considerando:

- a peculiaridade do momento atual;
- que o objetivo da aplicação da sanção administrativa não é punir, nem proporcionar proveitos econômicos aos cofres públicos, mas desestimular condutas reprováveis;
- o dever de atuação administrativa destinada a minimizar os prejuízos sofridos pela contratada;
- os princípios da razoabilidade e proporcionalidade,

Conheço Da Prévia Defesa apresentada pela empresa, haja vista estarem presentes os requisitos para sua admissibilidade; no mérito, Dou-Lhe Parcial Provimento, ficando reduzida a multa ao valor correspondente a 10% da parte faltante do total da mercadoria prevista para a 1ª. entrega; vale dizer, faltaram ser entregues 48.200 aventais, ao valor unitário de R\$ 12,90, correspondendo ao valor de R\$ 621.780,00; valor da multa: 10% de R\$621.780,00, correspondente a R\$ 62.178,00.””

Veja-se então que os fundamentos da decisão acima foram: (i) **era admissível a não elaboração de termo contratual para o caso dos autos, pois a entrega parcelada também corresponde a entrega imediata e integral**; (ii) **reconhecimento de situação de caso fortuito e força maior**; (iii) **manutenção da multa em razão de sua previsão em contrato, cuja existência não seria afetada pelo caso fortuito ou força maior**; (iv) **redução da multa em razão da situação de caso fortuito e força maior**.

Deste modo, o que se verificou foi que a CGA, mesmo após os diversos argumentos e fatos ocorridos, resolveu manter a aplicação da multa, apenas reduzindo-a, sob os fundamentos de que teria efetivamente ocorrido caso fortuito ou força maior e que o interesse do Estado não seria punir o Contratado.

Contudo, em que pese o respeito deste Contratado em relação à CGA, fato é que são totalmente descabidos os argumentos apresentados, sendo que, como se verá, profundamente, abaixo, fora assumida a situação de ilegalidade na relação contratual, apresentou-se argumentos contraditórios entre si e com estes autos e omitiu-se sobre diversos argumentos presentes nas Alegações de Defesa.





Desta forma, diante da insistência na imposição de multa inexigível e ilegal, são impugnados abaixo todos os pontos abordados pela decisão da CGA, além de recobrados argumentos apresentados na defesa prévia e cuja análise foi omitida.

**II – DA INAPLICABILIDADE DO ART. 62, §4º, DA LEI 8.666/93, À CONTRATAÇÃO OBJETO DESTES AUTOS**

Como se depreende da decisão proferida pela CGA, a fim de demonstrar a legalidade da não elaboração do termo contratual, esta expressamente manifestou que a hipótese presente no art. 62, §4º, da Lei Federal 8.666/93 se aplica à contratação objeto destes autos, qual seja, entrega parcelada de aventais descartáveis. Contudo, o referido dispositivo trata **CLARAMENTE** de “entrega imediata e integral”.

Relembra-se que *in concreto* a programação da entrega era parcelada e diferida no tempo da seguinte maneira: i) até 30 de abril de 2020, a entrega de 60.000 unidades; ii) até 31 de maio de 2020, a entrega de 520.000 unidades e iii) até 30 de junho, a entrega de 520.000 unidades.

Pela interpretação da CGA, uma entrega parcelada equivaleria à previsão legal de “entrega imediata e integral”. Numa tentativa forçada de subsumir a hipótese abstrata tratada pelo art. 62, § 4º da Lei 8.666/93 ao caso concreto, distorceu-se o sentido mínimo das palavras empregadas.

Primeiramente, cabe tratar dos significados dos adjetivos “imediato” e “integral” segundo os dicionários brasileiros:

**IMEDIATO<sup>1</sup>:**

“1 **Que não tem nada no meio**; contíguo, próximo: “Imediato à sala, com uma janela igual àquelas outras, havia um gabinete, comprido e muito estreito” (AA2).

2 **Que é feito sem mediações ou intermediários; direto.**

3 **Que acontece imediatamente antes ou depois de alguém ou algo, que vem logo antes ou depois**: “Dona Isabel prometeu ir, não no dia seguinte, mas no outro imediato, que era domingo” (AA1).

4 Que acontece sem perda de tempo; instantâneo, rápido: “[...] não caía no quintal do Miranda galinha ou frango, fugidos do cercado do vendeiro, que não levasse imediato sumiço” (AA1).

5 Que existe no momento e com que se precisa lidar imediatamente; o aqui e agora.”

<sup>1</sup> Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=imediato>. Acesso em 21 de setembro de 2020.



**INTEGRAL**<sup>2</sup>:

“1 **Que é ou está completo**: “[...] todo ser humano possui um potencial musical que deveria ser desenvolvido com as outras potencialidades básicas para completar sua formação integral” (BG).

2 Que não foi diminuído: “Pagamento devido, integral e certo” (MA4).

3 Fundamental para uma composição; integrante.

4 **Provido de todos os componentes**.

5 Diz-se de qualquer preparado alimentício com suas propriedades originais: Ela só come arroz integral.”

Temos assim que, segundo os significados de “imediato” e “integral” para linguagem FORMAL da língua portuguesa, a qual **É** e **DEVE SER SEMPRE** respeitada e seguida pelas Normas Legais, o termo “entrega imediata e integral” representa, sem maiores dúvidas, a entrega de **UMA ÚNICA VEZ** de **TODO objeto do contrato**, no caso, os mais de um milhão de aventais.

Entretanto, não bastasse a incoerência semântica, há, também, a jurídica, de modo que a interpretação da CGA confronta o que dispõem as normas legais, a Doutrina e a Jurisprudência, em situação de **GRAVE** e **PREOCUPANTE** ilegalidade, criando para si um poder discricionário que não existe no art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, subvertendo o conteúdo **EXPRESSO** e **PRECISO** da lei.

Conforme bem se entende do art. 62, §4º, da Lei Federal, uma contratação de entrega “imediata e integral” trata-se daquela em que a quantidade **TOTAL** será realizada de uma **ÚNICA** vez e o mais breve possível, ou seja, totalmente contrário ao termo “parcelado”, Contudo, para corroborar isso, a referida Lei traz **VÁRIAS** outras disposições em que se utiliza das expressões “imediato” e “integral”, como em seus arts. 6º, inciso VIII, alínea e, e 40, § 4º:

“Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

(...)

e) empreitada **integral** - **quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias**, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua

<sup>2</sup> Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=integral>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.



utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas:”

Ou seja, não bastando a interpretação literal da expressão “entrega imediata e integral”, a lei ainda traz disposições que confirmam esse entendimento. Sendo certo que, conforme a boa técnica jurídica, sempre que uma norma legal utilizar termos e palavras para representar significados diversos do que representam, ela deve tratar **EXPRESSAMENTE** disto, fato que não ocorre com o art. 62, §4º, da Lei Federal 8.666/93.

Ademais, a CGA apresenta como justificativa para tal interpretação **ILEGAL** que a entrega só não teria ocorrido de forma **INTEGRAL** em razão da elevada quantidade de insumos comprados. Entretanto, novamente, desprovida de qualquer fundamento tal alegação, tanto prático quanto jurídico.

A alegação de que o parcelamento teria se dado em razão da elevada quantidade não reflete a realidade dos fatos, posto que não só a CGA vem realizando, desde o início da pandemia, a contratação para entregas individuais elevadas, algumas com parcelas ultrapassando 500 mil aventais, como efetivamente **NUNCA MANIFESTOU TAL FUNDAMENTO EM SEU TERMO DE REFERÊNCIA E EM SEUS DESPACHOS**. Como se percebe de fls. 2-3, 38-40 e 42, **INEXISTE** qualquer fundamento para o parcelamento em razão de elevada quantidade que seria entregue, apenas mencionando que se pretendia a entrega parcelada.

Diante do alegado motivo para o parcelamento da entrega e do conflito que geraria com as disposições legais, da Lei Federal nº 8.666/93, não poderia a Administração Pública tê-lo omitido em suas decisões, sob pena de violar o **PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO**, previsto no art. 4º e 22, da Lei Estadual 10.177/98. Em verdade, não somente **INEXISTE** menção a este falso motivo para a entrega parcelada (elevada quantidade), como **AUSENTE** também qualquer menção ao art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, que só surgiram agora nestes autos, já quando da realização de procedimento sancionatório.



Entretanto, não fosse só isso, a pretensão da Administração Pública de esquivar-se do que dispõe o art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, não possui qualquer base jurídica, sendo ao certo **ILEGAL**. Não cabe à CGA criar exceção não prevista na lei, qual seja, que quando houver impossibilidade prática de uma entrega **INTEGRAL**, que ela poderá ser realizada de forma parcelada e, ainda assim, não exigir termo contratual.

Reforça-se a ilegalidade cometida pela Administração Pública *in concreto* com a menção ao art. 21 da Lei Estadual 10.177/98, a qual dispõe o seguinte: “Os atos da Administração serão precedidos do procedimento adequado à sua validade e à proteção dos direitos e interesses dos particulares.” Ou seja, havendo forma específica para a edição do ato administrativo, deve esta ser respeitada, sendo certo que a norma específica – art. 62, *caput* da Lei 8.666/93 – dispõe sobre obrigatoriedade da formalidade, nos termos do último dispositivo:

“Art. 62. **O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.** e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.”

Denota-se assim a patente ilegalidade cometida pela CGA, uma vez que foi inobservada a **FORMA PRESCRITA EM LEI**. A lei exige a consubstanciação do contrato seja em instrumento de contrato, seja em outros instrumentos hábeis: carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. Tais formalidades inexistiram no presente caso. Por conseguinte, nulo o presente contrato administrativo, como se extrai da Lei 8.666/93: a forma exigida pela lei é da substância do negócio.

A CGA procura sanar o mencionado vício formal por meio da invocação do §4º do mesmo art. 62 da Lei Federal de Licitações, com uma possível escusa a não elaboração do termo contratual. Contudo, é impossível a subsunção do caso a este último dispositivo. Porque, como restou demonstrado, inconcebível entender como sinônimos uma entrega parcelada dos produtos (como ocorreu na prática) à uma “entrega imediata e integral” (a qual é exigida pela lei).

Esta interpretação igualmente, viola **EXPRESSA** e **GRAVEMENTE** o princípio da legalidade, disposto no art. 37, da Constituição da República<sup>3</sup>, e art. 3º, da Lei

<sup>3</sup> Constituição da República: Art. 37. **A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).**



Federal nº 8.666/93<sup>4</sup>, pois visa criar um poder discricionário que esta norma legal e seu dispositivo não trazem, sendo importante lembrar o que leciona Hely Lopes Meirelles:

**“A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.**

(...)

**Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal.** Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, **na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.** A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".<sup>5</sup> (Grifo nosso)

Diante de disposição **EXPRESSA** e **CLARA** do art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93 de que sua aplicação é **SOMENTE** para casos de “entrega imediata e integral”, inexistente qualquer margem de discricionariedade e torna-se **ILEGAL** a tentativa da Administração Pública de subverter seu conteúdo **SEMÂNTICO** e **JURÍDICO**, imputando ao caso concreto norma jurídica sem similitude ao seu suporte fático.

À título argumentativo, mesmo nas mais amplas das interpretações, como se a língua portuguesa e o Direito as permitissem, uma entrega parcelada não poderia ser equivalente (e nem mesmo equiparada) à exigência legal de “entrega imediata e integral”.

Ressalte-se que a Doutrina também é **EXPRESSA** ao manifestar sobre o conteúdo do referido dispositivo legal, como leciona Maria Sylvia de Zanella Di Pietro:

“(…) o contrato formaliza-se, conforme o artigo 62, por meio de “termo de contrato”, “carta contrato”, “nota de empenho de despesa”, “autorização de compra” ou “ordem de execução de serviço”. O termo de contrato é obrigatório no caso de concorrência e de tomada de

<sup>4</sup> Lei Federal nº 8.666/93: Art. 3º **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

<sup>5</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 93.



preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação, sendo dispensável, no entanto, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compras, com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica (§ 4º do art. 62). **Essa exceção é justificável pelo fato de o contrato exaurir-se em um ÚNICO ATO, não resultando direitos e deveres futuros.**”<sup>6</sup> (Grifo nosso)

Ademais, a própria jurisprudência TCU e TCE **CONFIRMA** e **CORROBORA** isto, encerrando por completo esta “dúvida”:

“16.8. O caput do art. 62 da Lei 8.666/1993 determina a obrigatoriedade do instrumento de contrato ‘nos casos de concorrência e de tomada de preços’, entre outros. Contudo, **o § 4º desse mesmo dispositivo faculta a substituição do termo de contrato, independentemente do seu valor, por ‘outros instrumentos hábeis’** previstos no caput e § 2º, como a nota de empenho da despesa, por exemplo. Mas isso **somente ‘nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos,** dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.’

16.9. Ora, como destaca a unidade técnica (peça 56, p. 11, com destaques acrescidos):

10.20. (...) **todas as contratações que ensejarem prestação futura – como, por exemplo, a entrega futura ou parcelada do objeto, a prestação de assistência técnica ou, ainda, a prestação de serviços de natureza continuada, têm que ser obrigatoriamente formalizadas por meio do termo de contrato.** Esse é o entendimento desta Corte de Contas, expresso, por exemplo, nos Acórdãos 2.720/2011-TCU-1ª Câmara, 4.767/2011-TCU-1ª Câmara, 589/2010-TCU-1ª Câmara, 2.091/2010-TCU-1ª Câmara, 329/2008-TCU-2ª Câmara e 1.219/2007-TCU-1ª Câmara.

10.21. **Assim, é irregular a utilização de instrumento diverso do termo contratual, nos casos em que esteja prevista obrigação futura, pois desrespeita o art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993.** Ora, a Tomada de Preços foi aberta para aquisição de cinco UMS, e não é cabível admitir que uma compra desse porte pudesse prescindir da contratação de assistência técnica e previsão das garantias cabíveis.”

<sup>6</sup> PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 348.



(Acórdão nº 4.489/19, da 2ª Câmara, do TCU. Relatora: Ana Arraes.  
Processo nº 036.040/2012-6)

Temos assim que não há qualquer hipótese legal que permita o ato realizado pela CGA nestes autos, qual seja, a não elaboração de termo contratual, posto que a contratação foi por valor acima de **R\$ 650.000,00** (seiscentos e cinquenta mil reais) e a entrega era **PARCELADA**, não tendo a Administração Pública poder discricionário para alterar isto e subverter o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e a própria língua portuguesa.

Portanto, diante do total descabimento dos fundamentos apresentados pela CGA, que violam as normas legais, é cristalina a NULIDADE do contrato administrativo celebrado entre as partes por vício quanto à forma substancial prescrita em lei, em que não fora elaborado Termo Contratual, atraindo a incidência dos arts. 166, do Código Civil, e 59, da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) **IMPEDINDO-SE OS EFEITOS JURÍDICOS QUE DEVERIA PRODUZIR, com a consequente não aplicação da multa.**
- b) **E DESCONSTITUINDO OS EFEITOS JÁ PRODUZIDOS.** Todavia, sem afetar o que já fora entregue pelo Contratado à CGA e devidamente quitado por esta, com o aproveitamento das compras já realizadas em prol do princípio da eficiência da Administração Pública e da primazia do interesse público.

**III - DA NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO PELO VÍCIO INSANÁVEL DE MOTIVO E PELA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO**

Não fosse somente a **NULIDADE** decorrente do vício de forma substancial apresentado pelo contrato objeto destes autos, a partir da decisão proferida pela CGA, subsidiariamente, denotou-se um novo motivo de **NULIDADE** do procedimento administrativo licitatório (em paralelo da discussão sobre a nulidade do contrato).

A CGA alegou a inexigência de elaboração do Termo Contratual, nos termos do art. 62, §4º da Lei 8.666/93, pela impossibilidade prática da entrega “imediata e integral” de uma elevada quantidade de aventais objeto do contrato. Por isso, a entrega parcelada (ocorrida de fato) dos produtos poderia ser classificada como tal.

Primeiro, denota-se a falsidade desse motivo (ou causa) determinante externado pela Administração, em sua motivação *a posteriori*, para fins de justificar a resolução do contrato administrativo. Trata-se de motivo falso, pois, como bem apontado acima, a elevada quantidade de aventais não seria impeditivo de uma entrega “imediata e integral”. O motivo suscitado pela Administração não possui respaldo na realidade. O vício quanto ao motivo determinante do ato administrativo é insanável, o que enseja a declaração de nulidade do ato administrativo.



Segundo, além da insustentabilidade do próprio motivo do ato da Administração (vício insanável do ato administrativo), ilegal é, também, o modo de externá-lo. Ou melhor, o ato administrativo por parte da CGA possui vício de motivação, uma vez que expõe **A POSTERIORI** os motivos de se considerar a entrega como “imediata e integral”. Reiterando, portanto, também, a invalidade do ato administrativo desde o início do procedimento licitatório.

Ademais, denota-se que a CGA apenas invoca tal motivo – impossibilidade prática da entrega da totalidade da mercadoria – com a finalidade de tornar legal a inobservância da formalidade exigida no art. 62, caput, da Lei 8.666/93. Denota-se um desvio de finalidade entre o motivo e o fim visado. Uma vez que se distorce a interpretação legal para fins de tornar válido um contrato, originalmente, nulo. Não há o que se resilir, trata-se de contrato nulo.

A pretensa interpretação do art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93 conferida pela CGA afronta o próprio texto normativo, posto que “entrega imediata e integral” é diversa de “entrega parcelada”. Desta forma, a Administração Pública, conforme os princípios da legalidade (só poder realizar aquilo que a lei prevê) e da motivação (dever apresentar as razões fáticas e jurídicas de seus atos), deveria ter exposto tais motivos nestes autos, desde as Justificativas para a contratação (fl. 2), especialmente, para fins de fiscalização, de análise da legalidade da contratação, de segurança jurídica e de transparência.

Como adota uma interpretação surpreendente do texto legal, a CGA deveria ter sido expressa, **DE INÍCIO**, sobre a equiparação de significados entre uma entrega parcelada a uma “entrega imediata e integral” dada a elevada quantidade de produtos comprados, uma vez que o Administrado (no caso, o Contratado) precisa, antes, conhecer a norma para pautar sua conduta. Trata-se de uma questão de previsibilidade.

Cabe assim tratar do que dispõe a Lei Estadual nº 10.177/98:

“Artigo 4.º - **A Administração Pública atuará em obediência aos princípios da** legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e **motivação dos atos administrativos.**

(...)

Artigo 8.º - **São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração, especialmente nos casos de:**

(...)

IV - **inexistência ou impropriedade do motivo de fato ou de direito;**





(...)

VI - falta ou insuficiência de motivação.

Parágrafo único - Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

Artigo 9.º - A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

Parágrafo único - A motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

(...)

Artigo 22 - Nos procedimentos administrativos observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência de publicidade, do contraditório, ampla defesa e, quando for o caso, do despacho ou decisão motivados.”

Ademais, sobre este dever do Estado apresentar os motivos de seus atos administrativos (Princípio da Motivação), Celso Antonio Bandeira de Mello assim leciona:

““(…) A motivação integra a "formalização" do ato, sendo um requisito formalístico dele (cf. ns. 53 e ss.). E a exposição dos motivos, a fundamentação na qual são enunciados (a) a regra de Direito habilitante, (b) os fatos em que o agente se estribou para decidir e, muitas vezes, obrigatoriamente, (c) a enunciação da relação de pertinência lógica entre os fatos ocorridos e o ato praticado. Não basta, pois, em uma imensa variedade de hipóteses, apenas aludir ao dispositivo legal que o agente tomou como base para editar o ato. Na motivação transparece aquilo que o agente apresenta como "causa" do ato administrativo (...).”<sup>7</sup> (Grifo nosso)

Entretanto, tais motivos apenas foram apresentados quando a contratação já havia sido resolvida e já estava em meio-à ao processo sancionatório deste Contratado. Ou seja, a pretensa motivação se deu *a posteriori* da contratação, mais precisamente, quando já havia sido encerrada a relação contratual, hipótese que

<sup>7</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 408.



não se admite nas normas legais, eivando assim toda a contratação de **ILEGALIDADE**.

Inclusive, a jurisprudência do TCU e TCE é pacífica no sentido de que é incabível motivação *a posteriori* de atos administrativos:

“**“Igualmente não procede a alegação de que se deve admitir a motivação a posteriori do ato administrativo.** Equivoca-se a procuradoria ao entender que a análise dos motivos que ensejaram o ato administrativo não se exaure nas justificativas que o antecederam, sendo possível abrir a oportunidade para que a Administração apresente justificativas a posteriori, pois isso importaria em admitir a convalidação do ato administrativo viciado por falha na motivação, o que vai de encontro, no caso concreto, ao art. 55, da Lei 9.074/1999, que prescreve:

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

De sua leitura infere-se que a convalidação deve observar os seguintes requisitos: não trazer prejuízo a terceiros, visar a realização do interesse público e recair sobre vícios sanáveis.

Ocorre que, a doutrina majoritária, que se fundamenta na teoria dualista e que classifica atos com vícios sanáveis e insanáveis, aponta que vícios sanáveis são aqueles que se referem apenas aos elementos de competência e forma. Entretanto, **vícios de motivo e objeto são insanáveis, afastando qualquer possibilidade de convalidação na hipótese em questão, posto que se discute a motivação do vício em questão, que nada mais é do que a exteriorização do motivo do ato e sua finalidade. Se o vício do ato administrativo é insanável, temos hipótese de nulidade absoluta e impossibilidade de convalidação.**”

(Acórdão nº 2.532/17, da Plenário, do TCU. Relator: Walter Alencar Rodrigues. Processo nº 012.179/2016-7)

Nunca houve, nestes autos, em afronta ao PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO e aos arts. 4º, 8º, 9º e 22, da Lei Estadual nº 10.177/98, a externalização dos motivos para explicar a *contra legem* convivência entre o parcelamento da entrega e a não elaboração do Termo Contratual. Por isso, mostra-se necessária a declaração de nulidade do contrato administrativo objeto destes autos, conforme dispõe os arts. 10 e 11, daquele mesmo diploma:



“Artigo 10 - **A Administração anulará seus atos inválidos**, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

- I - ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos contado de sua produção;
- II - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;
- III - forem passíveis de convalidação.

Artigo 11 - A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelegável;

II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

§ 1.º - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

§ 2.º - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.”

Presentes todos os requisitos para que o contrato objeto destes autos seja anulado, posto que: **(i)** não se ultrapassou o prazo de 10 anos; **(ii)** da irregularidade resultou grande prejuízo a este Contratado, impondo-lhe a aplicação de multa por contrato nulo; **(iii)** impassível de convalidação por não poder ser suprida a anulabilidade forma eficaz (ausência de motivo para a não elaboração do termo contratual) e estar sendo impugnada por este recurso.

Ante o exposto, não há dúvidas sobre o vício de motivo (falsidade de motivo/motivo sem respaldo na realidade) e da ausência de motivação nestes autos para o parcelamento da entrega concomitante a não elaboração do Termo Contratual, violando **EXPRESSAMENTE** o **PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO** e a Lei Estadual nº 10.177/98, atraindo a necessidade e obrigação de ser **DECLARADO NULO** o contrato administrativo objeto destes autos, conforme o art. 10, do referido diploma estadual.

#### **IV- DA NULIDADE E DA NÃO EFICÁCIA DO DESPACHO DE FLS. 38-40**

Mesmo que não tenha sido analisado ou mencionado pela decisão da CGA, é necessário tratar neste Recurso do Despacho de fls. 38-40, posto que foi impugnado por **COMPLETO** por este Contratado em suas Alegações de Defesa, mas parece ainda estar, implicitamente, ~~ainda~~ produzindo efeitos nestes autos.

Primeiramente, devemos tratar da **NULIDADE** do referido Despacho por sua própria natureza, posto que, nos termos dos art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93, **NÃO SE CONSUBSTANCIA COMO INSTRUMENTO HÁBIL PARA TRAZER CLÁUSULAS CONTRATUAIS**, especialmente por ser instrumento **UNILATERAL**



elaborado por esta CGA. Deste modo, conforme o **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**, não pode a Administração Pública agir sem norma prevendo sua conduta, sendo **ILEGAL** a utilização deste Despacho para prever pretensas cláusulas contratuais, eivando este de **NULIDADE**.

Ressalte-se sobre isto o que manifesta Hely Lopes Meirelles:

“Além do termo de contrato, obrigatório nos casos que exigem concorrência e tomada de preços, os ajustes administrativos podem ser formalizados mediante outros documentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra e ordem de serviço. **Todos esses são também instrumentos de contrato administrativo, e instrumentos bilaterais, porque expedidos pela Administração e aceitos pela outra parte, expressa ou tacitamente, para a formalização do ajuste** (art. 62 e § 4º).”<sup>8</sup>

Percebe-se então que o Despacho de fls. 38-40, por ser ato **UNILATERAL** da Administração Pública e que não precisa ser aceito pela parte do Contratado, que viola **GRAVEMENTE** o disposto no art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, eivando-o de **NULIDADE**.

Prosseguindo, devemos também tratar da **NULIDADE** do Despacho em razão de sua **OCULTAÇÃO**, pois nunca foi publicado no DOSP e nunca este Contratado fora informado de sua existência. Só tomou conhecimento do referido Despacho, quando teve vistas aos autos da contratação, em fls. 126-127, já quando estava em meio a procedimento sancionatório. Ou seja, o Despacho de fls. 38-40 além documento **NULO** por sua própria natureza (não poder tratar de cláusulas contratuais), é, igualmente, nulo por não ter sido dado o conhecimento de suas cláusulas ou, ao menos, de sua existência ao Contratado, sendo certo que seja na mensagem recebida sobre a Nota de Empenho (fl. 52) ou nas publicações no DOE (fls. 51 e 54), **NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO AO CONTEÚDO OU À EXISTÊNCIA DO DESPACHO DE FLS. 38-40**.

Afastando qualquer possibilidade de menção a uma bilateralidade mínima exigida na elaboração dos contratos em geral e, também, nos de natureza administrativa. Lembra-se que a possibilidade de alteração unilateral dos contratos administrativos pressupõe, ao menos, a ciência do contratado sobre a referida alteração, a devida motivação para alteração e está restrita às hipóteses previstas no texto legislativo (art. 65, inc. I, alíneas “a” e “b”, Lei 8.666/93). O que não encontra respaldo no caso em análise.

<sup>8</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 250.



Também, cabe mencionar o que dispõem os arts. 54 e 63, da Lei Federal nº 8.666/93:

“Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

(...)

Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.”

Assim, não fosse somente o que dispõe o art. 63, da Lei Federal nº 8.666/93, que traz, **EXPRESSAMENTE, QUE DEVE SER DADO CONHECIMENTO AO CONTRATADO DOS TERMOS DO CONTRATO**, o art. 54 deste mesmo diploma dispõe sobre a aplicabilidade supletiva de normas e princípios contratuais de Direito Privado aos contratos administrativos.

Aplicando-se as normas e princípios de Direito Privado supletivamente aos contratos administrativos, tem-se assim, conforme o art. 422, do Código Civil, que as partes devem respeitar o princípio da boa-fé, como segue:

“Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e **boa-fé**.” (Grifo nosso)

O referido princípio de Direito Privado é aplicável aos Contratos Administrativos, com isso traz diversos deveres a serem respeitados pelas partes quando da celebração de contratos, especialmente o **DEVER DE LEALDADE** e de **INFORMAÇÃO**, exigindo das partes consideração uma pela outra e que uma dê ciência e conhecimento a outra de todas as informações essenciais na relação contratual.

Destarte, para além da obrigação expressa do art. 63, da Lei Federal nº 8.666/93, para que fosse dado conhecimento ao Contratado de todos os termos do contrato, as normas de Direito Privado, igualmente, impõem esta obrigação, não podendo a CGA elaborar termos que afetariam e vinculariam a contratação sem informar o conteúdo ou existência destes ao Contratado, em clara afronta às normas legais que regem seus atos.

Nos autos, é evidente que a CGA elaborou o Despacho de fls. 38-40 com caráter vinculativo à contratação, constando como parte dos termos contratuais,



entretanto **NUNCA FORA ENVIADO OU TIVERA SUA EXISTÊNCIA COMUNICADA** ao Contrato, que tomou conhecimento somente quando das vistas dadas aos autos em fls. 126-127, ou seja, após o contrato ter sido resilido e já instaurado procedimento sancionatório.

Entretanto, não fossem apenas estas **NULIDADES** do Despacho de fls. 38-40, destaca-se, também, sua ineficácia. Obviamente, o ato nulo não produz seus efeitos ao determinar, expressamente, sobre pontos que muito se assemelham ao que seriam as cláusulas do contrato, em contrariedade às normas legais, pretende-se ter força vinculativa de contrato administrativo entre as partes, tratando inclusive do regime de execução e multas aplicáveis. No entanto, disposições essas nulas e ineficazes.

Repete-se: este Despacho nunca fora enviado e nem sua existência informada ao Contratado, que só o descobriu quando das vistas aos autos, deferida em fls. 126-127, sendo claro que a menção a tal Despacho e seu conteúdo, total ou resumido, igualmente **NUNCA CONSTOU EM QUALQUER PUBLICAÇÃO NO DOE.**

Como se depreende de fls. 51 e 54, somente o despacho de ratificação de dispensa da licitação e o extrato da Nota de Empenho foram publicadas no DOSP, entretanto, sem qualquer menção ao Despacho de fls. 38-40 ou seu conteúdo, total ou resumidamente, mantendo-se efetivamente oculto a este Contratado até as vistas dadas, às avessas da premissa constitucional da transparência dos atos administrativos.

Cabe então analisarmos o que dispõe o Parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93:

“Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. **A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura**, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.” (Grifo nosso)



Constata-se, então, que a eficácia do instrumento contratual, ou equivalente, e seus aditamentos depende **TOTALMENTE** da publicação resumida destes na imprensa oficial, ou seja, não podendo produzir efeitos sem o preenchimento deste requisito.

Diante desta disposição legal e do caso dos autos, em que um despacho cuja existência ou conteúdo, total ou resumidamente, **NUNCA FORA ANTES MENCIONADA EM QUALQUER PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL**, não pode, conseqüentemente, ser eficaz. **NENHUMA DISPOSIÇÃO QUE SE ENCONTRA NO DESPACHO DE FLS. 38-40 PODERIA PRODUZIR EFEITOS.**

Desta forma, tem-se que não apenas o Despacho de fls. 38-40 é **NULO**, conforme bem tratado acima, como igualmente é **INEFICAZ**, por **NUNCA** ter sido publicado, no todo ou resumidamente, em qualquer meio da imprensa oficial, **NÃO TENDO SUAS CLÁUSULAS QUALQUER FORÇA IMPERATIVA** perante o Contratado e **NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA PRODUZIR QUALQUER EFEITO NO MUNDO JURÍDICO.**

Cita-se, ainda, a jurisprudência do TCU sobre tal ponto:

“5.18. **Ademais, como preceitua o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, não há, nos autos, menção à necessária publicação resumida do instrumento do contrato na imprensa oficial, nos termos e prazos da lei, o que é condição indispensável a sua eficácia.** Tal providência é que provaria indubitavelmente a real data da assinatura do termo de contrato, o que, inclusive, no caso em tela, não pode ser conferido.

(...)

5.20. **E, pelos princípios da legalidade e da formalidade dos atos administrativos, referido documento particular, nos termos em que se apresenta, não pode ser admitido como contrato administrativo, uma vez ausentes requisitos essenciais que lhe dessem essa característica.**” (Acórdão nº 5.940/14, da 2ª Câmara, do TCU. Relator: Weder de Oliveira. Processo nº 016887/2014-0)

Portanto, não há dúvidas de que necessária a **DECLARAÇÃO DE NULIDADE** do despacho de fls. 38-40 tanto por não poder tratar de cláusulas contratuais, como por **NUNCA** ter sido informado de sua existência e conteúdo ao Contratado. Entretanto, na REMOTÍSSIMA hipótese disso não ocorrer, igualmente mostra-se necessário que declarado **INEFICAZ** o Despacho de fls. 38-40, afastando-se destes autos **TODOS** os efeitos que dependem de sua eficácia, o que, como bem aprofundado nas Alegações de Defesa, aplica-se à multa que pretende-se aplicar.



**V - DA INEXIGIBILIDADE DA MULTA DIANTE DA FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Para além do que tratado nos tópicos anteriores, cabe ainda tratar da inexigibilidade da multa diante de caso fortuito e força maior, ponto este que merece ser tratado de forma bem aprofundada aqui.

Cabe assim recordar o seguinte excerto da decisão da CGA:

“De fato, a **inevitabilidade e imprevisibilidade da pandemia instalou cenário de incertezas**, com potencial prejuízo ao adimplemento das obrigações contratadas.

A **força maior e o caso fortuito**, definidos indistintamente pelo Código Civil de 2002 como “o fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir”, **não implicam responsabilização de quaisquer partes, salvo se o contrato disciplinar diversamente**.

No âmbito dos contratos administrativos, a Lei 8.666/1993, em **caso de imprevisibilidades que retardem ou impeçam a execução, incluindo caso fortuito, força maior e fato do príncipe, prevê, no art. 86, aplicação de multa apenas se o atraso for injustificado**; já os incisos IV e V do art. 78 **condicionam a rescisão à ausência de justa causa**; o inciso XVII do art. 78, por sua vez, **prevê a rescisão contratual decorrente de força maior ou caso fortuito que se revelem impeditivos da execução**. Todas essas normas destinam-se a regular situações excepcionais, não esperadas ou desejadas quando o contrato administrativo é celebrado.

O descumprimento do contrato em condições anormais, adversas, e múltiplas dificuldades enseja uma análise dos fatos situada no contexto, para que a melhor decisão seja tomada. É justamente sob o crivo dos acontecimentos e agindo com razoabilidade e proporcionalidade que eventuais descumprimentos devem ser pontualmente resolvidos. E mais, há que se ter presente, na dimensão da atuação administrativa, além das finalidades do contrato e do **dever de aplicar sanções**, as dificuldades enfrentadas pelo contratado, sem olvidar das medidas de fomento à economia implementadas pelo Estado.

**É certo que para que haja caracterização de descumprimento contratual passível de aplicação de sanção, é necessário que o contratado tenha, minimamente, agido com culpa, ou seja, com negligência, imprudência ou imperícia**. Não há





dúvidas quanto a isso. Contudo, estima-se que, no contexto da pandemia, haverá situações em que a presença ou ausência de culpa e a gravidade da conduta não estarão tão evidentes.

Nesse passo, estando demonstrando no processo administrativo a conduta escusável do contratado, e diante da situação enfrentada no momento atual, há que ser efetuada análise diferenciada, voltada não apenas à aplicação objetiva das normas legais e contratuais, mas à identificação de uma solução especialmente aderente ao momento atual.”

Depreende então desta manifestação que: **(i)** reconheceu-se a situação de caso fortuito e força maior ocorrida (situação imprevisível e inevitável) que impediu a execução do contrato; **(ii)** a aplicação de multa pode ocorrer mesmo em situação de caso fortuito e força maior; **(iii)** caso fortuito e força maior são motivos para rescisão contratual quando impedirem a execução contratual; **(iv)** o contratado para ser sancionado pela inexecução do contrato deve ter agido com culpa, negligência ou imperícia; **(v)** reconheceu-se como escusável a conduta do contratado; **(vi)** devem ser aplicadas as normas contratuais.

Não fossem só as imprecisões jurídicas **GRAVES** presentes em tal manifestação, que chegam a imputar que a lei dispôs algo que nela não consta, como igualmente **ALARMANTES** as contradições presentes neste tão curto trecho, quais sejam: **(i)** inicialmente manifesta que caso fortuito e força maior não excluem aplicação da multa e posteriormente manifesta que exclui; e **(ii)** primeiro expõe que cabe sanção somente quando o descumprimento contratual decorrer de negligência, imprudência e imperícia do contratado e depois mantém a aplicação da sanção a este Contratado, mesmo entendendo escusável sua conduta.

Primeiramente, sobre a primeira contradição, ela decorre de interpretação imprecisa e errônea do art. 86, da Lei Federal nº 8.666/93, posto que este dispositivo **NÃO PREVÊ A APLICAÇÃO EXCEPCIONAL DE MULTA PARA AS SITUAÇÕES DE CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**, mas tão somente para quando o atraso for injustificado e o contrato a prever, fato este que, como tratado no tópico anterior, **NUNCA** ocorreu nestes autos.

Em verdade, tal contradição decorre de grave e alarmante problema de interpretação jurídica dos dispositivos legais e dos seus termos, haja vista que parece não se compreender o significado efetivo de situações de **CASO FORTUITO** e **FORÇA MAIOR**.

Ora, conforme a correta e pacífica interpretação da Doutrina e Jurisprudência, o reconhecimento de situações de **CASO FORTUITO** e **FORÇA MAIOR** sempre ocorrerá quando o fato for imprevisível e inevitável, afastando e abalando o nexo



causal entre a conduta do agente e o descumprimento de sua obrigação. Ou seja, **CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR É SEMPRE SITUAÇÃO DE JUSTA CAUSA, seja para eventual atraso no cumprimento da obrigação ou para seu descumprimento integral**, de modo que o art. 78, incs. IV, V e XVII, possui este efetivo conteúdo.

Assim, o que o art. 78, inc. XVII traz não é a análise sobre o caso fortuito e a força maior para a aplicação da multa, mas sobre a conduta do contratado, sendo que seu objetivo é averiguar se mesmo com a situação imprevisível e inevitável o contrato ainda conseguiria ser executado, ainda que parcialmente.

Relevante mencionar o que Hely Lopes Meirelles menciona sobre tal assunto:

“O que **caracteriza determinado evento como força maior ou caso fortuito** são, pois, a **imprevisibilidade** (e não a imprevisão das partes), a **inevitabilidade de sua ocorrência** e o **impedimento absoluto que veda a regular execução do contrato**. Evento imprevisível mas evitável, ou imprevisível e inevitável mas superável quanto aos efeitos incidentes sobre a execução do contrato, não constitui caso fortuito nem força maior, cujos conceitos, no Direito Público, são os mesmos do Direito Privado.

(...)

**Ocorrendo o evento retardador ou impeditivo do contrato enquadrável no conceito legal de força maior ou de caso fortuito** (CC, art. 393, parágrafo único), **a parte pode invocá-lo para eximir-se das consequências da mora ou para obter a rescisão do ajuste, sem qualquer indenização**, cabendo-lhe sempre o ônus da prova. Todavia, a fortuidade e a força maior só são invocáveis como causas justificadoras da inexecução quando não tiver havido culpa da parte, isto é, quando não tiver contribuído para colocar-se em situação de ser colhida pelo evento. Assim, se, quando este sobrevém, a parte já está em mora, a escusa não lhe aproveita, salvo se provar também que o dano ocorreria mesmo que tivesse suas obrigações em dia.”<sup>9</sup> (Grifo nosso)

Deste modo, quando o art. 86 traz o termo “atraso injustificado”, **utiliza da interpretação de que enquadram-se como atrasos justificados TODOS aqueles decorrentes de CASO FORTUITO e FORÇA MAIOR**, de modo que **SEMPRE** que ocorrer algum destes, **NÃO CABERÁ APLICAÇÃO DE MULTA**.

<sup>9</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 269.



Pontua-se que, excepcionalmente, parte da Doutrina e Jurisprudência até entende admissível a previsão de cláusula de responsabilização do Contratado por situações de caso fortuito e força maior, contudo, tal deve ser **EXPRESSA** e **TAXATIVA**, ou seja, deve prever **ESPECIFICAMENTE** quais os fatos imprevisíveis e inevitáveis que não afastarão a aplicação da multa, não sendo admitido no ambiente do Direito Civil e do Direito Administrativo a existência de cláusula de responsabilização ampla e abstrata.

Tem-se então que a interpretação sistemática correta dos dispositivos legais mencionados na decisão da CGA é que, inexistindo cláusula de responsabilização (mesmo que ampla e abstrata) no contrato ou seu instrumento hábil substituto reconhecendo-se a ocorrência de caso fortuito e força maior a justificarem o atraso da execução contratual, **NÃO HÁ QUE SE FALAR EM QUALQUER APLICAÇÃO DE MULTA.**

Posto isso, cabe tratar então da segunda contradição, que, mais grave, decorre do próprio texto da decisão, posto que a CGA manifesta, ao mesmo tempo, que as situações de atraso escusáveis (que não decorrem de negligência, imprudência e imperícia) não são passíveis de sanção, mas conclui que o Contratado será sancionado por seu atraso escusável.

Ora, segundo a própria lógica da decisão, se o atraso sem culpa (negligência, imprudência e imperícia) não merece **qualquer** sanção e a conduta deste Contratado é escusável em decorrência das inevitabilidades e imprevisibilidades geradas pela pandemia, então, não há que se falar em qualquer aplicação de multa a sua pessoa.

Salienta-se que a manifestação da CGA naquele parágrafo de sua decisão é ampla, não trazendo qualquer exceção à exclusão da aplicação da sanção, de modo que até nos casos em que prevista cláusula expressa de responsabilização seria excluída a multa, acentuando assim o conflito com o parágrafo seguinte.

Portanto, não há dúvidas de que não somente as normas legais dispõem como inexigível a aplicação da sanção a este Contratado pela situação de caso fortuito e força maior reconhecida, como a própria CGA tem conhecimento e o manifesta expressamente, sendo que sua conclusão pela manutenção da multa não apresenta qualquer relação lógica com seus próprios fundamentos.

Conclui-se então que, tendo ocorrido e sido reconhecido o caso fortuito e força maior, é necessária que seja declarada **INEXIGÍVEL** a aplicação da multa pretendida, com fundamento no art. 86, da Lei Federal 8.666/93.



## VI – DA INEXIGIBILIDADE DA MULTA

Novamente, mesmo que não tenha sido analisada pela decisão da CGA o ponto das Alegações de Defesa referente à inexigibilidade da multa, cabe tratá-la igualmente neste Recurso, especialmente diante da manutenção de sua aplicação, como se nunca tivesse sido impugnada e mesmo diante do reconhecimento da ocorrência da **CASO FORTUITO** e **FORÇA MAIOR**.

Assim, apesar da CGA ter fundamentado a aplicação das multas no que dispõe as Resoluções SS 92-16 e CC 52-05, fato é que estas somente complementam o que dispõe as normas legais, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Estadual nº 6.544/89, que disciplinam toda a matéria referente a compras, alienações e contratações a serem realizadas pela Administração Pública, desde o procedimento para escolha de quem será contratado até o momento pós-contratual, tratando, inclusive, dos requisitos para aplicação de multa.

Assim, sobre a aplicação de sanções por inadimplemento contratual, a Lei Federal 8.666/93, de forma mais profunda que a Lei Estadual 6.544/89, dispõe em seus artigos 86 e 87 da seguinte maneira:

“Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;



III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”

Percebe-se que a aplicação da multa depende de sua previsão ou no instrumento convocatório ou no contrato, cabendo avaliar se este fato ocorreu nestes autos e, mais ainda, se o modo como ocorreu é válido.

Veja-se então que da análise **INTEGRAL** destes autos, somente em um documento está prevista a referida multa, qual seja, o Despacho de fls. 38-40, que, como já tratado anteriormente é não só **NULO**, como também **INEFICAZ**, não podendo gerar qualquer efeito no mundo jurídico. O Ofício CRP nº 153/2020 (fl. 2) e do Termo de Referência (fl 3), que, em teoria, consubstanciar-se-iam nos Instrumentos Convocatórios, **NÃO DISPÕEM DE QUALQUER CLÁUSULA OU MENÇÃO À APLICAÇÃO DE MULTA.**

Questiona-se onde estaria o fundamento para aplicação desta multa, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, pois não poderia ela ser aplicada em desrespeito às normas legais e ao próprio princípio da **LEGALIDADE**, previsto no art. 37, da Constituição da República<sup>10</sup>, e art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/93<sup>11</sup>. Conforme já manifestado acima, obriga-se que a Administração Pública atue **APENAS** segundo a lei autorize, com poder vinculado ou discricionário.

O poder para aplicação de multa conferido à Administração Pública pela Lei Federal nº 8.666/93 depende, **EXCLUSIVAMENTE**, da previsão desta no instrumento convocatório ou no termo contratual, sendo certo que não abre margem para aplicações fora deste rol e muito menos com base em meras Resoluções. Uma vez que a resolução administrativa não poderia alargar o texto da Lei Federal.

<sup>10</sup> Constituição da República: Art. 37. **A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).**

<sup>11</sup> Lei Federal nº 8.666/93: Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**



Veja-se que a Lei Federal nº 8.666/93 ainda dispõe, de forma mais abstrata, que **QUALQUER** disposição sobre obrigações contratuais e responsabilidade das partes **TEM QUER ESTAR PREVISTA EXPRESSAMENTE** nos termos da contratação, não admitindo que se surpreenda o Contratado com obrigação não prevista ou informada anteriormente, como segue:

“Art. 54. **Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.**

§ 1º **Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.**

§ 2º **Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.**

(...)

Art. 55. **São cláusulas necessárias em todo contrato** as que estabeleçam:

(...)

VII - **os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;**

(...)

Art. 61. **Todo contrato deve mencionar** os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e **às cláusulas contratuais.**”

Assim, a Lei Federal nº 8.666/93, em respeito ao princípio da Legalidade, é **ENFÁTICA** ao manifestar que não pode a Administração Pública agir em descumprimento a suas disposições e, muito menos, surpreender o Contratado com



obrigação ou responsabilidade não prevista em qualquer termo contratual ou outro documento do processo de contratação.

Não fosse só isso, de acordo com as normas e princípios de Direito Privado, aplicáveis supletivamente aos contratos administrativos, conforme art. 54, da Lei Federal nº 8.666/93, as partes somente se vinculam àquilo que foi dado conhecimento a elas, não permitindo que sejam surpreendidas com documentos ou cláusulas nunca antes mencionados, seja no que tange ao seu conteúdo ou mesmo sua existência, sendo que, conforme o princípio da boa-fé objetiva, as partes apenas se vinculam àquilo que foram informadas e que aceitaram.

Temos então nestes autos **GRAVE** situação em que Despacho contendo manifestação sobre a multa foi **OCULTADO** do Contratado, que nunca sequer fora informado de sua existência. No que teve ciência **NÃO HOUE QUALQUER MENÇÃO A APLICAÇÃO DE MULTA**, ou seja, **NÃO HOUE QUALQUER VINCULAÇÃO DO CONTRATADO À APLICAÇÃO DA RESPECTIVA MULTA**.

Como visto anteriormente, o Despacho de fls. 38-40, no qual se encontra previsão de multa contratual, é **NULO** e **INEFICAZ**, além de ser decorrente de contrato administrativo nulo, reiterando sua nulidade: a não publicação do despacho (**NUNCA** tendo sido publicado sua íntegra, resumo ou menção em **QUALQUER** meio da imprensa oficial) e o desconhecimento de seus termos pelo contrato.

Assim, mesmo que em tal documento conste, em sua Determinação X (fl. 40), a multa a ser aplicada, fato é que este documento foi ocultado do conhecimento do Contratado, de modo que a Lei Federal nº 8.666/93 e o Código Civil são **CLAROS E EXPRESSOS** em manifestar que as disposições contratuais, inclusive a multa, para vincularem a outra parte devem constar do instrumento correto, como também **SER DADO O CONHECIMENTO DE SUA EXISTÊNCIA E CONTEÚDO**, fato este não realizado pela CGA, sendo certo que se o Contratado não tivesse realizado vistas dos autos, nunca saberia desta situação.

Sendo o Despacho de fls. 38-40 **NULO** e **INEFICAZ**, conforme demonstrado, não resta nos autos qualquer outra previsão de multa, sendo que só se menciona quanto a sua aplicação, de modo vago e com base nas Resoluções SS 92-16 e CC 52-05, que, ressalte-se, apenas complementam o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, não podendo criar por si só hipótese para aplicação de multa que não esteja prevista neste diploma.

Destacando os requisitos para a exigibilidade da multa, Marçal Justen Filho assim leciona:

**“A multa consiste em penalidade pecuniária. A ausência de previsão de multa no edital e no contrato inviabiliza sua exigência. Como**



**decidiu o TJSP, 'se não há previsão da cláusula penal nem no ato convocatório e nem no contrato, não há como exigí-la'.**<sup>12</sup>

A simples menção às Resoluções SS 92-16 e CC 52-05 não representa qualquer fundamento para a aplicação da multa, sendo que esta **DEVE** obedecer ao que dispõe as normas legais, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, **TENDO QUE ESTAR PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OU NO CONTRATO**, fato este que não ocorreu, haja vista a **INEFICÁCIA** e **NULIDADE** do Despacho de fls. 38-40.

Portanto, tendo sido demonstrado a **INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE MULTA** de acordo com as normas legais, reitera-se a **INEXIGIBILIDADE** de tal sanção pecuniária, sob pena de consubstanciar **ILEGALIDADE**.

**VII - DA INEXISTÊNCIA DE TERMO CONTRATUAL OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL PREVENDO RESPONSABILIZAÇÃO MESMO EM SITUAÇÃO DE CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

Prosseguindo na questão do Termo Contratual, percebe-se que a CGA em sua decisão **EXPRESSAMENTE** manifestou que não foi elaborado termo contratual (de forma contrária às exigências da lei federal). Conforme tratado nos tópicos acima, entretanto, curiosamente não apresentou e tampouco se manifestou sobre qual foi então o instrumento hábil utilizado para substituí-lo, posto que o art. 62, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93 traz essa exigência, como segue:

“Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, **e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis**, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§ 4º **É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo**, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.”

Conforme bem aprofundado nas Alegações de Defesa, a CGA apenas publicou uma Nota de Empenho nestes autos (fl. 49-50), que fora enviada ao

<sup>12</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 578.





Contratado (fl. 52) e publicada no DOSP, contudo, não somente o valor do contrato (R\$ 14.190.000,00) impede que ela se consubstancie como substituta do termo contratual, como igualmente ela desrespeitou à **DIVERSAS** disposições do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme imposição do art. 62, §2º deste mesmo diploma.

Cabe recordar assim que **a Nota de Empenho não atende**, entre outros, **aos seguintes requisitos**: a) regime de execução (inc. II); b) preço e condições de pagamento (inc. III); c) prazos das etapas de execução e conclusão do contrato (inc. IV); d) **DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES, PENALIDADES APLICÁVEIS E MULTAS** (inc. VII).

Inclusive, a jurisprudência do TCU é clara sobre tal questão, como segue:

“O relatório de auditoria consignou (fl. 86) que ‘em análise às composições dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços relacionados a seguir, realizados pela GRA-MF/PE no exercício de 2006, **verificamos que houve dispensa da formalização de termos contratuais, os quais foram substituídos por Notas de Empenho**, com base nas disposições do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.’

Cuida-se, nesse item, de violação a literal disposição de lei. Aplicável ao caso, o artigo 62 da Lei nº 8.666/93 assim dispõe, com a redação dada ao § 2º pela Lei nº 8.883, de 1994:

(...)

Já o artigo 55 da Lei nº 8.666/93 estabelece o rol das cláusulas que deverão constar também nas notas de empenho, substitutas dos instrumentos contratuais. Transcreve-se, abaixo, o referido artigo, ressaltando-se que nem todos os incisos são aplicáveis aos casos contratos substituídos por notas de empenho:

(...)

**Conforme se depreende da leitura do rol de especificações obrigatórias, a administração pública não pode prescindir da adequada formalização dos termos contratuais pertinentes, mesmo os substituídos por notas de empenho, em obediência ao princípio da legalidade. Há uma mitigação, mas não há exoneração do dever do gestor de aplicar, no que couber, a formalização adequada. A dispensa pura e simples não é admissível.”** (Acórdão nº 7.125/10, da 1ª Câmara, do TCU. Relator: Valmir Campelo. Processo nº 014.405/2007-8)



Ademais, igualmente, percebe-se que o pretense Despacho de fls. 38-40 igualmente não consubstancia neste substituto do Termo Contratual, por três motivos: **(i) a própria CGA nunca mencionou ou tratou este Despacho como tal substituto** nestes autos; **(ii) não se adequou aos requisitos formais previstos nos arts. 55 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93** (é mero despacho); **(iii) teve sua existência OCULTADA, nunca foi publicado no DOSP e sequer informada sua existência ao Contratado.** Repete-se o contratado somente tomou ciência do referido despacho quando rescindido o contrato e iniciado o procedimento sancionatório.

A CGA confirmou que, efetivamente, não elaborou o contrato. Contudo, não explicou qual o instrumento hábil para substituí-lo, gerando grande curiosidade e dúvida tal manifestação da decisão:

“A força maior e o caso fortuito, definidos indistintamente pelo Código Civil de 2002 como "o fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", não implicam responsabilização de quaisquer partes, **salvo se o contrato disciplinar diversamente.**”

Ora, se a própria CGA afirmou que não foi elaborado termo contratual, cabe indagar sobre qual contrato tratou nesta manifestação, ou, mais precisamente, qual seria este “contrato” com previsão de responsabilização do Contratado pela rescisão, mesmo em situação de caso fortuito e força maior.

Mesmo que se admitisse a Nota de Empenho (fl. 49-50) como tal “contrato”, é bem claro de sua leitura que traz informações simples, como o valor unitário dos aventais descartáveis, o valor total do contrato e as especificações daquele produto, **NÃO MENCIONANDO QUALQUER OUTRA RESPONSABILIDADE DAS PARTES OU SANÇÕES.**

Inclusive, mesmo que se admitisse que o Despacho de fls. 38-40 (nulo por não ter sido publicado no DOSP ou informado ao Contratado) produzisse efeitos, também é **CRISTALINO** de sua leitura que **NÃO PREVÊ RESPONSABILIZAÇÃO DO CONTRATADO EM QUANDO DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO POR CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.**

Cabe recordar o que já manifestado em tópico anterior que para responsabilizar o Contratado por inexecução contratual (parcial ou total) decorrente de **CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR**, **EXCEPCIONALMENTE** parte da Doutrina e Jurisprudência até entende admissível a previsão de cláusula de responsabilização do Contratado sobre isso, contudo, devendo ser **EXPRESSA** e **TAXATIVA**, prevendo **ESPECIFICAMENTE** quais os fatos imprevisíveis e inevitáveis



que não afastarão a aplicação da multa, não sendo admitido a existência de cláusula de responsabilização ampla e abstrata.

Denota-se a contradição das manifestações da CGA, primeiro, ao afirmar que não elaborou termo contratual e, depois, afirmar que teve contrato, sem explicar a que está se referindo, posto que **EM NENHUM DOCUMENTO DESTES AUTOS CONSTA QUALQUER PREVISÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO CONTRATADO POR INEXECUÇÃO DO CONTRATO POR CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.**

Temos então que a manifestação da CGA não possui qualquer fundamento fático, haja vista que **AUSENTE** nestes autos a presença de “contrato” em que teria sido prevista a responsabilização do Contratado para o caso de inexecução decorrente de força maior e caso fortuito. No Despacho de fls. 38-40 (nulo) (o documento mais próximo de instrumento substituto do “termo contratual”), há a mera previsão de multa contratual em caso de inexecução, ponto este que será tratado no tópico abaixo.

Portanto, sendo **CLARO** e **EXPRESSO** tanto de que **INEXISTE** nestes autos qualquer documento prevendo a responsabilização do Contratado por inexecução decorrente de caso fortuito e força maior, quanto de que ausente qualquer contrato ou outro instrumento hábil substituto, e ainda tendo a CGA reconhecido a situação de caso fortuito e força maior, **não há que se falar em qualquer responsabilização deste Contratado pela inexecução contratual ocorrida,** necessitando ser declarada a **INEXIGIBILIDADE** da multa aplicada.

#### **VIII - DA CONVERSÃO EM ADVERTÊNCIA**

Conforme outros tópicos acima, a CGA, igualmente, se omitiu sobre as alegações apresentadas sobre a conversão da sanção em advertência, contudo, para que não se alegue que este Contratado incidiu em conduta semelhante neste recurso, cabe recordar este ponto.

Vejamos assim que a possibilidade da sanção consubstanciar-se somente em advertência se encontra no art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, como segue:

“Art. 87. **Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:**

I - **advertência;**

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;



III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”

Ou seja, possui a Administração Pública um rol razoável de opções de sanções a serem aplicadas ao contratado em caso de inexecução parcial ou total do contratado administrativo, propiciando a aplicação do mais adequado a cada situação fática, o que, no caso dos autos, é situação de pequena gravidade.

O Contratado sempre informou a CGA de seu pequeno porte (Empresário Individual, agora EIRELI) e das dificuldades enfrentadas no mercado diante da pandemia, qual seja, falta de matéria prima para a produção dos aventais descartáveis, em observância aos princípios de probidade e boa-fé na relação contratual, sendo certo que ofereceu o melhor preço e nunca se portou como empresa de grande porte, detentora de vultoso estoque, de ampla capacidade econômica e estrutural para arcar com as dificuldades citadas.

Tem-se que a conduta deste Contratado para com a CGA nunca foi desidiosa, sempre atendeu e respondeu a todos os comunicados, sempre se dispôs a dialogar para encontrar as melhores soluções. Inclusive, chegou a realizar entregas dos insumos, de modo que a aplicação de sanções tão gravosas se mostraria totalmente excessiva.

Salienta-se que este Contratado fez questão de explicar à CGA todos os motivos que acarretaram a impossibilidade de realizar a totalidade da entrega na quantidade prevista, devido à falta de matéria prima no mercado e que sem ela não conseguiria produzir os aventais descartáveis nas quantidades estabelecidas, fato este claro e expresso na resposta ao Ofício nº 214/2020 (fl. 78).

Ora, como bem se sabe, a sociedade brasileira encontra-se em meio a uma pandemia que afetou todos os setores, sendo certo que o Contratado não se encontra alheio a isso e, efetivamente, informou à CGA todas as dificuldades na execução total do contrato. Diante de todas as circunstâncias, não se revela cabível tal sanção desproporcional em relação a sua conduta e à situação de caso fortuito/força maior já reconhecida pela CGA.



Ainda, ressalta-se a entrega parcial realizada pelo Contratado, situação esta diversa de outros fornecedores de insumos que não entregaram qualquer insumo à CGA e que não tiveram seus contratos rescindidos e nem sequer aplicadas sanções. Desta forma, a aplicação de sanções mais gravosas ao Contratado, em discrepância em relação a situações fáticas bem mais graves de outros fornecedores (inexecução **TOTAL** do contrato), violaria os princípios da **PROPORCIONALIDADE e da IGUALDADE**, que devem permear toda e qualquer licitação e contrato administrativo.

Ressalte-se o que Hely Lopes Meirelles leciona as sanções administrativas:

**“As sanções administrativas - advertência, multa, interdição de atividade, suspensão provisória e declaração de inidoneidade - são aplicáveis diretamente pela Administração, mediante procedimento interno em que se faculta defesa ao infrator (TJSP, RJTJSP 110/337) e sempre tendo presente o princípio da proporcionalidade. Se a responsabilização for ilegal, abusiva ou arbitrária, o interessado poderá opor-se a ela pelo recurso hierárquico ou pela via judicial adequada”**<sup>13</sup>

À vista disso, diante da pequena gravidade da inexecução parcial cometida pelo Contratado, a aplicação de sanções gravosas implicaria em tratamento **DESIGUAL** entre fornecedores, uma vez que outros, após seu inadimplemento **TOTAL**, não tiveram seus contratos rescindidos e tampouco lhe foram aplicadas sanções.

Portanto, tendo este Contratado sempre tendo sido transparente com a CGA sobre sua estrutura de fornecimento e sobre suas dificuldades na aquisição de matéria prima, sempre se dispondo a dialogar para que se encontrasse a melhor solução. Como também, repete-se a discrepância de tratamento em relação a situações mais gravosas e não sancionadas com a penalidade de multa. Mostra-se necessária a **CONVERSÃO DAS SANÇÕES EM ADVERTÊNCIA**, nos termos do art. 87, inc. I, da Lei Federal 8.666/93, que se encontra muito mais adequada e proporcional ao caso dos autos.

## **XIX - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se:

- a) Que seja **DECLARADO NULO O CONTRATO ADMINISTRATIVO** celebrado entre as partes, pela contratação destes autos não se

<sup>13</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 273.



enquadrar dentro da hipótese de inexigibilidade de elaboração do termo contratual e, por tampouco, ter sido elaborado qualquer instrumento hábil substituto, descumprindo os requisitos legais impostos pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 6.544/89 para elaboração e formalização do contrato administrativo, acarretando, consequentemente, o **IMPEDIMENTO** da produção de seus efeitos e a **DESCONSTITUIÇÃO** dos já produzidos, ressalvando-se as parcelas já entregues pelo Contratado e já quitadas pela Administração Pública;

- b) Na hipótese remota de não ser acolhido o primeiro pedido, que seja **DECLARADO NULO O CONTRATO ADMINISTRATIVO** celebrados entre as partes, pelos vícios de motivo do ato administrativo, pela ausência de motivação do ato administrativo de não elaboração do termo contratual, descumprindo os requisitos legais impostos pela Lei Estadual nº 10.177/98 para edição de contrato administrativo, acarretando, consequentemente, o **IMPEDIMENTO** de que produza os seus efeitos jurídicos e a **DESCONSTITUIÇÃO** dos que já produzidos, ressalvando-se no que tange àquilo que já fora quitado ao Contratado pelo que executou;
- c) Que seja **DECLARADO NULO O DESPACHO DE FLS. 38-40**, por não ser instrumento hábil para substituição de termo contratual e por nunca ter sido dado conhecimento de sua existência e conteúdo ao Contratado, descumprindo os requisitos legais impostos pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 6.544/89 para elaboração e formalização do contrato administrativo, acarretando, consequentemente, o **IMPEDIMENTO** de que produza os seus efeitos jurídicos e a **DESCONSTITUIÇÃO** dos já produzidos, ressalvando-se no que tange àquilo que já fora quitado ao Contratado pelo que executou;
- d) Subsidiariamente ao pedido de declaração de nulidade anterior, que seja então declarado **INEFICAZ** o Despacho de fls. 38-40, **por nunca ter sido mencionado sua existência ou conteúdo, total ou resumidamente, em qualquer meio da imprensa oficial**, em descumprimento ao que dispõe o art. 61, Parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, e o art. 60, da Lei Estadual nº 6.544/89;
- e) Na remota hipótese de se considerar válido e eficaz o Despacho de fls. 38-40, uma vez que fora **reconhecido o caso fortuito e força maior**, que seja declarada **INEXIGÍVEL** a aplicação da multa prevista na Determinação X daquele ato, com fundamento no art. 86, da Lei Federal 8.666/93;



- f) Que seja declarada **INEXIGÍVEL A MULTA, por ineficácia ou nulidade do Despacho de fls. 38-40**, como também por inexistência de previsão no instrumento convocatório ou no contrato, em descumprimento com o que dispõe os arts. 55, inc. VII, e 87, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- g) Que seja declarada a **INEXISTÊNCIA DE TERMO CONTRATUAL OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL PREVENDO RESPONSABILIZAÇÃO DO CONTRATADO, MESMO EM SITUAÇÃO DE CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**, afastando assim qualquer responsabilização deste Contratado pela inexecução contratual parcial ocorrida e acarretando a consequente **INEXIGIBILIDADE DA MULTA**, com base no art. 86, da Lei Federal nº 8.666/93;
- h) Na última e remotíssima hipótese do não acolhimento dos pedidos anteriores, que seja então convertida em **ADVERTÊNCIA** as sanções que se pretendem aplicar, nos termos do art. 87, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93, adequando-se a pena à pequena gravidade da inexecução parcial do Contrato e considerando-se a transparência e a boa-fé do Contratado, que sempre informou a CGA da sua situação estrutural e dos problemas que enfrentava no mercado para aquisição de matéria prima.

Protesta-se provar todo o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente, pelo depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, juntada de documentos, dentre outros.

Ainda, disponibiliza-se o Contratado a realização de reunião junto a CGA para celebração de acordo, nos termos do art. 79, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, e 77, inc. II, da Lei Estadual nº 6.544/89.

Termos em que,  
Pede deferimento.

São Paulo, 01 de outubro de 2020.

**Marco Aurélio Ferreira Celeste**  
**OAB/SP 440.878**





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

**Número de referência:** SES-PRC-2020/17663

DESPACHO CGA Nº 1969/2020

Trata-se de Recurso interposto pela empresa MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI, atualmente FULLWAY IND. COM. E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.476.997/0001-70, em face da penalidade de multa que lhe foi aplicada em decorrência de atraso e quantidades inferiores na entrega de bens, objeto do contrato representado pela Nota de Empenho 2020NE00581, visando a aquisição de aventais descartáveis, em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, assim declarada pela Portaria MS nº 188, de 03-2-2020, decorrente do novo Coronavírus - COVID-19.

Conforme se demonstrará adiante, IMPROCEDEM as alegações da empresa, vejamos:

1- No que diz respeito à adoção de Nota de Empenho para formalização da avença em vez de termo de contrato, ao contrário do que assevera a recorrente, a medida encontra amparo no §4º do artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

Com efeito, embora tenha havido previsão de entrega parcelada, os pagamentos, como se disse, somente ocorreriam após e proporcionalmente ao efetivo recebimento da mercadoria, não se mostrando desarrazoado considerar, em última análise, a concretização de tantas aquisições quantas fossem as entregas, lembrando-se, de outra parte, que não há que se cogitar, na espécie, de "obrigações futuras, inclusive assistência técnica", posteriores ao fornecimento, referidas no supracitado dispositivo legal, que ensejariam a utilização do instrumento de contrato.

2.1 - Ainda que assim não fosse, o que se admite a título de argumentação, quando da formalização do ajuste por meio da Nota de Empenho, a recorrente não externou qualquer

Classif. documental

004.01.04.002



SESD2020229719A





**Governo do Estado de São Paulo**

**Secretaria da Saúde**

**Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador**

inconformismo com a quantidade solicitada, condições de entrega e instrumento adotado para celebração da contratação. Da mesma forma, não fez menção a qualquer dificuldade para cumprimento da obrigação então assumida.

2.2- Em suma, o instrumento por meio do qual se deu a concretização do ajuste não contribuiu para o descumprimento, por parte da empresa, das obrigações pactuadas. Não há, portanto, que se falar em nulidade da avença.

Aliás, tanto a recorrente considerou celebrada a contratação que chegou a entregar 11.800 (onze mil e oitocentos) aventais do total de 60 (sessenta) mil ajustado entre as partes.

3- Quanto à motivação da contratação, a pretendida aquisição de aventais se destinava, como se depreende dos autos do respectivo processo administrativo, ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

4- Pelo que se infere da peça recursal, ao atacar o despacho de fls. 38/40 dos presentes autos, pretende a empresa afastar a possibilidade de imposição das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93. No entanto, tal pretensão não encontra respaldo legal. De acordo com o artigo 58, inciso IV, do sobredito diploma legal, o regime jurídico dos contratos administrativos instituídos por aquela Lei confere à Administração, em atenção a eles, a "**prerrogativa**" de "aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial de ajuste".

Pelo exposto, após recebimento do recurso pela autoridade competente, propomos que o mesmo seja julgado improcedente, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa no valor de 10% (dez por cento) da mercadoria não fornecida, somando a multa R\$ 62.178,00 (sessenta e dois mil cento e setenta e oito reais). Vale dizer, deixaram de ser entregues 48.200 (quarenta e oito mil e duzentos) aventais, no valor unitário de R\$ 12,90, equivalente a R\$ 621.780,00.

Para tanto, com fundamento no §4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, encaminho para conhecimento e manifestação quanto à manutenção da penalidade aplicada e, sendo esta mantida, que subam os autos a Instância Superior, Senhor Chefe de Gabinete, para manifestação ao Recurso apresentado.





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

São Paulo, 19 de novembro de 2020.

**ROSALIA BARDARO**  
Coordenador  
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria da Saúde  
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete

**Despacho**

**Interessado:** Coordenadoria Geral de Administração - CGA

**Assunto:** Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19.

**Número de referência:** SES-PRC-2020/17663

**Despacho GS nº 7451/2020**

Trata-se de aquisição de aventais descartáveis da empresa MARCELO NERES DE OLIVEIRA EI, atualmente FULLWAY IND. COM. E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.476.997/0001-70.

Diante do atraso na entrega de 48.200 aventais foi instaurado procedimento sancionatório, conforme Despacho CGA nº 1969/2020 (fls. 298/300), tendo a empresa, após intimação, apresentado Defesa Prévia constante às fls. 230/256.

A Defesa Prévia foi analisada pela Coordenadora da CGA que, não a acatando, aplicou a penalidade de multa, conforme Despacho CGA nº 1580/2020, às fls. 258/261.

Dessa decisão, a empresa interpôs Recurso Administrativo tempestivo, juntado aos autos às fls. 264/297, o qual, após ciência da Coordenadora da Coordenadoria Geral da Administração, vem a esta Chefia de Gabinete para deliberação.

Assim, tendo em vista a decisão da Coordenadora, conheço do Recurso interposto pela empresa, por preencher os requisitos para sua admissibilidade, e, no mérito, nego-lhe provimento, com fundamento nos documentos constantes dos autos e no teor das referidas informações.

Pelo exposto, mantenho a penalidade de multa, aplicada no valor de **R\$ 62.178,00** (sessenta e dois mil cento e setenta e oito reais), conforme planilha, às fls. 124, com fulcro no

Classif. documental

004.01.04.002



SESD2020229772A



**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria da Saúde

**GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete**

disposto na Resolução SS 92/2016, ficando desde já franqueada vista aos autos.

Deverá a empresa promover no prazo de 30 (trinta) dias corridos o recolhimento da multa na conta Banco do Brasil S/A, Agência 01897-X, Conta Corrente nº 9401-3, através de depósito identificado que deverá informar o CNPJ da empresa, o ano em vigor, a razão social da empresa e, obrigatoriamente, encaminhar cópia do depósito bancário ao Núcleo de Gestão de Contratos, situado na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar, sala 203.

Não sendo realizado o recolhimento da multa no prazo estipulado, o processo será encaminhado para que seja procedido o desconto por ocasião de pagamentos futuros a serem efetuados à empresa em questão, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores.

Não havendo saldo ou, caso não seja este suficiente, será procedida à inscrição da multa ou seu remanescente na Dívida Ativa do Estado.

São Paulo, 23 de novembro de 2020.

**NILSON FERRAZ PASCHOA**

Chefe de Gabinete

**GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete**



## III – CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por ela determinadas.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatório de Custos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras, a serem definidas.

## ANEXO TÉCNICO II

(A que se reporta o Anexo I, da Resolução SS-146, de 2 de dezembro de 2020)

## SISTEMA DE PAGAMENTO

Com o fito de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1.1 A atividade assistencial da CONTRATADA subdivide-se nas modalidades abaixo assinaladas, as quais referem-se à rotina de atendimento a ser oferecida aos usuários da Unidade sob gestão da CONTRATADA, conforme especificação e quantidades relacionadas no Anexo Técnico I – Descrição de Serviços:

- (X) Consulta médica;
- (X) Atendimento não médico;
- (X) Cirurgia Ambulatorial Maior;
- (X) Cirurgia Ambulatorial Menor;
- (X) Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT Externo;

1.2 Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da CONTRATANTE, conforme especificado no Anexo Técnico I – Descrição de Serviços.

## II – AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO

A avaliação e análise das atividades contratuais constantes deste documento serão efetuadas conforme detalhado nas tabelas que se seguem.

II.1 Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no Anexo Técnico I – Descrição de Serviços, podendo gerar ajuste financeiro a menor de 10% a 30% no valor do repasse para a unidade no semestre, dependendo do percentual de alcance das metas dos indicadores constante na TABELA II – VALORAÇÃO DOS DEVIOS DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO (MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DA ATIVIDADE ASSISTENCIAL) e respeitando-se a proporcionalidade de cada modalidade de contratação de atividade assistencial especificada na TABELA I – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA EFEITO DE DESCONTO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO, constantes no presente Anexo.

II.1.1 A análise realizada poderá resultar desconto financeiro, bem como repatação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada mediante Termo de Ajustamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.1.2 A avaliação do cumprimento das metas não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos de Ajustamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.1.3 A avaliação do cumprimento das metas não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos de Ajustamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.2 Do período de avaliação:

1º semestre – consolidação das informações em julho e avaliação em agosto;

2º semestre – consolidação das informações em janeiro e avaliação em fevereiro no ano seguinte.

II.2.1 Na hipótese da unidade não possuir um semestre de funcionamento ou haver troca de gestor, a primeira avaliação e valorização das metas dos Indicadores de Produção (modalidade por contratação das atividades assistenciais), para efeito de desconto, será efetivada no semestre posterior.

II.2.2 Caso a CONTRATADA se mantenha na gestão da Unidade, após a devida Convocação Pública, com a formalização de um novo contrato de gestão, será considerado o período de avaliação completo.

II.3 Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, detalhados no item anterior.

II.4 O valor repassado de custeio no período avaliado, exceto aqueles recursos provenientes de “mutuários de procedimentos eletivos”, será distribuído percentualmente nos termos indicados na Tabela I, para efeito de cálculo de desconto dos Indicadores de Produção, quando cabível.

TABELA I – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA EFEITO DE DESCONTO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	%
Consulta médica	
Atendimento não médico	
Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	
Cirurgia Ambulatorial Menor (CMA)	
SADT Externo	
<b>TOTAL</b>	

II.1.1 A análise realizada poderá resultar desconto financeiro, bem como repatação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada mediante Termo de Ajustamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.1.2 A avaliação do cumprimento das metas não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos de Ajustamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.1.3 A avaliação do cumprimento das metas não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos de Ajustamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.2 Do período de avaliação:

1º semestre – consolidação das informações em julho e avaliação em agosto;

2º semestre – consolidação das informações em janeiro e avaliação em fevereiro no ano seguinte.

II.2.1 Na hipótese da unidade não possuir um trimestre de funcionamento ou haver troca de gestor, a primeira avaliação e valorização das metas dos Indicadores de Qualidade do Contrato de Gestão, para efeitos de desconto, será efetivada no trimestre posterior.

II.2.2 Caso a CONTRATADA se mantenha na gestão da unidade, após a devida Convocação Pública, com a formalização de um novo contrato de gestão, será considerado o período de avaliação completo.

II.3 Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, detalhados no item anterior.

II.4 Para efeito de cálculo do desconto dos Indicadores de Qualidade, será considerado o percentual de 10% sobre o montante repassado a título de custeio à CONTRATADA no período avaliado, exceto aqueles recursos provenientes de “mutuários de procedimentos eletivos”, combinado com os indicadores estabelecidos no Anexo Técnico III.

II.5 Fórmula:

Indicador Orçamento de custeio no trimestre Valoração do indicador de qualidade Tabela do Anexo Técnico III

Soma dos repasses do período X 10% X peso do indicador

II.6 Viando o acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão e o cumprimento das atividades estabelecidas para a CONTRATADA no Anexo Técnico I – Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o dia 11, a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pela Unidade.

II.6.1 As informações acima mencionadas serão encaminhadas através dos registros nas AHS - Autorização de Internação Hospitalar e dos registros no SIM - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE.

II.7 As informações mensais relativas à produção assistencial, indicadores de qualidade, movimentação de recursos econômicos e financeiros e dados do Sistema de Custos Hospitalares, serão encaminhadas via Internet, através do site [www.gestao.saude.sp.gov.br](http://www.gestao.saude.sp.gov.br), disponibilizado pela CONTRATANTE e de acordo com normas, critérios de segurança e prazos por ela estabelecidos.

II.8 O aplicativo disponibilizado na Internet emitirá os relatórios e planilhas necessários à avaliação mensal das atividades desenvolvidas pela Unidade gerenciada e estabelecerá, através de níveis de acesso previamente definidos, a responsabilidade legal pelos dados ali registrados.

II.9 A CONTRATADA deverá encaminhar as Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certificado de Regularidade do FGTS, tanto da Unidade gerenciada quanto da OSS, além de extratos bancários, entre outras informações, nos prazos e condições definidos pela CONTRATANTE.

II.10 A CONTRATANTE procederá à análise dos dados enviados pela CONTRATADA para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido no contrato.

ANEXO TÉCNICO III

(A que se reporta o Anexo I, da Resolução SS-146, de 2 de dezembro de 2020)

OS INDICADORES DE QUALIDADE

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão, ao desempenho da unidade e à qualidade da informação apresentada.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Com o passar do tempo, a cada ano, novos indicadores são introduzidos e o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período o torna um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados; desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados.

IMPORTANTE: Alguns indicadores têm sua acreditação para efeito de pagamento no 2º ou no 3º ano do 4º trimestre. Isto não significa que somente naquele período estarão sendo avaliados. A análise de cada indicador, a elaboração de pareceres avaliatórios e o encaminhamento dessa avaliação à cada unidade gerenciada serão efetuados mensalmente, independentemente do trimestre onde ocorrerá a acreditação de cada indicador para o respectivo pagamento.

A cada ano é fornecido um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores de Qualidade utilizados neste Contrato de Gestão.

A tabela abaixo apresenta o peso de cada Indicador de Qualidade para a avaliação e valorização de cada trimestre. Essa avaliação poderá gerar desconto financeiro de até 10% sobre os repasses realizados para a unidade no período avaliativo, conforme estabelecido no item III do Anexo Técnico II – Sistema de Pagamento.

PREVISTOS

PESO DOS INDICADORES DE QUALIDADE VALORADOS PARA O ANO DE 2019

Indicador 1º trimestre 2º trimestre 3º trimestre 4º trimestre

**Despacho do Secretário, de 2-12-2020**

SE-PRC-202020192

Interessado: USA III - Hospital Infantil Darcy Vargas

Assunto: Impedimento de Licitar da Empresa Nestor Serviços Eireli por Abandono de Contrato e Decisão

Número de referência: SES-CAP-2020/718007 – Recurso

SES-DES-2020/232400-A

Os elementos carreados aos autos deste processo denotam que a empresa Nestor Serviços Eireli EPP inscrita no CNPJ/MF 09.003.772/0001-51, tendo assumido obrigação decorrente da licitação promovida na modalidade Pregão Eletrônico 211/2016, em que se sagrou vencedor, descumpriu o pactuado nos termos do Contrato 26/2016, relativo à prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, firmados com a unidade hospitalar Hospital Infantil Darcy Vargas da Coordenadoria de Serviços de Saúde.

Em decorrência, foi instaurado procedimento visando punir a empresa com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, pelo prazo de até 5 anos, com fulcro no disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observado o disposto no Decreto estadual 61.751, de 23-12-2015, que institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas, denominado e-Sanções.

Nesse panorama situa-se o dever da administração pública de aplicar as sanções previstas na Lei 10.520/2002 que, inequivocamente, também estavam previstas no Edital.

A mencionada lei assim dispõe:

“Art. 7º Quem, cominado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais” (Grifou-se).

Portanto, o diploma legal que deu lastro jurídico à licitação expressamente prevê a hipótese da penalidade em comento.

Outro importante ponto a ser destacado é que a legislação, ao estabelecer expressamente a sanção não traz uma discricionariedade ao administrador público de aplicar ou não a sanção administrativa quando verificada a infração contratual pelo particular contratado. Trata-se de um dever! A não aplicação da sanção nas hipóteses legais e contraeventualmente previstas configura um ato que fere a moralidade administrativa e configura desvio de finalidade por parte do administrador público, o qual, por sua vez, estará sujeito a sofrer consequências legais em razão de sua omissão.

Assim, fica prejudicada qualquer pretensão da interessada quando a uma penalidade mais branda, uma vez que existe o diploma legal específico para o inadimplemento cometido em prejuízo.

Por fim, o prazo proposto para a penalidade atende aos princípios de finalidade e proporcionalidade, não sendo abusivo ou desnecessário por parte da Administração.

Assim, diante dos elementos que constam dos autos, em especial, das razões de fato e de direito deduzidas nos termos da manifestação do dirigente da Unidade hospitalar (fls. 504/505), corroborada pelo seu Coordenador (fls. 507) bem

como, do teor do Despacho GS SES-DES-2020/231584 sob fls. retro, aos quais me reporto a título de motivação para o presente ato e, em respeito ao interesse público, com fundamento no disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

Decido: Conheço do recurso interposto, por atender aos requisitos para sua admissibilidade, no mérito, nega-lhe provimento, ficando mantida a decisão que, fundamentada no disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, impôs à empresa Nestor Serviços Eireli EPP, inscrita no CNPJ/MF 09.003.772/0001-51, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 1 ano, em razão de descumprimento de obrigação assumida quando da formalização do Contrato 26/2016 - decorrente da licitação realizada na modalidade Pregão 211/2016, deixando de realizar o pagamento de salários e benefícios dos colaboradores, acarretando faltas, trazendo sérios problemas à unidade hospitalar que ficou sem cobertura.

**Despacho do Chefe de Gabinete, de 2-12-2020**

Trata-se de aquisição de aventais descartáveis da empresa Marcelo Neres DeOliveira EI, atualmente Fullway Ind. Com. E Serviços Eireli, inscrita no CNPJ/MF 28.476.997/0001-70. Diante do atraso na entrega de 48.200 aventais, foi instaurado procedimento sancionatório, conforme Despacho CGA 1969/2020 (fls. 298/300), tendo a empresa, após intimação, apresentado Defesa Prévia constante às fls. 230/256. A Defesa Prévia foi analisada pela Coordenadora da CGA que, não a aceitando, aplicou a penalidade de multa, conforme Despacho CGA 1580/2020, às fls. 250/261. Dessa decisão, a empresa interpôs Recurso Administrativo tempestivo, juntando autos aos fls. 264/297, o qual, após ciência da Coordenadora da Coordenadoria Geral da Administração, vem a esta Chefia de Gabinete para deliberação. Assim, tendo em vista a decisão da Coordenadora, conheço do Recurso interposto pela empresa, por preencher os requisitos para sua admissibilidade, e, no mérito, nego-lhe provimento, com fundamento nos documentos constantes dos autos e no teor das referidas informações. Pelo exposto, mantenho a penalidade de multa, aplicada no valor de R\$ 62.178,00, conforme planilha, às fls. 124, com fulcro no disposto na Resolução SS 52/2016, ficando desde já franqueada vista aos autos. Deverá a empresa promover no prazo de 30 dias corridos o recolhimento da multa na conta Banco do Brasil S/A, Agência 01897-X, Conta Corrente 9401-3, através de depósito identificado que deverá informar o CNPJ da empresa, o ano em vigor, a razão social da empresa e, obrigatoriamente, encaminhar cópia do depósito bancário ao Núcleo de Gestão de Contratos, situado na Av. Dr. Enes de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar, sala 203. Não sendo realizado o recolhimento da multa no prazo estipulado, o processo será encaminhado para que seja procedido o desconto por ocasião de pagamentos futuros a serem efetuados à empresa em questão, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei Federal 8.666/93 e atualizações posteriores. Não havendo saldo ou, caso não seja este suficiente, será procedida a inscrição da multa em seu remanescente na Dívida Ativa do Estado.

**COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS**

**Portaria CDC – 26, de 25-11-2020**

*Dispõe sobre o envio dos dados de arquivos de transferência – AT dos Sistemas de Informações sobre Mortalidade – SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINAV no âmbito do Estado de São Paulo para o ano de 2021.*

A Coordenadoria da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD considerando:

a competência da CCD na gestão estadual dos Sistemas de Informações sobre Mortalidade – SIM e sobre Nascidos Vivos – SINAV conforme Res. SS 66/2010;

as Portarias SVS/MMS 1119/2008 e 72/2010 que estabelecem prazos de 30 dias, a partir da ocorrência, para a disponibilização dos registros de óbitos de mulheres em idade fértil, partos, abortos e feto, pela Secretaria da Saúde para o Ministério da Saúde;

a necessidade de garantir a adequada e regular transferência das bases dos dados do SIM e SINAV constantes no âmbito estadual ao Ministério da Saúde nos prazos determinados pela Portaria SVS/MMS 116/2009;

a deliberação CB – 19, de 01-04-2010 que aprovou o envio de arquivos de transferências de dados – AT do SIM e SINAV pelos municípios, segundo tipo de estabelecimento de assistência à saúde do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES em seus territórios, segundo cronograma trimestral e mensal em datas a serem estabelecidas pela CCD a cada ano;

as PT-SVSMMS 20/2010 que dispõe sobre a manutenção do repasse de recursos financeiros do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde;

a Portaria GM 1271 de 06-06-2014 que, define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

A Nota Técnica SES-SP/CDC 01/2014 de 28-10-2014 que, Orienta sobre a notificação compulsória e registro de óbitos materno e infantil, no âmbito da portaria GM 1271, de 06-06-2014, resolve;

Artigo 1º – Estabelece o cronograma de envio dos AT dos dados do SIM e SINAV pelos municípios e respectivas validações dos dados regionais pelos Grupos regionais de Vigilância Epidemiológica – GVE para o ano de 2021.

Artigo 2º – Os Municípios enviarão obrigatoriamente os arquivos de transferência semanal – AT sempre que houver óbitos materno e infantil, nos períodos estabelecidos conforme cronograma disposto no Anexo I.

Artigo 3º – Os Municípios que sediam no seu território estabelecimento de assistência à saúde, constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES dos seguintes tipos: Centro de Pronto Atendimento, Hospital Especializado, Hospital Geral, Pronto Socorro Especializado, Pronto Socorro Geral, Unidade Mista, Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência e Emergência enviarão a cada quinquena os arquivos de transferência – AT dos óbitos e nascidos vivos, na ausência de ter óbito materno e infantil semanal, conforme cronograma disposto no Anexo II.

Artigo 4º – Os municípios que sediam no seu território estabelecimento de assistência à saúde, constantes no CNES dos seguintes tipos: Unidade Autorizada, Unidade de Saúde da Família, Unidade de Serviço de Apoio ao Diagnóstico e Terapia, Unidade de Vigilância Sanitária, Unidade Móvel Flovial, Unidade Terrestre Móvel e Unidade de Saúde da Família enviarão a cada mês os AT de óbitos e nascidos vivos, na ausência de ter óbito materno e infantil semanal, conforme cronograma disposto no Anexo III.

Artigo 5º – Na situação de não ocorrência de eventos (óbitos e/ou nascidos vivos) nos períodos estabelecidos nos artigos 3º e 4º os municípios enviarão obrigatoriamente o AT de Notificação Negativa gerados pelos sistemas.

Artigo 6º – Os municípios que promovem exclusão ou exclusão de estabelecimento de assistência à saúde no seu território estarão autorizados a mudar a periodicidade prevista para envio de AT.

I – nas situações de inclusão a mudança será automática a partir da data de autorização de funcionamento.

II – nas situações de exclusão a mudança será apenas após a efetiva exclusão no CNES.

Artigo 7º – Os estabelecimentos de saúde a que se referem os artigos 3º e 4º são os estabelecimentos na portaria SVS/MMS 115/2003.

03/12/2020

E-Sanções

Fazenda e Planejamento



Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Comunicados	sua conta	Procedimentos	Relatórios	Sanções	Catálogo	Sair
-------------	-----------	---------------	------------	---------	----------	------

15:34:49

Protocolo Atual: 090102.2020.02564.SADM

84635711820 - Nilson Ferraz Paschoa - 03/12/2020

Status Workflow: Decisão Finalizada em 03/12/2020 15:34

Tarefa Pendente: Finalizar Decisão

#### Dados do Processo

Nº do Protocolo: 090102.2020.02564.SADM

Data/Hora Abertura: 23/06/2020 07:34:22

Situação Atual: Decisão do recurso

Data/Hora Envio: 23/06/2020 07:34:23

Enviado para E-mail: rlourenco@saude.sp.gov.br

#### Identificação

#### Dados da Empresa

#### Materiais/Serviços

#### Relato da Ocorrência

#### Histórico Andamento

#### Descrição

Esclarecimento Anexos Processo Aprovação Designação Intimação Defesa Parecer Notificação Recurso Decisão

Data de Abertura:

23/06/2020

Data Atual:

03/12/2020

Tempo do Processo:

163 dias

Aguardar Parecer

Jurídico/Técnico?

☐ Sim ☒ Não

Solicitado em:

Concluído em:

Em 02/12/2020 a autoridade competente Sr.(a) ROSALIA BARDARO não aceitou o recurso interposto pelo licitante/contratado, pelos motivos mencionados na guia "Recurso", vista a esta situação, encaminhou para V.Sa. tomar a sua decisão sobre a sanção aplicada.

A autoridade superior deseja manter a decisão da autoridade competente? ☒ Sim ☐ Não

[https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/AberturaProcesso.aspx?H5nldTuufRfR19K43Wp05UY5cDXuWwJ3PbTwZV%2bZ2m4cvSFu3r5EUF...](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/AberturaProcesso.aspx?H5nldTuufRfR19K43Wp05UY5cDXuWwJ3PbTwZV%2bZ2m4cvSFu3r5EUF...) 1/2



SESCAP2020766149A



Autenticado com senha por FABIANA DA SILVA E SOUZA - 03/12/2020 às 15:40:48.  
Documento Nº: 11198036-1279 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11198036-1279>

SIGA

03/12/2020

E-Sanções

Data da Decisão da Autoridade Superior: 02/12/2020 15:25

Multa

Valor: R\$62.178,00

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993

Resolução: SS 92/2016

Lançado por: ROSALIA BARDARO

Data Lançamento: 14/09/2020

Data Publicação: 03/12/2020

Motivação: Decisão anexa

Processo Finalizado com Sucesso

Voltar

Para contato transmitir mensagem pelo Fale Conosco selecionando a opção mais adequada: e-Sanções-Dúvidas ou Solicitações ou Sugestões ou Reclamações

Ouvidoria

Transparência

SIC

**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo / SP - 01017-911 - CNPJ: 46.377.222/0001-29

[https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/AberturaProcesso.aspx?H5nldTuuTRfR19K43Wp05UY5cDXuWwJ3PbTwZV%2bZ2m4cvSFu3r5EUF...](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/AberturaProcesso.aspx?H5nldTuuTRfR19K43Wp05UY5cDXuWwJ3PbTwZV%2bZ2m4cvSFu3r5EUF...) 2/2



Autenticado com senha por FABIANA DA SILVA E SOUZA - 03/12/2020 às 15:40:48.  
Documento Nº: 11198036-1279 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11198036-1279>



SESCAP2020766149A